

Francisco de Paula Falcão e Castro

REFORMA AGRÁRIA EM PERNAMBUCO

VOLUME 3

Entrevistas com sindicalistas,
cooperativistas e lideranças católicas

Francisco de Paula Falcão e Castro

REFORMA AGRÁRIA EM PERNAMBUCO

3º Volume

ENTREVISTAS COM SINDICALISTAS,
COOPERATIVISTAS E LIDERANÇAS
CATÓLICAS



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Maria José de Sena

Reitora

Maria do Socorro Lima Oliveira

Vice-reitora

CONSELHO EDITORIAL - EDUFRPE

Prof. MSc Antão Marcelo Athayde Freitas Cavalcanti (Presidente)

Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

Profa. Dra. Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Profa. Dra. Monica Lopes Folena Araújo

Profa. Dra. Renata Pimentel Teixeira

Profa. Dra. Soraya Giovanetti El-Deir

Profa. MSc. Maria Wellita Bezerra dos Santos



EDITORA UNIVERSITÁRIA DA UFRPE - EDUFRPE

Antão Marcelo Athayde Freitas Cavalcanti

Diretor

José Abmael de Araújo

Coordenador Administrativo

Josuel Pereira de Souza

Chefe de Produção Gráfica

Diagramação final e arte de capa

Janilson Lemos de Araújo Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Castro, Francisco de Paula Falcão e

Reforma agrária em Pernambuco : volume 3 : entrevistas com sindicalistas, cooperativistas e lideranças católicas / Francisco de Paula Falcão e Castro. -- 1. ed. -- Recife, PE : Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2025.

Vários colaboradores.

ISBN 978-85-7946-477-5

1. Assentamentos rurais - Brasil 2. Conflitos agrários 3. Entrevistas 4. Reforma agrária - Brasil - História 5. Pernambuco (PE) - História I. Título.

25-274596

CDD-333.3181

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Luta pela terra : Reforma agrária : História 333.3181
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Francisco de Paula Falcão e Castro

REFORMA AGRÁRIA EM PERNAMBUCO

3º Volume

ENTREVISTAS COM SINDICALISTAS, COOPERATIVISTAS E LIDERANÇAS CATÓLICAS

SINDICALISTAS:

Antônio Marques (FETAPE)

Aristides Veras (CUT E CONTAG)

Expedito Rufino (FETAPE E CONTAG)

José Francisco da Silva (CONTAG)

José Laurentino (STR Igarassu)

Marcos Bezerra (assentado em Patrimônio, Condado)

Sindicalistas de Surubim: Antônio Eleutério (assentado em Cruzeiro de
Caiana), Heleno Martins (assentado em Tabu) e Severino Oliveira
(ex-dirigente da Liga Camponesa).

COOPERATIVISTAS:

José Maria Azevedo (OCEPE)

Malaquias Anselmo (OCEPE)

LIDERANÇAS CATÓLICAS:

Comissão Pastoral da Terra (CPT): Padre Hermínio, Artur Peregrino,
Flávio Lira, José Aldo dos Santos, Lenivaldo Marques e Zacarias
das Chagas,

Padre Crespo (SORPE)

1ª Edição

Recife
UFRPE
2025

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ÀS ENTREVISTAS	6
PARTE 1: ENTREVISTAS COM SINDICALISTAS RURAIS	7
1. ANTÔNIO MARQUES DOS SANTOS	7
2. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS	28
3. EXPEDITO RUFINO DE ARAÚJO	31
4. JOSÉ FRANCISCO DA SILVA	53
5. JOSÉ LAURENTINO DO CARMO	74
6. MARCOS LUIZ OLIVEIRA BEZERRA	85
7. SINDICALISTAS DE SURUBIM: ANTÔNIO ELEUTÉRIO, HELENO MARTINS E SEVERINO DE OLIVEIRA	91
PARTE 2: ENTREVISTAS COM O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO	112
1. JOSÉ MARIA AZEVEDO	112
2. MALAQUIAS ANSELMO DE OLIVEIRA	131
PARTE 3: ENTREVISTAS COM ORGANIZAÇÕES CATÓLICAS DO CAMPO	160
1. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)	160
2. ENES PAULO CRESPO (PADRE CRESPO)	182
APÊNDICE 1 - LISTA DOS ENTREVISTADOS	203

INTRODUÇÃO ÀS ENTREVISTAS

As entrevistas com os representantes do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) incluem José Francisco da Silva, um dos mais importantes dirigentes na história da CONTAG e Antônio Marques, um dos diretores históricos da FETAPE, Aristides dos Santos, também presidente da CONTAG, sindicalistas de Surubim, com uma trajetória rica em lutas de conflitos por terra, tendo um deles, o Antônio Eleutério, participado das Ligas Camponesas, Marcos Bezerra, assentado no Engenho Patrimônio, cujo conflito foi resolvido através de negociação entre o governador Arraes e o grupo João Santos, usineiro e industrial do cimento. Enriqueceu o rol dos entrevistados o sindicalista José Laurentino, liderança dos assalariados da cana na Mata Norte, ligado à Corrente Sindical Independente, com orientação política divergente da FETAPE e da CONTAG. Entrevistei também um importante assessor sindical, Expedito Rufino de Araújo.

As entrevistas com os representantes do cooperativismo agropecuário foram feitas com dois presidentes da Organização da Cooperativas de Pernambuco (OCEPE): José Maria Azevedo e seu sucessor Malaquias Ancelmo de Oliveira. Entrevistei Antônio Eleutério, dirigente da Cooperativa Agropecuária de Surubim, mas cuja entrevista, feita de forma grupal, está apresentada no grupo dos sindicalistas de Surubim. Também pode ser tido como porta-voz do movimento cooperativista, o Padre Crespo, assessor da Organização das Cooperativas do Estado de Pernambuco (OCEPE), cuja entrevista se encontra no grupo das entidades da Igreja Católica.

As entrevistas com os representantes de organizações católicas atuantes no meio rural de Pernambuco contemplam as duas importantes entidades católicas. A primeira foi a Comissão Pastoral da Terra, a CPT, com posições firmes na defesa dos trabalhadores, tendo apoiado de ocupações de terra, entre outras formas de luta. A segunda, foi uma personalidade moderada, que exerceu uma influência muito grande no início e no desenvolvimento do movimento sindical e cooperativista de Pernambuco durante pelo menos 30 anos, o Padre Crespo.

PARTE 1: ENTREVISTAS COM SINDICALISTAS RURAIS

1. ANTÔNIO MARQUES DOS SANTOS

Perfil do entrevistado

Antônio Marques dos Santos tinha 55 anos por ocasião da entrevista, concedida em dois momentos: 02 e 14 de setembro de 1992. Na ocasião ele era diretor da FETAPE desde 1978, estando em seu quinto mandato. Havia sido dirigente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em Afogados da Ingazeira, na microrregião do Alto Pajeú, no Sertão. Como categoria profissional ele era um pequeno proprietário em Afogados da Ingazeira.

Ele foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em Afogados da Ingazeira, durante a ditadura militar. Foi presidente do STR de Afogados da Ingazeira, entre 1970 e 1982 (quatro mandatos). Faleceu em 17.06.2019.

Situação da entrevista

A entrevista individual gravada, e segmentada em duas partes, me foi concedida na sede da FETAPE, por ocasião do período da campanha salarial dos canavieiros de 1992, reunindo centenas de delegados sindicais da Zona da Mata.

Tópicos mais relevantes da entrevista

- A FETAPE procurou estar presente nas várias frentes de luta: a salarial, a luta pela terra, a luta por política agrícola, a luta relativa às barragens.
- A militância partidária por parte de sindicalistas é benéfica ao movimento sindical. Mas o sindicalista não pode ter funções nas duas instituições ao mesmo tempo. Ele, Antônio Marques, deixou a função de dirigente do MDB para assumir a função de dirigente sindical.
- O STR deve ser uma entidade de lutas, e não uma entidade assistencialista.
- Destacou a importância de o movimento sindical se articular bem com a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST), na garantia dos direitos trabalhistas.

- Para ter força na negociação, o movimento sindical deve organização ações de pressão nas bases sociais da entidade.
- Nem usineiros nem fornecedores de cana são bons negociadores. Os fornecedores são os piores negociadores.
- A UDR não se instalou em Pernambuco porque no Sertão, que seria a região onde eles ainda poderia ter se instalado, os conflitos não eram muito fortes, como na Amazônia. E na Zona da Mata a luta principal é por salário.
- Arraes é considerado um mito pelos trabalhadores rurais. Mas ele nunca foi radical, nem nunca foi comunista. Foi uma pessoa de visão política, comprometido com os pobres.
- Em relação à reforma agrária, o que está no alcance de um governador é apenas a compra da terra, e Pernambuco é um estado pobre. Por isso, o governador não pode fazer muito.
- A CONTAG apoiou o Plano Nacional de Reforma Agrária, não foi exatamente o governo Sarney. Mas ficou frustrada com a execução do plano.
- As categorias que mais se movimentaram pela reforma agrária em Pernambuco foram os posseiros, minifundistas, sem terra, meeiros e rendeiros, utilizando-se da ocupação das terras como a principal forma de luta.
- Para haver uma reforma agrária está faltando uma mobilização nacional.
- O trabalhador precisa atuar no sindicato, que é sua entidade política, e na cooperativa, que é sua entidade econômica.
- As cooperativas, no nível nacional, sofrem a influência da UDR e da CNA.
- A Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Pernambuco (FAEPE) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) estão procurando agregar os pequenos produtores.
- Um mesmo sindicato pode representar as diferentes categorias de trabalhador rural, desde que tenha uma visão política.
- Apesar de a FETAPE tem uma origem na luta dos assalariados, hoje todos os seus diretores são originários da pequena produção.
- Para a FETAPE atuar mais fortemente com os pequenos produtores faltam hoje recursos financeiros. Esses recursos existiam no tempo do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, o PAPP, durante o governo Sarney, mas o governo Collor o extinguiu.

- Muitos sindicalistas estão se apresentando como candidatos na eleições partidárias. Mas nem todos eles têm um compromisso com os trabalhadores. Alguns estão em partidos de direita.

Primeira parte da entrevista

A FETAPE E A CUT

Castro: A CONTAG, hoje, se constitui uma espécie de central independente?

Antônio: Trata-se da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Por aí vemos que ela não é uma central, porque a central tem várias categorias.

Desde o Terceiro Congresso da CONTAG, realizado de 21 a 25 de maio de 1979, em Brasília, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), que é coordenado pela CONTAG, já definia a unidade do movimento sindical no campo e na cidade. E também já defendia uma central que congregasse todas essas categorias. Isso é tanto que, em 1981, no primeiro congresso da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), a CONTAG jogou pesado, levando para Praia Grande ⁽¹⁾, um grande número de trabalhadores, uns 1.500. A partir daí a gente defenderia, como defendemos hoje, uma central que unificasse todas as categorias.

Mas, logo em 82, veio aquele racha, por questão política. As estrelas do movimento sindical, as lideranças maiores se desentenderam. Isso levou à criação da CUT, em 1983. A CONTAG ficou com um grupo que ainda defendia a unificação ⁽²⁾.

Logo depois veio a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores (CGT), em 1986. A CONTAG, as Federações e os Sindicatos participaram desse Congresso. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais tinha tomado a posição de participar desse Congresso, mas sem defender a fundação de uma outra central.

¹ A 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) foi realizada em Praia Grande, São Paulo, de 21 a 23 de agosto de 1981, e teve como foco a conquista da democracia. Nela foi criada a Comissão Nacional pró-CUT, que dois anos depois deu origem à CUT. Praia Grande é um município da Baixada Santista, no litoral Sul do Estado de São Paulo.

² Um importante racha no movimento sindical ocorreu durante o Congresso Nacional da Classe Trabalhadoras, realizado em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, tendo nele sido criada a CUT, em 28 de agosto de 1983, por uma parte dos congressistas. Os restantes, inclusive a direção da CONTAG, se organizaram em torno das discussões realizadas anteriormente na CONCLAT-Praia Grande, e criaram nesse momento, a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, que adotou a mesma sigla CONCLAT.

Defendia a discussão política, trabalhando naquela linha da unidade. Mas lá, um grupo de companheiros criaram a CGT, na qual ficou a CONTAG. Tinha também gente da FETAPE fazendo parte da CGT estadual.

Mas nós aqui de Pernambuco não aceitamos. O movimento sindical de Pernambuco, incluindo José Rodrigues e eu, não respaldou essa central. Na prática mesmo, nós e a CONTAG, não fazíamos parte nem de uma central nem de outra. Pensou-se em se filiar à CGT mas não chegamos a nos filiar porque o movimento sindical rural não aceitou.

Em determinado momento **as próprias centrais, que brigavam por questões políticas, viram que com os trabalhadores divididos ficava mais difícil encaminhar as lutas.** Viram que, **se não se uniam numa única central, deveriam se unir em torno de propostas, de lutas.** Aí houve vários encontros de CGT e CUT. A CONTAG sempre se manteve sem ser filiada nem a uma nem à outra.

Não temos nenhuma ligação orgânica com a CGT, que agora são duas. Politicamente a gente tem muita divergência. Mas não podemos deixar de sentar à mesa para conversar e encaminhar algumas coisas juntos, se for possível, desde que seja em cima das lutas concretas dos trabalhadores.

Castro: Em Pernambuco como está se dando o relacionamento da Federação com a CUT? Atualmente vocês têm diretores ligados à CUT. Como se chegou a isso?

Antônio: Primeiro, a FETAPE nunca teve dificuldade de trabalhar com a CUT. A gente tem divergências em algumas questões políticas. Mas, no geral, na questão política maior, a da luta dos trabalhadores, a gente tem uma identificação, a gente se aproxima muito na defesa dos trabalhadores: seja na área salarial, na questão da terra, na questão da política agrícola. E, de fato, já tinha alguns sindicatos filiados à CUT, mas que não deixaram de estar filiados à Federação, tanto na contribuição como na discussão. Nunca houve uma divergência radical entre nós. Temos pensamento politicamente diferente. Logo no começo eles pensavam que chegavam mais rápido, hoje sabem que a gente tem que chegar, mas com os passos, com os pés no chão.

Além disso, **a FETAPE nunca deixou espaço para ninguém ocupar em cima das lutas maiores, tanto na área salarial, como na área da terra como na da política agrícola. Em toda a briga dos trabalhadores, como a briga das barragens, a FETAPE está lá.** Nesse ponto, eles não tinham como nos contestar.

No início, na criação da CUT, eles não queriam fazer parte de direção. Participavam, votavam. Ainda no Primeiro Congresso da Federação, que foi há mais de três anos atrás, no Centro de Convenções, em 1987, Arraes ainda era candidato. Aí houve uma divergência grande aqui dentro. Por uma divergência eles não fizeram parte nem lançaram chapa porque perdiam, mas participaram com o voto em branco.

Em 89 houve uma discussão e entrou o companheiro Manoel, cutista, um companheiro muito bom, companheiro sério. Já existe também na direção da FETAPE o companheiro Israel, que é Presidente de um sindicato filiado à CUT, e ele já faz parte também da CUT. Hoje a FETAPE tem dois diretores que são da CUT.

A entrada desses companheiros não alterou a linha da Federação, tanto a linha política como a linha de encaminhamento das lutas. Até porque não tinha como alterar mais. O que tinha que fazer era dar continuidade ou aperfeiçoar mais as discussões.

A FETAPE E OS PARTIDOS POLÍTICOS

Castro: A FETAPE está apresentando, nas eleições de 3 de outubro desse ano, 105 candidatos a vereador e a prefeito. Na última eleição para prefeitos e vereadores, em 88, já havia apresentado alguns. A partir de quando foi claramente definido pela Federação que era importante lançar candidatos partidários, e publicamente defendê-los como candidatos da instituição?

Antônio: Antes de eu ser sindicalista eu já fazia parte da política partidária. Eu fui fundador do MDB em Afogados da Ingazeira no ano de 1966. Só entrei no movimento sindical em 1970. Eu sempre tinha o cuidado da política partidária. Porque o sindicato representa a categoria, enquanto o Partido Político, como a religião, não representam a categoria. Dentro deles estão todas as categorias, do trabalhador ao empresário, está todo mundo junto. Nós que somos sindicalistas temos que ter esse cuidado de saber diferenciar muito bem isso aí, para que não prejudique a ação sindical, o movimento sindical. Eu sou de um Partido, o companheiro é de outro Partido, se a gente começar a se tratar como político partidário isso é prejudicial. Essa clareza eu tive desde quando eu optei pelo movimento sindical. Em 82, o sindicato de Afogados de Ingazeira foi o primeiro sindicato na história sindical de Pernambuco, ou do Nordeste mesmo, que jogou o povo na rua, em plena ditadura, e brigou contra o Governo da ditadura, protestando contra um programa de Governo da ditadura. A

gente teve a honra de, com outros companheiros, fazer parte dessa diretoria que estava puxando essa luta. Chegamos em vários momentos a botar o próprio Governo no canto da parede. Outros sindicatos do Sertão e do Agreste seguiram nessa linha, puxados por Afogados da Ingazeira, como também no próprio Nordeste. O Sindicato de Afogados da Ingazeira tem, de qualquer maneira, uma história. E foi por essa razão que a gente chegou até a Federação. Em 82, por conta dessa luta, a gente recebeu muita pressão forte dos próprios trabalhadores, para sermos candidato a prefeito de Afogados da Ingazeira. E do próprio Partido, que era o PMDB, do qual eu fazia parte. E recebi muita pressão da Federação, onde eu tinha chegado naquele momento como diretor, no sentido contrário, para eu não sair candidato. Naquele momento, a política da Federação, infelizmente, era radicalmente contra a participação dos trabalhadores e da direção sindical, principalmente essa direção que tinha uma ação mais na linha combativa, de ser candidato na política partidária. Diante dessa pressão a gente optou pela continuidade no movimento sindical. Mas eu sempre defendia que era um papel do sindicato politizar o trabalhador. Sempre defendi, e continuo achando que o sindicato deve formar lideranças que tenham vocação na área sindical e lideranças que tenham vocação na área política partidária. Com isso o sindicato fica acima. Na medida em que o sindicato forma essas lideranças, quem está militando na área partidária tem consciência de que o seu papel ali é de ajudar, é de contribuir com a organização e com o avanço da luta dos trabalhadores, respeitando a sua entidade, que é o sindicato, e, ao mesmo tempo, com as lideranças sindicais assumindo a luta, no nosso entender, os trabalhadores avançam no campo organizativo da área sindical e também no campo organizativo político-partidário, que se diferenciam muito bem.

Eu fico muito preocupado quando a gente é diretor do sindicato e, ao mesmo tempo, é vereador, ou vice-prefeito. Se, em 82, eu tivesse optado pela política partidária, eu teria saído da militância sindical.

Castro: Alguns dirigentes sindicais acumulam cargos de dirigentes políticos?

Antônio: É. Sempre que eles são vereadores eles acumulam. Dentro do sindicato tem duas palavras que você usa: é sim ou não. Você não tem meio intermediário: “se”, “eu vou ver”. Não, isso não existe. Ou a pessoa tem direito ou não tem. Você não concilia, para agradar ele e constar como eleitor. E na política partidária, mesmo o camarada não tendo força diz: “eu vou ver se dou um jeito”, “eu vou ver se faço”. Mesmo a gente que faz a política séria. Existe outra coisa na política partidária que são os favores

imediatos. O movimento sindical não deve fazer isso que é assistencialismo. O político partidário, mesmo ele sendo da linha certa, ele tem que ter uma parte de assistencialismo, porque nós vivemos numa situação de miséria, o povo é miserável. Deve existir na Prefeitura, e no Governo do Estado, uma Secretaria de Ação Social, para dar assistência a esses miseráveis, mas dentro de uma ação governamental, não dentro de uma ação para beneficiar aquele que está ocupando aquele cargo. Ele pode até se beneficiar, mas não que ele faça já no intuito de se beneficiar, para ser deputado mais na frente, ou vereador, prefeito, ou até chegar ao Governo do Estado.

O Sindicato não deve fazer assistencialismo. Deve tratar de organização, de educação política, de reivindicação e pressão até contra o Governo que ele defende.

Castro: A eleição de Romeu da Fonte como deputado, e o seu mandato, que representaram para o movimento sindical?

Antônio: Eu acho que foi muito importante. Nós tivemos uma outra experiência anterior, com o companheiro Euclides, candidato a deputado federal e o companheiro Reginaldo, candidato a deputado estadual. Infelizmente não tivemos a sorte de chegar lá. Ainda até porque essa questão de candidatura de sindicalista não estava bem amadurecida. Nós, como Federação, viemos assumir a partir de 88, apoiando como candidato a prefeito de Barreiros, o companheiro Amaro, que foi importante também.

Mas essa agora, do companheiro Romeu, eu acho que foi fundamental. Como é importante para uma classe ter um representante na Assembleia Legislativa. Eu não quero nem saber se ele é trabalhador ou não. O que eu quero saber é se ele é, na sua cabeça, um sindicalista, como, no caso, o companheiro Romeu é. Não podemos negar. Eu tenho muito respeito por ele exatamente porque ele é chamado o traidor de sua classe, porque Romeu é neto de usineiro, é filho de alto comerciante aqui no Recife, e desde o seu primeiro ano como advogado foi advogado do trabalhador. Por isso é que eu tenho mais respeito por ele ainda.

Ele faz um papel muito importante até influenciar num determinado momento, como parlamentar, numa negociação. Tem vários exemplos.

O primeiro foi na greve do ano passado, quando o usineiro da usina União e Indústria, em Primavera, botou a polícia em cima dos trabalhadores. Na hora em que o sindicato ligou para a gente, para a FETAPE, imediatamente ligamos para o Dr. Romeu, e ele interferiu junto ao Secretário de Governo, já agindo na sua função de deputado. Imediatamente foi retirada a polícia lá do local.

O outro exemplo foi no ano passado, num paradeiro no município de Goiana, na frente da Usina Santa Teresa. Os trabalhadores pararam a usina. Estavam mais de 200 carros de cana sem conseguir entrar, e os trabalhadores firmes no portão da usina, para só deixar a usina moer quando eles pagassem o salário dos trabalhadores.

Eles não queriam pagar o salário do dissídio, logo na primeira semana. Os trabalhadores foram lá e pararam a usina. A gente estava lá negociando. A polícia estava lá. Aí o usineiro articulou junto ao Governo do Estado, aqui, e conseguiu a Polícia de Choque, para tirar os trabalhadores lá da frente da usina para deixar entrar as canas para a usina moer. O presidente do Sindicato liga para aqui dizendo que a Polícia de Choque tinha ido para lá. A Polícia de Choque indo ela tira mesmo. Imediatamente nos comunicamos com o doutor Romeu. O doutor Romeu liga imediatamente para o coronel comandante da Polícia e ele confirma que estava mandando a Polícia para lá mesmo, a pedido do Governo do Estado. Mas aí ele ponderou junto ao comandante, fez ver ao comandante, relatou para o comandante o que estava acontecendo e o porquê, e sugeriu ao comandante que deixasse para a Polícia ir no dia seguinte. Ele ia, com a Federação, intermediar. O comandante se comprometeu com ele de segurar a Polícia. Ele ia mandar a polícia só no dia seguinte porque ele tinha recebido uma determinação, e devia cumprir. E o comandante foi, com a Polícia de Choque, e sentou também na mesa de negociação. Chegou um momento que o próprio comandante disse para o dono da usina que agora ele estava sabendo o que estava havendo ali, que intransigente era ele, não os trabalhadores, que se ele estivesse pensando que ia botar trabalhador contra trabalhador – porque os soldados são trabalhadores também – ele estava totalmente enganado. Ele estava ali para garantir o direito de quem tivesse. E de fato ele, o comandante, até ajudou. Você vê por aí que foi fundamental o papel de Dr. Romeu como parlamentar.

Castro: Em relação à campanha salarial dos canavieiros, qual foi o papel do deputado Romeu da Fonte, em Brasília, junto ao Tribunal Superior do Trabalho, o TST, segundo se noticiou na imprensa recentemente?

Antônio: Esse ano aconteceu o seguinte. Nós ganhamos no dissídio que ainda está em vigor, uma cláusula que é muito importante, que é de ganhar 20% acima do salário mínimo. Antes era 10%. E temos outras conquistas.

Todo ano o usineiro recorre ao TST. O dissídio de 90 não foi julgado ainda. Os patrões conseguiram que o TST julgasse logo o de 91, com cláusulas importantes que a gente ganhou, ia ter vínculo com a questão salarial de 92.

Logo que a gente é comunicado pelo TST, a gente vai a Brasília. Foi na semana passada. E Dr. Romeu também foi. Antes de dizer que é deputado ele faz questão de dizer que é advogado. José Rodrigues foi. A gente levou 35 lideranças sindicais.

Nós temos no TST um ministro que tem um certo compromisso também, foi advogado de trabalhador lá em São Paulo, que é Almir Pazzianotto, que foi o relator. Tivemos uma reunião com Passianoto, com a presença de José Francisco, que é ministro do trabalho. A gente ganhou muitas cláusulas importantes, que vão ter uma influência fundamental. Agora, isso foi o conjunto, não foi Romeu sozinho.

Castro: Para a FETAPE é mais importante que fosse julgado pelo TST o dissídio de 91 antes do de 90?

Antônio: Não, para nós é indiferente. Quem queria que fosse logo julgado o recurso de 91 era senhor de engenho, o usineiro. Porque o de 91 ia ter influência nessa campanha de 92. Tem cláusula, como os 20% em cima do salário, a reposição salarial que nós tivemos, eles derrubaram, a gente ganhou. Se eles derrubam os 20% que a gente tem em cima do salário mínimo ia ser difícil a gente brigar. Agora já está mais fácil porque nós já temos uma decisão do TST. O tribunal aqui já deu, sem dissídio, e agora, com mais uma decisão do TST, aí é que foi melhor para o TRT aqui.

O tiro saiu pela culatra para os patrões. E para nós foi importante, porque como nós vamos chegar agora, pelo menos, oficialmente, sem perda salarial. Agora a gente vai brigar pelas perdas salariais desde antes do Governo Collor.

E houve mais de 20 greves esse ano, para o cumprimento do dissídio em vigor. Em todas elas o advogado estava lá sentado na mesa, até alta madrugada.

Castro: As negociações pelo cumprimento do dissídio se dão na área judicial?

Antônio: São negociações com os próprios patrões mesmo. Em alguns momentos talvez tenha havido a DRT, noutros é a gente com os próprios usineiros. Por exemplo, a gente parou uma usina, os trabalhadores estão lá na frente da usina, não moi, não entra nem sai. Aí o camarada senta na mesa. “O que é que vocês querem?”, perguntam os patrões. E a gente responde: “Os trabalhadores querem que seja cumprido o salário que não foi cumprido, etc.” A gente está ali com a pauta na mão.

Muitas vezes tem um representante do Ministério ali, mediando. Muitas vezes é a gente mesmo. Foi um dos maiores avanços que a gente teve.

Castro: Como foi essa paralisação da Usina Cucaú feita pelos trabalhadores para exigir o cumprimento do dissídio?

Antônio: A Usina fica no município de Rio Formoso. São 5 Sindicatos - de Rio Formoso, Sirinhaém, Ribeirão, Gameleira e Ipojuca - têm uma organização maior e pararam a Usina Cucaú durante 5 dias. Essa usina é de um usineiro progressista, o Armando Monteiro. E de José Múcio. É dos Monteiro. Lá ficamos 5 mil trabalhadores, na frente dessa usina. Os patrões começaram a cozinhar porque eles sabem que os os canavieiros só agüentam parados dois dias, três dias no máximo. Porque aí vem a fome. Quando chegou no terceiro dia, os sindicatos se cotizaram, compraram um boi de umas 20 arrobas, desfilaram com ela na frente do escritório da usina, onde os homens estavam vendo. No pátio da usina mataram o boi, tiraram o couro, distribuíram a carne. Aí eles viram que teriam que negociar porque comida não ia ser problema.

A FETAPE E AS ENTIDADES PATRONAIS CANAVIEIRAS

Castro: Vocês analisaram a proposta de Armando Monteiro Filho para a lavoura canavieira?

Antônio: Eu até estava nessa reunião com ele. A negociação é salutar para todos. Os trabalhadores estão abertos para a negociação. Não foi tirada uma posição oficial porque não houve uma reunião oficial para a gente tratar disso.

Castro: Os usineiros e os fornecedores são bons negociadores?

Antônio: Não, nem um, nem outro. Os fornecedores ainda são piores. Mas eu acho que existe uma articulação entre eles quando os fornecedores já, por duas vezes, por dois anos, disseram que não sentam na mesa junto com os usineiros. O usineiro se mostra bonzinho, mas não é porque são bonzinhos não. Nem um nem outro é bonzinho de negociação não. O usineiro, em determinado momento, principalmente na parte do cumprimento, já é um pouco melhor porque é um só. E quando ele vê parar a usina dele o prejuízo é grande. Alguns usineiros até que se abrem mais um pouco, mas só com o paradeiro. Mas bonzinho, bonzinho mesmo não são não. Por questão política eles são menos sacanas, vamos dizer.

Castro: Depois de tantas campanhas salariais o patronato da cana ficou mais difícil de negociar?

Antônio: É. Tanto que houve 12 campanhas salariais e só houve duas ou três negociações. O resto foi tudo para dissídio. Eles são difíceis de negociar mesmo ⁽³⁾. Eles sabem que aqui, em Pernambuco, negociou tem que cumprir.

Castro: Mas o dissídio também não tem que cumprir?

Antônio: Sim, eles têm que cumprir, mas aí eles têm mais condições de questionar o cumprimento. A primeira coisa que eles fazem, quando sai o dissídio, é apelar para o Supremo. E quando negocia não vai ter mais como deixar de cumprir. Com o dissídio eles podem jogar mais.

Castro: Por que a UDR não prosperou em Pernambuco?

Antônio: Sua pergunta é importante. Talvez porque a área mais aguda em relação à questão fundiária é o Sertão, e lá não houve conflitos muito acirrados. Onde existe um nível de organização maior é na Zona Canaveira, que está na briga pelo salário. A luta pela terra tem sido mais localizada. A reforma agrária não é uma bandeira tão importante em Pernambuco como no caso do Norte.

Castro: A bandeira principal aqui é a questão salarial?

Antônio: É. Tem sido a principal. Em Pernambuco não tem tanto latifundiário como lá. Mesmo no Sertão a gente não partiu para essa grande briga ainda.

ARRAES E OS ASSALARIADOS DA CANA

Castro: Como Arraes mediu os conflitos trabalhistas na agroindústria canaveira em seu primeiro e segundo Governos?

Antônio: O primeiro Governo Arraes eu apenas conheço pela história, porque a gente não viveu de perto. A gente estava no Sertão. Mas eu acho que foi tão histórico que

³ Os patrões preferem o dissídio ao acordo negociado, porque este os compromete mais para o cumprimento do que o dissídio, no qual eles podem sempre apelar.

ele é como um deus para os canavieiros. Eu cheguei em casa de engenho, aonde a mulher, já velhinha, me chama, me abre o santuário e está lá o retrato do doutor Arraes. E ela chegou a dizer para mim que era santo. E ali ela fica passando o exemplo para os novos. E é tanto que os jovens do meio rural chamam Arraes de avô.

Ele teve um papel fundamental naquele momento que foi o início da organização e da criação mesmo do movimento sindical. Eu acho que o prejuízo imenso que nós tivemos foi o golpe de 64. Eu acho que o sindicato, principalmente no caso de Pernambuco, nasceu das lutas mesmo, começando a partir das Ligas, que – eu conheço também pela história – foram muito importantes. Eu acho que todos aqueles políticos comprometidos, independentemente de sua ideologia, deram uma contribuição fundamental naquele momento.

O doutor Arraes teve o privilégio de ser o Governador no momento. O líder maior é sempre o que aparece, mas teve outros que contribuíram, até aqueles que faziam errado, querendo passar por cima, mas não deixaram de contribuir.

Foi no ano de 87 que Arraes repetiu o Acordo do Campo. Já estava na 8ª Convenção, na 8ª Campanha Salarial. Já existia uma prática. Nesse segundo Governo, eu acho, foi muito mais fácil para ele. Foi mais uma homenagem a ele, que ele merece. Por isso é que não é à toa que ele na Zona Canavieira, hoje no Sertão e no Agreste também é um mito. Mas tem que saber porque ele é. Porque para os canavieiros ele é. Eu fui em muitas casas e eles mostraram as camas onde eles dormiam antes do Governo Arraes e hoje, a cama que ele tem. Muita gente guarda a roupa que usava antes do Governo Arraes para servir de exemplo para os novos.

Castro: Arraes, em seu primeiro Governo era tido, pelo patronato, como uma pessoa radical. No seu segundo Governo, Arraes não meteu mais medo nos patrões, e teve um relacionamento melhor com o patronato, não é?

Antônio: Foi. Apesar de que, no primeiro Governo, ele ganhou em conjunto com a direita, o vice dele era um homem de direita. **Doutor Arraes nunca foi radical, nem nunca foi comunista. Ele é um cara que tem uma visão política, tem compromisso, tem uma sensibilidade imensa pela pobreza.** É inegável. Quando começou aquela luta, os radicais se aproximaram mais das ideias dele, e isso meteu medo nos senhores de engenho e nos usineiros daquela época.

Naquela época não existia sindicatos, quando se começou a criar sindicatos. Agora, quando ele volta, os sindicatos já tinham mais de vinte anos. **A classe patronal**

já estava mais domesticada. Aí ele já não meteu mais tanto medo. E foi por isso que ele pôde avançar mais no Agreste e no Sertão. Naquele tempo, apesar de haver o movimento, não havia o nível de organização que há agora.

Castro: Em relação à reforma agrária, Arraes parece não ter contribuído muito. Foi com medo de provocar uma reação do patronato? Ou porque ele não acredita em reforma agrária?

Antônio: A questão agrária está mais no nível nacional. E o Governo nacional divulgou um plano que não era o ideal, mas que dava para ser executado. E mesmo assim não se avançou. E Arraes, num Estado pobre, não tinha como ter avançado mais mesmo não. A gente tinha esperança que ele avançasse, mas deve-se reconhecer também que ele enfrentou alguns problemas financeiros. Porque o Governo do Estado não desapropria, adquire, não é? E ele não tinha recursos.

O MOVIMENTO SINDICAL E A REFORMA AGRÁRIA

Castro: A CONTAG apoiou o Governo Sarney, no que se refere ao PNRA, até fins de 87. A avaliação feita hoje é de que deveria ter rompido antes?

Antônio: Esta resposta ficaria mais fácil para um diretor da CONTAG.

A CONTAG não apoiou o Governo Sarney, apoiou o Plano, e foi frustrada. A FETAPE, eu também apoiei o Plano, e fui frustrado. Pessoalmente, nunca acreditei no Governo Sarney. Seria melhor se tivesse sido o Tancredo. **Acho que apoio total ao Governo Sarney ninguém deu.**

Castro: Que **categorias de trabalhadores rurais de Pernambuco mais se mobilizaram pela reforma agrária durante o PNRA?** Foram posseiros, pequenos proprietários, minifundistas, assalariados? Quem fez passeata, foi a Brasília, etc.

Antônio: Foram mais **os posseiros, minifundistas, sem terra, meeiros, rendeiros.**

Castro: Qual foi o tipo de luta pela mais utilizada por esses trabalhadores?

Antônio: Foi a ocupação.

Castro: Depois do Governo Sarney o movimento sindical modificou a sua concepção de reforma agrária?

Antônio: Eu acho que a concepção do movimento sindical ainda continua a mesma de antes do Governo Sarney, só que **não houve ainda, a nível nacional, uma determinação, uma posição, uma decisão política e uma organização – e isso envolve muitos outros núcleos – que forçasse uma reforma agrária** que os trabalhadores precisam, reivindicam, pela qual lutam.

O Governo Collor fez uma coisa que nenhum Governo da ditadura fez: fechou a SUDENE e prejudicou não só a classe trabalhadora mas prejudicou a todo o mundo. O Governo Collor faz e desfaz do PAPP, bloqueou o dinheiro da poupança dos trabalhadores, dinheiro do povo. Fez e desfez. Está esse movimento agora, o do *impeachment*, porque se chegou ao cúmulo. Por aí se pode avaliar como o voto é uma arma poderosa. O que ainda está mantendo ele de pé foram os 35 milhões de votos. Se o povo usar o voto para a política correta, vai ser muito importante para a gente.

A HETEROGENEIDADE DO CONJUNTO DOS TRABALHADORES RURAIS E A REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL DOS PEQUENOS PRODUTORES

Castro: Como são as relações entre cooperativas e sindicatos?

Antônio: Esse é um assunto interessante porque **eu sou um que acredita muito no cooperativismo** também. Até porque o mesmo fundador do sindicato foi o fundador também da cooperativa lá no meu município. E eu, não sei se porque era pequeno produtor, me filiei primeiro à cooperativa do que ao sindicato, apesar de que nunca fui diretor da cooperativa. Só ocupei a direção do sindicato.

Essas duas entidades – o sindicato e a cooperativa – são importantes na vida do pequeno produtor, desde que houvesse consciência política desses trabalhadores, desde que soubessem que o sindicato é um órgão importante na parte política e a cooperativa é importante na organização da parte econômica. Só ela pode e tem poderes para fazer um projeto e comercializar, para fazer repasse aos seus associados, para comprar a produção e guardar. Ela tem esse poder que o sindicato não tem. Agora, o que está acontecendo é que a cooperativa não está sabendo usar isso, até por questão política mesmo.

Os sindicatos têm sofrido influência política de Igreja, de Partidos Políticos, mais na área esquerda, do Governo, mas não têm sofrido influência e controle do poder econômico, porque não é econômico. Como as cooperativas são da área econômica, elas sofrem a pressão econômica direta mesmo.

Tem o sindicato no município, mas tem que ter a Federação no Estado, para entrar nessa luta, porque o sindicato sozinho não tem força. E até para unificar a luta. E a nível nacional, com a Confederação.

A mesma coisa é com as cooperativas, que existem a nível de município mas têm um órgão na capital, que faz essa ligação, e outro, a nível nacional. Qual é o órgão a nível de Estado? É a OCEPE. Quem é que dirige a OCEPE? Qual é o órgão a nível nacional? É a OCB. Quem está na OCB é o pessoal da UDR. Com esses órgãos que fazem a ligação das cooperativas, elas já fugiram do controle do movimento sindical. A gente, do sindicato, fica brigando para ter esse controle. É tanto que **o maior número de cooperativas o maior número de associados são pequenos produtores, mas quem está no controle dela é o grande produtor**. A nossa cooperativa de Afogados da Ingazeira que a gente chegou a ter o controle dela, está hoje controlada pelo poder econômico, que, junto com um Partido Político tomaram a cooperativa, acabaram com a cooperativa. A cooperativa, hoje não tem crédito em Banco. Passa cheque sem fundo, acaba o patrimônio. Esse é que é o grande erro.

Segunda parte da entrevista

Castro: Os pequenos produtores são disputados também pela FAEPE?

Antônio: Também. A FAEPE está avançando nessa faixa. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a CNA, está investindo nos pequenos produtores.

Existe um projeto nosso na Câmara, que ainda não foi aprovado, onde a gente coloca que o produtor que tenha até três módulos rurais possa ser enquadrado como trabalhador rural, como sindicalizado, ligado à CONTAG. A CNA quer que esse produtor seja dela. Há uma disputa no Congresso pela lei do enquadramento sindical. Atualmente, até um módulo já está garantido que é trabalhador rural, pela lei de enquadramento social, uma lei antiga.

Castro: As conquistas dos assalariados da cana ajudaram a luta do restante do movimento sindical do Estado, ou ficaram limitadas à Zona Canavieira?

Antônio: Isso é um negócio interessante porque o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais representa os trabalhadores assalariados, parceiros, arrendatários, comodatários, e os pequenos proprietários, que são disputados pelos sindicatos patronais. Esses são os que nós representamos.

Veja como os interesses são diferentes. O interesse do assalariado é pelo salário, pela educação, a saúde. O interesse do parceiro é, ou para ele ter uma terra, pela reforma agrária, ou contribuir menos na parceria. O interesse do pequeno produtor é preço, crédito, garantia do valor da produção. Os parceiros e arrendatários também entram aí. São interesses diferentes, uma salada de interesses. E no caso dos autônomos, eles acham que quando o salário dos canavieiros aumenta aqui, sobe o preço do açúcar, do feijão, da farinha. Eles acham que piora para eles. Só não acham aqueles que são mais politizados. Já houve ocasião, durante campanhas salariais da Zona da Mata, que alguns sindicatos do Agreste e do Sertão, onde os trabalhadores tinham condições, conseguiram arrecadar donativos junto aos associados e mandar para cá. É uma parcela dos que participam do sindicato, que sabe diferenciar isso, que o assalariado tem que ter um melhor salário. A questão do pequeno produtor é de se lutar para que ele tenha uma garantia de crédito, de assistência técnica, e tenha a garantia do preço. Mas no geral existe um interesse comum que é o interesse pela terra.

Castro: Em vez de um sindicato reunindo pequenos produtores e assalariados rurais, não se teria um sindicalismo mais forte se cada categoria tivesse seu sindicato?

Antônio: Aí existe uma grande polêmica. Já houve um sindicato de pequeno produtor, mas não foi muito além. Logo na época da fundação, as duas federações viviam numa mesma sede, aqui em Pernambuco. Euclides sabe muito bem essa história. É importante até que ele conte.

Dá para você administrar a presença dessas categorias num mesmo sindicato. Essa questão passa pela questão política. Você tem que olhar também a união de forças. O que precisa ser feito é uma educação política.

Castro: A atuação da FETAPE é mais voltada para os assalariados da cana, até mesmo pela sua própria história. Ela tem dificuldade em dar às outras lutas o mesmo peso que dá à luta dos assalariados da cana?

Antônio: A dificuldade de se trabalhar com o pequeno produtor é a de falta de uma estrutura normativa. Para o assalariado já existe uma política definida, que é a luta pelo melhor salário, pelas férias, pelo 13º mês, etc.

A direção da FETAPE hoje é de pequenos produtores. No entanto, se vê que há uma organização maior no encaminhamento da questão assalariada. Porque já existe a clareza. No caso do pequeno produtor, por que objetivo ele luta? É o crédito, a assistência, é o preço mínimo, a garantia da venda da mercadoria, é a comercialização. E dentro dessa política, no bojo dela, estão todas as forças, todos os interesses, do pequeno produtor ao grande. Estão os trabalhadores do Nordeste ao Sul, que são totalmente diferentes. No Sul, o pequeno produtor, com três, ou quatro ou cinco hectares de terra, se você for ver, a situação dele é bem melhor do que a daqueles que têm cem hectares aqui no Nordeste. Mas essa questão já está sendo discutida pelo movimento sindical.

Agora, por exemplo, nós estamos aqui com um grupo de pequenos produtores, apoiados pela FETAPE, com seus sindicatos, cooperativas e algumas associações. Já tivemos uma reunião na Secretaria de Agricultura, com o Dr. Roberto Vilar. Agora vamos ter uma reunião com os três secretários, o da Agricultura, o da Fazenda e o de Planejamento, mais o presidente do BANDEPE. O problema a ser discutido são os empréstimos tomados pelos pequenos produtores num programa de crédito popular foi existiu no Governo Arraes. Agora o BANDEPE está forçando os pequenos produtores que tiveram crédito para os kits de irrigação, a pagar os empréstimos senão serão tomadas as suas garantias. Os produtores reconhecem que devem, mas só aceitam pagar o principal. Nessa reunião de quarta-feira vai se definir como vai ser esse pagamento. Na Secretaria de Agricultura disseram que era difícil marcar uma reunião com três secretários e o presidente do BANDEPE. Os companheiros responderam: “O senhor está achando difícil reunir quatro Secretários. Nós vamos reunir no município e vamos trazer aqui para dentro 8.000 trabalhadores”. O de outro município disse: “Eu trago 500”, o outro, “Eu trago 400”. E só vamos sair quando resolverem o problema”. Aí o cara recuou: “Não, não precisa trazer...”. E vamos mobilizar. E se os três Secretários não forem a turma vai mesmo lá para dentro. Então, o que está precisando mesmo é de organização.

Castro: A FETAPE está decidida a fortalecer o trabalho com os pequenos produtores?

Antônio: Ah! Está. Não é possível que uma direção de pequenos produtores não encaminhe a **questão da política agrícola. Mas, na medida em que forem se organizando esses pequenos produtores, criando suas associações. Mas que essas associações se criem, não digo sob o controle, mas sob a coordenação do Sindicato, bem como as Cooperativas.** Precisamos articular Sindicato e a Cooperativa, um na representação política política e o outro na defesa dos interesses econômicos do pequeno produtor.

Castro: Há na **FETAPE** um departamento ligado aos pequenos produtores?

Antônio: A gente criou **as Comissões de política agrícola, de política agrária, de finanças, de política educativa sindical.** Já é estatutário isso aí. E temos os diretores mais ou menos responsáveis. A Comissão de Finanças ficou ligada a mim, como Tesoureiro. A Comissão de Política Agrícola ficou com o companheiro Manoel Santos, e a de assalariados ficou com José Rodrigues. Eu defendo que nas próximas eleições já seja eleito o diretor específico para cada área, como foi no caso da CONTAG, que elegeu um Secretário de Política Salarial, já com aquele papel. Mas é preciso uma discussão política bem maior para que todos esses diretores possam de fato atuar.

A outra coisa é com relação à assessoria. Às vezes um assessor fica assessorando várias Comissões e várias Secretarias. Isso é devido à nossa dificuldade financeira que impede de contratar mais assessores.. Pessoas até que se tem, com capacidade para desempenhar esses papéis.

A POLÍTICA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Castro: O que representou o PAPP ⁽⁴⁾ para a FETAPE durante o segundo Governo Arraes e que consequências teve, a seguir, extinção do PAPP?

Antônio: O PAPP foi um programa, dentre todos os programas dos governos passados que, se tivesse havido seriedade na execução dele, se tinha tido condições de chegar mais ao pequeno produtor. E o que aconteceu naquela época, no movimento sindical, era a participação no Programa. Não era uma questão só de que se tratava do Governo Arraes. Existia a Comissão Partidária que discutia os projetos

⁴ O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor foi um sucedâneo do POLONORDESTE, mantendo a mesma estratégia de ação, e possibilitando uma maior participação das comunidades rurais e das organizações dos produtores, como as associações. Eu participei da elaboração do PAPP de Pernambuco, entre 12.05.83 e 30.04.84.

que vinham das comunidades. Isso era cumprido, junto dos órgãos do Governo, no caso, o PRORURAL. Em vários projetos a FETAPE tinha assento à mesa, para dar parecer sobre o projeto. A outra entidade foi a CRDR, a Comissão Regional para o Desenvolvimento Rural, na SUDENE, onde as Federações tinham um papel importante na aprovação dos recursos, como também na cobrança e nas denúncias. Durante o governo Sarney, o movimento sindical como um todo tinha influência e chegou de algum modo ao pequeno produtor.

O Governo Collor quando entrou já foi logo extinguindo, sem ato nenhum, de modo arbitrário, o CRDR, acabando com a SUDENE como um todo. Agora o movimento sindical tem a dificuldade maior do mundo a ter acesso até às informações. No caso do Governo do Estado, não tinha dúvida que existia, com o Governo Arraes, uma aproximação maior. A gente tinha montado uma estrutura para acompanhar esses programas. No governo atual, o de Joaquim Francisco, desde que ele assumiu ninguém teve acesso a mais nenhuma informação. Isso porque Joaquim Francisco, não há interesse em trabalhar com a FETAPE, ou facilitar alguma coisa para a FETAPE, quando ele sabe que a gente tem uma linha política que não é a dele.

Castro: A FETAPE contratou funcionários quando o PAPP estava em pleno funcionamento, e depois teve que demiti-los. Quando este Programa foi esvaziado?

Antônio: Foi. A gente tinha uma estrutura bastante grande. A gente tinha 11 carros em todo o Estado. Em cada Pólo a gente tinha dois assessores, mais um carro com motorista. Antes desse Governo mesmo a gente já tinha feito alguma redução por causa dos recursos que foram diminuindo. E quando o novo governador assumir a gente teve que demitir alguns assessores, todos os motoristas foram demitidos. Os carros continuam, mas sem motorista. Às vezes é o assessor do Pólo quem dirige. Fora isso, a gente procurou manter a estrutura de pessoal que foi montada, que se faz necessária. Alguns funcionários importantes estão hoje aqui com a gente.

Castro: Na assessoria da FETAPE há agrônomos e técnicos agrícolas?

Antônio: Temos só um técnico agrícola, que fica em Serra Talhada. Já tivemos um agrônomo, mas que não deu muito certo e ele saiu mesmo antes de terminar o projeto.

Castro: A FETAPE tem quantos advogados em sua assessoria?

Antônio: Estamos com quatro nos Pólos, mais três aqui na sede. Aqui seriam quatro, mas o dr. Romeu agora é deputado estadual.

Castro: Qual é a qualificação profissional do restante da assessoria?

Antônio: Estão mais na área de educação sindical.

A FETAPE E OS PARTIDOS POLÍTICOS

Castro: Como garantir que os candidatos apoiados pela FETAPE, se eleitos, sejam de fato representante dos trabalhadores?

Antônio: A FETAPE realizou dois encontros com os candidatos. No primeiro encontro a gente teve o cuidado de ver com aqueles companheiros qual era a intenção deles. Um quer ser vereador, um quer ser prefeito, um quer ser vice-prefeito. Quer ser candidato para ganhar dinheiro, ou porque o Partido convidou, o chefe político convidou, ou ele foi candidato saindo de uma discussão do sindicato dos trabalhadores, saiu com compromisso? Qual é o seu compromisso com os trabalhadores, com as mudanças? Então, nós tivemos uma primeira reunião nessa linha aí. Foi interessante. Teve companheiros candidatos que passaram por uma discussão dos trabalhadores no Sindicato e no Partido. E teve sindicato em que três diretores saíram candidatos, cada um por um Partido diferente.

O ideal é que os candidatos saíssem não como candidatos próprios, mas como candidatos da categoria, tirado numa discussão com os trabalhadores e apoiado em forças políticas comprometidas com os trabalhadores. Essa foi a nossa orientação. Tem alguns candidatos, é a minoria, que estão dentro dessa linha aí. E outros que saíram por diversos Partidos, até Partidos de direita, pelo PFL.

Castro: Como é que a FETAPE procede diante de candidaturas de sindicalistas que se lançaram por Partidos de direita?

Antônio: Muitos dos que são candidatos pelo PFL e por Partidos ligados com o PFL nem vieram a essa reunião. E foi até melhor. A gente já tinha colocado qual é a linha da gente. O nosso discurso é sério e claro porque se diz identifica quem estava nas lutas em defesa dos interesses dos trabalhadores e quem estava do outro lado.

Castro: Digamos que um Sindicato ligado ao PFL apresente um candidato que é trabalhador só de nome. Vocês vão chegar diante do eleitorado daquele município e vão dizer: “Olhem, a Federação lava as mãos. Isso é um problema de vocês”.

Antônio: A gente nem lá vai. Se a gente for lá, a gente vai dizer, dentro do sindicato, que esse Partido, como o PFL, sempre esteve ao lado da repressão, sempre esteve no poder e é responsável por toda essa miséria aí. O Joaquim Francisco está com esse discurso de neo-liberalismo, mas a gente sabe quem é ele. Marco Maciel, também.

Castro: Você tem uma lista com a relação dos candidatos, indicando seu Partido, o cargo a que se candidata, sua relação com o movimento sindical?

Antônio: Temos, você pode pegar isso com Georgina.

O SINDICATO E O ESTADO

Castro: O Imposto Sindical sofreu alguma alteração após a Constituição de 1988?

Antônio: O imposto, apesar da nossa luta para que ele seja extinto, ainda existe. Mas conquistamos que na Constituição tivesse o Artigo 8º que nos dá o direito de criar a Contribuição Confederativa, uma contribuição democrática porque os recursos vão para o sindicato e os trabalhadores vão saber em que vai ser aplicada, com prioridade para educação e para assistência jurídica. Essa Contribuição é implantada, no município, numa assembleia dos associados do Sindicato, convocada estatutariamente. Tem município que já implantou e está dando certo. E já comunicaram às empresas que não descontassem o imposto sindical dos trabalhadores. E as empresas não descontaram. Mas vamos ver o que é que isso dá.

2. ARISTIDES VERAS DOS SANTOS

Perfil do entrevistado

Aristides Veras dos Santos tinha 28 anos, completados no dia da entrevista, 16 de Junho de 1992, momento em que o mesmo era Secretário do Departamento Rural da CUT, em Pernambuco e Dirigente do PT em Tabira, no Sertão do Alto Pajeú. Sua origem profissional é de pequeno produtor neste município.

Nos anos 1980, iniciou sua militância política nas Comunidades Eclesiais de Base e na Pastoral de Juventude da Igreja Católica. Em 1987, com 23 anos, foi eleito presidente do STR de Tabira. Em 1987, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em Tabira. Em 1988, candidatou-se a prefeito desta cidade pelo PT. Posteriormente ao momento de nossa entrevista, entre 1990 e 1995, ele foi vice-presidente da CUT de Pernambuco, além de secretário do Departamento Rural desta Central. Em 2002, foi eleito presidente da FETAPE. Em 2017 assumiu a presidência da CONTAG, com mandato até 2021. Graduou-se em Letras, em 1995.

Tópicos mais relevantes da entrevista

- A FETAPE não dá nenhum espaço para as outras forças, ela se acha absoluta.
- As ocupações de terra que acontecem mais recentemente em Pernambuco são através do MST nacional, com o apoio da CUT.

Situação da entrevista

A entrevista individual foi em parte gravada e em parte registrada com anotações, a pedido do entrevistado. Infelizmente, a parte não gravada foi extraviada e não consta deste meu relato.

Entrevista

A PRESENÇA DA CUT NO MSTTR DE PERNAMBUCO

Castro: Quantos STR de Pernambuco estão hoje filiados à CUT?

Aristides: São 18 Sindicatos. Na Zona da Mata há 5 STR filiados: Maraial, Pombos, Jaboatão, além de Ipojuca e Chã Grande, que não seguem a linha da CUT e por isso

serão desligados. No Agreste há 2 STR filiados: Bom Jardim e Surubim. E no Sertão há 11 STR filiados, sendo 2 no Pajeú: Itapetim e Tabira; 3 no Sertão Central: Belmonte, Serra Talhada e Triunfo; 4 no Araripe: Exu, Ipubi, Ouricuri, Trindade; e 2 no Submédio São Francisco: Petrolândia e Orocó.

Além disso, há STR não filiados que seguem a linha CUT, sendo 03 na Zona da Mata: Água Preta, Cabo e Palmares. No Sertão alguns STR do Polo do Submédio São Francisco, “puxados pelo Sindicato de Petrolândia”.

Castro: Como têm evoluído as **relações entre a CUT e a FETAPE?**

Aristides: Na minha avaliação **a FETAPE tem uma visão, assim, não sei se seria individualista, mas pelo peso, pela representatividade que ela tem no Estado, eu acho que ela não dá nenhum espaço às outras forças, ela se acha absoluta.** E a gente tem tido algumas dificuldades por conta disso. De um lado, por ela ser forte, e de outro, por a gente ser, de certa forma, fracos. Então, a gente pode contribuir muito em termos de propostas para a inovação do sindicalismo no campo, mas do ponto de vista de massa, nós somos ainda uma força inexpressiva do Estado. Dos mais de 160 sindicatos do Estado nós temos uns 18 filiados e mais uns 10 próximos.

Castro: Em relação ao movimento de reforma agrária, de ocupação de terras, vocês não têm uma penetração maior no meio rural que a FETAPE, não é?

Aristides: **Nas ocupações de terra que têm tido aqui nós temos sido mais apoio que coordenadores do processo de ocupação. Os casos que acontecem se dão através do MST nacional.**

Na última eleição da FETAPE entraram 4 companheiros nossos na direção como um todo. Ficamos com o Secretário Geral, ficamos com um membro efetivo do Conselho Fiscal, um suplente do Conselho Fiscal e um suplente da direção.

Castro: Na eleição anterior para a direção da FETAPE, em 1988, vocês tinham batido chapa contra a situação da FETAPE, não é?

Aristides: A gente não chegou a bater chapa, a gente pediu voto branco.

Castro: Mas já tinham uma chapa formada, encabeçada por Manoel Santos?

Aristides: Mais ou menos, porque na hora terminou o pessoal avaliando que não deveria lançar a chapa e chamar o voto branco. A gente estava propondo uma

composição com a FETAPE, mas houve uma certa maracutaia lá na articulação e estavam tentando botar a gente fora mesmo. Então, a gente resolveu se retirar da chapa, e chamamos o voto branco, que estava em cima da hora, e eles inviabilizaram até uma chapa nossa. Tivemos 20%.

Castro: A força da CUT tem aumentado em Pernambuco?

Aristides: Tem aumentado não só do ponto de vista numérico mas de qualidade.

Castro: A FETAPE tem uma penetração maior nos canavieiros. Mesmo aí vocês têm conseguido furar?

Aristides: É um pouco mais difícil. A gente conseguiu já alguns sindicatos, como o sindicato de Maraial. Talvez na próxima eleição a gente possa consolidar de fato o sindicato de Água Preta, até pela importância que ele tem.

Castro: Em Água Preta havia duas chapas ligadas ao PT, não é?

Aristides: Nessa última agora, não. A luta lá é contra a direita, contra o atual prefeito.

3. EXPEDITO RUFINO DE ARAÚJO

Perfil do entrevistado

Expedito Rufino de Araújo tinha 48 anos por ocasião da entrevista, em 12 de Novembro de 1992. Formado em economia, ele era assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG) para o Nordeste (desde 1990) e ex-assessor da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Pernambuco (FETAPE) (1986-1989).

Tópicos mais relevantes da entrevista

- Há uma certa frustração do movimento sindical rural e dos partidos de esquerda em relação à Nova República quanto ao processo de redemocratização
- Em seu segundo governo Arraes abriu espaço para o movimento sindical com a indicação de Romeu da Fonte como seu Secretário de Trabalho.
- O movimento sindical precisa romper com a tendência ao assistencialismo e focar mais no processo organizativo e na luta pela questão agrária e agrícola
- Houve um avanço do neo-liberalismo no Brasil, com as mudanças no Leste europeu, tendo como marco a queda o muro de Berlim. A grande mídia ajudou nisso, sobretudo a televisão.
- O movimento sindical esperava que o segundo governo Arraes atuasse mais em relação à questão agrária, para a qual ele não apresentou uma proposta. Ele ficou administrando o cotidiano.
- O movimento sindical de Pernambuco, devido à sua postura legalista e sua organização de base, goza de respeitabilidade diante do Tribunal Superior do Trabalho, que, no final, arbitra as controvérsias entre os trabalhadores e o patronado, constituído pelos usineiros e fornecedores.
- O movimento sindical rural de Pernambuco sempre soube articular desde a base até as instâncias superiores, inclusive o TST e a Câmara dos Deputados.
- O patronato de Pernambuco sempre foi bem organizado. Isso faz parte da história desse Estado.
- A FETAPE é um modelo no Norte e Nordeste na preocupação em ter uma boa assessoria técnica e política. É também modelo na renovação dos dirigentes.

- A Igreja não perdeu a influência ideológica em muitos sindicatos, apesar de ter perdido o controle orgânico.
- A opção preferencial da Igreja pelos pobres pode ser entendida de forma prejudicial aos sindicalismo, se revestido nas formas do assistencialismo.
- Os partidos de esquerda buscam a FETAPE como um campo de atuação.
- No encaminhamento das lutas a CONTAG e a CUT caminharam juntas, apesar de divergências. A razão dessa parceria é que a CUT, ao contrário das outras centrais, sempre teve uma presença no campo.
- Desde o início dos anos 1980 os STR da Zona da Mata fazem suas reivindicações por usina, inclusive as formas de luta, através de um coletivo sindical dos municípios da área de atuação da usina. Isso fortaleceu o movimento sindical. Em relação aos engenhos, também foram criados coletivos de trabalhadores, proposta apresentada no 4º Congresso da FETAPE.
- A modernização na agroindústria canavieira de Pernambuco, tanto na parte agrícola como na parte industrial, teve um impulso com o PROÁLCOOL, a partir de 1978, mas apenas em algumas áreas, que alcançam hoje alta produtividade. As usinas que não se renovaram estão falindo. O empresário muito produtivo tem interesse em que haja o pouco produtivo porque existe a equalização dos custos, no cálculo do preço do açúcar.
- A representatividade sindical para os agricultores familiares tem sido deficiente por falta de políticas e estruturas organizacionais voltadas para isso.
- No Norte e Nordeste, os agricultores familiares são muito desorganizados. Ora procuram o sindicato, ora procuram a cooperativa. No Centro Sul e, principalmente no Sul, a grande parte deles está no sindicato.
- A UDR se desenvolveu em algumas regiões do Brasil porque os grandes produtores pensaram que fosse haver reforma agrária na Nova República. Passado esse medo, a entidade se acabou. Aqui no Nordeste a UDR não se desenvolveu porque (i) a liderança dos trabalhadores rurais estava com a FETAPE, que é uma entidade muito legalista; (ii) a presença de Arraes no cenário político estadual, como uma figura moderada; (iii) as elites agrárias de Pernambuco estavam enfraquecidas, estando a política nas mãos de políticos urbanos, como Roberto Magalhães e Marco Maciel.

- A reforma agrária nunca foi objeto de uma proposta dos partidos brasileiros, integrando um projeto para o país ou para a América Latina. A reforma agrária deve ir muito além do enfoque fundiário, incluindo a política agrícola e as políticas sociais para a população do campo.

Situação da entrevista

A entrevista individual gravada me foi concedida na sede do Projeto Dom Helder, em Recife, e cujo coordenador geral era o próprio Expedito Rufino.

Entrevista

FETAPE E ARRAES

Castro: A forte vinculação da FETAPE com o segundo Governo Arraes não diminuiu a força de pressão do movimento sindical sobre o governo do Estado?

Expedito: Não, acho que não diminuiu a pressão. Acho que houve um certo refluxo do movimento sindical pós-governo Arraes, e já durante o governo Arraes, mas era fruto do refluxo mais geral de todo o movimento social. Acho que o sindicalismo, tanto urbano como rural, nesse período, no Brasil, não só no Nordeste, nem só em Pernambuco, sofreu um refluxo, que é fruto tanto de aspectos internacionais, como de aspectos nacionais. **Houve uma certa frustração com relação à Nova República, com relação às perspectivas que surgiram no processo político que foi criado para pôr fim ao autoritarismo.** No entanto, não houve, do ponto de vista social, uma melhoria na situação. Pelo contrário, houve uma piora, um certo empobrecimento. **Tanto os Partidos Políticos como os Sindicatos saíram muito arranhados do processo de redemocratização. Coisa que eu acho que começa a ser retomada, pela própria contestação que está surgindo, e pelo desastre que foi o governo Collor.**

Acho que a relação do **movimento sindical rural e o governo Arraes tem alguns aspectos que mereciam ser tratados.**

O governo Arraes abriu um certo espaço para a participação do movimento sindical, inclusive com a **indicação, como Secretário de Trabalho, de um de seus assessores mais influentes, que é o Romeu da Fonte.** Porém, o movimento sindical, indicando Romeu, não soube ocupar os espaços no sentido de fazer com que

o processo de independência, de autonomia do movimento sindical se fortalecesse e que ele tivesse nesse período uma certa renovação. Inclusive de ação, sobretudo voltada para a pequena produção, no Agreste e no Sertão, para outras áreas da produção e ficasse por trás de um certo número de pequenos programas, que tinham um cunho passageiro, e muitos dos quais, assistencialistas. É verdade que a população era desassistida, continua desassistida, e faz parte do **sindicalismo também prestar assistência ao trabalhador, mas é preciso romper com essa tendência ao assistencialismo e firmar mais o processo organizativo e de luta pela produção, desde a questão agrária até a questão agrícola.**

Castro: O enfraquecimento do movimento sindical, em geral, a que você se refere, foi devido à crise econômica que o país atravessa desde o início dos anos 80? Qual o peso teve o fato de Governos estaduais, conquistados por Partidos de oposição, terem levado sindicalistas para ocupar a direção de órgãos públicos? No caso de Pernambuco isso se verificou bastante.

Exedito: Tem dois aspectos. Primeiro, tem o aspecto econômico, que não foi o mais significativo. A população esperava desses governos uma melhoria nas condições de vida, que se revertesse o modelo econômico em curso, o que não aconteceu. Houve sim, como eu disse de outra vez, no Fórum da Seca, uns certos lampejos, algumas pequenas mudanças em alguns Estados. O eixo da política econômica foi mudado um pouco, mas não significativamente.

Do ponto de vista político se conjugaram duas coisas. Acho que a expectativa era muito grande, a “esperança que estava voltando”. A perspectiva de que tivesse uma intervenção mais consistente desse governo na questão agrária, na questão agrícola, na questão de voltar o Estado e os instrumentos de política para os pequenos, para a produção, para a melhoria de condições de vida do pessoal. Existia essa expectativa. Isso foi, de uma certa forma, frustrado.

Mas do ponto de vista político houve outra coisa foi mais forte. **Grande parte do sindicalismo de esquerda, no Brasil, teve sempre como modelo, um pouco as mudanças no Leste europeu. Esse pessoal perdeu o rumo exatamente nesse período. Perdeu mesmo, não sabia o que fazer nem para onde ia. Isso teve uma repercussão nos Partidos Políticos e também nos Sindicatos. E o neoliberalismo começou a tomar conta, e tinha como eixo principal atingir as organizações sindicais e, de uma certa forma, essa coisa, com a grande**

imprensa, foi muito bem trabalhada, sobretudo na televisão. Houve um certo afastamento, inclusive fisicamente, dos sindicatos. Está havendo uma certa reaproximação agora, sobretudo a partir da Constituição, da compreensão, do entendimento dos direitos constitucionais, e do papel que tiveram os Partidos, os políticos nessa coisa, e que ficou mais evidenciado com o governo Collor.

Castro: Não sei se você acompanhou o conflito de Patrimônio resolvido durante o governo Arraes, com intervenção de Romeu e da FETAPE. Os antigos posseiros se frustraram porque em vez de desapropriação de todo o engenho, que era da Igreja, foram comprados apenas cerca de 35% do imóvel. Esperava-se que o governo tivesse sido mais firme como Grupo João Santos ⁽⁵⁾.

Expedito: Acho que sim. Não conheço particularmente o caso de Patrimônio, mas se pode analisar a Zona Canavieira onde o primeiro governo Arraes teve um impacto muito grande. Por isso, se esperava que o segundo Governo Arraes também tivesse atuado mais nessa região, exigindo o cumprimento dos Acordos. Porque foi no primeiro governo Arrais que o cumprimento do pagamento do salário mínimo, ou pelo menos, o estabelecimento de uma tabela, de uma série de direitos que existiam e que o trabalhador da Zona Canavieira não tinha reconhecidos de forma alguma. Então, existia uma grande expectativa para o segundo governo Arraes, sobretudo com a indicação de Romeu para a Secretaria do Trabalho. Uma das coisas que os trabalhadores rurais mais reclamavam era que houvesse um esforço muito grande em relação ao cumprimento: “está certo, as tarefas estão aí, o Acordo foi feito, mas não tem cumprimento”. Esse é um primeiro aspecto.

E o segundo aspecto era que houvesse uma intervenção mais firme com relação à questão agrária. Porque, de fato, o pessoal nunca entendeu que era uma questão somente federal, e que o governo estadual pouco poderia fazer. O pessoal, no fundo não admite, acha que o governo estadual é muito poderoso, e que tem de intervir, se ele quiser ele bota força. Isso é coisa conhecida. Em algumas conversas, **no início do governo Arraes, inclusive com a presença da FETAPE, se perguntou sobre a questão agrária, como era que ele ia intervir nessa questão agrária. Arraes desconversou, desconversou, puxou para lá, puxou para cá, não disse**

⁵ Em 1988, o Estado indenizou a usina e 35% das terras foram usadas num projeto de assentamento do INCRA, com as famílias dos antigos posseiros.

uma palavra sobre a questão agrária. Quer dizer, já era evidente, sempre foi, você não conhece, efetivamente, qual é o discurso de Miguel Arraes sobre a questão da reforma agrária. Eu não conheço até hoje [risos]. Ele fica na generalidade. Ele fala sobre a importância, mas ele nunca formulou proposta, nem para o seu governo, nem a nível federal.

PATRONATO DA CANA E SUA RELAÇÃO COM ARRAES E COM OS TRABALHADORES

Castro: Que significou a presença de representantes dos usineiros no Secretariado de Arraes, como Marcos Queiroz e até certo ponto, Sérgio Guerra, e no Senado, Antonio Farias?

Exedito: O problema é o seguinte. O dr. Miguel Arraes, do ponto de vista político, acha que encarna a esquerda, encarna os sofrimentos, os desejos e as vontades do pobre. E que, estando ele à frente do governo, qualquer aliança pode ser feita porque está garantido o rumo, porque ele está lá. Ele, a pessoa dele, não é nem o Partido. Ele é a garantia de que a coisa não vai ser desviada para a direita. Ele vai garantir uma aliança à direita, nas eleições, e vai garantir com isso que o resultado seja, do ponto de vista prático, concreto, uma melhoria nas condições de vida do povo pobre. Essa é uma crença que ele tem, que ele carrega com ele, que hoje é muito contestada.

A tendência de governo Arraes, tanto no primeiro como no segundo, foi de fazer alianças à direita para se eleger bem e depois fazer o governo que era possível, para o futuro projeto político dele, e pouco explicitava qual era a política. O segundo governo dele foi muito marcado por isso. As pessoas se engajaram na campanha, foi uma manifestação muito ampla, uma campanha muito bonita, mas depois não sabiam que rumo tomar. E ele nunca deu rumos para o balizamento da política que ele achava que deveria ter o governo dele, nem do ponto de vista da região, nem do ponto de vista, mais geral, do país. Então, é **um governo que ficou, politicamente, administrando o cotidiano, o curto prazo, sem estratégia de médio e longo prazo.**

Castro: O segundo Acordo do Campo, que começou em 1987, foi uma reprodução do primeiro, que foi muito importante, ou foi mais uma certa encenação?

Exedito: O período político que se estava vivendo, ainda no início da Nova República, era de uma expectativa muito grande, porque uma aliança política foi feita, havia na mesa uma série de fatores que fizeam com que se assinasse um acordo. Como aliás, nesse ano de 1992 havia algumas questões que politicamente levavam a um acordo, e sendo governador Joaquim Francisco, se assinou uma Convenção.

No tempo, as coisas não significam mais a mesma coisa. O Acordo que existiu no primeiro governo de Arraes, eu acho que ele não se repetirá mais como acordo, com a importância que teve naquela época. Hoje, uma convenção que se faz na Zona Canavieira é mais uma convenção, seja com o governo Arraes, com o governo Joaquim Francisco, ou mesmo com outro governo, porque tiveram convenções antes, como a convenção de 79 ⁽⁶⁾, que poderia ter sido considerada um segundo grande acordo, se tivesse sido no governo Arraes. “Não, mas, no governo Arraes era diferente”. Diferente por que? “Porque o Arraes é diferente”. Então, a gente volta àquela história, do que o Arraes encarna, porque ele é Miguel Arraes. Não faz sentido isso. Houve um primeiro Acordo e houve um processo, que não parou, a não ser naquele período de regime militar, que agora, a partir de 79, foi retomado e, anualmente é renovado, ou sob a forma de Dissídio ou sob a forma de Acordo.

Castro: A repetição dos Acordos, ou Dissídios, já por 14 vezes, teria acostumado o patronato e os trabalhadores a negociarem, diminuindo o clima de enfrentamento?

Exedito: Acho que não. O clima de enfrentamento tem novas formas, nova roupagem. Nós passamos, após o segundo governo Arraes, dois anos seguidos em que não deu sequer para se sentar na mesa. Os caras se recusavam a sentar na mesa. Sentavam e se levantavam imediatamente, não negociavam juntos fornecedores e usineiros. Além das muitas vantagens que eles já tinham, reconquistaram muitas com o governo Collor, como a volta dos subsídios, coisas que tinham sido um pouco arranhadas durante a Nova República. Os empresários tentaram que o Tribunal Superior do Trabalho, o TST, desse também a eles um certo número de regalias, com relação às Convenções e Dissídios anteriores. Mas o TST deu uma pancada neles do tamanho do mundo: reconheceu que só existe uma categoria, que não admitiu mais estar votando recursos sucessivos de cláusulas que

⁶⁶ - Nesse momento, Pernambuco era governado por Marco Maciel, de 15.03.1979 a 15.05.1982, tendo como vice Roberto Magalhães, ambos do PDS, eleitos em eleição indireta

já tinham sido julgadas seguidamente pelo Tribunal Regional do Trabalho, disse que o TRT tinha todo o poder normativo de elaborar cláusulas, e que ele não reconhecia um certo número de solicitações que o empresariado, o usineiro e o fornecedor de cana aqui de Pernambuco queriam. E foi, realmente, do ponto de vista trabalhista, uma pancada tão grande; reconheceram hora extra em dobro, reconheceram uma série de coisas que não existem, em termos de legislação, nem para a cidade. Então, foi um recado: “Olha, se vocês não sentarem para conversar, não adianta vocês chegarem aqui porque a gente nem olha. Nós conhecemos o pessoal canavieiro de Pernambuco, como eles têm se organizado para fazer a campanha dentro de um processo legalista muito conhecido, que foi o que sempre orientou o trabalho de Pernambuco.” Vai-se além da legalidade, mas se faz a legalidade. Isso o Tribunal sempre reconheceu, os dias de greve, que a greve era justa, que os direitos deviam ser reconhecidos. Isso porque sempre foram seguidos todos os trâmites legais.

Castro: A que você atribui essa atitude do TST favorável aos trabalhadores canavieiros, antes da campanha de 1992?

Exedito: Eu acho que houve duas coisas. Primeiro, o **reconhecimento pelo TST de que o movimento sindical da Zona Canavieira de Pernambuco já tem uma certa história e já foi ao TST mais de uma vez, e sempre respondeu muito bem, sempre se comportou muito bem diante do TST.** E que todos os dirigentes sindicais se deslocaram até Brasília, alugaram um ônibus, sempre estiveram presentes quando se tratava de causas que envolviam o movimento sindical dos trabalhadores rurais da Zona Canavieira. O que não é o caso de outros Estados. Essa é uma primeira questão.

Acho que também é um reconhecimento da força e da organização desse movimento, apesar das dificuldades que ele tem e que não são poucas.

Foi também uma certa lição, **teve juiz que votou falando da prepotência dos usineiros e fornecedores de cana do Nordeste, falando das benesses que o Estado sempre deu a esses usineiros e fornecedores de cana sem que isso significasse uma melhoria nas condições de vida do povo do Nordeste.** Houve até declarações de voto nesse sentido.

Politicamente era também um momento muito bom. Era o fim do governo Collor, já com a contestação do governo Collor, de tudo o que o governo Collor estava fazendo, que, aliás, sempre teve o envolvimento dos usineiros. Várias maracutaias, como se diz por aí, aconteceram com a participação dos usineiros de Alagoas e,

inclusive, de usineiros de Pernambuco, a importação e exportação de álcool totalmente forjadas, para jogar dinheiro para fora. Isso saiu em imprensa, é notório.

Castro: A presença de José Francisco, no TST, pesou para essa decisão favorável?

Expedito: **A presença de José Francisco foi mais um fator, embora, ele mesmo tem consciência disso, sem a organização na base, sem a presença dos sindicalistas, sem a ação dos trabalhadores da Zona Canavieira, nenhum ministro, nenhum deputado consegue grande coisa.**

Tem coisas negativas no meio rural, mas tem coisas positivas. **Uma coisa positiva que aconteceu no meio rural de Pernambuco foi que o pessoal sempre soube articular desde a base até em cima, até o Supremo Tribunal, ou a Câmara dos Deputados, a articulação político-sindical deles.** Aqui em Pernambuco sempre teve essa marca. Eu acho que isso também tem a ver com **a marca que tem Pernambuco no cenário político regional, essa de articular, de estar em cima, de estar em baixo, de ter uma certa política nas coisas. Tanto do lado do patronato, que sempre foi muito organizado, estruturado, como do lado do trabalhador. É um reverso da moeda. Eu acho que tem muito a ver com a história de Pernambuco.**

SINDICATOS DE TRABALHADORES E POLÍTICA

Castro: Qual a importância de a FETAPE sempre ter procurado dispor de uma assessoria técnica e política? Como é isso nas outras federações?

Expedito: É diferente. **A FETAPE é, no Norte e Nordeste, um modelo, tanto do ponto de vista da ação política como do ponto de vista da assessoria.**

É também um modelo em termos de renovação. É uma das áreas sindicais que, mesmo não sendo vinculada à CUT ou ao PT, renovou o sindicalismo. Renovou com, e renovou sem a participação do PT ou da CUT. Veja a quantidade enorme de dirigentes da Zona Canavieira que foram renovados no processo das campanhas. Nós temos um documento do início de 1986. Tinha lá 42 presidentes de sindicato assinando o documento. No ano passado, na questão da entressafra, a gente querendo renovar o documento, a gente viu a lista de pessoas. Nos 42 sindicatos só existiam 12 presidentes antigos, 30 eram novos dirigentes. A grande maioria dos sindicatos da Zona Canavieira sofreu mudanças, diferentemente, por exemplo, do Estado de Alagoas, que potencialmente, do ponto de vista da cana é melhor, já tem

um presente e terá futuro melhor do que Pernambuco, mas os dirigentes sindicais ainda são os dirigentes sindicais do tempo da ditadura.

Castro: Quais são os critérios dos STRs na escolha dos assessores?

Expedito: Isso varia muito. No momento do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, o PAPP, foi possível montar algumas equipes, pelo interior afora. Uns polos escolheram as suas assessorias discutindo no polo e fazendo uma espécie de seleção do pessoal. Em outros polos foram indicados parentes.

Castro: E a nível de FETAPE?

Expedito: A nível de FETAPE é uma mistura. Você tem gente aqui que tem 20 anos de idade, mas a maioria do pessoal daqui, entre funcionários e assessores, tem mais de 15 anos de trabalho aqui. Há dois assessores que foram agregados: Welson e Goretta. O resto é tudo antigo aqui.

Castro: Os assessores que têm uma coloração partidária mais definida, que são organicamente ligados a Partidos, nesses casos aí, levou-se em conta a presença do Partido nas bases ou já é por influência direta do Partido junto à direção?

Expedito: Eu acho que aqui tem uma coisa que sempre funcionou. Tem assessoria, que veio do passado, e que veio porque era o bloco ligado à Igreja católica, de uma certa forma, ligada a Crespo, ao SORPE, o que ficou no movimento sindical depois de 64. Era o pessoal que tinha livre trânsito e que assumiu a direção do movimento sindical depois do Golpe. E a grande parte dos assessores veio desse período, ou está ligada a esse período ou a essas pessoas. Não só os assessores como os dirigentes. A maioria deles: José Francisco, José Rodrigues, Biu da Luz, veio tudo dessa época, logo depois do Golpe. Houve afastamentos: algumas pessoas foram presas, outras sumiram, fugiram, desapareceram. Houve, então uma renovação. Uma parte que assumiu a FETAPE veio do movimento sindical ligado à Igreja.

Castro: Romeu era também ligado à Igreja?

Expedito: Romeu foi seminarista durante anos. Ele tem ligações afetivas com a Igreja.

Castro: Como a Igreja perdeu a influência no movimento sindical?

Exedito: Ah! Sim. A Igreja não perdeu o controle ideológico desse processo, mas perdeu o controle orgânico dos sindicatos. Isso também depende do município. Mas, no grosso, você não pode dizer: “a Igreja é que assessora e é quem orienta o trabalho da FETAPE”. Mas você tem dirigentes e assessores da FETAPE que têm como referência a ação da Igreja. É tanto que, agora, com esse Dom José Cardoso, o pessoal vive contestando todo o tempo o usando até a instituição para contestar, junto com outras instituições, a política do arcebispo. É uma certa afirmação do passado da opção da Igreja pobres. Aliás, o movimento sindical é muito marcado por isso.

Um dos problemas dessa questão da produção e do assistencialismo eu acho que tem origem aí. Essa **opção pela pobreza, pela miséria, pelo mais pobre, pelo mais sofrido**. Então, você tem, por exemplo, um sindicalismo que tem muito mais gente sem terra dentro dele do que pequeno produtor com terra. **As vezes você tem o pequeno produtor como filiado, mas você não tem o pequeno produtor como militante. Só alguns. A ação sindical fica mais voltada para aquele pobre abandonado pelas políticas e, inclusive, pelo patronato, que foi expulso da terra, vive em periferias, e tudo mais. É o morador, é o sem terra, desde a Zona Canavieira ao Sertão. Isso foi muito marcado pela opção da Igreja pela pobreza.**

Castro: O espaço que a Igreja vai perdendo na FETAPE vai sendo ocupado pelos Partidos Políticos, como PCB, PC do B?

Exedito: É. Isso vem em decorrência do processo de reabertura política. Eu acho muito pouco marcante a presença do PC do B, do PCB no campo.

Castro: A presença dos Partidos de esquerda acontece mais nas acessórias ou nas bases sindicais?

Exedito: A nível de assessoria apareceram algumas pessoas. Teve uma época aqui que teve muita gente do MR-8 na assessoria, acompanhando.

Castro: Como é que eles conseguiam entrar no movimento sindical?

Exedito: Grande parte desse pessoal não entrou. Eram colaboradores inicialmente. Depois, pela evolução do movimento político que estava se tendo, alguns ficaram assessorando sindicatos. Poucos ficaram assessorando a FETAPE. Mas sempre estavam presentes nas reuniões da FETAPE, através dos sindicatos, tanto advogados como educadores.

Como o **PAPP**, de novo, abriu uma possibilidade de contratação, aí aconteceram algumas contratações. Já tinha acontecido, por exemplo, com Daísa, que era ligada à área do PCB. Depois veio a Ladjane e Roberta, também ligadas à área do PCB. Tinha Morse, ligado ao PCB, da ala prestista. Numa época aqui havia Campanário, que era do MR-8. Todos assessorando sindicatos, ao mesmo tempo assessoram prefeituras, ou ao mesmo tempo faziam parte do PMDB. Quer dizer, era uma mistura. Foi todo o processo da Nova República.

Castro: Haveria uma orientação desses Partidos para que seus militantes buscassem a FETAPE, como um espaço de atuação política?

Exedito: Sim, sempre foi. Porque ainda **existia a idéia da aliança operário-camponesa na cabeça desses Partidos, dessas pessoas. E a FETAPE era uma referência muito grande. E a FETAPE ainda é hoje uma das organizações que organizam uma greve com um certo peso, organiza anualmente uma campanha salarial.** E, na época, era quase uma única referência. Poucos eram os sindicatos urbanos que estavam nas mãos da oposição. Era tudo oposição sindical. Você tinha nos sindicatos da cana, e na FETAPE, uma instituição de oposição ao PFL, ao PDS, pelo menos na sua política geral. As pessoas vinham para cá.

Castro: E a FETAPE não se furtava a recebê-los.

Exedito: Não, não se furtava. Isso não quer dizer que não tinha resistências e que as pessoas não vissem essa coisa como uma invasão de fora. E a FETAPE, durante muito tempo, pelas condições mesmas do regime autoritário, se fechou um pouco. A FETAPE e outras instituições. Mas ela foi convivendo com isso, foi levando. A resistência maior era que essas pessoas fossem absorvidas como funcionários permanentes da FETAPE. Mas como assessores, colaboradores, “carregadores de piano”, como o pessoal dizia, não houve grande resistência a isso, nem a que o pessoal politicamente se expressasse nas reuniões.

Castro: A FETAPE teve resistência maior ao pessoal ligado ao PT que ao pessoal dos Partidos comunistas?

Exedito: Não. Houve uma resistência maior ao pessoal ligado ao PT no processo de separação do movimento sindical no CONCLAT. Então, quando houve essa separação no CONCLAT, uma das pessoas que puxou muito essa questão do

rompimento, por conta do Artigo 8º dos Estatutos, que não reconhecia certas coisas em relação ao campo e ao papel do campo, foi José Francisco. José Francisco, inclusive, se levantou, na época, e protestou contra isso. Terminou ficando duas alas, e a CONTAG e o movimento sindical ficaram com a CGT, que aliás, nunca assumiu. Ficou sem efetivamente ficar. **E a CONTAG terminou concretamente, na história mais recente, encaminhando a sua luta mais com a CUT do que com a CGT ou qualquer outra organização dessas que, aliás, nunca tiveram quase nenhum peso no campo. Mas a CUT tem.**

Castro: A aproximação da CONTAG com a CUT foi a partir do 5º Congresso, em novembro de 1991, ou foi anterior?

Expedito: Eu acho que é anterior principalmente do ponto de vista do encaminhamento prático. A verdade é que a CONTAG puxou uma série de lutas, a nível nacional, e a direção da CONTAG sempre teve uma postura ativa. Havia articulações nacionais em termos de contestação de políticas mais gerais, seja econômicas ou outras. Agora mesmo no Movimento pela Ética na Política, a CONTAG teve papel de destaque, como consta de relatórios que não foram feitos pela CONTAG. Quer dizer, essa coisa veio se dando aos poucos, apesar da distância, apesar de toda a resistência dos que falavam que era um pessoal divisionista, que queriam criar o pluralismo sindical. A CONTAG tradicional sempre foi contra, e continua contra isso, é pela unicidade sindical. Quer dizer, **houve uma série de escaramuças as mais diversas, mas na hora de realizar certas lutas, sempre se encontravam a CONTAG e a CUT.** As vezes só tinha os dois. Então, terminou se fazendo uma série de ações juntas apesar de incompreensões das duas partes.

Castro: Em Pernambuco, o pessoal da CUT de Petrolândia era mais aberto para o trabalho com a FETAPE, não é?

Expedito: **O pessoal de Petrolândia, desde o início foi CUT. Mas souberam trabalhar com a FETAPE, sobretudo o pessoal do Sertão Central, ligado ao Manoel, de Serra Talhada.**

Castro: O CENTRU foi mais reticente em relação à FETAPE?

Expedito: O pessoal do CENTRU foi quem veio primeiro e já veio com aquela história de criar Estatutos e de filiar sindicatos. Quer dizer, provocou uma resistência muito

grande. Era bater de frente com aquilo que era o conceito básico do sindicalismo: a unicidade sindical, um sindicato por município, reunindo pequenos produtores, assalariados, parceiros, meeiros, arrendatários.

Castro: O CENTRU chegou a filiar sindicatos?

Exedito: O CENTRU pretendia filiar sindicatos, mas não chegou a filiar porque a resistência foi muito grande na questão da filiação. Embora você tivesse alguns sindicatos que passassem por lá, sobretudo à procura de recursos para fazer ação, o que, aliás, é uma das coisas que acontece sempre. Essas instituições se instalam e acenam com a possibilidade de recursos para fazer um trabalho novo, para fazer um trabalho diferente, e os sindicatos sempre procuram.

MODERNIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

Castro: Se houvesse uma modernização da lavoura canavieira, não haveria um grande desemprego?

Exedito: Eu acho que não. Eu acho que grande parte das opções tecnológicas já foram feitas, naquilo que significa perda de mão de obra, foi a mecanização do corte. Mas o processo de redução da safra é enorme. Você tem uma safra hoje que com 3 a 3 meses e meio, ela está terminada, por conta da velocidade do corte e da capacidade instalada que tem na usina para moer. Você hoje tem uma malha viária dentro dos engenhos, dentro da Zona Canavieira muito subsidiada, feita, toda montada. Você hoje não tem mais carro de boi, nem burro. O carro de boi acabou-se e o burro ficou muito reduzido. A cana amarrada praticamente acabou-se. Você só tem cana solta.

Castro: Essa **modernização** foi em que época?

Exedito: Isso foi sobretudo **a partir de 78, por aí. O PROALCOOL impulsionou muito isso, abriu muitas possibilidades, com importações de máquinas e equipamentos que foram produzidos na Austrália e África do Sul.** Alguns desses equipamentos foram adaptados para as nossas condições pelo PLANALSUCAR. Tudo era entregue para os usineiros e fornecedores de cana, no sentido de melhorar as condições de colheita da cana.

Castro: Houve **introdução de novas variedades?**

Exedito: Houve muito. Houve muito avanço.

Castro: Dizem que as variedades daqui estão cansadas

Exedito: Não, o que tem é o seguinte. A velocidade, o empenho, o investimento que é feito na renovação, o pessoal pegou dinheiro durante anos, como sempre, aqui no Nordeste, e não fez. Mas teve gente que fez. Você tem um processo na Zona Canavieira de concentração não só horizontal mas também vertical, no interior da própria zona. Você **tem hoje algumas áreas na Zona Canavieira que renovaram, que investiram, que melhoraram, que têm altas produtividades**, bons rendimentos industriais, que estão engolindo os outros, um processo de concentração de riqueza, de produção, no interior. Algumas usinas que estão dizendo que estão falindo, estão sendo engolidas por esse processo, porque não fizeram essa modernização. Muitos estão em dificuldade porque não fizeram essa renovação, comeram recursos.

Outra coisa é o seguinte. Não dá mais para você atuar nas mesmas condições, nos mesmos moldes. Pequenos fornecedores plantando cana, vivendo em Recife, com os custos altos da vida de Recife e querendo bancar isso sem renovar, sem melhorar. Não dá mais para esse tipo de oligarquia sobreviver. Essa parte está em crise. **Tem em parte da Zona Canavieira que já está em crise há muito tempo, porque no momento em que os recursos foram colocados nas mãos deles para fazer essa renovação, eles não fizeram.** Então, você tem o seguinte: um parque açucareiro que não fez a renovação como foi indicado, como foi orientado e nem cuidou de desenvolver ou de estudar, de trabalhar, de estreitar suas relações com quem fazia isso, com o PLANALSUCAR, por exemplo, e com outras entidades, até privadas, como fez São Paulo. São Paulo tem uma renovação sistemática.

Castro: Apesar de haver um grupo de **usineiros mais modernos em Pernambuco, o que se observa é que eles não se queixam dos outros.**

Exedito: **Eles não dizem em aberto, mas nos círculos fechados eles dizem.** Todo mundo conhece quem é que não fez, quem é que desviou recursos, quem não aplicou como devia, quem é que administra mal os recursos, quem é que tem uma estrutura administrativa arcaica, velha, quem é que mantém relações de trabalho antigas, que

não significam melhoria de jeito nenhum, e o trabalhador resiste. Eles têm consciência disso. Tanto na área de fornecedores como na área de usinas.

Agora, evidentemente, eles procuram botar panos quentes, sobretudo o Sindicato, sobretudo aqueles que olham a oligarquia como uma força política e tira proveito político dela. Por exemplo, o Armando Monteiro Filho, quando hoje saiu com uma proposta em defesa do setor sucroalcooleiro, ele está jogando algumas iscas em termos políticos. Ele pretende ser candidato. Pensou em governador, mas acho que vai terminar é senador mesmo. É uma defesa bonita, mas ele sabe que tem os parasitas, ele sabe perfeitamente quem é que não faz...

Na negociação você tem algumas usinas que não participam. Você tem usinas que vêm por fora e fazem até propostas salariais acima do que os outros propõem.

Castro: Aconteceu esse ano?

Expedito: Já aconteceu. Quando nós estávamos em plena negociação, quando eles não saíam de 640, chegou usina e propôs 700.

Castro: A Matary, não foi?

Expedito: Teve a Matary, teve a São José, que chamou para negociar. Então, eles sabem disso. Você tem algumas usinas e destilarias que estão se afastando, não estão filiadas ao Sindicato. Não participam do processo. Assinam o processo depois.

Castro: Isso já é um fato promissor, num certo sentido.

Expedito: É e não é. Na medida em que esse pessoal não toma atitudes públicas que rompem com isso e ponha os pontos nos is, como se diria. “Não, vamos acabar com essa farsa”. Porque essa farsa tem sobretudo uma conotação política, de manter o clube junto, porque esse pessoal mais produtivo também, do ponto de vista econômico, se beneficia. Porque, **numa equalização de custos, eles que têm produtividade alta, ganham mais, porque os cálculos são feitos pela média.** Quem tem mais baixa se ferra e quem tem mais alta, acumula, dobra. **O mais produtivo tem interesse que haja o menos produtivo.**

A QUESTÃO DA DIVERSIDADE DE TRABALHADORES RURAIS

Castro: Como você vê a questão da representatividade sindical dos pequenos produtores familiares? No caso de Pernambuco, tradicionalmente, a ação sindical é mais voltada para os assalariados da cana.

Expedito: O movimento sindical tem discutido essa coisa sob alguns aspectos. O que tem faltado mais, em áreas diferentes, são políticas voltadas para esse leque de representação do sindicalismo. Você não tinha propostas de política agrícola – hoje já tema – para a pequena produção e, em conseqüência, a estrutura sindical não estava direcionada para isso. Você tinha que ter políticas e estruturas organizacionais voltadas para isso. Acho que vem se corrigindo essa coisa.

Trabalha-se cada vez mais políticas voltadas para os assalariados permanentes e temporários e para os pequenos produtores, desde o que tem a propriedade até o módulo fiscal – que é a que determina a pequena produção no movimento sindical rural – até os que não têm propriedade nenhuma. Acima de um módulo fiscal não se pode filiar mais ao sindicato.

Você já tem hoje, além da política agrária, política agrícola, política salarial, uma área que se liga com a questão do jovem e da mulher, você tem uma área de políticas públicas sociais, desde previdência social até outras políticas que interessam ao conjunto ao movimento.

Castro: Essa nova linha de trabalho, com mulheres e jovens, foi desenvolvida a partir da constatação de que há no campo esse tipo de movimento, e então os sindicatos deveriam absorver o que já existe?

Expedito: Não. Primeiro foi uma constatação, e é uma constatação já antiga, de que o processo de discriminação da mulher é presente na vida sindical também.

A segunda constatação é que a mulher do campo é uma trabalhadora rural, parte da jornada dela se divide com as coisas de casa e com as coisas da roça. Tem, portanto, uma parte importante dela que é assalariada no campo: corta cana, limpa cana, aduba cana, etc., ou outras culturas, a cultura da uva, melão, melancia e uma série de outras culturas hoje que já tem, inclusive, contratos coletivos de trabalho. Encaixotamento de frutas para a exportação de manga, de melão, de uma série de produtos da fruticultura, sobretudo aqui no Nordeste. Esses setores já têm aprofundado muito essa discussão. E também no Sul, na área da maçã, da uva etc. Isso é uma constatação de que também esse público tem que ser tratado como trabalhador, mas considerando as suas diferenças. As pessoas estão discutindo

essas coisas. É uma discussão ainda muito embrionária, mas está tomando corpo.

A questão do jovem é a constatação também de que os jovens acham que – isso é uma questão que está também ligada à cultura – a questão do sindicato, de ir lá decidir, tomar determinadas decisões, é uma questão dos pais, que vão lá, tomam as decisões, e o jovem segue. Porque nessa área rural a família ainda conta muito. Mas é preciso fazer com que o jovem participe e que o sindicato também se prepare para que o jovem também tenha espaços. Há espaço cultural, espaço esportivo, etc., junto ao sindicato, além da discussão política, da discussão do trabalho etc. Essa é uma preocupação muito grande.

Castro: Voltando à questão da faixa de módulos que define o pequeno produtor.

Exedito: Recentemente, voltando à questão dos módulos, o Projeto de Lei Agrícola apresentado pela CONTAG, em 88, foi muito usado como referência para a Lei Agrícola, e também o Projeto de Lei da CONTAG sobre Lei Agrária, que veio logo depois do Projeto de Lei Agrária, numa discussão interna do movimento, ele foi trabalhado, foi aperfeiçoado, e no 5º Congresso ele foi ratificado. Esses dois instrumentos têm sido muito usados, assim como uma série de propostas com relação à Previdência Social muito interessantes. Foi um verdadeiro projeto de Previdência Social que a CONTAG apresentou.

Você tem hoje um projeto de lei agrícola e de lei agrária. E, nesses dois projetos, depois do processo de negociação, já no projeto original da CONTAG, com relação à política agrícola o pequeno produtor era quem tinha até 3 módulos. No 5º Congresso já se colocou que o pequeno produtor era quem tinha de 1 a 3 módulos, deixando o pessoal com menos de 1, como mini-produtores. Isso foi utilizado pela CONTAG como uma forma de se **combater, no processo de reforma agrária, a minifundização na agricultura, vendo a propriedade como devendo ter um tamanho mínimo para se poder tirar uma renda e sobreviver dela.** Então, o pequeno produtor teria de um a três módulos. Mas no projeto de lei agrícola, como no projeto de lei agrária, que foi votado pelo Congresso, e que ainda está em tramitação, ainda não se encerraram essas votações, se define pequeno produtor quem tem de 1 a 4 módulos fiscais: quem tem de 4 a 15 seria médio; acima de 15 seria grande produtor rural.

Outro dia nós estávamos discutindo isso aqui no Estado. **Alguns dirigentes antigos disseram: “Não, esse aí já é fazendeiro. Para eles o sindicalismo é**

aquela coisa do pobre, uma espécie de filosofia da miséria. Acham que, apesar de ter passado no 5º Congresso, temos que rediscutir.

Castro: Se o produtor na faixa de 1 a 4 módulos tiver empregados, ele ainda é um pequeno produtor?

Exedito: Aí continua como antes. Para conceituar o pequeno produtor são vários os critérios, simultaneamente.

Primeiro, de ter 1 a 3 ou 4 módulos de área.

Segundo, trabalhar em regime de economia familiar, e só eventualmente empregar mão de obra de terceiros, não podendo nunca ter empregado permanente, o que o descaracterizaria como pequeno produtor. Ele pode, em época de pique, de safra, utilizar o regime de mutirão, até o assalariamento temporário. Mas que, no pique da produção a família esteja envolvida no trabalho.

Terceiro, 80% de suas rendas deveriam ser provenientes de sua propriedade, e não de outros tipos de negócio.

No caso de mini, o pessoal já abre um pouco, parece que 40% devem provir da propriedade. Porque o mini também se assalaria.

Castro: Os pequenos produtores não têm uma representação sindical bem definida. Eles tendem a não se filiar nem ao sindicato de trabalhadores nem ao dos patrões.

Exedito: No Centro-Sul, e principalmente no Sul, grande parte dos pequenos produtores já estão dentro do sindicalismo dos trabalhadores. Mas, no Norte e Nordeste, a maioria deles não está.

Castro: Os pequenos produtores, não buscando o sindicato, procuram entrar em cooperativas?

Exedito: É um segmento social extremamente desorganizado, sem representação. Procuram ora a cooperativa, ora o sindicato, dependendo do problema. Para alguns problemas de produção, eles procuram a cooperativa, para alguns problemas de assistência em relação a direitos previdenciários etc., eles procuram o sindicato.

Mas, se não houver muita habilidade política, a tendência é que se volte a se colocar de novo essa questão da divisão do sindicalismo em sindicalismo de assalariado e sindicalismo de pequeno produtor.

A Federação dos assalariados rurais que criaram em São Paulo está se esborrachando, porque não se encontraram politicamente.

UDR EM PERNAMBUCO

Castro: Por que a UDR não se desenvolveu em Pernambuco?

Exedito: Eu acho que a **UDR foi fruto de um momento político e de um certo desespero de correntes conservadoras, de grandes proprietários, de velhas oligarquias, com medo de perder a terra, de que a Nova República fosse fazer a reforma agrária.** Depois, passou esse momento. Hoje a Frente Ampla, sobretudo a CNA e a OCB, retomou as suas bases, a representação política desse pessoal. Hoje, nas articulações políticas a nível nacional, o que conta é esse pessoal, não é a UDR.

Em Pernambuco, e no resto do Nordeste, as velhas oligarquias, que tinham um poder político e eleitoral, tinham recursos, se acabaram. Só existe um resto. Você vai numa cidade dessas do interior, os coronéis que existiam antigamente se acabaram todos, os filhos deles se acabaram todos. As terras, geralmente, estão divididas ou vendidas. É raro o coronelismo, ou oligarquias do tipo Coelho, que prosperaram por outras áreas, a área da política e da industrialização e coisa e tal. Nesses últimos vinte anos, a grande propriedade no Nordeste, segundo uma pesquisa que foi feita pelo pessoal do CEPATSA, passou por um empobrecimento muito grande.

Castro: Aqui, na Zona da Mata, onde há terra disponível, por que não há pressão por terra como no Sul e Centro-Oeste, inclusive com invasões?

Exedito: Eu acho que há alguns motivos para isso. Um dos motivos é o fraco nível de organização para esse tipo de acontecimento. A forma como o próprio sindicalismo da Zona Canavieira foi montado, há anos atrás, e acho que a Igreja também tem uma relação com isso, em que era a legalização das relações de trabalho, era o respeito ao direito do trabalhador, era que as coisas deveriam ser feitas dentro da lei. Houve um processo de organização sindical, que se deu a partir da Igreja, contra as Ligas Camponesas, que defendiam a “reforma agrária na lei ou na marra”. A isso, eles opunham o discurso de que era necessário fazer a lei, que não se tinha a reforma agrária porque não se tinha a lei, daí o Estatuto

da Terra, que teve a presença da Igreja na sua formulação, na sua discussão. Até José Gomes participou da formulação.

Em Pernambuco você teve um patronato que sempre foi muito organizado na indústria canavieira e até em outros setores de agroindústria.

Castro: Mas Pernambuco tem um certo núcleo de bons pecuaristas, não é mesmo?

Exedito: Tem. Mas completamente desarticulado em política, desmontado, desestruturado. **A própria elite política de Pernambuco não é a mesma**, não teve a continuidade que teve a de Alagoas e a do Rio Grande do Norte. Você veja os Maia, no Rio Grande do Norte, são das áreas pecuaristas do interior. Aqui você ficou **sendo controlado, durante anos, por gente urbana, Roberto Magalhães, Marco Maciel**, isso tudo é coisa de urbano.

A REFORMA AGRÁRIA

Castro: O PNRA foi fruto de uma grande mobilização popular?

Exedito: Eu acho que foi na medida em que ele estava dentro de toda uma série de propostas. Ele era parte daquilo que as esquerdas, que o movimento popular, que as oposições ao regime militar, uns e outros colocavam, uns na frente, outros, lá atrás, na rabeira, como uma das soluções dos problemas do país, como uma das possibilidades, um plano de reforma agrária. As forças políticas que vinham nesse bojo, colocavam essa questão da reforma agrária como um elemento importante.

Castro: A população urbana não se interessou pela reforma agrária.

Exedito: Não se interessou, nem compreende essa coisa, da forma como veem os sindicatos.

Castro: Onde é que está a falha? Por que esse desinteresse?

Exedito: **Nunca existiu, efetivamente, partidos e forças políticas com programas não só para a questão urbana, industrial, tecnológica, mas também para a questão agrícola e a questão rural no país.** Nunca houve, não conheço. Então, você veja o seguinte, essas coisas são cortadas, são circunstanciais, são momentâneas. Não existem projetos de sociedade, onde a agricultura seja pensada como um projeto de sociedade brasileira, ou de região latino-americana. Ela é

pensada em função dos modelos importados, é para a exportação, é para ganhar dinheiro. É, como diria um grande plantador de laranja, “a agricultura foi sempre agiota”. Foi usada pelo pessoal que vivia dentro dos Bancos pegando dinheiro barato, para produzir umas certas culturas que no mercado internacional valiam alguma coisa. A estrutura agrária nunca foi uma preocupação.

Uma vez, numa discussão com Severo Gomes, aqui, sobre uma questão do campo, exatamente na época do PNRA, ele dizia: “Eu, como industrial, eu como político, participei muito de discussões. Mas nunca a agricultura foi pensada pelos industriais brasileiros, pelo empresariado brasileiro como parte de um projeto maior”.

Então, são categorias rurais, de trabalhadores sem terra, de moradores, que puxavam um pouco essa coisa, junto com algumas forças políticas que tinham origem sobretudo na Igreja, e no Partido Comunista, que queriam democratizar a terra, quebrar com as Oligarquias, justiça social no campo, etc. Muito mais nessas cabeças do que como uma preocupação permanente. E isso nunca era colocado dentro de um projeto de desenvolvimento mais global. Nunca era pensado em termos de urbano e rural. Era pensado só em termos só de rural.

Castro: E, às vezes, só fundiários, nem agrícola.

Expedito: Só fundiário. Nem agrícola. **Se você pegar as áreas de Igreja, que sempre puxavam isso, ligadas à ABRA, ainda hoje a CPT, quando você fala de política agrícola o pessoal não quer nem ouvir a conversa. “Não, eu não tenho nada a ver com isso não”. Só é fundiário.** É distribuição da terra e pouco se liga com a questão da produção, da sobrevivência na propriedade, que modelo de agricultura nós queremos.

Hoje já existem alguns setores de Igreja que trabalham isso, as alternativas tecnológicas, mas isso nunca foi pensado antes. Hoje ainda se lampeja isso. Mas, como sentimento geral ainda continua essa coisa do agrário.

4. JOSÉ FRANCISCO DA SILVA

Perfil do entrevistado

José Francisco da Silva, com 53 anos por ocasião da entrevista, em 05 de Outubro de 1992, era Vice-presidente da CONTAG, cargo ocupado desde 1989, e também Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), como representante dos sindicatos de trabalhadores, também desde 1989 e, em 1992 reeleito para um segundo mandato de três anos no TST.

Aos 20 anos iniciou sua trajetória de militância social participando da criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Vicência, em 1961, no qual assumiu a função de delegado sindical no Engenho Trigueiro, onde residia e trabalhava como assalariado nas plantações de cana. Foi Supervisor do Movimento de Educação de Base (MEB), em Vicência (1962-1963), Secretário do STR de Vicência (1962-1963) e, a seguir, seu presidente (1964-1966).

Ingressou na FETAPE como diretor-secretário (1966-1968), passando daí para a presidência da CONTAG (1968-1988), derrotando o interventor colocado pelo governo militar. Em maio de 1979, por ocasião do 3º Congresso da CONTAG, levantou a bandeira da reforma agrária.

Posteriormente a esta entrevista, retornou a Pernambuco em 1995 como assessor do terceiro governo de Miguel Arraes. Em outubro de 1996, foi eleito prefeito de Orobó, pela coligação partidária do PSB, PDT e PSDB. Em 2000 candidatou-se à reeleição pela coligação do PSB, PT e PC do B, sendo eleito para o segundo mandato.

Tópicos mais relevantes da entrevista

- As Ligas Camponesas tiveram uma evolução em sua linha de atuação : no início estavam voltadas para os problemas dos foreiros, depois se concentraram na luta pela terra e, finalmente, se preocuparam também com as lutas dos assalariados.
- O primeiro governo Arraes abriu espaço para os movimentos populares.
- O golpe militar de 64 prendeu os dirigentes sindicais, inclusive da FETAPE, mas deixou a estrutura sindical funcionando, pois os suplentes assumiram as funções dos diretores afastados. Mas, a maior parte dos sindicatos sofreu intervenção.

- Houve uma experiência de duas federações em Pernambuco, a Federação dos Pequenos Produtores, criada por estímulo de Crespo e de um setor da Igreja, e a FETAPE, de 1963 a 1964.
- Fatores que contribuíram para a FETAPE ser uma entidade de referência no sindicalismo nacional : (i) a ebulição social no campo de Pernambuco antes do golpe militar; (ii) ter tido um governo popular, o de Arraes, antes do golpe militar; (iii) a localização geográfica centralizada na região Nordeste ;
- **Não houve diminuição da luta pela terra em Pernambuco, entre o período anterior ao golpe militar e a Nova República, porque no tempo das Ligas a luta pela terra era novidade e foi alardeada pela mídia, os poucos engenhos onde houve conflito. Na Nova República foram mais de 60 áreas em conflito.**
- A reação contra a reforma agrária no Brasil partiu em grande parte do empresariado de São Paulo, que reunia donos de bancos, de indústrias, de comércio e de terras, em diversas partes do Brasil.
- Os STR devem abraçar a luta dos agricultores familiares, por políticas para crédito, transporte, comercialização da produção. Isso leva a estabelecer parcerias com associações de pequenos agricultores. Nos sindicatos onde não houver essa mentalidade, as diretorias deveriam ser substituídas.
- Em Pernambuco a FETAPE hoje avalia que é válido lançar candidatos reconhecidamente identificados com as lutas dos trabalhadores, sobretudo quando o movimento sindical tem outros quadros para substituir aquele que sair para a vida partidária. Mas discorda de sindicatos que lançam candidatos sem essa identificação, por interesses meramente partidários.

Situação da entrevista

A entrevista individual gravada me foi concedida no Hotel Central, em Recife.

Entrevista

HISTÓRIA DO MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS

Castro: Voltando ao tempo das Ligas Camponesas, qual o relacionamento entre o movimento sindical de Pernambuco e a Igreja católica, especialmente com o SORPE? Padre Crespo contribuiu para que a FETAPE fosse poupada pelo regime militar?

José Francisco: O movimento sindical em Pernambuco surgiu com o apoio de diferentes grupos com pensamento político e ideológico diferente. Teve as Ligas Camponesas, que começaram a organizar os trabalhadores do campo mais ligadas à questão do cambão e do foro e, depois, para a conquista da terra, sendo menos ligadas à questão dos assalariados. E teve o movimento articulado pelo Gregório Bezerra, do Partido Comunista, que é um movimento sindical mesmo, na região da Mata Sul do Estado, naquela área de Rio Formoso, Palmares e Barreiros.

A outra articulação que apoiou e assessorou o movimento sindical foi a Igreja, que chegou a criar o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, coordenado pelo padre Paulo Crespo (7) e, na época, com a participação também do Padre Melo, que era pároco da cidade do Cabo. Eu mesmo cheguei no movimento sindical através dessa articulação. Se bem que a Igreja aqui também se dividia em pólos diferentes. Além do SORPE, que era o órgão que assessorava o movimento sindical, existiam outras entidades como o Movimento de Cultura Popular, que incentivava também o associativismo. Tivemos o MEB, Movimento de Educação de Base. Eu mesmo fiz parte do MEB, fui monitor e supervisor do MEB na diocese de Nazaré da Mata. O MEB também tinha essa motivação associativa e sindical. Mas não era uma entidade específico para orientar o movimento sindical. Era mais ligado à alfabetização.

Assim, o movimento sindical foi crescendo no Estado. Havia hora que tinha essas divergências tremendas, havia hora em que se sentavam, se articulavam, e puxavam determinadas programações em conjunto, como a greve geral dos canavieiros em 63, que já teve a participação desses segmentos todos. Aí a Liga também já estava penetrando em algumas áreas assalariadas: Itambé, Aliança, um pouco Timbaúba, Vitória, também na área já assalariada e não só no Engenho Galiléia. Essas forças todas se uniram em função dessa greve geral, que parou o setor canavieiro todo e daí surgiu o movimento de salário, o pagamento do 13º salário, se estabeleceu uma tabela de tarefas de produção, para o corte de cana, os tratos culturais. Então, havia as articulações por blocos e havia também determinados momentos em que o pessoal se juntava para puxar uma luta mais global.

Em 1964, houve o golpe, o Governador Miguel Arraes, foi afastado. É inegável que **o governo do Arraes abriu um espaço tremendo para as lutas populares, para as organizações sociais.** Ele foi afastado e os movimentos sindicais e

⁷ Padre Crespo era, na ocasião, vigário de Jaboatão dos Guararapes.

populares levaram na cabeça aqui em Pernambuco. Foram praticamente esfacelados. O pessoal foi para a cadeia, inclusive o pessoal da direção da FETAPE. O Manoel Gonçalves foi preso, os outros diretores também foram presos. Então, o que houve de novidade aí é o seguinte. Na realidade, foi presa a cabeça de direção da Federação, mas os suplentes assumiram a direção da FETAPE. Não houve uma intervenção na FETAPE, a ponto de cassar toda a diretoria. Mas os companheiros da frente foram presos, Manoel Gonçalves foi preso. E Manoel não era comunista. Ele era ligado ao SORPE, ao setor popular da Igreja.

Enfim, a novidade que houve foi essa. Houve uma articulação, e aí deve ter havido um certo dedo da Igreja, não só o Crespo. O Crespo foi também bastante queimado. Eu era diretor do Sindicato de Vicência. O sindicato ainda chegou a ficar fechado durante uma semana, o material todo apreendido, eu fui detido, abriram um processo, mas o processo também não foi muito adiante porque não tiveram como provar que o presidente era subversivo. Então o sindicato voltou a funcionar. Eu também era monitor do MEB, Movimento de Educação de Base. O material do MEB foi todo apreendido: cartilha, lampião.

Na medida em que **os suplentes assumiram a direção da Federação**, parece que aqui em Pernambuco houve uma Portaria da área de Segurança Pública, estabelecendo a abertura dos Sindicatos. **Foi aí que a FETAPE começou a funcionar a se articular com os poucos sindicatos que não sofreram intervenção. Em Pernambuco só cinco sindicatos, praticamente, não sofreram intervenção.** O resto passou pela intervenção. Eu acho que deve ter havido um dedo da Igreja, não sei se só de Crespo, para evitar a intervenção na FETAPE.

É bom que se diga que, em seguida, o SORPE continuou orientando, assessorando a FETAPE. Surgiu uma tremenda divergência na equipe da SORPE. O Crespo tinha uma certa visão de fazer com que o movimento se organizasse na defesa da classe trabalhadora. Quer dizer, o regime militar deveria assegurar os direitos já conquistados pela classe trabalhadora: o sindicato, a legitimidade, a aplicação do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador Rural, o pagamento de salário. Por uma questão de justiça, devo dizer que Crespo não fez o jogo da ditadura militar. Tanto é que ele sofreu perseguições tremendas. Ele era uma pessoa não grata para os militares. Foi perseguido por coronéis, parece que Ibiapina e o Antônio Bandeira, que depois chegou a ser general. Houve perseguições tremendas ao próprio Crespo.

Ao passo que o Melo, não. **A Delegacia Regional do Trabalho se apoiou no Melo para ir fazendo as intervenções nos sindicatos da Zona Canavieira de Pernambuco.** Portaria aqui, portaria lá, até direções de sindicatos que não tinham sofrido intervenção o Melo baixava uma Portaria transformando aquela diretoria que tinha sido eleita, em Junta Governativa, com pessoas que não tinham nada a ver com os trabalhadores rurais. Isso aconteceu em vários municípios. **Traziam motorista, botavam na frente do sindicato do trabalhador rural, traziam pessoas que trabalhavam em farmácia para o sindicato do trabalhador rural.** Enfim, o Melo fez esse papel, esse jogo do Golpe e da Delegacia Regional do Trabalho. Na área sindical era quem espelhava o Golpe.

Eu ainda fiquei em Vicência. O João Jordão era suplente da diretoria da Federação. Eu era secretário do Sindicato, que é a mesma coisa de vice-presidente, assumi a presidência do sindicato, em 64.

Castro: Esse foi seu primeiro cargo no sindicato?

José Francisco: Não, eu era antes delegado sindical no Engenho Trigueiro. Depois participei da diretoria de fundação do sindicato, em 1962, mas não como presidente. Eu era secretário. Naquela época os nossos Estatutos diziam que saindo o presidente, o secretário assume. O sindicato passou esses dias fechado, nós sofremos esse processo. O sindicato foi reaberto porque esse processo não deu em nada. E, com a saída do João Jordão para a nossa Federação – ele era suplente da Federação – eu assumi a presidência do sindicato, em 64.

E aí nós começamos a desenvolver um trabalho junto à Federação que estava esfacelada, o próprio Padre Melo puxando um grupo de sindicatos contra a Federação, porque a Federação tinha essa linha de defesa, de independência em relação ao Golpe. E o Melo era o elemento, o instrumento vivo do Golpe, jogando os sindicatos onde havia intervenção contra a Federação.

Castro: Havia, em Pernambuco, duas Federações, uma de assalariados e a outra de pequenos produtores?

José Francisco: Isso aconteceu de 63 a 64. Foi a Federação dos chamados trabalhadores autônomos de Pernambuco. Era mais ligada à área do pequeno agricultor, pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, essa coisa. Mas essa Federação vivia na sombra da outra Federação, ela funcionava numa sala

dentro da Federação. Tinham uma direção própria. Mas o movimento isolado de pequenos produtores não chegou a tomar um rumo maior. Era uma idéia nova, que estava se construindo mas não chegou a se estruturar como uma Federação com sede própria e uma certa autonomia.

Castro: E era idéia de Crespo, essa Federação de Pequenos Produtores?

José Francisco: Também articulada com o setor da Igreja. A partir daí foi mudada a legislação. Surgiu a Portaria 71, do Ministério do Trabalho. E **com base no próprio Estatuto da CONTAG, que era uma entidade única para o país inteiro, e congregava também os pequenos proprietários, arrendatários, posseiros além dos assalariados, estabeleceu-se o sindicato dentro desse princípio da unicidade ou da unidade sindical: de um sindicato por município, de uma Federação por Estado e de uma Confederação Nacional.**

Castro: A Federação das Cooperativas Mixtas de Pernambuco, a FECOMIPE, tem alguma relação com essa federação de pequenos produtores?

José Francisco: O SORPE tinha um departamento econômico que começou a incentivar o cooperativismo, fundando cooperativas em vários municípios. Essas cooperativas se constituíram na FECOMIPE que atuou mais na área dos pequenos produtores, mas mesma na área dos assalariados houve cooperativas. Eu me lembro de cooperativas fundadas em São Lourenço, em Nazaré da Mata, Vicência, Jaboatão.

Castro: Essas cooperativas eram de consumo?

José Francisco: Essas eram de consumo. Elas tinham o nome de cooperativas mistas, mas por força de os associados serem mais assalariados, elas funcionavam mais na parte de consumo. Em Carpina, Orobó, Bom Jardim, na região do minifúndio, do pequeno proprietário, as cooperativas mistas funcionavam mais no sentido de organizar e apoiar o pequeno produtor. Essas cooperativas todas se originaram desse departamento de organização econômica dos pequenos produtores no SORPE. Dentro dessa visão da organização econômica dos pequenos, não em relação à questão sindical, a questão das lutas, das reivindicações, das greves, dos direitos trabalhistas, da luta pela terra. Isso era a parte sindical.

Eu esqueci de responder a uma pergunta, de quando foi que eu cheguei na Federação. Então, eu atuei no sindicato de Vicência desde a fundação, em 1961, até

1966. Ora como delegado sindical, ora como Secretário do Sindicato e depois como presidente do Sindicato. **Em 66 eu, junto com o companheiro Euclides, que já era diretor da Federação, a partir de 64, nós compusemos uma chapa, e foi quando eu fui eleito secretário da Federação. Euclides como presidente, e Sebastião, que era um companheiro do Sindicato de Palmares, tesoureiro. Foi aí que a gente desenvolveu, de 66 a 68, um trabalho para rearticular o movimento sindical** e retomar esses sindicatos, fazer com que as intervenções fossem afastadas e as diretorias dos trabalhadores retomassem o sindicato. Isso, na região da Mata, principalmente, depois no Agreste...

Castro: Vocês já montaram uma assessoria jurídica nesse tempo?

José Francisco: Isso. Aí a gente já tinha uma assessoria jurídica e já começou a se construir todo um entendimento de que a Federação, articulada com o movimento sindical aqui em Pernambuco, seria uma entidade autônoma. E que o SORPE e outros serviços técnicos se colocassem numa posição de apoio ao movimento e não numa posição de direção do movimento. A direção cabe aos camponeses, cabe à FETAPE, que era a entidade que articula a luta dos trabalhadores. Passava-se uma imagem, até aí, de que a política da Federação fosse bastante influenciada pelo sistema do SORPE, ou seja, pelo Padre Crespo, particularmente, ou pelo Padre Melo. E aí se teve todo um cuidado de ter-se uma equipe jurídica, uma equipe educacional, uma equipe de organização sindical. Com esse trabalho a Federação foi se afirmando enquanto Federação, enquanto articuladora do movimento sindical. Isso até 68.

Em 68 já tínhamos conquistado boa parte dos sindicatos. E aí, os companheiros de Pernambuco e do Nordeste, me elegeram para presidente da CONTAG, se associando, é claro, a algumas Federações da região Sul. Assim, em 68, eu saí de Secretário da Federação para Presidente da CONTAG, numa chapa de oposição, porque a CONTAG tinha sofrido intervenção em 64, o interventor era de São Paulo, o José Rota. Em 65 o José Rota se elegeu, na CONTAG, porque as Federações estavam todas desarticuladas. Mas continuou numa linha semelhante à do interventor, com subserviência ao governo, ao Ministério do Trabalho, não tinha nada a ver com a defesa dos trabalhadores, com um sindicato que tem um compromisso de lutas. Por conta disso, surgiu esse descontentamento, nós tentamos uma composição, não foi possível, então, partimos para uma chapa de oposição. E ganhamos. Eram 11 federações na época, um voto por Estado. Ganhamos por um voto: seis a cinco.

Castro: E o José Rota também era ligado à Igreja, não é isso?

José Francisco: Sim, mas era de uma ala bastante tradicional, a dos Círculos Operários de São Paulo.

Castro: Em Pernambuco os Círculos Operários não tiveram ingerência na área rural?

José Francisco: Aqui em Pernambuco, é interessante. O pessoal que vinha de fora, dos Círculos Operários, do CBTC, o Centro Brasileiro de Trabalhadores Cristãos, não tiveram influência direta no movimento sindical. Eles sabiam que a Igreja tinha uma articulação aqui em Pernambuco e eles se associavam a essa articulação e davam o apoio possível ao movimento sindical. Não havia um trabalho dos Círculos Operários paralelo ao do SORPE. Em alguns momentos, o CBTC chegou a ajudar o SORPE.

Castro: A influência da Igreja foi diminuindo na medida em que vocês montavam na Federação e na CONTAG, assessorias técnicas ligadas à direção?

José Francisco: Sim, a partir de 64, técnicos comprometidos com a luta social, inclusive de esquerda, começaram a trabalhar nos Estados junto ao movimento sindical, como uma referência de luta de classe trabalhadora. Então, a CONTAG fez a sua equipe, mas a gente também trabalhava com o apoio desses segmentos da Igreja. Sempre trabalhamos.

Então, só em 1975, eles criam uma instituição nacional, tentando ter um programa próprio, a Comissão Pastoral da Terra. Até aí, os movimentos que havia, eram sempre apoiando o movimento sindical. Mesmo a CPT, quando ela foi criada, não foi para fazer uma espécie de alternativa à CONTAG. Era mais como um elemento que podia articular meios e até mesmo um trabalho técnico para reforçar a organização sindical. As divergências políticas e ideológicas apareceram bem depois.

A CONTAG dava a direção, mas não excluía essa participação dos segmentos da Igreja: Isso no Maranhão, em Goiás, em Minas, Rio de Janeiro, Pernambuco. Tanto é que, em 1970, nós fizemos um encontro com a linha 6 da CNBB, o Setor de Pastoral Social, no final da copa do mundo, em Salvador, na Bahia, na Ilha de Itaparica, onde a gente estava fazendo uma avaliação do trabalho do movimento sindical, da realidade que os trabalhadores estavam vivendo, da violência que estava imperando no meio camponês, de prisão, de espancamento, o movimento precisando se afirmar. E a gente cobrando da Igreja uma presença maior, uma participação maior, uma

colaboração maior para que o movimento sindical se fortalecesse. Isso no final de Junho de 1970. Nós temos, na CONTAG o relatório desse encontro. Foi um encontro bom. E daí as equipes da Igreja começaram a se envolver muito mais num trabalho de ajuda às federações. Agora, tinha federações e sindicatos que rejeitavam, que não queriam nada com a Igreja, por questão de atraso. Enfim isso tudo acontece. Mas com relação à CONTAG e às principais federações houve esse entrosamento. Mas, como eu te falei, houve também pessoas de esquerda no guarda-chuva da Igreja. Até o pessoal ligado ao Partido Comunista, depois de 64, até 1967, qual foi o guarda-chuva que eles encontraram? Para boa parte deles foram as equipes da Igreja. **A Igreja, chamada guarda-chuva mãe.** Tanto é que a divergência maior se deu em 1979, com a abertura, com a anistia, com o surgimento de novos Partidos. Porque naquela época só tinha o MDB e a ARENA. Isso eram as alternativas político-partidárias. Mas, **em 79, não. Vêm os Partidos, e aí o pessoal começa a pular um pouco fora da guarda-chuva da Igreja e a se organizar partidariamente. Esse pessoal todo estava mergulhado também no movimento sindical.** Eu me lembro do pessoal do MR-8, que estava trabalhando com o pessoal da Igreja, parte do pessoal do PC, parte do pessoal hoje ligado ao PT, de algum movimento. Ou estavam na clandestinidade ou estavam em algum guarda-chuva.

Castro: A CONTAG tem se apoiado ao longo desses anos todos na FETAPE, que é uma referência para o movimento sindical nacional. Que aspectos você destaca, na história da FETAPE, que podem servir de exemplo para o sindicalismo do país?

José Francisco: Essa questão da FETAPE... Pernambuco, no Nordeste, mesmo antes de 64, foi um Estado onde as lutas populares tiveram um crescimento muito grande, foi uma referência. Até mesmo pela centralização do Estado ele serviu como uma espécie de articulador dessas lutas sociais no Nordeste. E Pernambuco conseguiu conquistar um governo popular, o governo Miguel Arraes, quando os movimentos populares se enraizaram aqui mais do que em outros Estados.

Em relação ao campo, por exemplo, aqui chegou-se a quebrar o tabu de grande parte dos usineiros, dos poderosos, de se abrir as porteiças dos engenhos e das usinas para o movimento sindical, como nós costumamos dizer. **Quebrou-se o cadeado das porteiças dos engenhos e das usinas para a entrada do movimento sindical,** da organização camponesa. Isso fez com que o pessoal de Pernambuco tivesse um grau de consciência política maior. E, mesmo com o golpe, essas

lideranças não desapareceram. Se espalharam. Mas, esse pessoal continuou lutando muito, mesmo não podendo fazer greve, de 64 a 79, mas buscando os caminhos legais. **A Justiça do Trabalho aqui em Pernambuco, a gente abarrotava a justiça de processos. De ação plúrima**, quer dizer, em vez de você colocar uma petição individual, para cobrar direitos adquiridos, salário, 13º mês atrasado, a gente fazia uma ação com cem pessoas, com oitenta pessoas, jogava na Justiça, abarrotava a Justiça de processos. Teve uma Junta de Palmares que teve, num determinado ano, mais de cinco mil processos. Tanto é que é aqui em Pernambuco nós conseguimos forçar até o surgimento de mais Juntas de Conciliação e Julgamento, aqui na Zona Canavieira, por força desse abarrotamento das Juntas existentes.

Castro: Isso em 1967, antes de sua ida para a CONTAG

José Francisco: Antes e durante. Na CONTAG a gente estava sempre ligado aqui no Estado. Pelo fato de eu ter saído aqui de Pernambuco para a CONTAG, a gente levou um pouco essa visão de organização, de discussão, e de luta do movimento sindical, para refletir com os companheiros de outros Estados. Claro que nos outros Estados também tinha luta, tinha visão, e a coisa foi se associando. Quer dizer, **o grande respaldo que eu tive na CONTAG era que eu não era um elemento solto. Eu era um elemento que estava ligado a uma prática de trabalho de um Estado que tinha essa história**, eu também fazia parte dessa história. Isso fez com que eu tivesse uma aceitação maior nos outros Estados. Promovemos encontros regionais, interestaduais, nacionais, para ir refletindo essas experiências, para avançar esse processo de organização camponesa. Na época a gente discutia muito a existência da lei e o não cumprimento da lei, **o Estatuto da Terra, que estava no papel e não tinha aplicação, para provar que a ditadura não tinha compromisso com a reforma agrária, compromisso com os pequenos. O Estatuto do Trabalhador Rural tinha uma série de direitos sobre salário, 13º mês, férias**, essa coisa toda, os patrões, os usineiros, se sentindo donos da revolução, descompromissados, livres de cumprir esses direitos. A gente pegava essas leis e questionava: “Tá aí a lei. A revolução disse que a lei é para garantir os direitos dos trabalhadores. Por que não se criam mecanismos para garantir o cumprimento dessas leis? Cadê a Justiça do Trabalho? Cadê a Delegacia do trabalho? Cadê a fiscalização da Delegacia do Trabalho? Cadê a punição daqueles usineiros faltosos? O próprio Estatuto da Terra, que é programa de reforma agrária, que é programa de governo, por que é que ele

não se estrutura, não se elabora um programa mínimo de reforma agrária? **O Estatuto da Terra foi Castelo Branco que forçou o Congresso a aprovar, mas isso é para ficar no papel? Isso é para mostrar para o mundo que a ditadura não é tão ruim? Qual é a aplicação disso aqui no Brasil?"**

Esses instrumentos legais eram objeto de reflexão constante em encontros nossos. Era esse o discurso que se fazia. E o movimento sindical foi se dando conta disso, foi se tendo uma visão crítica da ditadura, de que a ditadura realmente não veio para defender trabalhador, nem para garantir direito de trabalhador nem para implantar mudança nesse país, e muito menos a reforma agrária.

Então, é nesse papel que Pernambuco viveu muitas condições de fazer com que a CONTAG penetrasse com certo respeito, com certa adesão, em muitos Estados. E o pessoal sabia que eu estava ligado a uma prática de trabalho do meu Estado. E quando o pessoal de outros Estados vinha visitar Pernambuco eles sabiam que aquilo ali não era um discurso, estavam dentro dos engenhos, organizando delegacias sindicais, estavam aqui mas estavam também na Justiça do Trabalho, defendendo os trabalhadores de forma coletiva. Então não era só um discurso. Estavam defendendo os trabalhadores na posse da terra, a resistência na posse da terra, para defender a posse, a benfeitoria. Então, isso me deu muito respaldo. **Por isso é que há essa tremenda ligação entre a CONTAG e a FETAPE.** A FETAPE se sente um braço da CONTAG. Mesmo eu não estando na presidência da CONTAG hoje, mas a FETAPE aqui, os principais problemas: greve, acampamento, passeatas, ato público, a discussão na área assalariada, no Agreste, no Sertão, as lutas pelas barragens, qualquer programa mais coletivo aqui do Estado eles fazem questão de dizer: Sindicato-FETAPE-CONTAG. Eles se sentem parceiros da CONTAG, responsáveis por essa linha dada a partir de 68 na CONTAG.

RELAÇÕES ENTRE ASSALARIADOS RURAIS E PATRONATO CANAVIEIRO

Castro: A principal atividade econômica de Pernambuco, a agroindústria canavieira, é muito regulada pelo Estado. Isto contribuiu para que as relações sociais entre o patronato e os trabalhadores fossem bastante institucionalizadas. Os casos de violência deveriam ser raros porque o Estado está muito presente. Entretanto, a gente vê aqui que, embora patrões e trabalhadores se encontrem anualmente para discutir os seus interesses, há violência nos engenhos. É uma certa contradição.

José Francisco: Exatamente. Neste ano de 1992, já houve dois assassinatos de trabalhadores em engenhos. Agora, nas vésperas de nossas Assembleias da campanha desse ano, assassinaram um trabalhador em Barreiros porque ele não aceitou aquelas condições que estavam sendo impostas pelo administrador do engenho. O administrador queria que ele cortasse a cana, numa linguagem que nós chamamos “na Tabela”, com um toco bem baixo, rente com a terra, porque isso faz com que a soca saia (...). No entanto essa cana que foi dada para ele cortar estava dentro da água e não dava para ele avançar muito na produção se ele cortasse daquele estilo que o administrador estava impondo. Então, só pelo fato de ele reclamar, de não aceitar ou solicitar outra cana onde não tivesse tanta água, isso foi o suficiente para o administrador sacar o revólver, dar quatro tiros e matar.

A REFORMA AGRÁRIA, O PNRA.

Castro: Se, antes de 64, Pernambuco teve grandes mobilizações, por que não teve tanta agitação durante o PNRA, como teve o Sul do país, onde o Movimento dos Sem Terra fez muitas ocupações, ou no Bico do Papagaio, área também de muita violência? Enquanto isso, nós tivemos aqui uma relativa tranqüilidade, como se as tensões sociais tivessem amainado. Como você explica isso?

José Francisco: Cada região do país tem uma realidade um pouquinho diferente. Na região Norte do país, com a abertura das estradas – Transamazônica, Cuiabá-Porto Velho – a ditadura estimulou a migração da população e espalhou os conflitos. Eu me lembro, na abertura da Transamazônica o presidente Médici quase chora pela televisão: “Vim ver e vi, vi o povo da minha terra sofrido, passando fome, isso toca os olhos da minha sensibilidade, isso não pode acontecer”. Então, volta para Brasília. Quando a gente pensa que vai sair daí um programa para resolver o problema dos efeitos da seca com um programa permanente de desenvolvimento do Nordeste, irrigação, barreiro, a questão da distribuição da terra, vem ele com o PROTERRA. Diziam que a idéia da Transamazônica era unir o homem sem terra do Nordeste, com a terra sem homem da Amazônia. Houve toda uma programação no sentido de jogar o pessoal daqui em outras áreas. E houve uma ligação tremendamente forte entre Nordeste e Amazônia. E lá não teve um programa sério de colonização, estimularam a colonização privada, que foi uma desgraça. Então, esse pessoal ficou lá sem

solução nenhuma. Então, começam a surgir os conflitos de terra naquela região: Sul do Pará, Norte de Goiás, toda aquela região do Tocantins, Maranhão, a Bahia também é um Estado altamente conflitado. E começaram a pipocar os conflitos de terra e o processo de expulsão. Essa infra-estrutura que ele criou também despertou, do lado do latifundiário, uma ganância maior pela terra. A SUDENE, a SUDAM, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, soltando dinheiro nas mãos dos grandes, através de recursos do PROTERRA, e com a ganância a disputa ficou mais acirrada. E aí vêm os conflitos, a violência, morte, o diabo a quatro. Você vai ver que boa parte desse pessoal que estava enfrentando os conflitos, no Norte do país principalmente, eram camponeses nordestinos que migraram do Ceará, da Paraíba, Pernambuco... E aí começaram os conflitos lá nessa região.

Na região Sul, os filhos dos pequenos agricultores estão na origem dos conflitos. As federações do Sul, por força da própria realidade deles, tinham dedicado o maior peso do seu trabalho de organização sindical na defesa dos pequenos agricultores. E depois, eles não tinham tanto uma quantidade de assalariados, como aqui em Pernambuco, com duzentos e tantos mil assalariados. O grosso dos associados em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná são pequenos agricultores. E como os filhos dos pequenos agricultores não tinham terra para trabalhar, e não queriam se tornar assalariados, que não era fácil na região, começou a pipocar naquelas regiões, e em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, a luta pela conquista da terra. E houve pipocos enormes, em Santa Catarina, principalmente, com o pessoal que é posseiro.

Mas eu tenho que dizer, também, que no Nordeste houve conflitos. Tanto é que houve desapropriação aqui em Pernambuco. Havia sessenta e tantas áreas de conflitos em Pernambuco. E não houve um processo de expulsão tão grande e o pessoal permaneceu na posse da terra. Umás áreas foram desapropriadas, outras não, e esse pessoal de áreas desapropriadas ainda permanece nas posses. Não houve um processo de expulsão muito grande na área dos posseiros.

Mas não se pode comparar as tensões nas áreas de posseiros de Pernambuco, com as das áreas de posseiros do Sul do Pará, região do Papagaio, Sul da Bahia.

Mas não houve aqui medo da luta e de enfrentamento aqui. Pega na Federação a quantidade de lideranças camponesas que foram massacradas aqui em Pernambuco! Quantos dirigentes sindicais nós perdemos! Quantos sindicatos nós perdemos! Assassinados. Então, não foi medo de enfrentamento. Agora, como a

quantidade de conflitos aqui era menor, boa parte do enfrentamento se deu na área assalariada mesmo. Lutar pelo cumprimento já é suficiente para senhor de engenho matar delegado sindical. Quantos dirigentes perdemos aqui na área assalariada! A Federação e a CONTAG têm essa relação. Foram assassinados companheiros em Aliança, em Passira, em Surubim, onde mataram o presidente do sindicato.

Castro: Isso foi equivalente às perdas que houve em outros Estados?

José Francisco: Exato. Delegados sindicais, dirigentes sindicais, trabalhadores, assessores, foram assassinados em Pernambuco. Entre os assessores mais recentes que foram assassinados, está um companheiro de Palmares. Então, não houve medo da luta em Pernambuco.

Agora, **Pernambuco tem duzentos e quarenta mil assalariados. Por isso o embate maior, o enfrentamento maior é o dos assalariados. Mas houve conflitos nas regiões da terra mais seca, no Agreste e no Sertão**, embora essas terras sejam um pouco menos disputadas do que a terra do Sul do Pará, do Maranhão, de Goiás, de Mato Grosso, de Santa Catarina. Mas, mesmo assim, a Federação enfrentou problemas de conflito de terras em Floresta dos Navios, e saiu de lá com o carro furado de bala, com o dr. Romeu da Fonte e outros advogados, e Euclides, quase saíram de lá mortos. Ameaças de morte em relação ao pessoal da Federação há até hoje.

Eu não sei como é que se explica essa coisa do recuo. **Em 63 não existia nada, estava se começando tudo. Qualquer conflito que aparecesse já chamava a atenção do país inteiro.** A coisa era nova. Por exemplo, quais eram as áreas de conflito que se deram aqui em Pernambuco? Galiléia... A gente pode listar uns quatro ou cinco, mas isso já era suficiente para chamar a atenção do país inteiro. Por que? Porque não existia e surgiu. Então, se pode ver por aí que a luta se deu a partir da realidade de cada grupo social. Numa área o enfrentamento é mais pela posse, porque é região de posseiros, na outra, o enfrentamento é em torno de questões salariais, porque o peso maior são os assalariados.

Castro: Durante o PNRA diz-se que houve uma reação contra a reforma agrária por parte do patronato de São Paulo dono de muitas terras no país. O patronato de Pernambuco também reagiu contra a reforma agrária?

José Francisco: Reagiu. O patronato de Pernambuco é um dos mais reacionários, inclusive a própria UDR chegou a se instalar aqui em Pernambuco. Teve um segmento

dos latifundiários mais de direita que chegou a se organizar na UDR. Esse pessoal ligado a Antônio Carlos, da Associação dos Fornecedores de Cana.

Agora, é claro, o empresariado e os fazendeiros de São Paulo, quando eles reagem à reforma agrária eles não estão reagindo só em relação a São Paulo. É que lá, esse pessoal tem um capital acumulado maior, e os fazendeiros e industriais de São Paulo, são grandes fazendeiros no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso, em Goiás, no Sul do Pará. Os de Pernambuco migraram mais para o Maranhão, Piauí, um pouco no Pará, na região Sul um pouco.

Os grandes capitalistas de São Paulo e Paraná levaram seus capitais para outras regiões. Quando eles reagiram contra a reforma agrária eles reagiram não só com medo da reforma agrária em São Paulo. Eles estavam com medo é de que esses latifúndios deles nessas outras áreas fossem desapropriados. É um problema cultural, de mentalidade, mas é também um problema de defesa da propriedade. Se você for medir por aí você vai ver que o montante de capital dos capitalistas de São Paulo, que está espalhado da região Centro, na região Norte e no Centro-Sul é maior do que o montante dos capitalistas de Pernambuco.

Até eu cheguei a quase me enganar numa determinada época pensando por que é que o industrial não é favorável a uma reforma agrária se a reforma agrária implica na redistribuição da terra, a redistribuição da terra implica na redistribuição de renda, na melhoria das condições de vida, a redistribuição de renda implica em poder comprar mais os produtos manufaturados, o que teoricamente, poderia beneficiar determinado setor da indústria. Por que é que eles não apoiam um programa de reforma agrária, e o comércio também? Mas depois eu fui ver o seguinte: **os banqueiros, os grandes industriais de São Paulo, são também grandes fazendeiros.** Aí a gente viu que **a gente não estava enfrentando só o poder latifundiário não, estava enfrentando também o poder industrial, comercial, e o setor financeiro, que é latifundiário.**

REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSALARIADOS E AGRICULTORES FAMILIARES

Castro: Estão surgindo no meio rural inúmeras formas de organização de trabalhadores: associações, Bancos de Sementes, Grupos de Mulheres, etc.. Até que

ponto o movimento sindical de hoje está sendo capaz de se articular com esses movimentos para que elas venham se somar à luta dos trabalhadores?

José Francisco: Veja bem, esse é um processo em discussão. Porque, na realidade, a CONTAG articula 3.500 sindicatos do país inteiro, 23 Federações, como uma soma de associados de mais de 9 milhões, nas diferentes faixas: posseiros, assalariados, pequenos proprietários, parceiros, e assim por diante. Então, é um desafio para a CONTAG ela dar resposta, incentivar, articular com as Federações, dando resposta a esses diferentes grupos que compõem o movimento sindical. Em relação aos assalariados, uma programação para os assalariados, avaliação da luta, reprogramação, para ver se melhora o salário e as condições de trabalho. Programação com os pequenos agricultores, os sindicatos se abrirem para isso. Porque, na realidade, qual é a finalidade de um sindicato de pequenos agricultores? É defender os interesses dos pequenos agricultores, mas também é resolver uma série de questões da busca de preço, nas questões da busca de crédito, que também fazem parte da luta política, da comercialização, da infra-estrutura, até mesmo do caso dos benefícios da Previdência Social, porque o pequeno agricultor, que trabalhou a vida toda, quando chega a uma certa idade ele quer ter a sua aposentadoria. No campo da saúde, ele quer também ter o seu tratamento condigno, médico, dentário, etc. É claro, é importante que o sindicato atente para isso, mas não fique só nisso. Ele se abra para as atividades do pequeno agricultor, desde a semente, ao solo, à pesquisa, ao custo de produção, insumos, enfim. E aí, como uma boa parte dos sindicatos não tem tido essa visão, algumas pessoas começaram a achar que esses sindicatos estão superados e começam a criar associações como uma espécie de alternativa a esses sindicatos. Eu acho que não é por aí. **Em vez de a gente criar uma associação para substituir o sindicato, vamos jogar esse pessoal dentro do sindicato e mudar essas direções, porque essa ferramenta interessa ao trabalhador. Não confundir a entidade sindical com uma direção que não teve essa visão. E aí houve uma série de associações aqui, associações ali, já tentaram até, em alguns lugares, criar federações de associações. Acho isso divisionismo, entendeu? Mas também não dá para ficar alimentando direções que não têm essa visão. Esse processo deve ser amplamente discutido. Agora, tem muitos sindicatos que já não estão tendo essa dificuldade: já se abriram, já trabalham com as associações, já estimulam a organização de associações, enfim, estão junto com os**

agricultores. E quem está junto com os agricultores levanta as necessidades deles, procura organizar o sindicato em função das necessidades dos pequenos agricultores: seja semente, seja transporte, seja água, seja qual for a necessidade do pequeno agricultor. Mesmo que não se possa fazer de uma vez. Mas numa comunidade você destaca determinadas prioridades: as que podem ser atacadas de imediato e as que podem ser atacadas a médio e a longo prazo. E aí, se não depende só dos dirigentes, deve-se ir de forma articulada buscar apoio oficial, intervir junto ao Estado. Então, tem uma boa parte de sindicatos que já está se abrindo para isso, e essas dificuldades já não existem tanto. Outros, tremendamente fechados, e aí os embates estão se dando, o que eu acho até salutar. Ou que o pessoal ganhe o sindicato, ou que o sindicato abra a visão para tratar desses problemas do pequeno agricultor.

Que é necessário é. Sindicato de pequeno agricultor tem de se interessar, de se organizar, de se estruturar para defender o interesse do pequeno agricultor, da semente à comercialização, crédito, essa coisa toda. Claro, que com um trabalho de conscientização também, em busca de outros direitos, como os benefícios da Previdência.

Castro: Por que nunca chegou a ser levantada a bandeira de política agrícola como foi a bandeira da reforma agrária?

José Francisco: A nível de discussão mais geral, a política agrícola esteve presente na CONTAG. Você pega os anais dos Congressos da CONTAG, do segundo Congresso, em 73, do terceiro Congresso, em 79, do quarto Congresso em 85, e do quinto Congresso, realizado em novembro de 91. Quais são os temas da discussão? É organização sindical, as questões trabalhistas, a questão agrária, a questão agrícola. Se discute a questão agrária, e se tenta ter propostas para a questão agrária, e se discute a questão agrícola e se tenta ter propostas para a questão agrícola. Agora, entre os debates mais gerais, entre as conclusões dos Congressos e a prática disso aí vai...

Na prática, o pessoal começa a dar prioridade àquilo que está doendo mais: num lugar é a questão da terra, noutro lugar é a questão assalariados, noutro é a questão da seca. E a questão da política agrícola, também, por causa da seca, por causa dos próprios governantes que não têm dado a mínima para o Nordeste. O próprio Nordeste não tem uma política agrícola. O financiamento, quando chega, é atrasado, não tem nada a ver com o ciclo da chuva. A não ser a lavoura canavieira,

que é monocultura, isso aí é outra coisa. **Eu estou falando na política agrícola para feijão, para milho, para as lavouras de subsistência. O próprio Estado fica capenga, não tem. Acho que isso desestimula os sindicatos também a investir mais nessa questão.** Eles não têm onde bater para discutir preço, onde bater para discutir financiamento, onde bater para discutir seguro agrícola, onde bater para discutir problema de semente. Se bem que agora estão despertando mais. A partir de uns quatro anos de governo para cá, o governo Arraes insistiu um pouco mais nessa questão da pequena produção. Então, precisamos que o Nordeste tenha uma política agrícola organizada do ponto de vista oficial.

Castro: As Federações do Sul desenvolvem mais essa linha, não é?

José Francisco da Silva: Sim, o peso maior delas tem se dado nessa linha, estão mais organizadas nessa linha. Eles têm até estudos de custos de produção, de preço, têm enfrentamento maior com o governo federal com essas questões. O Nordeste atua mais nas questões trabalhistas, greves, nas campanhas salariais, o que não quer dizer que a gente não tenha participado das demais questões.

O SINDICATO E OS PARTIDOS POLÍTICOS

Castro: A relação entre o sindicato e a política partidária tem sido encarada de modo diferente nos últimos anos pela FETAPE. Hoje a FETAPE lança, quase oficialmente, candidatos. E no caso de Pernambuco, a gente já tem um deputado, o Dr. Romeu, que é um parlamentar representante dos trabalhadores rurais. Que saldo já se pode tirar dessa experiência?

José Francisco: É um processo novo, ainda em discussão. Em Pernambuco se refletiu muito antes de dar um passo na questão das candidaturas porque a participação político-partidária, principalmente com candidaturas, deve ser cercada de uma série de cuidados e de critérios. Isso para não resultar num enfraquecimento da organização sindical, na divisão do movimento sindical. É claro que a classe trabalhadora, na medida em que ela vai se politizando mais, ela chega à conclusão de que não é o movimento sindical que vai dar resposta a todas as necessidades dos trabalhadores. A política salarial, a política de preços, a política de saúde, a política de educação, crédito, para os diferentes grupos, essas políticas são definidas no seio de outro poder, que não o sindicato. No Executivo, no Legislativo, aqui no Estado e

no Congresso Nacional. Até mesmo para ter um poder de fogo junto ao Executivo há necessidade de uma certa participação política. Está muito na cabeça dos brasileiros que o rumo das decisões desse programa, o rumo do poder chama-se Câmara de Vereadores, Prefeitura, Assembléia Legislativa, Governo do Estado, Secretarias, Congresso Nacional e Presidente da República. O movimento sindical é um órgão de organização, de pressão, de discussão, enfim, de mobilização e pressão para que essas coisas políticas se dêem mais no sentido de defender os interesses da classe trabalhadora. Então, é duro, para quem toma consciência dessa visão política, ficar só discutindo a organização sindical, as greves, as campanhas, e não ter essa participação política, que necessariamente não significa candidatura. Você pode ter uma discussão política muito boa, em relação a determinados programas, a nível de município, a nível do Estado, a nível nacional, a serviço de quem estão esses programas, que propostas a classe trabalhadora pode apresentar à Prefeitura, ao governo do Estado, às Secretarias de Estado, a nível nacional, e se discutir, se avaliar o que é que o governo está fazendo, o que é que está deixando de fazer, se prejudica ou não à classe trabalhadora. **Isso é discussão política, isso é participação política, embora não é necessariamente candidatura. Sem isso, na hora de votar o pessoal está desinformado e vai votar em quem não tem muito compromisso com a área sindical.** A gente chegou até a refletir com o pessoal que, num determinado momento você pode trazer dois, três ou quatro candidatos para eles se pronunciarem, numa assembléia de sindicatos, qual é a proposta deles para a Câmara de Vereadores, para a Prefeitura, para deputado, ou governador de Estado. Aí seria um assembléia maior da Federação, uma convocação maior do movimento sindical, e trazer os candidatos que estão disputando o governo do Estado. Que propostas eles têm para a classe trabalhadora? Isso também é um tipo de participação política. E ainda não é candidatura.

A preocupação da gente é a seguinte. Nós temos poucas lideranças e eu, que sou sindicalista há muito tempo, tenho um ciúme danado do movimento sindical, eu tenho um cuidado para evitar o enfraquecimento do movimento sindical. Quem tem poucas lideranças, se uma dessas lideranças se lança nas candidaturas sem ter um outro quadro que a substitua na ação sindical, como é que fica essa situação? Como é que a gente vai compreender determinadas candidaturas lançadas por outros Partidos, como é que a gente vai compreender isso, e fazer com que a unidade do movimento sindical não se desagregue? Estamos primeiramente discutindo isso aí.

Mesmo assim **Pernambuco insistiu em lançar algumas candidaturas, que não são de sindicato, não é o sindicato nem a FETAPE que lançam. A pessoa vai buscar esse lançamento num Partido. Agora, é difícil você separar. O Dr. Romeu, por exemplo, foi, é advogado do movimento sindical há 25 anos, arriscando a vida, toda uma vida dedicada ao movimento sindical.** E hoje, onde ele conhece, com quem ele convive, aonde ele vai explicar a história dele, ou repetir a história dele, é de luta com os camponeses, não tem jeito de separar essas coisas. E outros candidatos do sindicato, também. Eles estão ali articulando o movimento sindical. Chega a hora em que os trabalhadores, os delegados sindicais começam a incentivar, e eles se lançam candidatos. Não são candidatos oficiais do sindicato nem da Federação. São pessoas, lideranças que se lançam com respaldo nas assembleias, com respaldo nos delegados sindicais.

É um processo novo, aqui em Pernambuco, e já tem ganhos. Por exemplo, o Romeu foi Secretário do Trabalho do governo Arraes, não foi Secretário só dos camponeses, Secretário ligado ao governo, atendendo área social. Houve resultados positivos. O companheiro nosso de Barreiros, o Amaro Biá, como prefeito teve uma forte ligação como o movimento sindical, com a Federação durante esses quatro anos: apoio aos encontros, apoio aos congressos de delegados sindicais, apoio à campanha salarial, apoio às greves. Isso aconteceu também com Beija-Flor, em Paudalho, aconteceu em Agápito em São Lourenço da Mata, aconteceu em muitos cantos. Agora mesmo nós estamos elegendo alguns candidatos a prefeito, como em Orobó. Todo o compromisso dele é com o trabalho sindical, cooperativas, trabalho com Círculo Operário. O trabalho maior dele é com essa área. É dessa área que ele veio. Eu tenho certeza que ele vai colaborar muito com o movimento sindical, para o fortalecimento dessas organizações. Só que Orobó tem lideranças que assumem o sindicato, a cooperativa, ou do Círculo Operário. Quer dizer, o quadro de lideranças já dá para tocar o sindicato, a cooperativa e a Prefeitura. Isso é que eu gostaria que se reproduzisse nos demais municípios. Na medida em que sai um companheiro para atuar em outro setor, o sindicato não se enfraquece, ele continua tocando o seu trabalho e recebendo apoio da Prefeitura e cobrando da Prefeitura também. Fazendo esse elo de ligação. Mas não que dependa da Prefeitura a ação sindical. Aí está um processo que está em discussão, tem ganhos, tem cuidados.

O ENTREVISTADO COMO MINISTRO DO TST

Castro: Fale de sua experiência como Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

José Francisco: A minha vida teve 30 anos de luta sindical. No meu oitavo mandato à frente da CONTAG eu comecei a refletir: “Puxa, a gente não é eterno no movimento sindical. Eu não quero que o movimento sindical fique velho comigo. E foi surgindo a discussão nossa, da CONTAG, e de outras Confederações, de a gente participar da representação no Tribunal Superior do Trabalho, que é lá que deságuam os recursos, principalmente de dissídios coletivos da nossa área e das áreas urbanas também. Os nossos dissídios dos 240 mil trabalhadores assalariados da Zona Canavieira de Pernambuco, quando não se chega a uma convenção coletiva, são julgados pelo TRT, em Recife, e se os patrões recorrem, o processo cai em Brasília. E a gente não tinha ninguém no TST, onde são 10 ministros classistas, cinco de cada lado. Então, a CONTAG e as Confederações de trabalhadores urbanos começaram a cogitar a possibilidade de eu ser eleito para o TST. Aceitei, por essas duas razões. A primeira porque eu achei que a minha tarefa à frente da CONTAG, como presidente, estaria cumprida. Segunda, que era um espaço que eu podia reforçar ainda mais a nossa luta, tanto do ponto de vista da agilização do julgamento dos processos, quanto do ponto de vista da qualidade do julgamento dos processos.

Castro: Os outros ministros classistas vinculados aos trabalhadores foram sindicalistas?

José Francisco: Na área dos trabalhadores sim. O ministro Calixto, é de Pernambuco também, foi militante de sindicato em Pernambuco, esteve até perseguido em 64, depois foi vice-presidente da CNTI por muito tempo, e agora é presidente da CNTI. Os companheiros representam diferentes realidades da área sindical.

Castro: De quantos anos é o mandato?

José Francisco: É de três anos. Eu estou terminando o primeiro mandato agora, em novembro. Eu fui reeleito para mais três anos.

5. JOSÉ LAURENTINO DO CARMO

Perfil do entrevistado

José Laurentino do Carmo tinha 42 anos por ocasião da entrevista, em 03 de Julho de 1992, e era Presidente do STR de Igarassu, Itapissuma e Itamaracá. Sua atividade econômica é como assalariado nas plantações de cana de açúcar. É membro da Corrente Sindical Independente, organização não filiada a nenhuma das grandes centrais sindicais e que procurava manter uma certa autonomia em relação à FETAPE. A Corrente Sindical Independente surgiu a partir de militantes vinculados ao Movimento de Evangelização Rural (MER) e sua área principal de atuação foram em alguns sindicatos da Mata Norte, onde suas lideranças eram Pedro Assunção e José Laurentino.

Tópicos mais relevantes da entrevista

- Discordância em relação ao apoio dado pela CONTAG ao governo Sarney.
- Discordância em relação ao movimento sindical lançar ou apoiar candidatos partidários porque isso divide o movimento sindical.
- Não se filiam, enquanto membros da Corrente Sindical Independente, a nenhuma central sindical porque as centrais são politizadas e isso divide os trabalhadores.

Situação da entrevista

A entrevista individual gravada me foi concedida na sede do STR.

Entrevista

REFORMA AGRÁRIA. PNRA

Castro: Por que fracassou o PNRA?

Laurentino: É uma pergunta meio difícil de responder porque, na época, nossas atividades eram só mais na área da cana.

Castro: Você era delegado sindical nessa época?

Laurentino: É. Nessa época eu era delegado sindical.

Castro: Mas você discutia esse assunto e chegou a ter uma opinião?

Laurentino: Não, na época eu não cheguei, porque as atividades da gente aqui são como trabalhador assalariado. Eu estou por fora desse plano de reforma agrária.

Castro: Então, você acha que o plano de reforma agrária de Sarney não interessava aos assalariados?

Laurentino: Não, porque quem aderiria a ele era o povo que estava sem terra, não é? Porque os assalariados já tem o emprego dele fixo. Aí é difícil eles aderir a essa luta, mas o povo que está desempregado, sem terra...

Castro: Você lembra se naquela época, o pessoal do sindicato, mesmo sendo de assalariados, participou de mobilizações, passeatas para apoiar a luta dos sem terra?

Laurentino: A gente participou com o apoio aos sem terra de Pitanga. O sindicato apoiou até na questão financeira.

Castro: Em relação ao apoio que a CONTAG deu ao Governo de Sarney. Na sua opinião, ela deveria ter dado aquele apoio, ou teria sido melhor ela ter logo deixado claro que eram duas coisas diferentes, a CONTAG e o Governo?

Laurentino: Não deveria ter dado.

Castro: A CONTAG indicou José Gomes para ser presidente do INCRA, e outras pessoas para outros cargos. Na sua opinião era melhor não ter indicado ninguém?

Laurentino: É isso, porque você sabe que quem sempre monopoliza é o Governo. Mesmo hoje, você vê o movimento sindical dizer: "A gente tem que ter uma pessoa nossa lá no Congresso, tem que ter uma pessoa nossa lá na Prefeitura, tem que ter uma pessoa nossa lá na Câmara". Mas, que não vai resolver, não vai. Porque praticamente, a gente avaliando hoje a situação de Barreiros, mudou para o trabalhador? Em si não mudou, não é? Rio Formoso, onde tem as lideranças sindicais... São Lourenço da Mata, mudou o que para os trabalhadores? Porque o desemprego existe, a desnutrição existe, a fome existe, a falta de terra existe. Sempre quem monopoliza é o patrão.

Castro: Os trabalhadores rurais de Pernambuco têm uma história de lutas bastante grande no passado. Os trabalhadores de Igarassu participaram dessas lutas?

Laurentino: Os assalariados?

Castro: De modo geral.

Laurentino: Me lembro dos posseiros de Inhamã, que lutaram pela desapropriação, Engenho Novo também, antes do Golpe, eles já começaram a luta ali, pela desapropriação, que até hoje não saiu ainda. Teve também Pirajuí e Santa Cruz.

Castro: Quatro áreas. Esses posseiros se associaram ao sindicato?

Laurentino: É, são associados.

Castro: Vocês têm delegacia lá, nessas quatro áreas?

Laurentino: Temos em duas, em Engenho Novo e em Pirajuí.

SOBRE A PRÓPRIA ENTIDADE

Castro: Quantos são filiados ao STR?

Laurentino: 2.500 assalariados e 150 pequenos produtores. Não sindicalizamos pequeno proprietário com empregado.

Castro: Dentro dos pequenos produtores estão minifundiários, foreiros, posseiros?

Laurentino: Nós não usamos esses nomes, chamamos tudo de pequeno produtor.

Castro: Há quantos associados em dia com o sindicato?

Laurentino: Os da cana estão em dia porque o pagamento do sindicato é descontado em folha, através de dissídio coletivo.

Castro: Mas, eles, além disso não têm que pagar uma mensalidade?

Laurentino: Não, o assalariado da cana não paga mais nada ao sindicato.

Castro: E os outros?

Laurentino: O sócio que a gente chama "sócio avulso" ele paga diretamente ao sindicato, ou ao delegado lá.

Castro: O desconto em folha, feito pela Usina, é mensal?

Laurentino: É semanal. A principal renda do sindicato vem do assalariado da cana, uns 10 mil por mês.

Castro: Quer dizer, já é uma receita que dá para manter o sindicato.

Laurentino: Dá pra manter.

Castro: Vocês têm algum relacionamento com os operários da Usina?

Laurentino: Temos.

Castro: Como é que é esse relacionamento?

Laurentino: O relacionamento que a gente tem com eles é quando eles estão em campanha salarial. Não só com os operários da indústria do açúcar como também com os motoristas que são da indústria do açúcar.

Castro: Vocês apoiam as campanhas deles?

Laurentino: É. Sempre tem um delegado que nos procura. Pedem nossa sede, também, para fazerem reuniões.

Castro: Eles apoiam as campanhas de vocês?

Laurentino: Praticamente não.

Castro: O sindicato da usina é um só para todo o Estado de Pernambuco?

Laurentino: Para todo o Estado de Pernambuco.

Castro: E eles têm delegacia aqui em Igarassu?

Laurentino: Tem delegado, mas sede eles não têm.

Castro: Aí vocês já ajudam nessa parte.

Laurentino: Lá em Botafogo a gente tem uma delegacia até grande, dá para se reunir.

Castro: E eles têm também dissídio anual, como o de vocês?

Laurentino: É. O dissídio foi agora em maio.

Castro: Não coincide com o da cana.

Laurentino: É, não coincide. E tem uma luta grande para se mudar a data-base deles, para unificar a data-base para toda a Zona Canavieira, da cana e da usina.

Castro: Aí vai encostar o usineiro.

Laurentino: É.

Castro: Aqui só tem uma Usina, a São José?

Laurentino: É, no município, só.

Castro: E aqui tem Sindicato Rural, sindicato patronal?

Laurentino: Tem um Sindicato Rural ali, mas fechado. A sede funciona no Recife.

Castro: É ligado à FAEPE, a Federação da Agricultura.

Laurentino: É isso mesmo.

Castro: O STR tem delegados sindicais?

Laurentino: Tem 13 delegados.

Castro: Quantos assessores tem a entidade e qual a função dos mesmos?

Laurentino: Tem três. Um assessor político, outro é assessor contábil e o terceiro é o assessor jurídico.

Castro: O STR está filiado a alguma central sindical?

Laurentino: Não, só à Federação mesmo.

Castro: Por que não acharam importante se filiar?

Laurentino: A gente não achou importante, não (risos).

Castro: Tem alguma justificativa? Vocês não acreditam que as centrais sejam um modo de organizar melhor os trabalhadores?

Laurentino: É, porque a gente através de Encontros e das Assembléias sempre tem discutido com os trabalhadores. E nas reuniões da diretoria também. A gente vê a atuação das centrais. Praticamente elas atuam mais nos Partidos Políticos, não é? Isso, para a gente, divide os trabalhadores.

Castro: Como vocês entendem a autonomia do sindicato em relação aos Partidos Políticos? O sindicato não deve apoiar um candidato?

Laurentino: Eu acho que não. Na minha concepção eu creio que não. É aquilo que eu falei, porque se o sindicato apóia, está dividindo. A gente sabe que hoje, praticamente, **um trabalhador vota num Partido, o outro trabalhador vota noutro Partido e se, o sindicato em si, está apoiando, está dividindo os trabalhadores.** Eu acho que o dever do sindicato é unir os trabalhadores.

Castro: E depois de eleito, o candidato, vocês têm alguma estratégia de pressionar esse político – digamos que ele seja um deputado, seja um vereador, seja um prefeito – para ele cumprir bem o mandato?

Laurentino: Sempre a gente tem feito aqui.

Castro: Quais os tipos de pressão que vocês usam?

Laurentino: A gente discute nas comunidades e tira comissões de trabalhadores, comissões de oito, dez pessoas, com uma pauta de reivindicações, com o que precisa nas áreas. E também a gente leva o povo para a frente da prefeitura, fazer protesto.

Castro: Vocês fazem isso de vez em quando.

Laurentino: É, de vez em quando, para exigir cesta básica, emprego, saneamento, energia elétrica para as zonas rurais. Praticamente, nos distritos de Três Ladeiras e Araçoiaba onde a maioria da população são trabalhadores rurais.

Castro: E aqui, em Igarassu, deve ter uma boa parte, não é?

Laurentino: Tem. Aqui em Igarassu tem uma boa parte de trabalhadores rurais.

Castro: A Fazenda Mulata fica em Igarassu ou em Itapissuma?

Laurentino: Em Itapissuma, que pertence também ao nosso sindicato.

Castro: São dois municípios na área de jurisdição do sindicato?

Laurentino: São três. Itamaracá também, onde só há pescadores.

Castro: E eles têm uma associação, a Colônia dos Pescadores.

Laurentino: É, tem a Colônia.

Castro: Itapissuma também é a mesma coisa, tem muito pescador, não é?

Laurentino: Itapissuma tem muito pescador, mas eu posso dizer que a maioria são trabalhadores rurais, assalariados da cana.

Castro: Lá tem outra Usina, ou é a São José também?

Laurentino: São José. Eles trabalham na São José e na Santa Tereza, de Goiana.

Castro: O relacionamento entre a Usina Santa Tereza e a Usina São José, em relação aos seus trabalhadores é o mesmo? Pode-se dizer que um patrão seja mais tolerante do que o outro, Antonio Ermírio de Moraes e João Santos?

Laurentino: Agora é o mesmo. Mas antes...

Castro: A mesma dificuldade que vocês têm, digamos assim, para obter o direito dos trabalhadores, que vocês têm aqui vocês têm lá?

Laurentino: A gente pode dizer que, hoje, para adquirir os direitos dos trabalhadores nessas duas áreas, que é a Usina São José e a Usina Santa Tereza, não é difícil, não. Já foi difícil. Mas através de mobilizações, acampamentos nas portas das Usinas, hoje os trabalhadores recebem seus direitos.

Castro: Ah, vocês acampam nas portas das Usinas.

Laurentino: Acampam, é.

Castro: Esse ano já fizeram algum acampamento?

Laurentino: Não. Fizemos dois no ano passado, em 15 de Agosto e 4 de Dezembro.

Castro: 15 de Agosto foi antes da Campanha e 4 de Dezembro foi depois. Por que essas duas datas?

Laurentino: Porque, justamente em Agosto foi que os patrões inventaram um tipo de cobertura de sulco. Antes só se fazia puxar a terra. Aí a partir de Maio, que foi quando começou o plantio de cana, eles exigiam lixar e raspar bem raspada. Aí os trabalhadores botaram o nome do boletim de Raspadinha. Aí dava uma dificuldade!

Tinha trabalhador que passava o dia todinho para tirar uma tarefa. Aí, por isso é que surgiu esse acampamento na porta da Usina.

Castro: E o de Dezembro, foi para quê?

Laurentino: No de Dezembro, a primeira bandeira foi a violência, não é? Os vigias da Usina pegando o trabalhador e espancando. A primeira bandeira foi essa, o restante foi: conserto de casas, férias com base na produção que é feita pelo trabalhador, décimo terceiro salário e a diminuição dos semeios de cana, que antes eles davam sete pontos e aí baixou para cinco.

Castro: Essas reivindicações tinham sido acordadas no dissídio?

Laurentino: Faziam parte do dissídio mas eles não estavam cumprindo. Agora, só não faziam parte eram as férias e o décimo. As férias, eles pagavam com base na média da produção. Hoje eles estão pagando na totalidade. Hoje o salário do trabalhador rural é 276 e, praticamente as férias, com um terço, daria 368 mil. E hoje os trabalhadores estão tirando 800 mil, uns 1.200, de férias. Eles estão pagando na totalidade da produção do trabalhador de cana.

Castro: Isso é só em Igarassu, ou em outros municípios também?

Laurentino: Na Usina Santa Tereza a gente conseguiu também até um acordo.

Castro: Os outros sindicatos conseguiram isso, em Pernambuco?

Laurentino: Não, só nessa área aqui. As únicas que estão pagando são a São José e a Santa Tereza.

Castro: Foi uma grande vitória.

Laurentino: É. E também o que se chama o percurso de viagem, que a gente chama. Já foi uma luta que a gente vinha antes, e hoje ela paga. Tem trabalhador que, por fora do trabalho da semana, recebe uma média de 25, e dependendo da distância a usina manda apanhar.

Castro: Ela mesma, ou ela tem, digamos assim, empreiteiros, pessoas que fazem contratação de mão-de-obra, gatos, como se chama.

Laurentino: Ela aqui não tem não. Aqui não existe “empeletero”. Existia, mas, através da pressão do sindicato acabou com tudo.

Castro: Vocês estão conseguindo com essas mobilizações fazer eles cumprirem as Convenções Coletivas de trabalho?

Laurentino: É. Praticamente eu posso dizer que aqui, em Igarassu, eles estão cumprindo praticamente tudo.

Castro: Mas a Lei do Sítio não.

Laurentino: Também. O trabalhador não planta aqui se não quiser.

Castro: Tem cooperativa agrícola, aqui?

Laurentino: Tem não.

Castro: Você falou duas coisas que eu gostaria que você explicasse. De um lado, você disse que não se filia às Centrais, prefere estar ligado à FETAPE. De outro lado, você diz que não se liga a Partido. Agora a FETAPE se liga muito a Partido. Isso não causa nenhum tipo de dificuldade no relacionamento com a FETAPE?

Laurentino: Olhe, sempre a gente tem as divergências. E através dos trabalhadores que são muito ligados também à FETAPE, não é? Pela cabeça dos trabalhadores, se o sindicato não paga à FETAPE é pelego (ri). Hoje ainda existe isso na cabeça dos trabalhadores. Então, aí a gente é filiado à FETAPE, mas sempre existe a divergência.

Castro: A FETAPE não chega a trazer candidatos aqui não.

Laurentino: Não chega.

Castro: Dr. Romeu, por exemplo, não fez campanha aqui não.

Laurentino: Não. Pode ter feito campanha lá na rua, mas aqui não.

Castro: Em relação ao Ministério do Trabalho, como é que vocês têm feito para ter um pouco mais de autonomia em relação ao Governo?

Laurentino: Através do Ministério a gente não tem muita burocracia não, porque quando a gente quer resolver as coisas é através da pressão.

Castro: Mas sempre dentro da lei, sem passar dos limites da CLT.

Laurentino: Sempre passa um pouquinho (ri). Quando os trabalhadores querem.

Castro: Por exemplo.

Laurentino: As greves fora da data-base, acampamento em porta de Usina...

A UDR EM PERNAMBUCO

Castro: A UDR realizou alguma ação em Pernambuco?

Laurentino: Não. Nessa área aqui, não tenho nenhuma informação.

Castro: E em outras áreas de Pernambuco?

Laurentino: Tenho conhecimento em outros Estados, não é?

Castro: A Igreja Católica tem ajudado ou atrapalhado a luta dos trabalhadores?

Laurentino: Tem ajudado. O padre Manoel, de Abreu e Lima, tem ajudado o pessoal de Pitanga.

Castro: Por que Pedro Assunção perdeu as eleições em Igarassu?

Laurentino: Porque estava abusando do poder. Por exemplo, no uso dos carros.

Castro: Qual foi a diferença de votos entre você e ele?

Laurentino: Eu tive 1.357 votos e ele teve 347.

Castro: Qual a diferença entre dissídio, convenção e acordo coletivo?

Laurentino: Primeiro existe a Convenção, com a mediação da DRT. Se não houver acordo instala-se o dissídio, que é feito no Tribunal. O Acordo coletivo é feito diretamente entre o sindicato e a usina.

DOCUMENTOS FORNECIDOS PELO ENTREVISTADO

- Folheto "Acorda Desempregado. Fim de Moagem. Contra o desemprego". 1989. Assinado pelo STR de Goiana, Igarassu, Itambé, Timbaúba.

- Acordo entre a Usina São José S/A. e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Igarassu e Goiana. 15.08.1991. Assinado pelo gerente da empresa e pelos presidentes do STR's de Goiana, Igarassu e Itaquitinga.
- Acordo Coletivo de Trabalho entre a AGRIMEX e os STR de Aliança, Goiana, Igarassu, Itapissuma e Itamaracá, Itaquitinga e Nazaré da Mata, Tracunhém e Buenos Aires.
- Tabela de Percurso do local de moradia ao local de trabalho, com indicação dos minutos gastos, computados como tempo de trabalho, para os municípios de Itapissuma, Igarassu e Goiana.

6. MARCOS LUIZ OLIVEIRA BEZERRA

Perfil do entrevistado

Marcos Luiz Oliveira Bezerra nasceu em 03.09.1970 em família de assentados no Engenho Patrimônio, em Condado. No momento da entrevista, em 27 de Outubro de 1992, Marcos, com 22 anos, era membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na Mata Norte e candidato a vereador de Condado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Posteriormente adquiriu pelo Programa Cédula da Terra uma área rural que ficou conhecida como Sítio Acaú de Cima, que transformou em centro de divulgação de agroecologia, especialidade na qual veio a tornar-se técnico de nível médio. A partir de 2006, em quatro gestões da prefeitura da Condado, ele ocupou a função de Superintendente de Agro-Negócios, mesmo quando não teve filiação partidária.

Tópicos mais relevantes da entrevista

- Descontentamento de Marcos por não ter havido desapropriação do Engenho Patrimônio, pelo INCRA, mas pagamento pela terra à Usina Santa Teresa, que não era de fato a proprietária. Esse pagamento foi negociado pelo governo de Arraes, para acabar com o conflito.
- A FETAPE sempre apoiou a luta dos posseiros de Patrimônio, mas a CPT estava mais envolvida.
- O governo de Arraes eletrificou, construiu residências e um açude. O governo de Joaquim Francisco fez uma casa de farinha e financiou um plantio de inhame.
- A maior parte dos lotes é de 2 hectares, insuficientes para o desenvolvimento sustentável de uma agricultura familiar. Por isso, quase todos os assentados trabalham fora, sobretudo na cana e na usina.
- Os assentados fundaram uma associação que é a principal entidade que os apoia. O STR ficou omissos porque não tem interesse em trabalhar com agricultor familiar, preferindo o assalariado, que lhe dar uma receita certa.

Situação da entrevista

A entrevista individual gravada me foi concedida, por ocasião de Encontro das equipes de CPT do Estado de Pernambuco, realizado em local cedido pela Diretoria Regional de Educação (DERE) em Garanhuns.

Entrevista

UMA LUTA DE POSSEIROS TERMINA NUMA NEGOCIAÇÃO ENTRE ARRAES E JOÃO SANTOS

Castro: Como terminou a luta pela terra no Engenho Patrimônio.

Marcos: Terminou e não terminou, porque terminou de modo que ninguém ficou satisfeito. Só ficamos com 35% da terra. E o pior lado: pega uma área urbana, pega a sub-estação da CHESF, tem uma área que só tem ladeira, pouca chã. Estamos lá.

Castro: Qual foi o papel de Arraes?

Marcos: Na luta tombou um companheiro nosso, o Cazusa. Depois que esse companheiro tombou, ao invés da luta se inflamar e crescer, aí ficou abafado. Ficou todo mundo com medo. Até debaixo da cama tinha gente.

Aí Arraes veio até Patrimônio para negociar com o pessoal. Ele disse que não queria ver mais mortos, que a usina não cedia, de jeito maneira. Não cede a parte dela. Aí o pessoal contestou: “Mas, esse negócio é nosso. A usina não tem documento comprovando que ela é proprietária”. E Arraes respondeu [Marcos imitando a voz grossa de Arraes]: “Não, mas... O pessoal é muito poderoso. Ela não cede. É melhor um passarinho na mão do que dois voando. Então, vai ser o seguinte: metade para a usina e metade para vocês.”

Sabe como é, o doutor fala uma coisa, fica todo mundo calado. O pessoal não reage na hora, não é? Eu sei que concordaram em ser 50%. Sei que enrolada vai, enrolada vem, só ficou com a gente 35% do engenho. E do pior lado.

Mas não foi uma coisa livre, foi induzida. Porque alguns líderes na época tinham sítio desse lado e não queriam sair desses sítios. Aí escolheram o lado da CHESF. Ninguém se tocou que era área urbana. Aí, quando concordaram foi que viram que ia ser ruim. Quiseram voltar atrás mas não tinha mais jeito.

Aí, o governo deu as casas para veio do outro lado, deu indenização, edificou a área. Muita gente ficou contente com isso. Mas, na verdade, não foi o melhor para a comunidade em geral.

Castro: João Santos recebeu alguma coisa?

Marcos: O Estado disse que pagou a ele. Agora, de uma terra que não era dele. Chegou lá de gaiato e ficou como dono.

Castro: Qual foi a posição da diocese de Nazaré, como proprietária da terra?

Marcos: Na época de Dom Jaime, a diocese ainda apoiou nossa luta. Depois que entrou esse Dom Jorge, que está agora, foi omissão de todo lado, deram as costas mesmo, não queriam nem saber. Até o seminarista que nos acompanhava, Vicente, que era da ACR, foi expulso da diocese porque estava metido nessas lutas.

Castro: Porque apoiou vocês.

Marcos: Porque apoiou a gente.

Castro: Qual foi o comportamento da FETAPE?

Marcos: A FETAPE, de início, deu uma grande ajuda, porque como a gente ia invadir, não, plantar; porque a terra estava vazia, aquilo era nosso. Ai a Usina vinha em cima, com doze, com tudo. Nisso, a FETAPE chegava, com Romeu ⁽⁸⁾, naquela pinta, arrancou até cana na frente do usineiro. Desafiou o usineiro, não é? Tinha muita câmera filmando [em tom de ironia].

Castro: Já no tempo em que Romeu era secretário?

Marcos: Não, no tempo em que ele era assessor da FETAPE. Quando ele era assessor da FETAPE ele entrou de cabeça na luta lá. Foi lá, arrancou cana na frente do usineiro. O usineiro plantou. Ai a FETAPE voltou lá, mandou a gente arrancar, a gente arrancou e, dessa vez, quem ganhou a questão toda foi a gente.

A FETAPE continuou dando apoio, tendo como presidente José Rodrigues que foi até acusado pela Usina de crime de injúria quando ele disse que foi a Usina que

⁸ Marcos refere-se a Dr. Romeu da Fonte, assessor jurídico da FETAPE e depois Secretário do Trabalho do governo Arraes.

mandou matar o Cazuza. Na verdade foi mesmo. A FETAPE teve a contribuição dela, ainda mais que o presidente do sindicato, na época, era possessor de Patrimônio e tinha o maior interesse em Patrimônio. Agora ele já está falecido.

A ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO

Castro: Quais os benefícios que o Governo Arraes fez depois dessa negociação?

Marcos: Arraes fez a eletrificação, construiu um açude e um centro comunitário. Agora, na época de Joaquim Francisco, a gente conseguiu uma Casa de Farinha. A Casa de Farinha funciona no seguinte regime. Como Patrimônio não tem produção para ela trabalhar direto, e escoar a farinha, então, ela está arrendada a um camarada, que faz a farinha dele todos os dias porque tem onde botar, e paga a taxa à Associação, de cada safra. E a gente quando tem uma mandiocinha da gente a gente também faz farinha. É um negócio bom para a associação e para a gente, porque a gente não tem mandioca suficiente para movimentar Casa de Farinha direto.

Castro: Vocês são quantas famílias em Patrimônio?

Marcos: 92. Cada uma com um lote. A maioria com dois hectares. Outra pequena parte com três, uma pequenina parte com quatro e umas duas famílias com cinco.

Castro: Quantos são na família de vocês?

Marcos: Lá em casa são nove, e agora chegou um que morava no sítio, com dez pessoas. Aí ficaram dezoito pessoas. No mesmo lote de dois hectares. Mas quem trabalha a maior parte é a gente, porque a gente já estava lá. Só demos uma quadrinha de terra aos outros.

Castro: Desses 19, quantos trabalham no lote, e quantos trabalham em atividades fora de Patrimônio?

Marcos: Duas pessoas trabalham no lote, meu pai e meu irmão. E o resto não têm como tirar sustento dali, tem que ir para fora mesmo.

Castro: É um lote só mais para residência, não é?

Marcos: Para residência. A outra família planta lá um pouco de macaxeira, só para ter o café. Pronto.

Castro: E quais são as atividades que vocês conseguem fazer fora?

Marcos: Cortar cana, trabalhar em coqueira do engenho, trabalhar em usina de açúcar, no caso eu trabalhava.

Castro: Quer dizer, vocês continuam subordinados à monocultura da cana.

Marcos: É, porque com dois hectares, não tem como a gente se manter.

Castro: Como é o relacionamento de vocês com o governo de Joaquim Francisco?

Marcos: É muito bom. Ele até chegou a dizer que Patrimônio era a menina dos olhos dele. Agora, por quê, ninguém sabe.

Castro: De concreto que ajuda ele deu a Patrimônio?

Marcos: De concreto foi a Casa de Farinha e um projeto de plantio de inhame. E está com um monte de promessa.

 Chegou lá um pessoal chamado Equipe Alfa, fizeram um projeto com a gente, para transformar a associação em uma empresa. A associação ia comprar o produto dos produtores, o inhame, a batata. Ia levar direto para a CEASA onde teria um box. Isso já faz oito meses e até agora nada.

Castro: Como é que funciona a Associação?

Marcos: Ela funciona, mas é meio desorganizada. Tem uma assembléia no primeiro domingo de cada mês, e pronto. O pessoal paga lá. Não tem uma sede, não tem um arquivo, não tem nadinha não. Só tem umas reuniões para discutir os problemas que estão acontecendo na comunidade, falar do projeto que chegou, só isso assim.

Castro: Como vocês se consideram, parceiros, posseiros?

Marcos: Posseiros.

Castro: Vocês continuam se chamando de posseiros.

Marcos: Posseiros ainda (ri). É o costume.

A RELAÇÃO ENTRE OS ASSENTADOS E O SINDICATO

Castro: Vocês são sindicalizados?

Marcos: No começo da luta a maioria do pessoal era sindicalizado. Aí, depois que fundou a Associação, muitos deixaram de pagar o sindicato, pagam a Associação. Mas uma parte paga o sindicato ainda. Lá em casa o pessoal paga.

Castro: O sindicato tem alguma atuação em relação a vocês?

Marcos: Depois que a Associação foi fundada, não. **O sindicato diz que o pequeno produtor não dá lucro a eles não. Quem dá lucro ao sindicato são os assalariados, que contribuem direto, e a gente sempre atrasa a contribuição. Então, a gente, tendo associação não precisa deles mais.**

Castro: A contribuição de vocês para o sindicato é igual à do cortador de cana?

Marcos: É. O mesmo valor.

Castro: A contribuição do assalariado da cana é descontada em folha, pelas usinas.

Marcos: É.

Castro: É uma coisa certa.

Marcos: É uma coisa certa. A gente vai lá e paga.

Castro: Vocês, para eles, do sindicato, só dão trabalho.

Marcos: É. Só dá trabalho (risos). O sindicato só ajudou na luta quando o presidente era posseiro. Depois que o presidente morreu o sindicato se afastou.

A ATUAÇÃO DA CPT EM PATRIMONIO

Castro: Desde quando a CPT atua lá?

Marcos: A CPT atua desde 86 para 87, com Vicente e Zacarias, que trabalhava com tecnologia alternativa, para difundir lá em Patrimônio. A CPT tá lá até hoje.

7. SINDICALISTAS DE SURUBIM: ANTÔNIO ELEUTÉRIO, HELENO MARTINS E SEVERINO DE OLIVEIRA

Perfis dos entrevistados

Antônio Eleutério de Lima tinha 64 anos por ocasião da entrevista e ocupava o cargo de delegado sindical, e era também vice-presidente da Cooperativa Mista dos Trabalhadores Rurais de Surubim, no Agreste Setentrional, filiada à FECOMIPE e criada pelos assentados de Tabu, neste município, como alternativa à Cooperativa Agropecuária de Surubim, dominada por grandes produtores. Ele era assentado em Cruzeiro da Caiana ⁽⁹⁾, assentamento estadual instalado pelo governador Carlos Wilson Campos em 1990. Antônio Eleutério era também pequeno arrendatário de terras localizadas fora do assentamento. Anteriormente foi membro fundador da Liga Camponesa de Surubim, em 1962; membro fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Surubim, criado em 1965 pelo Monsenhor Ferreira Lima, dirigente dos Círculos Operários.

Poucos anos após a entrevista ele foi assassinado em 27 de fevereiro de 1996, em sua própria casa, no Engenho Catolé de Casinhas, por dois mandantes de latifundiários da região ⁽¹⁰⁾.

Heleno Martins dos Santos tinha 38 anos por ocasião da entrevista, e era diretor-tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Surubim e era assentado em Tabu ⁽¹¹⁾. Para complementar seus rendimentos ele arrendava pequenas áreas de terceiros fora do assentamento. Seu perfil político era de filiado ao Partido Popular Socialista (PPS), agremiação oriunda do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

⁹ - Esta propriedade foi objeto de um conflito entre o antigo proprietário e os posseiros. Ela estava classificada no INCRA como empresa rural, com base na declaração do proprietário, o que levou ao arquivamento do processo de desapropriação. A solução encontrada foi a compra da propriedade pelo Estado.

¹⁰ Ver Diário de Pernambuco de 02 de março de 1996.

¹¹ - Estas terras foram objeto de um longo conflito. O presidente do STR de Surubim, que era um dos posseiros em Tabu, foi morto em 1980, em razão do conflito. Neste mesmo ano, a propriedade foi comprada pelo PROTERRA.

Severino José de Oliveira tinha 52 anos por ocasião da entrevista e era vice-presidente do Partido Popular Socialista (PPS) em Surubim. Sua atividade econômica era de parceiro. Possuía apenas um « chão de casa » e não participava de cooperativa. Tinha a função de Delegado sindical do bairro Diogo, onde morava, junto com muitos trabalhadores rurais sem terra.

Tópicos mais relevantes da entrevista

- A rica e diversificada experiência dos trabalhadores rurais entrevistados, integrando as categorias de pequenos proprietários, assentados do INCRA e do Estado, e sem terra, lutando pela terra e por direitos trabalhistas.
- A luta pela terra foi vivida por eles na qualidade de posseiros, resistindo à expulsão da terra pelo grande proprietário.
- A luta pela terra na localidade teve vários sindicalistas assassinados
- Criaram uma cooperativa de pequenos produtores articulada com o STR
- A luta sindical se fazia desde a representação dos delegados de engenho, até as manifestações de âmbito nacional
- Atestaram o caráter popular do segundo governo de Miguel Arraes.
- Conseguiram unir a luta sindical com a luta político-partidária, apresentando dezenas de sindicalistas como candidatos a cargos políticos na região
- Experiência de titulação coletiva da terra, em nome da Cooperativa dos Pequenos Produtores.

Situação da entrevista

Esta entrevista coletiva foi concedida no STR de Surubim, em 29.08.1992.

Entrevista

REFORMA AGRÁRIA E REFORMA AGRÍCOLA

Castro: Os maiores interesses de vocês são ligados à terra ou à produção agrícola?

Eleutério: À terra, porque da terra sai a produção.

Heleno: À terra, e à questão agrícola também. A gente só com a terra não produz. É preciso ter financiamento. Aí vem a questão agrícola. A gente precisa ter garantia de

preço na produção, no armazenamento, e nas demais coisas que forem necessárias para a questão agrária. Somente a terra não vai salvar a situação dos agricultores do Nordeste.

Severino: Para mim tá faltando os dois. Eu não tenho nada disso, não é? (ri).

Comentário do Castro: Você é o caso mais grave.

Castro: Vocês já se mobilizaram a favor da reforma agrária?

Eleutério: Muitas vezes. Tenho três viagens em Brasília. No Recife, não conta as viagens que dei, pela posse de uma terra onde nós trabalhamos. Eu estou com 64 anos e meus pais me criaram nessa propriedade. Morreram os proprietários, venderam essa propriedade para outro fazendeiro. Nessa época, éramos uns 50 ou 60 posseiros. Nós fizemos o apanhamento e deu umas 76 famílias. E o novo proprietário queria tirar esse povo dessa terra, que pagaram tanto foro, que trabalharam tanto. Eles queriam tirar e a gente não aceitou. Fomos ao INCRA em Recife e ao INCRA em Brasília, fomos ao Palácio do Governo, à Justiça. Arrancaram lavouras nossas, fizeram tudo com a gente. Nessa área de Cruzeiro da Caiana, que tinha o nome de Fazenda da Caiana, eu fui vítima, na frente de 300 homens armados, com 500 bois para comer, 30 hectares de lavoura da gente porque estava em fim de ano. Eu recebi quatro tiros, uma comadre recebeu outro tiro, bateram em dois companheiros, mas graças a Deus, foi dia de todos os santos, não morreu ninguém. Depois, veio o Governador Carlos Wilson que, graças a Deus, fez a desapropriação. O fazendeiro ainda ficou aperiando muito. Na mudança de governos de Carlos Wilson para Joaquim Francisco, o fazendeiro arrumou mais dinheiro com Joaquim Francisco. Mas estamos com a terra, graças a Deus. Hoje estão essas famílias todas situadas.

Castro: Cruzeiro da Caiana é uma área de assentamento do Estado?

Eleutério: Do Estado.

Castro: E vai ser dado título?

Eleutério: Vai ser dado um documento como recebendo a desapropriação em nome do Sindicato. Agora, ninguém vai ter título individual.

Castro: Quem fez a repartição dos lotes foram vocês mesmos?

Eleutério: Todo mundo tem a sua posse.

Castro: Vocês moravam todos lá?

Eleutério: Uns não moravam, mas eram apossados, trabalhando. Agora estão morando, estão fazendo morada.

Helena: Eu também sou da mesma luta de Antônio. No ano de 80, a gente estava sendo despejado, 133 famílias, lá no Tabu. Foi quando a gente se mobilizou. A gente veio no órgão de classe da gente, que é o Sindicato, fizemos uma passeata, e fomos ao Recife, fomos ao INCRA, né? E lá, a gente reivindicou os nossos direitos, no ano de 80, que foi ano da ditadura militar. O presidente do INCRA prometeu a gente, na época, que assustava esse despejo. Estavam vindo 50 policiais de Nazaré da Mata para Surubim, para despejar o povo de Tabu.

Através dessa organização dos trabalhadores, em vez de 133 famílias hoje já são umas 200 famílias morando nessa propriedade. A terra ficou do jeito que estava, a gente tem o título da terra em mãos da Cooperativa dos Trabalhadores Rurais de Surubim. Foi por causa dessa desapropriação do ano de 80, do Tabu, que nasceu a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais de Surubim, que nasceu também esse conflito lá do Catolé, do Cruzeiro de Caiana.

Está se pensando também em passar esse título em nome coletivo, não um título individual. Porque se for um título individual fica mais ruim para a organização dos trabalhadores.

No Tabu, a gente foi desapropriado pelo INCRA, mas o título lá é coletivo, em nome da Cooperativa, e pertence a todo mundo lá na área. A terra era pouca, era 274 hectares para 133 famílias. Aí ficou do mesmo jeito que era: uns com quatro, outros com três, outros com dois.

Severino: A minha história é mais curta. Sobre esse fim, eu estou esperando. Eu não tenho nada. Somente a casa onde morar um chãozinho, somente.

Entrevistador (dirigindo-se a Severino): Vocês não fizeram nenhum movimento pela terra na área?

Severino: Não. Eu moro aqui no Diogo.

Castro: Vocês já se mobilizaram também por uma política agrícola?

Eleutério: A gente se mobiliza muito, mas é muito difícil a agricultura para o pequeno. Teve tempo que a terra tinha uma ajuda para os agricultores. Mas, desses governos

para cá, ficou muito difícil. O agricultor não tem empréstimo no Banco, não tem ajuda de semente, não tem ajuda para fazer um açude, barragem, né? Eu acho muito desprezado o agricultor. O agricultor, sozinho, não pode fazer nada. Eu vejo a situação dos agricultores, coitados, não produzem porque não têm ajuda, não têm interesse, amarrado, né? E a produção, os coitados trazem, vem o atravessador e compra.

Heleno: Sobre a mobilização pela questão agrícola, isso aí é o que não falta na gente. A gente sempre, de seis em seis meses, a gente tem uma reunião para discutir a questão da política agrícola, né? Agora, só que, como o Antônio Eleutério falou, a gente luta, exige, faz documento exigindo a política agrícola. Só que quando chega, o governo diz que vai ajudar os agricultores, vai abrir crédito para o agricultor trabalhar. Só que, na nossa mão não chega, de maneira nenhuma.

Pior do que antes, que não tinha essa questão de correção monetária. Antes o agricultor sempre tinha uma chancezinha. Começou com o pequeno produtor, agricultor, que não tem mais condições de trabalhar com o dinheiro do governo.

Severino: Só acrescentando a história que Heleno está falando, a gente mobiliza bem essa história de política agrícola. Mas, como ele falou, é só promessa, e nada de governo nenhum resolver esse problema de quem não tem a terra e nem financiamento. Aí é que muitos pobres trabalham em terra arrendada. Mas não têm conhecimento de nada. A produção que faz é pouca e, além de pouca, a gente tem de vender antes de colher. Porque tem que vestir, tem que calçar ...

Castro: Os médios e grandes produtores daqui conseguem recursos para a agricultura deles?

Eleutério: Muito, mas só não trabalham. Pedem dinheiro dizendo que vai trabalhar, só que não trabalha. Não tem um homem aqui, nesse município de Surubim, que tenha agricultura, e que empregue 10 pais de família, por semana, para trabalhar. Não tem um. E o nome deles é agricultor. Não têm uma conta de roçado na propriedade.

O dinheiro vai para a mão deles para comprar gado, para fazer cerca bonita, fazer boas cocheiras, para iluminar, encanar água para beber. O agricultor bebe água do barreiro, não tem água encanada.

Castro: Quer dizer que aqui é uma região sobretudo de pecuária?

Eleutério: Sim, senhor. A lavoura é pouca.

Helena: Surubim foi um município sempre da agricultura, um município que sempre produziu muito feijão, muito algodão, muito milho, muita batata doce, muita mandioca para fazer farinha. Só que hoje, é um município que está com um mínimo de produção na agricultura. Hoje é muito pouca terra na mão do pequeno produtor, do agricultor, né, para ele produzir. Aquele que tem um pedacinho de terra, ele não pode produzir. Por que? Por causa do dinheiro, ele não tem uma garantia de preço da sua produção, ele não tem crédito no Banco. Se ele entra no Banco ele vai terminar hipotecando a propriedade que ele possui. Nós temos um exemplo, aqui em Lagoa de Pedra. Lá, um companheiro, um trabalhador que tinha dois hectares e meio de terra, comprou duas vacas pelo Banco, agora no ano de 90. Ele agora, para pagar as duas vacas, ele foi obrigado a vender essa terra. E a maioria dos trabalhadores, eles não têm terra para trabalhar. O latifúndio é quem sai beneficiado com tudo isso. São eles que pegam todo esse crédito agrícola.

Em 79 e 80, quando saiu aqui financiamento para o pequeno produtor, quem lucrou com isso aí? Foi o grande, o latifundiário, que não tinha agricultura.

Veio a história de arrancar o algodão, por causa do bicudo. Quem se aproveitou desses benefícios que veio para os pequenos foram os grandes proprietários.

Eleutério: Nessa época todo o mundo tinha seus três, quatro roçados na propriedade deles. Quando veio a ordem de arrancar o algodão, eles venderam o algodão dos posseiros, dos foreiros todinhos, receberam e não deram nada para os foreiros. E no outro ano não deram mais a terra para trabalhar.

Helena: Nós temos um exemplo, aqui, no ano de 91, no Governo popular, de Miguel Arraes, a gente teve um crédito para voltar àquele tempo da plantação de algodão. O algodão era o quê? Era sempre o 13º mês do pequeno agricultor. Oo Governo Popular de Miguel Arraes financiou os agricultores para se plantar o algodão. E teve produtor que, num hectare de terra, produziu oitocentos quilos e mais de algodão. Quem não tinha terra ficou sem produzir. É aquilo que eu disse, que Surubim sempre foi um município de agricultura. Mas hoje, a terra está centralizada na mão do latifundiário. Então, as pequenas propriedades dos pequenos produtores não podem produzir porque eles não têm assistência agrícola.

Castro: Fracassaram todos os Planos de Reforma Agrária, o último foi esse de Sarney. Que lição tirar dessas derrotas?

Eleutério: Quando Sarney pegou a carona de Tancredo Neves, que chegou no poder. A gente esperava Tancredo.

Quando terminou o Governo de Sarney o pessoal no lugar de eleger o candidato a presidente, que era Lula, para beneficiar os trabalhadores, viraram a cabeça e votaram em Collor. Se tivessem votado em Lula nós estava com o Governo, nós estava com muitas prefeituras, nós estava com o Brasil, com o Federal.

Eu dizia na campanha, quando eles falavam do Sarney: “Vocês estão falando de Sarney. Agora, só tem uma coisa, eu queria que vocês botassem na cabeça – e elegeram um homem com a metade do Sarney. Porque o que vocês estão pensando aí, de votar num candidato, um boneco de mamulengo, que nunca se apresentou em canto nenhum, estão doidos para votar nele”.

Vieram uns operários de São Paulo, em quantidade, para votar aqui em Collor. E eu disse:

- “Por que é que vocês estão querendo esse Collor?”
- “Porque é o homem de se votar”.
- “Eu digo, vocês quando deixaram sua terra aqui, e seus pais, e foram para São Paulo, foram atrás de quê? Não foi atrás de dinheiro?”
- “Foi”, eles responderam.
- “Não foi de salário melhor?” - eu perguntei.
- “Foi”
- “Por que, agora, vocês não querem votar aqui em quem defende o salário, e vão votar num homem que não vai defender o salário? Vocês vão se arrepender da hora em que nasceram, se votarem em Collor.”

Chegaram aqui, compraram carro, passaram a eleição tomando cerveja. Quando terminou a eleição, Collor passou a mão na poupança deles. Eles voltaram e estão morrendo lá. E estão brigando para não querer Collor mais lá. E nós votamos foi em Lula. Pernambuco pode se gloriar, que votou em Lula. O presidente daqui é Lula. Eles estão sofrendo lá hoje, dizendo que querem Collor fora.

Foi isso que aconteceu, do sofrimento do povo. A minha opinião é essa.

Heleno: Falou-se aí da responsabilidade dos governos. Se o governo tivesse uma responsabilidade com o povo, principalmente na questão agrária! A gente sabe que a maioria da população são trabalhadores. A terra está concentrada toda na mão do latifundiário. Nós vemos um pequeno grupo de latifundiários com a terra toda centralizada na mão deles. E a maioria da população está sem terra, nas periferias

das cidades, e sem apoio nenhum do governo. Se o governo tivesse, por exemplo, um compromisso com o povo dele ia fazer uma reforma agrária e uma política agrícola que beneficiasse a situação do produtor, que somos nós que produzimos e que enriquecemos esse país.

AS RELAÇÕES ENTRE OS TRABALHADORES E OS PATRÕES

Castro: Na região de Surubim, e no polo sindical, como são resolvidos os conflitos trabalhistas e os conflitos de terra?

Eleutério: Aqui em Surubim, as entidades que o governo bota para dizer que é para beneficiar o agricultor, uma é a EMATER, não dá condições. O agricultor não tem direito a um trator. O trator aqui é do latifundiário. É daqueles homens que estão com a terra. O trator é para carregar ração para gado, carregar água, cortar a terra para botar capim. A EMATER esse ano ficou em condição de não poder ir mais na comunidade visitar os pequenos agricultores porque não tinha transporte, nesse governo que está aí.

Heleno: A questão dos conflitos trabalhistas aqui em Surubim, é um município centralizado do poder. Aqui a questão trabalhista é muito pouca. E assim mesmo, quando aparece, o trabalhador vem reivindicar os direitos dele. Eles ficam pressionando o trabalhador. Tem muito trabalhador que faz acordo sem ir para a Justiça, porque eles ficam ameaçando os trabalhadores.

E a questão de terra, eu acho que, aqui em Surubim houve três conflitos, que foi Tabu, Cruzeiro da Caiana e Umari de Casinhas.

Foi muito difícil, porque no primeiro conflito, que foi de Tabu, a gente perdeu um líder sindical, o presidente do Sindicato, que foi o companheiro Miguel Farias.

Em Umari, a gente perdeu um grande profeta, o companheiro Evandro Cavalcanti, nosso advogado. Foi com ele que a gente aprendeu tudo quanto foi de organização. A gente, sozinho, fica difícil de a gente conseguir os nossos objetivos, os nossos direitos. Foi no conflito do Umari de Casinhas que tiraram a vida dele.

E o terceiro, que foi lá no Cruzeiro da Caiana, a gente ia perdendo também quatro companheiros. Só não perdemos por causa que Deus foi pai, Deus foi grande. Eles hoje estão contando a história.

Por isso é que eu digo que é muito difícil, aqui em Surubim. Aqui tem um grupo de poderosos que sempre a intenção deles é de massacrar o pequeno e acabar com o pequeno.

Nós temos o órgão de classe da gente, temos um quadro de diretores que morrem mas não entregam os pontos a eles.

Castro: Que organizações mais ajudaram vocês a resolver os conflitos de terra?

Eleutério: A primeira organização importante para resolver os conflitos foi o sindicato. O sindicato é que apanhava os processos daqui e levada à FETAPE, e a FETAPE levava a gente ao INCRA, onde sempre fomos bem recebidos, graças ao bom Deus. Só não resolviam quando dependia do INCRA nacional.

A gente ficava segurando a luta, enfrentando a UDR, que batia e matava trabalhador.

Eu era líder da comunidade, como delegado sindical.

Das cento e quarenta e pouco comunidades de Surubim só três se mobilizaram para defender os seus direitos. Os outros estavam assombrados com essa UDR. Mas nós três não abaixamos o cangote, como Tabu, Umari e a Cruzeiro. E segurou a luta, morrendo gente, mas a gente venceu.

E no Governo Popular de Miguel Arraes (...)

No sítio Diogo, Biu e os outros vivem imprensados e não têm onde morar. Eles têm uma cisma desse nosso movimento. Mas se eles acreditassem. Terra tem à vontade, mas estão nas mãos dos poderosos.

A gente não tomou terra de ninguém porque a gente já tinha direito de posse, pagamos foro ao proprietário, moramos na propriedade esse tempo todinho.

Heleno: Primeiro do que tudo foi importante a organização dos trabalhadores, a resistência dos trabalhadores lá na comunidade. Aí, seguindo em frente, vem o sindicato, órgão de classe, não é? Junto com os trabalhadores ele encaminha as reivindicações: vai à FETAPE, no INCRA, e chegou à conclusão de resolver o problema, com essas três áreas de assentamento que nós temos hoje aqui em Surubim: Tabu, Umari de Casinhas e Cruzeiro de Caiana.

Castro: Existe terra aqui em Surubim?

Severino: Tem terra. Eles não arrendam para a gente trabalhar porque só querem arrendar se for para pagar o foro adiantado. Não confiam em receber no final do ano. E o povo não pode pagar o foro adiantado.

Um proprietário disse a meu cunhado que só arrendava a propriedade se fosse tudo em nome dele. “Só arrendo se for tudinho a tu, prá tu ser responsável pelo que acontecer. Porque eu deixei de arrendar terreno para roçado. O povo tem uma história de ter três anos de direito de contrato se for para destocar capoeirão. Depois disso ele não quer mais entregar o terreno e o sindicato quer dar direito para desapropriar. Aí eu não arrendo por causa disso. Só arrendo se for para pagar o foro todo de uma vez”.

Aí a situação de muita gente viver passando crise por causa disso.

Diogo já é uma área urbana, perto da cidade, que pertence a Surubim.

Castro: Por que foi importante a organização da comunidade para solucionar o conflito?

Heleno: O que eu estou entendendo por organização da comunidade é a união. Quando a gente estava sendo ameaçado lá no Tabu a gente estava todo o mundo junto. O proprietário disse: “Saíam ou vai vir o batalhão de polícia. Saíam todo o mundo”. E a gente estava lá organizados. (...) A gente estava junto para não deixar acontecer aquilo. Foi através daquela união, daquela organização dos trabalhadores que fez segurar a posse da terra. Se a união, a organização só fosse de boca, e na hora H corresse todo mundo, isso aí não é organização. Aí o sindicato não ia ter força. Nem o INCRA. Nós tínhamos reuniões duas vezes por semana, se organizando para enfrentar as barreiras que estavam para acontecer. E a gente derrubou essas barreiras.

A ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE RURAL. OS PROJETOS COMUNITÁRIOS

Castro: Depois da desapropriação, existe em Tabu uma organização na comunidade?

Heleno: A associação que nós temos é o Sindicato da gente e a Cooperativa dos trabalhadores rurais. A gente tem uma reunião por mês no Tabu.

Castro: A mesma coisa é em Umari?

Eleutério: A mesma coisa. Com essa Cooperativa nós arranjamos um recursozinho com o Governo Popular de Arraes, nós já temos um armazenamento de castanha, já trabalhamos com o fabricamento do doce de caju. Mas nesse outro Governo o recurso acabou-se.

Castro: Que Projetos beneficiaram vocês: Vaca na Corda, Água na Roça...?

Heleno: Esses eu não sei. A gente só teve o São Vicente e a organização de fazer a Casa de Farinha, a fabriqueta de doce.

Castro: E esses projetos ainda funcionam?

Heleno: Muita gente está com as vacas ainda. E estão bem satisfeitos. Hoje temos duas Casas de Farinha, tem três Centros Comunitários.

Castro: Mas as vacas foram do Governo de Arraes?

Eleutério: Foram do Projeto São Vicente.

Heleno: Quando se fala na organização, quando se fala na união, é que através dessas duas coisas a gente consegue os nossos direitos. Principalmente quando a gente tem um Governo Popular comprometido com o povo brasileiro. Inclusive Pernambuco tem esse grande exemplo do Governo Popular de Miguel Arraes que nunca a gente conseguiu essas coisas com outro Governo a não ser Arraes.

Foi através dessa organização que o trabalhador organizado em suas comunidades sempre chegou à conclusão de receber esses direitos dele. Se você visse o que era Tabu do ano de 80 para trás! Era aquelas casinhas de barro.

Castro: Eu visitei Tabu um pouco depois da morte do dirigente sindical.

Trabalhadores: Miguel Farias.

Castro: Realmente era uma miséria.

Um dos entrevistados: Se você chegar lá agora tem muita diferença.

Castro: Essa diferença aconteceu com o Governo Arraes?

Um dos entrevistados: De 87 para cá a coisa foi melhorando lá no Tabu.

Castro: O Governo Arraes chegava a vocês através de que órgãos?

Heleno: Através da Secretaria de Agricultura.

Castro: Mas o órgão era a EMATER?

Heleno: Da EMATER.

Castro: A EMATER passou a ter um serviço melhor?

Eleutério e Heleno: Melhor. Voltou-se a plantar algodão, que ninguém plantava mais.

Castro: E a CISAGRO?

Heleno: Hoje nós temos dois poços artesianos, que foram da administração de Miguel Arraes. Você teve a oportunidade de visitar Tabu, viu aquelas casinhas todas de palha, hoje as casas são de alvenaria, toda casa tem um poste na frente, está eletrificada [Eleutério ri, em tom de confirmação] nós temos uma Casa de Farinha ótima, nós temos um salão comunitário – antes, quando a gente chegava lá a gente se reunia debaixo de um pé de caju – nós temos uma fabriqueta de doce, chegou também um projeto de vaca do Projeto São Vicente. Aquelas pessoas que soube administrar aquelas vaquinhas está na melhor, tem o leite do seu filho.

Castro: Para uma pessoa estar bem de vida uma vaca só resolve?

Eleutério: Ajuda, não é?

Heleno: Se o pequeno produtor estava numa situação de miséria, tendo uma vaquinha para dar o leite ao filho, eu acho que já melhorou um pouco de situação.

Eleutério: Quem ganhou uma cabra ficou rico!

Heleno: Nós recebemos umas cento e tantas reses para a comunidade toda.

Castro: Vocês têm pastos coletivos?

Heleno: Não, é individual. A gente não tem uma área suficiente para criar coletivo.

Eleutério: Em Cruzeiro de Caiana a gente tirou uma área de uns 10 hectares onde 10 famílias criam junto.

Castro: E a antiga casa-sede da fazenda como está sendo utilizada?

Eleutério: Mora um trabalhador lá.

Castro: Isso foi tudo a partir do Governo Arraes.

Eleutério: Tudo a partir do Governo Arraes.

Castro: Depois de Arraes veio Carlos Wilson, que continuou na mesma linha.

Eleutério: Continuou.

Castro: Aí veio Joaquim Francisco.

Eleutério: Aí parou. Estamos segurando o que tem.

Heleno: A outra coisa importante que tem é que quando era no tempo do Governo Miguel Arraes, quando a gente ia daqui para o Recife, para reivindicar os nossos direitos, o Governo Miguel Arraes não botava a polícia para amedrontar o trabalhador. Hoje se o trabalhador for ao Palácio das Princesas para reivindicar um direito do Governo, chega lá está um pelotão de polícia. Eu quero ver qual é o trabalhador que vai botar o pé para a frente, para ver se não sai no pau. E com Arraes a gente sentava na mesa. Eu mesmo tive essa oportunidade.

Eleutério: Eu também.

Heleno: Três vezes eu tive audiência com ele.

A RELAÇÃO DO SINDICATO COM OS PARTIDOS E COM A IGREJA

Castro: Como vocês entendem a autonomia sindical em relação a Governo, a Partidos Políticos, a religião? Como é que vocês entendem essa autonomia do sindicato em relação a Partidos. Vocês são muito politizados. O próprio presidente é candidato a vereador. Vocês não acham que isso pode fazer uma certa confusão entre o Sindicato e os Partidos?

Heleno: É o seguinte. Quando se falou dessa confusão toda, isso aí foi para enganar a cabeça do trabalhador. O trabalhador não estava politizado, a gente não entendia o que era política.

Se a gente começar a analisar mesmo, o primeiro político é a gente, somos nós o trabalhador. Eles não queriam que o trabalhador, dentro do Sindicato, discutisse política porque eles sabem que quando o povo, o trabalhador começar a entender, a se politizar e a entender o que é política, aí eles vão ficar desacreditados, porque o trabalhador vai saber em quem votar.

Por exemplo, aqui em Surubim, por que é que hoje nós temos o presidente do sindicato, que é candidato a vereador? Porque a gente está entendendo que os primeiros políticos somos a gente, e hoje, sem a gente participar da política partidária, a gente não vai ter força de maneira nenhuma, a gente não vai dar uma brecha para os nossos direitos. Porque tudo é uma questão política. Porque aqui, no Sindicato, a gente faz a política da gente, de organizar o trabalhador para fazer política partidária. E foi por essa razão que nós trabalhadores, 32 lideranças sindicais de base lançaram o nome de Israel como candidato a vereador aqui no município de Surubim. Os trabalhadores disseram a ele: “Você vai ter que assumir essa responsabilidade”.

Castro: Há outro candidato dos trabalhadores?

Heleno: Dos trabalhadores só tem ele. Ele é o único.

Castro: E a candidatura da viúva de Evandro não está também apoiada pelos trabalhadores?

Heleno: Não. Ela teve um apoio. Em 86 a gente apoiou Evandro, o esposo dela, para vereador. Ele era advogado dos trabalhadores, representando os trabalhadores de Surubim. Aí matavam Evandro. E em 88 a gente apoiou a Leda, a esposa, para ser vereadora. Ela foi eleita. Só que ela não assumiu aquela responsabilidade, aquele compromisso com os trabalhadores.

Esse ano, a gente começou a discutir. Foi quando a gente descobriu que a gente deveria ter um candidato próprio de dentro do movimento sindical, que represente o trabalhador de fato. Hoje Israel é candidato a vereador e a gente acredita que o mais votado em Surubim vai ser ele.

Castro: Como vocês analisam a presença da Igreja católica no meio rural, entre os trabalhadores? A Igreja tem sido uma presença de ajuda à luta, ou ela tem atrapalhado?

Heleno: Quando se fala na Igreja, a Igreja é povo, a Igreja somos a gente. É como o Sindicato, o sindicato é o trabalhador. A Igreja é o povo também, é o trabalhador, é todo o mundo que segue o caminho da Igreja.

Agora, sobre os representantes da Igreja, é que não estão contribuindo para o avanço dos trabalhadores. Surubim teve um padre que era meio arrecuado do Sindicato, mas que dava um apoio aos trabalhadores. Foi o padre Felipe.

Mas os padres, eles se arrequam, acho que eles têm medo de apoiar os trabalhadores de Surubim, principalmente quando se fala no Sindicato. Do bispo de Nazaré a gente não tem esse apoio todo.

Castro: Os padres da diocese de Nazaré são, em geral, atrasados?

Heleno: Muito.

Castro: São poucos os padres com quem os trabalhadores podem contar?

Heleno: Poucos. Por exemplo, aqui, a gente tem o padre da paróquia, que era padre lá em Bom Jardim, onde ele dava todo o apoio aos trabalhadores. Os trabalhadores se reuniam na paróquia. Quando ele chegou aqui em Surubim, parece que botaram uma canga no pescoço dele. Quando ele passa aqui, na frente do Sindicato, nem para o Sindicato ele olha.

Castro: Os Partidos de direita são fortes aqui?

Heleno: Aqui é um curral eleitoral. São esses Partidos mesmo que manipulam tudo aqui em Surubim.

Castro: Qual é o deputado do município?

Heleno: Geraldo Barbosa, que é filho daqui de Surubim. E tem Gilson Machado, que veio de fora.

Castro: E ele foi bem votado em Surubim?

Heleno: Bem votado mesmo! E o Geraldo Barbosa. Porque o povo se enganou. Em 88 fizeram essa mudança, pensando que ia melhorar a situação de Surubim. Só que foi ao contrário. Depois que Gilson Machado chegou aqui piorou Surubim. Ele levou daqui sete mil e quinhentos votos. O Geraldo Barbosa também levou. Enganou o povo. Só que a maioria do povo está sendo politizado e estão sabendo os trabalhos deles.

Castro: E na campanha, o que foi que Gilson Machado fez para ganhar tantos votos?

Heleno: O instrumento que ele usou aqui foi que ia trazer uma rádio FM para Surubim, e ia fazer mais coisas para Surubim, como uma Faculdade. Está certo, a rádio FM ele trouxe, está aí. Mas o trabalhador não tem acesso à rádio. É deles.

Castro: Ele soltou muito dinheiro?

Heleno: Na véspera da eleição eles passaram a noite aí distribuindo tudo o que era para enganar o povo: telha, tijolo, cimento, arroz, feijão, roupa, chinela. Agora, não vendeu vaca nem vendeu terra para dar à gente.

E muita gente se iludiu. Mas, dessa vez agora, o povo está mais politizado. Eu acho que não vai mais chegar a essa conclusão de eles enganarem o povo.

Castro: E de que Partido é o prefeito daqui?

Heleno: É o irmão de Geraldo Barbosa. Também do PFL.

Castro: Como é o acesso dos trabalhadores à prefeitura?

Heleno: Ele disse que se fosse eleito prefeito de Surubim, ele não precisava do salário da Prefeitura. Ia dividir tudo para o povo pobre, aquele povo mais carente. Ia fazer tudo quanto era de bom para o povo aqui em Surubim.

Quando ele foi eleito, o dinheiro que ele disse que ia repartir, não saiu para ninguém. Quando o povo, o trabalhador, o pobre do município, o mais carente ia buscar auxílio na prefeitura um medicamento, qualquer benefício para a comunidade, chegavam lá eles viraram as portas para o lado do povo.

A prefeitura foi administrada por um grupo de família. Não fez nada de bom aqui na cidade. Agora, no fim do mandato dele, é que está tapando buraco. O povo já está dizendo que era o prefeito tapa-buraco.

Castro: E como é a Câmara de Vereadores?

Heleno: É das piores. A maioria dos vereadores são tudo do lado deles, do PFL. São tudo mais comerciantes, da cidade. Não tem nenhum representante da agricultura na Câmara de Vereadores. Do nosso lado só tinha Leda, viúva de Evandro. Mas a coitada, sozinha...

Castro: E a Justiça?

Heleno: Você sabe que Justiça, para pobre, é especialmente para prender.

Eleutério: Os juízes são do lado deles: do PFL, da Igreja, participam das festas, dos leilões. São ligados à UDR.

Heleno: É aquilo que eu disse. Pode ser o melhor, mas, chegando aqui em Surubim ele fica desacreditado, os trabalhadores não existem mais para ele. O juiz que nós

temos agora ele apressou mais os processos. O juiz anterior, do tempo do Doutor Arraes, não se dedicava.

Castro: E a polícia?

Heleno: Sempre está a serviço do latifundiário.

Castro: E no tempo de Arraes era diferente?

Heleno: Era mais diferente, a gente tinha mais acesso

Eleutério: Esse acontecimento que houve, da gente, no Cruzeiro da Caiana. O delegado que estava aqui se acampou na terra, defendendo a agressão que estava acontecendo.

Quando Joaquim Francisco, do PFL, tomou posse como governador nos todos ficamos sem acesso à Polícia.

Severino: O PFL está lá em cima, o poder é deles. O Geraldo Barbosa é presidente da Assembleia ⁽¹²⁾.

A UDR

Castro: Você falou em UDR aqui em Surubim. Mas é só uma força de expressão, para querer dizer os latifundiários, ou era a organização presidida por Ronaldo Caiado?

Eleutério: É aquela mesma. Aqui eles tinham uma Comissão, tinham presidente, tinha tudo.

Castro: Eles tinham sede?

Heleno: Eles só não fazem ter sede. Mas eles são aliados, são combinados.

Eleutério: Eles mandam matar e está matado. Se o Governo me desse cem homens armados e vinte tratores e dissesse: “Vá fazer a reforma agrária”, eu fazia essa reforma agrária ligeiro (risos). Uma propriedade tem 500 quadros, eu digo: “Bota 250”,

¹² Geraldo Barbosa foi eleito presidente da Assembleia Legislativa em 1992. Antes ele havia sido vereador, presidente da Câmara e prefeito de Surubim. Depois teve seis mandatos de deputado estadual. Três filhos seus exerceram mandato político: Murilo, foi prefeito de Surubim, José Geraldo foi vereador em Frei Miguelinho e Fábio Luis foi vice-prefeito de Surubim. Geraldo Barbosa teve um irmão, Humberto Barbosa, que foi também prefeito de Surubim.

outra tem mil, “bota quinhentas”, outra tem duzentas, “bota cem”. Para que um homem possuir mil vacas?

Heleno: É uns com muito, outros sem nada.

A REPRESENTAÇÃO DOS MÉDIOS PRODUTORES

Castro: Através de que órgão os médios produtores, com uns 20 hectares, que não são trabalhadores, se fazem representar profissionalmente?

Heleno: Um produtor que tenha hoje 20 hectares de terra não se trata de um médio, mas de um pequeno. Se ele tiver vinte, trinta reses ele é considerado um médio, mas ele é também um trabalhador.

Castro: Ele pode se sindicalizar aqui?

Heleno: Pode.

Castro: Mesmo que ele tenha um trabalhador assalariado?

Heleno: Quem tem 20 hectares, vinte reses, não pode pagar trabalhador assalariado. Trabalha só com a família. Com filhos, genro. O módulo da região é de 25 hectares. Passando disso já ele um médio.

Mas hoje, um pai de família que tenha 50 hectares de terra, ele não deve estar no lugar dos latifundiários. Ele deve ficar no lugar daqueles que não tem nem um chão de casa para morar. Porque, se ele tem 50 hectares de terra, mas quantos filhos ele tem? Ai, se for dividir pela família dele, fica com nada, não é?

Tem muitos associados aqui que tem dez, vinte hectares de terra, se eles foram dividir com os filhos, só sobra para cada um um chão de casa.

Castro: No caso deles, eles devem se preocupar mais com a política agrícola.

Heleno: É. Eles têm que se preocupar mais com a política agrícola, porque eles têm a família deles para trabalhar e produzir.

Castro: Vocês têm duas cooperativas: uma Agropecuária e a outra Mista. Qual é a diferença das duas?

Heleno: A Cooperativa Agropecuária é para os grandes. Antes da Cooperativa dos Trabalhadores Rurais só existia a Agropecuária. Aí tinha muito trabalhador também que era sócio. Para pegar o seu farelo, que a Cooperativa oferecia. Mas, **depois que se criou a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais, os trabalhadores não se associaram mais lá, vieram para aqui.**

Castro: Em que ano esse Sindicato foi criado?

Heleno: Em 65. Mas tinha Liga.

Castro: Você participou da Liga Camponesa?

Eleutério: Participei.

Castro: Como foi a sua experiência com a Liga?

Eleutério: Ah! (risos) Quando veio aquela tacada [o Golpe militar], a gente sofreu muito. Eu nunca apanhei não, mas fiquei calado, a boca murcha, nunca cheguei a ser preso. Depois, começamos a conversar, cochichar, e tal, e foi se levantando. Felizmente, esse Monsenhor Ferreira Lima teve a coragem de chamar o povo para ir se coligando por meio de Círculos Operários ⁽¹³⁾. Depois criamos o Sindicato, em 1965, e Miguel Faria, o primeiro presidente, foi logo perseguido. E mataram.

Castro: Miguel Farias era também da Liga?

Eleutério: Era não, era um menino novo. Ela já entrou no Sindicato. Israel já foi trabalhar lá de escrivão, escrevendo umas coisinhas lá. Ele entrou na segunda diretoria, como tesoureiro. Teve Miguel como presidente, teve Agnelo e o terceiro foi Israel. Israel foi delegado na administração de Agnelo. Eu sou o número 162 do Sindicato. Sou dos primeiros. Depois de mim eu acho que já morreram tudo.

Heleno: Tem um que ainda está vivo, o José Mota.

Eleutério: Tem, mas não está aqui.

Castro: Você lembra quando a Liga daqui foi criada?

Eleutério: 1962.

¹³ Os Círculos Operários constituíram um fator de organização e luta dos trabalhadores no campo e também na cidade, como aconteceu na cidade de Paulista, onde os membros do Círculo Operário local logo ingressaram na Ação Católica Operária.

Castro: O padre Crespo também trabalhou aqui?

Eleutério: Ele vinha aqui como CECAPAS.

Castro: No tempo do SORPE ele não veio não?

Eleutério: Não.

Castro: Como é que funcionam os serviços de saúde para os trabalhadores?

Helena: Péssima. A gente tem aqui o Hospital São Luiz, que foi o povo que construiu, no tempo do Padre Ferreira [Monsenhor Ferreira Lima]. Hoje, você vai lá para marcar uma consulta, tem que esperar uns 15 dias. A gente apresenta a carteira do sindicato.

Helena: Hoje, a carteira sindical tem a mesma validade do INPS. Chegando a um Hospital eles perguntam: “Você paga INPS?”, “Não”, “Tem INPS?”, “Tenho”. E o atendimento é igual. Por isso é que ele está falando que é atendido pelo sindicato.

Castro: Um médio produtor, com uns dois trabalhadores, como é atendido no sistema de saúde?

Severino: Eu já vi diversas pessoas lá, que são fazendeiros mais ou menos, que não têm INPS nem Sindicato. Eles fazem a ficha, e é atendido também, de graça.

Eleutério: Mas também tem muita coisa aí que é particular. No Hospital São Luiz, para o rico, o médio, que não tiver conhecimento, tudo ali, para ele, é a dinheiro.

Castro: Vocês gostariam de acrescentar mais alguma coisa?

Eleutério: Miguel Arraes depois que voltou do exílio entrou no PMDB ⁽¹⁴⁾. Eu participei em 87 de um encontro no Seminário de Olinda. Trabalhadores de outros Estados perguntaram porque aqui em Pernambuco a gente estava com esse apaixonamento, de eleger o Governo Miguel Arraes de volta. E eu respondi: “Nós queremos o Governo Miguel Arraes de volta porque foi o Governo que chegou em Pernambuco e descobriu a macumba pesada e mostrou ao trabalhador o direito que ele tinha”.

¹⁴ Arraes governou Pernambuco, pela segunda vez, entre 15 de março de 1987 e 1º de abril de 1990, sob a legenda do PMDB, tendo como vice-governador Carlos Wilson Campos.

Quando ele trabalhava para patrão e não tinha indenização, não tinha uma carteira assinada, o patrão mandava dar uma pisa e ficava dada. Com Miguel Arraes, o trabalhador foi entender que ele tinha direito igualmente o patrão. E por isso é que nós queremos ele de volta ⁽¹⁵⁾. No segundo governo de Arraes veio ajuda na agricultura, o Governador botou o BANDEPE em todo o canto.

¹⁵¹⁵ O terceiro mandato de governador de Arraes foi de 01 de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 1999, tendo como vice-governador Jorge José Gomes.

PARTE 2: ENTREVISTAS COM O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO

1. JOSÉ MARIA AZEVEDO

Perfil do entrevistado

José Maria Azevedo era um grande produtor de leite no Agreste Meridional. Presidiu a Organização das Cooperativas de Pernambuco (OCEPE) entre 1986 e o momento de nossa entrevista, em 16 de junho de 1992. Também era presidente da Cooperativa Agrícola de Garanhuns, dirigente da Associação dos Criadores do Agreste Meridional (SOCAM) e do Sindicato Rural de Garanhuns. Como funcionário do Ministério da Agricultura foi colocado à disposição da OCEPE. No passado, ele havia presidido a ASSOCENE, a Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste.

Tópicos mais relevantes da entrevista

- A representatividade da OCEPE é fraca porque em Pernambuco não existe espírito associativista, o produtor é imediatista
- Sem uma política agrícola o setor brasileiro tende a desaparecer.
- Não se confia na classe política, para quem quanto mais fraco for o produtor mais fácil é de manobrá-lo.
- Entre os pecuaristas, só os maiores tem poder para serem ouvidos pelo poder público. É o caso da Sociedade Nordestina de Criadores.
- Nem a FETAPE defende o produtor familiar. Ela só se interessa pelos trabalhadores da cana.
- Para uma cooperativa ser viável ela deve ter um produto com mercado bom, como o leite, que é o produto da Cooperativa de Garanhuns.
- A FAEPE deveria atuar para todas as categorias de produtor, mas ela está focada na cana de açúcar
- A OCEPE tem dificuldade de atuar com a FETAPE porque há diretores que acham que a OCEPE é ligada à UDR.

- O cooperativismo é mais forte no Agreste Meridional, mas mesmo aí só restou a cooperativa de Garanhuns. Isso porque falta espírito empresarial nas cooperativas da região. O associado pensa que a cooperativa é do governo e não dele.
- Muitas associações de produtores são criadas por pessoas interessadas em tirar proveito da associação.
- José Maria fez um resumo da história da OCEPE, fundada em 1972, por ocasião da criação da OCB, pelo Ministro da Agricultura. Em Pernambuco, as primeiras cooperativas foram criadas, entre 1937 e 1945, por Agamenon Magalhães, durante seu mandato de interventor de Pernambuco, nomeado por Getúlio Vargas no Estado Novo. No tempo do POLONORDESTE, o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, houve um grande apoio ao cooperativismo em Pernambuco, através do PRORURAL, o Programa de Assistência Rural, administrado pela Secretaria de Planejamento do Estado, e que também beneficiou o movimento sindical.
- Hoje, o fortalecimento do cooperativismo, depende de um programa de educação cooperativista e pericial.
- A UDR não se desenvolveu em Pernambuco onde não há grandes produtores.
- O eleitor pernambucano do interior vota por favor. Continuam os currais eleitorais.
- A reforma agrária tem fracassado por falta de educação do homem do campo, e de política agrícola para o momento em que ele ganhar a terra, que deveria ter um tamanho mínimo para viabilizar uma exploração familiar. Deveria haver um programa agrário que aumentasse o tamanho dos minifúndios.
- A OCEPE não participa do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural da SUDENE, porque foi vetada pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais, por ser tida como ligada aos grandes proprietários.
- O acesso de José Maria aos dirigentes dos órgãos responsáveis pela política agrícola estadual e ao próprio governador não é institucional, mas pessoal.
- Os programas do segundo governo de Arraes voltados para o produtor rural, como o Vaca na Corda, não beneficiaram em nada. Esses programas eram feitos através das associações e não passavam pelas cooperativas. Arraes estava focado na Zona da Mata. O interesse de Arraes era eleitoral.

Situação da entrevista

A entrevista gravada me foi concedida na sede da OCEPE, em Recife.

Entrevista

A OCEPE E O PATRONATO RURAL DE PERNAMBUCO

Castro: Que peso tem a OCEPE como porta voz dos produtores rurais?

José Maria: É difícil a gente fazer essa avaliação sobre a entidade mesma porque não só a OCEPE, como qualquer outra entidade daqui do Estado, que congregue produtores rurais nos seus quadros, dependem, na sua influência e no poder de serem ouvidas, de quem está à frente da instituição. Como entidade, dificilmente você é ouvido, principalmente você falando em nome da área da produção primária. A produção primária, além de ser muito pequena, é desordenada. **O produtor não se une. Como ele é muito carente, é imediatista, não acredita no associativismo.** Com isso, ele perde a credibilidade.

A gente vê muito falar que vêm recurso para a organização do produtor. Mas isso tudo é conversa. **O dinheiro que vem é para desorganizar o produtor. Porque quanto mais desorganizado ele for, mais ele é fácil de ser manobrado, mais ele é massa de manobra, porque ele não se une.**

Portanto, a ação de qualquer entidade associativa depende da pessoa que está à frente. Essa pessoa deve ter as costas fortes e não fazer questão de levar chumbo grosso, de criar arestas, de criar contra ela a animosidade das pessoas que todas as vezes que você faz um pronunciamento, reivindica alguma coisa, você fere os interesses de alguém.

Vou citar um exemplo. Hoje, mesmo, aqui em Pernambuco, nós temos a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, a FETAPE. O presidente é um rapaz muito bom, mas ele direciona as suas reivindicações, o seu trabalho, mais para a área da cana do que praticamente para outro tipo de atividade, a pecuária, por exemplo.

Só aquela pecuária elitista tem poder para ser ouvida. Você vai à Sociedade Nordestina dos Criadores, eles tem determinado poder de serem ouvidos. Por que? Porque eles congregam a elite, congrega pessoas que tanto faz estar na associação ou não, têm os seus canais próprios de acesso ao Governo. São industriais,

empreiteiros, médicos famosos, todos eles têm outra atividade econômica fora do meio rural. Eles estão no meio rural, muitas vezes por diletantismo.

Portanto, para poder de ser ouvido, representando os produtores, a pessoa que está à frente da entidade deve ser de um setor fora do meio rural.

Fala-se muito no pequeno produtor mas nem mesmo a FETAPE o defende, porque eles acham que, em primeiro lugar, está o trabalhador assalariado. Para o pequeno produtor, que tem uma exploração de dois, cinco ou seis hectares, eu nunca vi eles reivindicarem financiamento, preços mínimos justos, etc. E é essa faixa da população rural que produz alimentos, principalmente os alimentos básicos!

Castro: Nesse momento, a OCEPE, através de suas cooperativas, passa a ser porta-voz dessa categoria?

José Maria: Ainda está sendo, porque, eu, que estou aqui ainda, tenho a visão mais ligada a esse pessoal. Venho trabalhando há muito tempo em cima disso, inclusive fazendo denúncias. Outros podem entrar aqui e achar que a OCEPE deve atuar em cima das cooperativas urbanas. Estou vendo que as cooperativas urbanas vão ser a maioria dentro de pouco tempo.

Castro: Não poderia haver, na OCEPE, uma certa autonomia para o setor das cooperativas do setor rural?

José Maria: Não, porque pela própria instituição não há, não pode nem deve haver nenhuma distinção, aqui dentro da OCEPE, em qualquer ramo de atividade do cooperativismo. É apenas uma questão da influência de quem está aqui, de levar, de orientar e de direcionar os trabalhos para determinado setor. A quase totalidade dos dirigentes daqui eram do meio rural, de cooperativas de produção. Futuramente vai ser o contrário. As cooperativas de produção pequenas estão desaparecendo. Estão se criando novas cooperativas no meio urbano. Hoje, talvez quase 70% das cooperativas em atividade - não das cooperativas fundadas -, são cooperativas urbanas: cooperativas de crédito mútuo, cooperativas de classes liberais. Nós temos aqui uma quantidade tremenda de cooperativas que estão se filiando. Estão fundando cooperativa de psicólogo, de artistas, uma série de cooperativas.

Castro: Há um perigo de o setor rural ser preterido.

José Maria: Preterido não, ele vai desaparecer. Aqui no Estado hoje você conta as cooperativas agropecuárias que estão funcionando, não quero nem dizer que estejam bem, que estejam funcionando. Todas as cooperativas de produção estão em dificuldades, paralisadas ou semi-paralisadas.

Castro: Quais são as maiores cooperativas agropecuárias de Pernambuco?

José Maria: Olha, é difícil dizer. Eu acho que **uma das maiores é a Cooperativa de Garanhuns. Por que? Porque ela tem uma atividade econômica definida, ela trabalha com leite. Além disso é um produto economicamente viável. Você trabalhar com milho e feijão? Não tem conversa!**

Castro: A Cooperativa de Garanhuns tem quantos associados?

José Maria: Uns 980, por aí.

Castro: É a que tem mais?

José Maria: Não. Tem cooperativa que tem 4 mil sócios. Mas o problema das cooperativas não é a quantidade de sócios, é o número de cooperados atuantes. Na Cooperativa de Garanhuns todos são atuantes. Por que? Porque a gente trabalha com leite. A gente não tem indústria mas entrega o leite para a CILPE, entrega para a Betânia, paga o pessoal, fornece insumos, fornece assistência técnica, tudo a gente faz para o associado.

Castro: E a cooperativa atua só no município de Garanhuns?

José Maria: Não, a gente atua nos Postos de Serviços da Cooperativa em Águas Belas, Canhotinho, Cachoeirinha e Correntes. O leite, a gente entrega à CILPE, nos Postos da CILPE e na GISA.

Castro: A região de Garanhuns tem quantos produtores de leite?

José Maria: Ah, tem muitos. Hoje, é difícil a gente dizer assim.

Castro: Tem uns 100 mil?

José Maria: Tem nada! Tem muito produtor que não vende leite. Ele mesmo faz o queijo. Então é difícil de dizer. Eu faço uma estimativa de uns 12 mil para o Estado todo. Baseado até na quantidade de animal. A gente faz isso aí de acordo com a

quantidade de animal e dá mais ou menos isso, levando em conta a produtividade desses animais e a quantidade de leite que se estima no Estado.

Castro: A Federação da Agricultura, a **FAEPE**, atua nessa faixa de produtores?

José Maria: Ela devia atuar em todas as faixas. Mas **o trabalho é mais direcionado para a cana-de-açúcar. Inclusive é quem mantém a própria Federação.**

Castro: Mesmo depois que ela saiu das mãos de Gileno para as de Pio Guerra?

José Maria: Ele teve que entrar no esquema para poder segurar a Federação. O Sindicato que contribui mais para a FAEPE é o Sindicato dos Cultivadores de Cana.

Castro: Mas Pio Guerra é criador também.

José Maria: É criador. Mas o direcionamento da coisa é mais para a cana.

Castro: E o Sindicato Rural de Garanhuns, como está?

José Maria: Ele está desativado. Depende das pessoas que estão à frente. Começou com uma pessoa, foi com outro, o outro não teve interesse. As pessoas passaram a não contribuir mais. O que se recebe do INCRA é muito pouco, não dá para nada.

Castro: Como é o relacionamento da OCEPE com a FETAPE e com a FAEPE?

José Maria: Ah, é muito bom com todas duas. Nos damos muito bem.

Já tentamos fazer trabalhos conjuntos com a FETAPE mas não foi possível. Há ainda algumas divergências porque **alguns dirigentes da FETAPE, não todos, mas alguns achavam que a cooperativa era só do grande, que era ligada à UDR**, uma série de coisas. Quando nós temos aqui 18 cooperativas de trabalhadores rurais – nós tínhamos – inclusive a FECOMIPE, uma Federação. Mas, com esse problema do meio rural, de não haver mais crédito, de não haver regularidade climática, diminuiu a produção, etc. Essas cooperativas praticamente desapareceram. Das 19 cooperativas de trabalhadores rurais não há nenhuma funcionando regularmente.

Castro: Você tem atualmente 18 cooperativas agropecuárias, é isso?

José Maria: 19 cooperativas de trabalhadores rurais, inclusive a FECOMIPE, que é uma Federação, cooperativa de segundo grau, equivalente a uma cooperativa central.

Castro: Cooperativa de trabalhadores rurais é a mesma coisa que cooperativa agropecuária?

José Maria: É. Ela é tratada de Cooperativa Agrícola Mista de Trabalhadores Rurais de fulano de tal.

Castro: Certo. A COCANE não faz parte da OCEPE?

José Maria: Não, a COCANE é uma cooperativa central. Tem cooperativas de trabalhadores rurais que são sócias da COCANE.

Castro: Das duas.

José Maria: É, da OCEPE e da COCANE.

Castro: Em que regiões do Estado o cooperativismo agropecuário é mais forte?

José Maria: No Agreste Meridional, onde tem as Cooperativas maiores, a de Garanhuns, a de São Bento, a de Lajedo, a de Bom Conselho, que chegou a ter agroindústria grande, a de Capoeiras, que era uma cooperativa muito grande, a da Pedra, que tinha usina de algodão, a de Águas Belas, que tinha 4 mil sócios.

Castro: E elas estão funcionando?

José Maria: Todas fecharam, com exceção da de Garanhuns. E as que não fecharam estão em dívidas, como a de São Bento e a da Pedra. Mas todas as outras fecharam.

Castro: Entre as causas dessa crise pode-se dizer que uma delas seja que o pequeno produtor não tenha a direção da cooperativa?

José Maria: Não. Não é isso, não. É falta, primeiro, de a cooperativa ser administrada como uma empresa. A cooperativa não é entidade filantrópica. Ela é uma empresa como outra qualquer. E ainda tem mais do que as outras empresas o dever de ser certa, de fazer certo e de ter eficiência. O problema é que os associados acham que a cooperativa é do Governo, e que pode perder.

O cooperativismo aqui foi criado, naquele tempo de Agamenon, como uma empresa de Governo, para fazer fomento, para ser o braço do Governo. Eles chegaram em Garanhuns, criaram uma cooperativa, chamaram o chefe político para

ser o presidente. Ficava a cooperativa de seu fulano. O associado chegava lá, assinava o negócio – porque era chamado para assinar, era compadre de fulano.

Castro: Esse tempo passou?

José Maria: Passou, mas ficou enraizada essa mentalidade. O associado não acha que a cooperativa é dele, mas do Governo. E o que é do Governo, pode ser roubado, e quem rouba do Governo é considerado sabido. Se o associado tem essa ideia, o dirigente diz: “O pessoal não quer nada aqui com o negócio, eu vou me fazer.”

Castro: Existem também **Associações de produtores**?

José Maria: Existe. É outra coisa também que se cria a dois por quatro. Desaparecem do mesmo jeito que são criadas.

Castro: Quem cria essas associações?

José Maria: **Pessoas que têm interesse por qualquer coisa.** Vamos dizer, chega aqui o Secretário da Agricultura e diz: “Eu preciso fazer uma Exposição”. Aí cria uma Associação. Pronto.

Castro: Então, é um objetivo político.

José Maria: É. As vezes, até pessoais.

No tempo de Airson Lóssio foi criada uma Associação de Produtores de Leite de Pernambuco. Chamava PROLEITE. Só teve a primeira diretoria e desapareceu. Por que foi criada? Para fazer face à Cooperativa de Garanhuns. Naquela época, como hoje ainda, a gente faz o pagamento de grande parte dos produtores daquela região. O Secretário queria tirar isso. O que é que eu fiz, então? A questão era política. Eu fui falar com cada fornecedor e pedi uma procuração: “Quem quiser ficar aqui na Cooperativa faça uma procuração para a Cooperativa”. Isso me deu mais força ainda porque eu representava não só como presidente da Cooperativa mas, sim, com uma procuração de cada um. Entendeu? Eu podia chegar aqui na CILPE e falar em seu nome, porque eu tinha uma procuração.

Castro: Aí a associação morreu.

José Maria: Por isso, quem queria essa associação? Ninguém.

Castro: Existe atualmente uma espécie de Federação de Associações? Eu vi que a EMATER...

José Maria: É outro problema. Vamos dizer, lá em Garanhuns tem a Cooperativa. O Airson Lóssio não gostava da Cooperativa, não gostava de mim porque eu tomava certas posições. Como ele não podia deixar de atuar em Garanhuns ele chamava um político, um vereador qualquer e dizia: “Forma uma associação lá que eu tenho dinheiro aqui do PRORURAL para mandar para lá”. Aí formavam a associação e ele mandava dinheiro.

Castro: O PRORURAL ainda está atuando no interior?

José Maria: Não, porque agora, o Banco Mundial acabou com esse negócio desde o ano passado, 1991, não sai mais dinheiro nem para fazer passagem molhada, nem para fazer Casa de Farinha. Acabou-se tudo isso de projeto a fundo perdido.

Castro: O PAPP não existe mais?

José Maria: Existe o PAPP, mas agora o dinheiro é jogado no BANDEPE, fazem os projetos, fazem o contrato, com aval, com garantia, etc. Aqui, no Estado, vão ter 19 projetos que vão ser financiados, e não mais a Fundo Perdido. A única coisa que, parece, vai ser, uma parte, a Fundo Perdido – como é que eles chamam isso? Rebate – é para a Assistência Técnica.

Castro: E o APCR ainda existe?

José Maria: Não, faz cinco anos que acabou.

Castro: O produtor procura a Cooperativa só numa necessidade imediata.

José Maria: Ah, lógico. Porque esse é o costume. Hoje, com esse sério problema do leite, eles já estão querendo se chegar ao associativismo. Em Alagoas, na região de Batalha, de Jacaré dos Homens, onde eu estive quarta-feira, o pessoal me chamou para ver como a gente funcionava. Querem criar uma cooperativa. Assim vai dar certo, porque não é uma pessoa que vai criar, são vários produtores interessados.

Castro: É de leite também?

José Maria: É de leite também.

Por que no Sul existem grandes cooperativas? A soja é um bom exemplo. Começaram a plantar soja e logo a foram massacrados pela SANBRA. Quando havia uma produção maior a SANBRA não mandava buscar. Eles tiveram então, de se unir em cooperativas. As pequenas cooperativas formaram uma cooperativa central para poder até ter terminais oceânicos, como a Cotrijui e outras. E outra coisa, o pessoal participa da cooperativa e leva a família para participar. Por que? Porque eles acreditam na coisa.

É diferente daqui. Aqui o sujeito está morrendo de fome. Vai esperar que a cooperativa cresça, seja forte, para poder atendê-lo.

Castro: Essa situação é a mesma em todo o Nordeste?

José Maria: Eu acredito que sim. No Nordeste, depois que acabou Agamenon, foram criados os DAC'S nos Estados, então houve dinheiro. No Sul também já havia algumas cooperativas que vinham há muito tempo, como a Paulista, em São Paulo, a Batavo, lá no Paraná. Elas se desenvolvem e cresceram com os associados. É lógico, que ali tinha influência também dos imigrantes, principalmente daquele pessoal mais amadurecido como é o caso do alemão e do holandês. O italiano, não muito. O italiano é mais também de boa vida. No lugar que tinha português, aí então, o negócio escolhambou. É o nosso caso aqui. Só veio português, aí escolhambou.

Castro: Quais as principais fases da história da OCEPE?

José Maria: Ela foi fundada em 1972, também de cima para baixo, através de uma Lei 5764, que criou a OCB e as filiadas nos Estados. Daí, então, começou a receber recursos, da obrigatoriedade das cooperativas terem de contribuir com 0,2% sobre o seu capital e fundos. Mas isso aí nunca deu para manter a OCEPE.

Então, a OCEPE ficou mais ligada a Convênios, a depender de Governos. Tanto a nível estadual, como a nível federal, como se fosse um órgão do Governo. Outra coisa. Para ter o mando, o que é que fazia o Governo? O Governo dizia: "A gente faz um convênio com vocês, mas a gente contrata o gerente. Dentro desse convênio, do dinheiro que vem, principalmente do BID e do Banco Mundial, a gente contrata pela EMATER-PE e bota o gerente lá dentro da Cooperativa". Isso caracterizou mais ainda para o associado que a Cooperativa é do Governo porque, inclusive, quem administra é um órgão do Governo.

Castro: Em 1972, então, já existia o sistema cooperativista.

José Maria: Existia o sistema, mas dividido. Existiam duas instituições: uma paulista e uma do Rio de Janeiro. Essas duas viviam brigando. Em 1972, então, o Ministro da Agricultura Cirne Lima naquela época, para acabar essa briga criou a OCB.

Castro: Você falou em Agamenon, com relação ao Cooperativismo.

José Maria: Ele foi o pioneiro no Brasil. Pernambuco chegou a um ponto em que quase não tinha nenhum município sem cooperativa, ou de crédito, ou de leite.

Castro: Isso foi no tempo em que ele era interventor, em 1937,1938?

José Maria: Foi, em 1937.. As últimas foram criadas em 1941, no Estado Novo. E começaram a se acabar depois de 1945.

Castro: E quando é que houve o ressurgimento?

José Maria: A partir de 1972, numa dependência do INCRA. Em compensação, você tinha os seus benefícios. Porque, naquela época, era do milagre brasileiro, tinha dinheiro sobrando. O gerente ia lá lhe oferecer dinheiro, a Fundo Perdido, a 3%, a 5% ao ano. Era um dinheiro dado, praticamente. Mesmo assim, essas cooperativas não tiveram capacidade administrativa e gerencial para se estabilizarem. A COCANE cresceu com esse dinheiro. Quando faltou esse dinheiro ela está ficou praticamente está fechada. E era uma potência a COCANE.

Castro: A fase do PRORURAL, quando o PAPP estava com dinheiro foi uma fase boa para as cooperativas?

José Maria: A fase boa foi na época do POLONORDESTE ⁽¹⁶⁾, quando o dinheiro era sobrando. Compravam caminhão, caminhonete, o que você quisesse. Se a gente quisesse contratar 20 pessoas para botar na Cooperativa, eles davam o dinheiro. Foi uma fase boa. Do PRORURAL para cá já houve retração de tudo, principalmente desde o fim do Governo de Roberto Magalhães. De 1990 para cá, fecharam tudo.

¹⁶ O POLONORDESTE foi um programa federal criado em 1974, em parceria com o Banco Mundial, visando o desenvolvimento rural do Nordeste, através de uma atuação concentrada em áreas tidas com maior potencial de desenvolvimento. Para cada uma dessas áreas foram elaborados Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRIs), implantados a partir dos anos seguintes, sob a coordenação estadual da Unidade Técnica o POLONORDESTE (UNTEC) .

Castro: De lá para cá foi decaindo.

José Maria: Ah, lógico. Tanto que no ano de 1990, apenas 34 cooperativas estavam regularizadas na OCEPE, das 146 cooperativas existentes. Em 1991 baixou para 17, a metade certinho, e agora em 1992 só tem 10.

Castro: Você acha que essa ajuda financeira se verificou também na FETAPE?

José Maria: Sim. Eles também recebiam ajuda. E com essa lei agora, já aprovada na Câmara, e que para o Congresso, acabando o imposto sindical, eu acredito que eles vão desaparecer. Vai ser pior que no caso da OCEPE. Eles não vão manter os sindicatos. Os sindicatos só funcionam porque há esse dinheiro institucionalizado. E essa obrigatoriedade de você ser sindicalizado.

Castro: Qual seria hoje a ação do Governo para apoiar as cooperativas?

José Maria: **O Governo tem de investir na educação, tanto cooperativista como empresarial e pericial.** Por que é que a cooperativa de médicos vai bem? Porque é uma cooperativa formada por pessoas de determinado nível. O que é isso? É questão de educação.

A AUSÊNCIA DE UMA POLÍTICA AGRÍCOLA NO NORDESTE

Castro: Os incentivos fiscais da SUDENE ajudaram os pequenos produtores?

José Maria: Só os grandes, e só alguns grandes. É a mesma coisa do Fundo 157. O pequeno não vai ter acesso nunca.

No Nordeste, nós não podemos, no setor primário, pagar a correção monetária! Ninguém dos pequenos produtores, nem médios, nem grandes pode, a não ser que ele tenha outra atividade. Por que? Porque, se lá no Sul você planta, e tem 70% de probabilidade de sucesso, de colher e colher bem, aqui nós temos é o inverso: 70% de probabilidade de perda. E no semi-árido, em algumas regiões, isso aí sobe para 90% a probabilidade de ele perder. Talvez ele só tenha 10% de probabilidade de sucesso. Como é que o sujeito pode pagar a correção?

Eu vou lhe citar um exemplo. O leite está, no Sul, a 930 cruzeiros para o produtor. Aqui está por 650. Eu fiz com Jorge Tavares (17), que estava aqui há pouco tempo, um levantamento. Era 130 quando foi liberado, no dia 1º de outubro do ano

¹⁷ Jorge Tavares era professor do Departamento de Educação da UFRPE.

passado. Hoje, esse preço de leite era para ser de 1.350, se você colocar a inflação aqui. Como é que você pode pagar a correção se ele está hoje a 650?

É como o FNE. “Ah, porque eu tenho um rebate de 40%”. Rapaz, o Projeto Nordeste tinha dinheiro, com 50% da correção, e quem fez não pagou. Eu tenho lá na Cooperativa um assentamento de 510 hectares, temos 45 famílias. Muitos que fizeram esse financiamento, há dois anos passados, ainda estão devendo ao Banco. Outros só pagaram porque fizeram composição com o Banco e nós ajudamos. Mas a grande parte não pagou e não vai pagar nunca.

A REPRESENTAÇÃO DO PATRONATO: ATRAVÉS DAS ENTIDADES PROFISSIONAIS E DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Castro: Por que a UDR não se desenvolveu em Pernambuco?

José Maria: Comparativamente ao Sul do Brasil, nós não temos grandes produtores. E o pequeno produtor não quer saber desse negócio. Porque a principal finalidade da UDR era angariar recursos.

Castro: Aqui eles só fizeram um leilão, parece.

José Maria: E assim mesmo, eu acredito que não foi essa coisa toda, não.

Castro: Eles não estabeleceram nenhum escritório no interior de Pernambuco?

José Maria: Não, que eu tenha conhecimento. Quando eu assumi a presidência da OCEPE eu dei uma declaração que nós éramos contra a UDR. Não por eles se organizarem. Eu era contra eles fazerem um trabalho baseado no nazismo, vamos dizer assim, na defesa de uma tese que não aceitava a contra-argumentação, quer dizer, não aceitava o outro lado. O outro lado era o inimigo. Não, o outro lado tem o direito também de querer. Como nós não queremos, eles têm o direito de querer.

Castro: Vocês dão importância a eleger representantes políticos, parlamentares.?

José Maria: É importantíssimo. Mas nós não temos cacife para isso.

Castro: Vocês não elegem um deputado?

José Maria: Elegem nada. Podia até eleger, mas se fizesse como os outros fazem, comprando votos.

Castro: Os agricultores votam em qualquer candidato, em qualquer partido?

José Maria: Ah, em qualquer partido. Eles votam geralmente é um voto de agradecimento. E **eles votam naquele que, por último, prestar favor a ele.** Você faz 99%, se você não completar os 100, não adiantou nada. Então, é o que geralmente diz o pessoal, com muita propriedade, que se ganha eleição no dia.

Para você se eleger somente na base do papo é muito difícil. A não ser nas grandes cidades, quando o eleitor tem uma ideologia. O candidato sem dinheiro pode se eleger sem fazer favor, somente pela ideologia.

No interior ainda existem os currais eleitorais. O Ricardo Fiúza disse que só recebeu 100 mil dólares. A gente vai concorrer com um candidato desses, é de lascar!

Castro: Como o Sr. analisa a atuação da Igreja católica no mundo rural?

José Maria: Isso aí é outro problema também. Eu sempre faço a ligação à pessoa e não à instituição. Lá em Garanhuns, por exemplo, o bispo, é considerado esquerdista. Ele é esquerdista no discurso, mas não nas ações. Tanto que ele já vendeu quase tudo que a diocese tinha, o negócio dele é viajar, para a Europa, ir não sei para onde. Apóia aqueles os chamados progressistas, mas é apenas um apoio informal. Atuação mesmo, no meio rural, nós não temos lá.

A REFORMA AGRÁRIA. O PNRA.

Castro: Por que no Brasil, os planos de reforma agrária fracassaram?

José Maria: Aí é outro problema, o problema de educação. Por que, então, aqui esse pessoal que já tem terra, nunca se desenvolveram? Por que é que ele, passando para aqui, uma pessoa que vem de fora, vai desenvolver aqui? Vai desenvolver nunca.

José Maria: Então, por que não fazem um programa para quem já tem terra, de aumentar a terra dele? Aí tá certo. Porque ele já tem experiência. A reforma agrária deveria ser para quem é agricultor mas tem uma terra pequena demais. O governo deveria aumentar a terra dele. Dar apoio a quem já tem. E oferecer a ele uma política agrícola, com uma infra-estrutura hídrica, uma série de coisas. A solução de Marco

Maciel era de perenizar os rios. Os outros, infelizmente, não continuaram. Houve um projeto de fazer um canal Sobradinho-Moxotó, para perenizar os rios. Então, você pode fazer irrigação e dar apoio para a comercialização. O mês passado eu estive em Petrolina. Eu acho que 40% do que é produzido em Petrolina é perdido. O camarada lá deve ter tirado umas 100 caixas de tomate. 40 são jogadas fora porque os compradores demoram em vir apanhar e o tomate fica deteriorado.

O ESTADO

Castro: Por que as Cooperativas não participam do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural, na SUDENE?

José Maria: Porque fomos vetados. Teve uma vez que eu consegui ainda que o Superintendente da SUDENE mandasse uma mensagem para a inclusão, no CRDR, de uma pessoa da cooperativa. Quando foi na hora de ser votado, o camarada do INCRA, que era ligado ao pessoal das Federações de Agricultura dos Estados, das FETAG'S dos Estados pediu vista, alegando isso, que a cooperativa era ligada...

Castro: A UDR?

José Maria: Aos grandes, que não sei o que. Pelo contrário, quem mais precisa da cooperativa é o pequeno. O grande não precisa de cooperativa. Eu vivo dizendo isso. Primeiro, o grande acha que, por ser grande, ele tem mais direito do que os outros, quando não é. Segundo, geralmente o grande é quem dá mais problema. Eu nunca tive problema, na Cooperativa, com pequeno. Nunca tive problema no Ministério – porque eu fui chefe de patrulha muito tempo, cheguei a trabalhar com 40 tratores – nunca tive o menor problema com o pequeno. Até na parte de alimentação do tratorista eu nunca tive problema com o pequeno, pelo contrário, os pequenos eram quem alimentavam melhor. Era na base do peru, da galinha e, quando o camarada queria, davam pedaço de charque, peixe salgado, etc.

Castro: Os grandes produtores não se associam?

José Maria: Se associam, mas, geralmente, quando eles têm um interesse. Vamos dizer, a cooperativa, naquela época, tinha uma quota de farelo. Então, eles, para terem acesso ao farelo, tinham que se associar à Cooperativa. E outros se associam porque

gostam. Eu vou te dar um exemplo. Lá na Cooperativa de Garanhuns tem um banqueiro que é dono da APEAL, de Alagoas,. Ele tem um terreno lá em Garanhuns e ficou nosso associado. Ele não vai a Garanhuns para não ir na Cooperativa. Tudo o que ele quer é na Cooperativa, tudo o que ele manda procurar é na Cooperativa, quando ele quer saber alguma coisa ele liga para a Cooperativa, quando há qualquer movimento lá ele é o primeiro que quer. Agora mesmo, a gente fez um movimento de leite e ele mesmo se ofereceu a mandar fazer umas faixas.

Castro: Como tem sido o **relacionamento da entidade com o poder público?**

José Maria: Esse é um outro problema. **Depende de você ter acesso às pessoas.** Por exemplo, no tempo de Marco Maciel, o Cooperativismo tinha todo o apoio de Marco Maciel. Não sei se era porque tinha muito dinheiro, não sei se era porque ele gostava mesmo, não sei se era porque ele tinha um Secretário que era meu amigo.

Castro: João Falcão?

José Maria: Não. Aloísio Sotero. João Falcão foi antes, no tempo de Moura Cavalcanti. No tempo de Marco Maciel foi Carrazai inicialmente. Depois Carrazai saiu, foi para Brasília e ficou Aloísio.

Castro: Quando foi Lóssio?

José Maria: Lóssio foi de Roberto Magalhães.

Castro: O relacionamento variava.

José Maria: Variava de acordo com quem estava lá. Você vê, como eu conhecia Roberto Magalhães, não sei porque, ia a reuniões. Eu cheguei a levar Roberto Magalhães para uma reunião lá em Garanhuns. Botei 400 pessoas lá. Ele ficou de ir e foi mesmo.

Castro: Quando ele era Governador?

José Maria: Quando ele era Governador, ele esteve lá. E eu brigado com Airson Lóssio. Mas ele foi. Eu pedia audiência lá no Palácio e era recebido. Eu brigava com Airson Lóssio, mas nunca deixei de ter o apoio do Governo, de ter apoio lá no PRORURAL. Isso dependia de uma relação entre as pessoas, não era de uma ação de Governo.

Castro: Mas vocês tinham feito campanha para Roberto Magalhães, não?

José Maria: Não, nenhuma. Não tinha política. Sempre que houve eleição nós levamos os dois candidatos. Na última eleição nós convidamos tanto a Jarbas como a Joaquim Francisco. O único que veio aqui foi o pessoal do PT.

Castro: Vocês têm conseguido indicar pessoas para os cargos do Estado?

José Maria: Não, nunca conseguimos.

Castro: Tentaram mas não conseguiram.

José Maria: Já tentamos. Mandamos os nomes no início da campanha. Mas quando era na hora de nomear não aparecia nenhum nome nosso.

Castro: Quais eram os cargos que vocês visavam mais?

José Maria: Era justamente o PRORURAL, porque o DAC não tinha mais função nenhuma, a CISAGRO, se fosse o caso, ou uma empresa dessas do Estado, a SEMEMPE, que depois ficou. Mas nunca tivemos acesso a nenhum cargo.

Castro: Quais foi o Secretários de Agricultura de Arraes depois de Pedro Eugênio?

José Maria: José Almino.

Castro: José Almino é parente dele, não é?

José Maria: É.

Castro: E de Carlos Wilson foi José Gualberto, não é?

José Maria: Foi.

Castro: Como avalia as políticas agrícolas desses Governos. Quem você acha que fez mais pelo Cooperativismo, pelo pequeno produtor?

José Maria: É muito difícil responder. No tempo de Aloísio, ele tinha determinados recursos e era um camarada ligado ao setor. Isso tem muita importância também. Todos esses outros: Airson, por exemplo, podia ser um bom Secretário de Fazenda, ou um Secretário de Indústria e Comércio, porque tinha sido da Junta Comercial, era técnico fazendário, João Falcão também era. Quer dizer, fica muito difícil.

Está certo que o Secretário ou o dirigente pode se cercar de assessores. Mas na hora de decidir, pesa também a falta de vivência.

Castro: Como você avalia o último Governo de Arraes. Ele ajudou a agricultura?

José Maria: Não, nem agricultura, nem pecuária e nem cooperativa, aliás, o meio rural de maneira geral. O negócio de Arraes só é ligado ao pessoal da Zona da Mata. Tudo era direcionado para esse pessoal da Zona da Mata.

Castro: E aquele programa “Água na Roça” não ajudou?

José Maria: Não ajudou em nada. Aquilo foi um programa para beneficiar o BANDEPE e terminou prejudicando o BANDEPE. Porque todos os recursos que eram de financiamento, e que eram de fomento, e eram para ser distribuídos a Fundo Perdido, o Governo de Arraes mandou todinho para o BANDEPE. E aquilo ali era financiado com esses recursos. Aquilo era para ser dado.

Aí, resultado. Muitos não pagaram aquilo ali, e terminou prejudicando o próprio Banco.

Castro: Quer dizer que esses programas...

José Maria: Não funcionaram. De “Vaca na corda”, isso tudo. Hoje você não encontra mais nem uma vaca, comeram tudinho, venderam tudo, e ninguém pagou a Banco.

Castro: Isso era feito diretamente pela Secretaria com o produtor, sem passar pelas cooperativas?

José Maria: Não passava nada pelas cooperativas. Era com a Associação.

Castro: Arraes também criou Associações?

José Maria: Criou, e como criou!

Castro: Houve, por parte de Arraes, um interesse político-eleitoral nisso?

José Maria: Houve, justamente. Porque, inclusive, quando o pessoal ia entregar a junta de bois não dizia que era o Estado, que era o BANDEPE, que era a Secretaria da Agricultura que estava fazendo aquela ação, não. Diziam que tinha sido Arraes que tinha mandado. E levava a junta de bois e diziam: “Olhem, aqui, o que Arraes mandou”. Inclusive, já insinuando ao sujeito a não pagar. Porque se foi Arraes que mandou, o sujeito não vai pagar. E muitos disseram isso. Quando foi na hora de o

BANDEPE receber diziam: “Não, eu recebi uma vaca que foi o doutor Arraes que mandou”. Ele teve aquela votação toda por isso. Junta de boi, conjunto de irrigação...

Castro: E o que é feito daquelas bombas?

José Maria: Se estragou tudinho, dormindo no relento, foi se acabando. Outra coisa, muitas daquelas bombas as pessoas não foram nem buscar. Cano, uma quantidade tremenda de canos. “Para que é que eu quero cano? Não vou levar cano, não”.

Castro: Eu vi na televisão. Estão na CISAGRO ainda hoje.

José Maria: É. Deixaram o cano lá. Porque a bomba era fácil de eles venderem. Mas, chegou o ponto que eles não vendiam mais.

Castro: Como era feita a distribuição disso aí? Ia direto da EMATER para o produtor?

José Maria: A EMATER fazia não sei o quê, e o sujeito ia buscar na CISAGRO. A CISAGRO, hipoteticamente, era para dar assistência. Mas nunca nem foi lá. Não sabia nem se o sujeito tinha água. Porque o sujeito, para fazer irrigação, mesmo com a bomba, é preciso ter água.

Castro: Exato.

José Maria: Um açude médio usado para irrigação se esgota numa semana e não irriga nem uma tarefa. O sujeito para molhar uma terra precisa ter muita água.

Castro: Quer dizer que o BANDEPE dava o dinheiro para o produtor fazer o plantio, de acordo com um projeto...

José Maria: Faziam um projeto simplificado e grupal. Bastava preencher um formulário para o grupo. A fiscalização era feita por amostragem. Tem 20 agricultores, ele olha um, dois e pronto.

2. MALAQUIAS ANSELMO DE OLIVEIRA

Perfil do entrevistado

Malaquias Anselmo de Oliveira tinha 41 anos por ocasião da entrevista, em 18 de junho de 1992, e era vice-presidente da OCEPE. Em outubro 1992, algumas semanas depois, ele foi eleito presidente desta organização. Além disso, é Presidente da Cooperativa dos Profissionais da Comunicação. Formado em jornalismo ele também trabalha como professor universitário.

Tópicos mais relevantes da entrevista

- Do ponto de vista econômico, as cooperativas serviram como correia de subordinação da agricultura a grandes grupos capitalistas, como a SANBRA, interessados principalmente no algodão e na mamona nas décadas de 1930 a 1950. Esses grupos financiavam o produtor no preparo do solo e na colheita dos produtos. Depois esses grupos abandonaram suas instalações agroindustriais no semi-árido porque o risco era muito alto: seca, pragas, mão-de-obra, etc. Com a implantação do Plano BIRD-I, nos anos 1970, esses grupos repassaram essas agroindústrias para as cooperativas e se instalaram nas grandes cidades. As cooperativas, através de financiamentos do BIRD, via Banco do Brasil, ficaram com um parque industrial sucateado.
- Do ponto de vista político, as cooperativas funcionaram como correia de transmissão dos interesses políticos. O mesmo ocorre com os sindicatos e com outras organizações locais onde os chefetes locais instalam seus prepostos.
- Do ponto de vista operacional, na cooperativa observa-se:
 - Processos de competição em lugar de processos de cooperação no seu quadro social e em relação ao ambiente externo
 - Falta de participação dos sócios nas decisões
 - Desorganização da entidade, por falta de um bom gerenciamento. A desorganização afeta a produção, a contabilidade, a documentação, cadastro dos sócios, etc.
 - Baixo nível tecnológico, a começar pela tecnologia da produção dos associados. Muitos agricultores não têm vocação agrícola. O sindicato e a igreja focam mais a questão da terra e esquecem a produção.
 - Falta de capacitação dos dirigentes

- Ineficiência da EMATER, na extensão rural, agindo às vezes como entidade de controle sobre a cooperativa.
 - Ineficiência do IPA, como entidade geradora de pesquisa, que não difunde as pesquisas para os produtores e as cooperativas.
 - Falta de um perfil econômico nas cooperativas. Elas existem sem ter uma finalidade econômica, sem ter projetos economicamente viáveis.
- Em consequência de sua debilidade econômica, as cooperativas têm pouca força de representação dos associados junto ao poder público.
 - Cerca de 85% dos associados das cooperativas em Pernambuco não geram excedentes econômicos, produzindo para o autoconsumo.
 - As cooperativas dos perímetros irrigados do DNOCS e da CODEVASF eram controladas por esses órgãos. Agora, na fase da emancipação dos perímetros, por conta da orientação neo-liberal do governo Collor, essas cooperativas estão entregues à própria sorte. Muitos perímetros são divididos em três partes, a primeira fica com a cooperativa, a segunda fica com os produtores independentes e a terceira fica com grandes empresas.
 - As relações entre OCEPE, FETAPE e FAEPE poderiam ser harmoniosas, todas atuando junto aos produtores familiares, ficando a OCEPE com os aspectos econômico da produção e da comercialização e a FAEPE e FETAPE, como atores políticos.
 - OCEPE e OCB foram criadas de cima para baixo no governo militar. A OCEPE tem buscado se legitimar como entidade de representação política. Isso foi dificultado porque seus presidentes, sendo funcionários públicos, receavam pressionar os órgãos públicos. Quem tem mais poder na OCB são os Estados com de cooperativismo forte como o Paraná, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e Goiás.
 - A OCEPE já representou cerca de 90% de cooperativas do setor rural. Hoje essa representação caiu para a metade. Essa representatividade se reflete na composição da diretoria.
 - As associações de produtores são mais manipuladas do que as cooperativas. Elas são criadas para atender a objetivos de organizações, como a EMATER. Arraes criou muitas associações. A associação tem um perfil de entidade social, de lazer, enquanto a cooperativa é uma empresa econômica.

- A OCEPE não se compromete com partidos políticos, para não criar arestas com as cooperativas, que se vinculam aos mais diversos partidos.
- O PNRA não recebeu apoio da OCB, que tinha vínculos com a UDR.
- Na OCEPE Malaquias era favorável à reforma agrária. Entretanto, por ser dirigente da OCEPE, os dirigentes da CONTAG e FETAPE têm reservas com ele, achando-o conservador e reacionário.
- Malaquias considera que a FETAPE não apoia de fato o agricultor familiar, que continua miserável.
- Malaquias assinou com a FETAPE um manifesto denunciando o uso político do governo de Roberto Magalhães sobre as associações de produtores rurais. No governo seguinte, o de Arraes, continuou a mesma manipulação.
- A questão agrária é complexa considerando-se os seus atores políticos e sociais:
 - O Estado não está empenhado nessa política;
 - Os grupos dominantes são contrários à reforma agrária;
 - Os sem terra são mal informados, desorganizados e manipulados. Entre esses, alguns não têm vocação para a agricultura e preferem um trabalho urbano, outros, que desejam a terra, estão despreparados para assumir um lote;
 - Os que possuem um pouco de terra desejam uma política agrícola, que não existe para eles. Entre esses há um grupo que já tem terra, água e tecnologia, como os assentados nos perímetros irrigados do DNOCS, que continuam vivendo em condições de vida muito precárias;
- Malaquias analisou alguns programas federais atuando no mundo rural do Nordeste:
 - o PAPP, Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, financiado pelo Banco Mundial, com uma estratégia de atuar no meio rural não apenas com serviços agropecuários, mas também com políticas de educação e saúde. Foi desmontado pelo governo Collor.
 - Projeto São Vicente, com uma burocracia mínima e possibilitando uma maior participação dos beneficiários, desde a concepção do projeto. Também foi desarticulado pela política neo-liberal de Collor.

Situação da entrevista

A entrevista individual gravada me foi concedida na sede da OCEPE.

Entrevista

O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO EM PERNAMBUCO.

Castro: Como você avalia o cooperativismo agropecuário de Pernambuco?

Malaquias: O cooperativismo agropecuário em Pernambuco tem a mesma distorção que tem o cooperativismo nacional. O cooperativismo nacional foi todo montado em cima do cooperativismo agropecuário, porque era o que interessava ao poder vigente de então. Como **o cooperativismo, no Brasil, tem uma vinculação historicamente muito forte com o Estado – o Estado praticamente dirigiu o cooperativismo como um todo – que deveria ser urbano e rural, dirigiu praticamente todo para a área rural. Porque é na área rural que estão as maiores dificuldades do setor econômico.** Isto é, o setor urbano – consumo, serviços, indústria, etc. – que é um setor muito mais dinâmico, o Estado não teve interesse que o cooperativismo entrasse nesse setor, que praticamente ficou nas mãos dos monopólios, oligopólios. Mas como, na área rural não havia interesse dos grupos capitalistas monopolistas entrarem aí, o Estado privilegiou o cooperativismo nessas áreas.

E aí é uma coisa interessante porque grupos econômicos, inclusive multinacionais, durante as décadas de 30,40 e até um pouco 50 atuavam fortemente na área rural. Entre esses grupos encontravam-se **Anderson Cleyton, Machine Cottons, SANBRA, etc., grupos que tinham escritórios espalhados por todo o interior do Nordeste, inclusive no interior de Pernambuco, com plantas industriais.** Esses grupos econômicos, principalmente na área de algodão e mamona, se vinculavam diretamente com o produtor sobretudo nas questões de apoio à produção, com o fornecimento do dinheiro desde o preparo do roçado, o preparo da colheita etc. Depois recebiam essa produção, pagavam o preço que lhes convinha e a exportavam. Mas chegou um dado momento em que não interessou mais a esses grupos econômicos atuarem no meio rural porque o risco era muito alto. Havia o risco da seca, o risco da praga, a questão de lidar com a própria mão-de-obra etc.

Castro: Quando se deu a saída de empresas multinacionais instaladas no campo?

Malaquias: Foi antes da década de 70, no momento da implantação do Plano BIRD-I. O que foi que esses grupos fizeram? Através de financiamentos do Banco Mundial, do BIRD-I, que veio um pouco para apoiar a modernização industrial no interior do Estado e do Nordeste, esses grupos voltaram para as cidades grandes, para o litoral,

ficaram no ar condicionado, e entregaram as suas plantas industriais para cooperativas. Isso foi financiado pelo Banco do Brasil. Eu me lembro que por essa época eu participei uma vez de uma reunião das cooperativas no município de Antenor Navarro, na Paraíba, e havia uma certa euforia das cooperativas, dizendo que praticamente tinham expulsado as multinacionais do campo. E, naquele momento, eu fiz uma discussão com eles, tentando mostrar que não era nada disso. O que é que estava ocorrendo basicamente? Eles estavam pegando todo um **parque industrial praticamente sucateado, com vinte, trinta anos de funcionamento, com máquinas que não funcionavam mais, muitas delas eram máquinas de rolo. As cooperativas ficavam com a carne de pescoço do lado econômico rural e entregavam o filé às multinacionais.**

O que é que passou a ocorrer aí? Eles pegaram todas as empresas sucateadas através de um financiamento do Banco Mundial, via Banco do Brasil, assumindo toda a parte do custo do dinheiro. **Passaram a correr todos os riscos: o risco da produção, compreendendo o transporte, armazenamento, combate às pragas, de relação com o produtor. Depois, beneficiavam essa produção, enfardavam e vendiam à mesma multinacional que tinha vendido para elas as máquinas, que ditava os preços. Para a multinacional era uma beleza. Era só pegar aquele fardo, meter no fiar e fazer tecido, ficando com a parte melhor de todo o processo. E com um fator agravante: o de decidir o preço. Na hora em que havia uma pressão sobre o preço, como no caso do Rio Grande do Norte onde houve uma certa mobilização da cooperativas em torno da questão, a multinacional importava um navio de algodão da Turquia ou do Egito, botava aqui e baixava o preço. Porque o algodão da Turquia e do Egito era deles também. Nessa relação muito econômica foi que se desenvolveu praticamente o cooperativismo rural.**

Uma outra questão é a relação política. Nesta relação as cooperativas rurais foram criadas muito mais para compor interesses políticos e até partidários do que como instrumento de desenvolvimento econômico e de melhoria das condições de vida da população. Isso teve começo com Agamenon Magalhães, passando por todas as fases do cooperativismo. Essas cooperativas compunham e compõem, até hoje, interesses políticos. Tanto isso é verdade que numa cooperativa de, digamos, 1.200 sócios, na realidade apenas 20 ou 10% operam com a mesma. Então, na realidade ela tem 200 sócios, aqueles que se vinculam com a cooperativa através de uma ação econômica. Os outros mil e tanto sócios compõem um quadro de interesse

político na época de eleições, para receber determinadas benesses de determinados projetos do Governo, como o Projeto PAPP. São benesses momentâneas que não modificam a realidade.

Então, você tem, do lado econômico, toda uma vinculação das cooperativas rurais a um projeto fora de seu controle.

Do lado político elas estão vinculadas também a um projeto político do próprio poder vigente no Estado de Pernambuco e, extrapolando, no Nordeste. **As elites dominantes se utilizam do cooperativismo também para fazer o seu projeto político** para o Estado. De uma maneira geral, se você pudesse pegar as cooperativas do interior do Estado e, sacudir numa peneira, você ia jogar ao vento cerca de 80% do quadro social dessas cooperativas. Eles estão dentro das cooperativas apenas formalmente, mas na prática de uma vinculação econômica com a cooperativa não estão. Mas eles estão nesse quadro porque também interessa à cooperativa manter uma relação partidária a nível local. Muitas vezes **o poder vigente local ocupa, esse ano, a prefeitura e bota um preposto na cooperativa**. Quando termina o mandato dele na prefeitura ele vai para a cooperativa e bota um preposto na prefeitura. **Isso não ocorre só na cooperativa mas também no sindicato e em outros organismos**. Mas a cooperativa é, às vezes, um instrumento de escora para assegurar durante quatro anos as acomodações políticas dos grupos dominantes locais. É como se você jogasse uma pedra num lago e fossem surgindo ondas crescentes. Você tem o chefe político local, que tem a vinculação direta com a cooperativa, às vezes é presidente, e esse chefe político está vinculado a um político maior, às vezes a um deputado com vinculação local, que por sua vez é vinculado a um governador. Na realidade é uma tela, uma rede onde a cooperativa é parte dela.

Além dos aspectos econômico e político há o **aspecto operacional da cooperativa**, no qual eu destaco quatro aspectos cruciais: o da cooperação, o da participação, o da organização e o da tecnologia.

Primeiro, **as cooperativas não desenvolvem o que seria fundamental, a meu ver, que é a questão da cooperação**. Na realidade, a cooperativa tem por natureza a cooperação, mas ela desenvolve muito mais uma competição imperfeita. A competição que, em tese, seria um instrumento da empresa mercantil, ela toma esse instrumento e utiliza mal. E a cooperação, que ela deveria utilizar como força de sua própria expressão ela não utiliza.

Segundo, **a questão da participação**. Você tem um baixíssimo índice de participação nas cooperativas. Por que? Primeiro, porque os grupos dominantes, quem está à frente da cooperativa, não têm interesse em que exista participação, que poderia por em cheque os projetos políticos pessoais e grupais. Por exemplo, poderiam questionar para onde vai o dinheiro. Não interessa, portanto, a participação não obstante exista um discurso de participação. Se você for falar com todos os dirigentes, existe um discurso de participação, se você for falar com todos os técnicos da EMATER, que estão vinculados a esse projeto, é o mesmo discurso. Mas na prática essa participação não existe. Eu chego à conclusão que o primeiro problema seria esse: não há interesse de uma efetiva participação porque isso poderia vir a questionar todo o processo de dominação.

A outra questão, vinculada ainda à participação, é a questão do próprio saber fazer desses dirigentes. Eles não sabem gerenciar essas cooperativas.

Então, a primeira questão é a cooperação. Sem a cooperação elas não podem dar certo como cooperativas. Você pode ver uma cooperativa relativamente bem sucedida, como a cooperativa de Garanhuns, mas é exatamente o modelo de uma cooperativa que não é cooperativa, dentro do conceito que se tem de cooperativa.

Castro: Em que sentido você está falando em **competição no cooperativismo**?

Malaquias: Em relação a tudo. É a relação da cooperativa **com o seu público externo, com os organismos externos e dentro da própria cooperativa**. Na hora em que a cooperativa poderia usar mecanismos de cooperação para se fortalecer politicamente, para produzir, ela praticamente incentiva a ação individualista. Por exemplo, na hora em que existe escassez de tecnologia – de máquinas, por exemplo – ela poderia incentivar que a máquina, que o trator servisse para dois, três, quatro associados. Eles produziriam conjuntamente, fortalecendo a sua produção. Mas ela não faz isso. Ela incentiva muito mais a individualização de cada um dentro do processo. E aí começa a estabelecer todo um processo de competição, quando a força deveria ser a cooperação.

Depois dos problemas da cooperação e da participação, **o terceiro problema é o da organização**. Você tem a completa desorganização do quadro do cooperativismo do Estado. Isso inclui a desorganização da produção, a desorganização do produtor, do cooperado, da desorganização da gestão, da documentação, da contabilidade. Existe um processo completo de desorganização.

Esse ponto é fundamental para o sucesso da cooperativa. É preciso se trabalhar bastante a questão da organização da cooperativa. **Ou se organiza a cooperativa como empresa, empresa cooperativa, ou não se tem sucesso.** Os dirigentes não sabem quem são seus sócios, não sabem os nomes deles, não sabem onde eles moram, não sabem o que eles produzem, não sabem quais são os desejos deles. Isso a nível do próprio quadro social. Se a cooperativa não sabe isso, fica difícil para a cooperativa montar o seu projeto econômico.

Um quarto problema, nesta avaliação do cooperativismo, é **a questão da tecnologia.** Essa é, para mim, uma questão fundamental, pelas seguintes razões.

Primeiro, você tem no campo uma situação de baixa tecnologia, desde a tecnologia de produção. Não estou falando de tecnologia de ponta ou de uma tecnologia mais avançada, mas do saber fazer. Eu não teria nenhum medo de dizer que 99% dos nossos agricultores não sabem produzir. Eles produzem de forma arcaica, adaptadas talvez ao século passado, ou às primeiras décadas desse século, quando você tinha uma reduzida população, uma competição praticamente nula. Dava para comer e manter uma sobrevivência. Mas à medida em que se acentua a competição externa, aumento de população, redução de área etc, isso começa a complicar e você não avançou na questão do saber fazer. Então, o nosso agricultor, de maneira geral, não sabe produzir.

A segunda coisa que eu gostaria de afirmar e que pode até ser polêmico, é que **boa parcela dos agricultores não têm vocação agrícola. Os sindicatos e a Igreja generalizam a questão da terra para o agricultor: “O agricultor está sem terra, tem de dar terra para ele”. A questão não é bem por aí.** Uma grande parcela dos agricultores não querem produzir. Isso não faz parte da vocação dele, não obstante ele ter nascido no mato, ele não gosta de produzir. Ele prefere muito mais ir para a cidade, botar uma mercearia, vender cachaça, botar um bar, botar uma casa de comércio, buscar outra atividade do que ir para a roça. Aí você diz: “É porque lá os atrativos econômicos são ruins, ele não tem serviços, não tem escolas etc”. Possivelmente isso pesa mas a questão é que ele não tem vocação para a agricultura.

Um outro ponto na questão da tecnologia das cooperativas é que os técnicos, mas sobretudo os dirigentes da cooperativa estão trabalhando no limite da sua competência. Para que eles possam dar um passo adiante se teria que investir no processo de capacitação, que buscasse um novo saber.

Outro ponto vinculado à questão da tecnologia diz respeito ao sistema de apoio por parte do poder público. Dois órgãos são mais diretamente vinculados a isso: a EMATER, como extensão rural, e o IPA, como sistema de pesquisa. **A EMATER é o que de pior ocorreu a nível da área rural.** Primeiro, por manipulação. Segundo, por incapacidade. Terceiro, por vinculação partidária, buscando interesses estranhos aos interesses dos agricultores. Com isso, **a EMATER foi quem mais contribuiu para o atraso e a estagnação do cooperativismo no Estado.** Até, chegando ao ponto de, em determinados momentos, o cooperativismo se parecia tanto com o poder público que muitos cooperados, ainda hoje, em determinadas cooperativas, vêem a cooperativa com um órgão público. Por que? Durante muito tempo o gerente da cooperativa, que mandava na cooperativa, foi o funcionário da EMATER, que ficava lá dentro. Com isso a cooperativa parecia ser um órgão público.

Castro: O técnico da EMATER que trabalha dentro de uma cooperativa age mais em nome da burocracia do Estado ou de um chefe político local?

Malaquias: As duas coisas. Ou até três coisas. Existe o interesse do próprio Estado em manter sob o seu controle, as organizações, as ONG's. Mesmo que não seja um controle explícito. A segunda coisa é que ele, o Estado, é também um laçoi, subordinado ao poder local.

Castro: Esses técnicos do Estado fazem parte do sistema político local?

Malaquias: Claro. E eles também são vítimas desse sistema. Tanto é que a **rotatividade desses técnicos** é uma coisa terrível. Acontece, às vezes, com esses técnicos, de serem transferidos para outra cooperativa no momento em que estão começando a desenvolver um trabalho mais proveitoso. Isso se explica pelo fato de que eles, normalmente, estão a serviço de interesses locais. **Se desagradam qualquer interesse político dominante local eles são transferidos. Eles têm que ficar ali muito no fio da navalha para não ferir interesses.**

Castro: O poder dos chefes locais não diminuiu com a maior presença dos órgãos do Estado no campo?

Malaquias: Não, pelo contrário, foi mais reforçado ainda. E de uma forma muito mais sibilina e inteligente, talvez.

E voltando à **questão da tecnologia** e do apoio do Estado, e eu estava me referindo à EMATER. O terceiro ponto é **a baixa capacidade dos técnicos da EMATER**, que são mal capacitados por conta do próprio sistema de educação que é ruim, não só para a EMATER mas é ruim para todo mundo, no Brasil. Eles são mal formados. Quando eles vão, recém formados para as cooperativas, lá no interior, eles não sabem nada ou sabem muito pouco. Você dá a eles uma planta com uma doença e eles não sabem analisar, dizer que doença tem, que remédio dar. E aí entram no velho jargão de passar e de empurrar veneno, não sei o quê.

A outra **questão é a da pesquisa**, que é um problema gritante. Eu diria, até, que se faz alguma pesquisa no Estado. Mas essa pesquisa não é repassada para as populações via seus organismos, no caso, as cooperativas. Não existe difusão dessas pesquisas. **A pesquisa é feita, colocada nas prateleiras**, fica lá. Em Pernambuco o IPA tem pesquisas até bastante interessantes, o CPATSA, em Petrolina, tem também pesquisas muito interessantes sobre todo o trópico semi-árido, e no entanto, isso se traduz muito pouco em benefício da população e das cooperativas, de maneira geral. As cooperativas não se aproveitam do que existe de pesquisas. Por um lado, as próprias cooperativas desconhecem isso, ou não sabem lidar com isso. Pelo lado do poder público, não existe uma ação de difundir a pesquisa. Faz a pesquisa, bota na prateleira, pronto, está resolvida a questão.

Um **quinto item** que fecharia um pouco esta avaliação do cooperativismo em Pernambuco, e no Nordeste, é **a ausência de um perfil econômico por parte das cooperativas que, de maneira geral, não têm projetos econômicos**. Elas foram criadas para fazer não sei o quê e continuam fazendo não sei o quê. Se você chegar a qualquer cooperativa e perguntar: “Qual é o seu projeto para 1992, o que é que você está se propondo para 1992?”, ela não sabe.

Como consequência disso, existe em Pernambuco hoje, uma dificuldade tremenda, em tentar montar, por parte da OCEPE, ou de qualquer organismo, mesmo por parte do Governo, um trabalho de apoio às cooperativas, porque você não sabe o que é que elas produzem. Por exemplo, “quais são as cooperativas que produzem hoje batata doce?”, “quais são as cooperativas hoje que produzem inhame?”, “arroz?”, você não sabe. Todas elas produzem tudo e um pouquinho de tudo. E na realidade as cooperativas não se planejam para isso, não reúnem o seu associado e tentam montar um projeto econômico, buscando viabilizar a unidade produtiva do associado. **Elas continuam reproduzindo o velho processo de produção do meio rural,**

produzindo milho, feijão, mandioca, contribuindo para a perpetuação da pobreza e da miséria.

O que é que deveria acontecer? A cooperativa deveria repensar o seu projeto econômico, mas um projeto econômico que fosse rentável, economicamente viável.

Só para concluir ainda essa avaliação. Um tempo desses eu estava numa reunião de produtores numa ilha em Belém do São Francisco. Discutia-se muito que era um absurdo que no São Francisco hoje se incentivasse o produtor a produzir aspargo.

- “Como é que se pode, em pleno Sertão de Pernambuco, incentivar a produção de aspargo? Isso é um absurdo, disseram.

- “Mas, por que é que é um absurdo isso?”, perguntei.

- “Porque aqui, tradicionalmente, o pessoal planta milho e feijão”, disseram.

- “O que ele está fazendo com esse aspargo?”.

- “Ele está exportando de avião, em Petrolina, para os Estados Unidos, e recebe em dólar”, responderam.

- “Está sendo bem remunerado?”

- “Está.”

- “E está dando para ele comprar o milho e o feijão para ele comer?”

- “Está.

Quer dizer, ele produz hoje aspargo, vende para o exterior, em dólar, e compra dois sacos de feijão que dá para ele comer com a família o ano todo. É isso que eu acho, as cooperativas teriam que repensar o seu perfil econômico.

Outro exemplo. A Cooperativa de Goiana se localiza numa região propícia à produção de inhame. Por que ela não define, com seus associados, um projeto econômico para o inhame? Desde a escolha da área, produção, tratamentos culturais, colheita, transporte, armazenamento, embalagem, o mercado. No momento em que a cooperativa domina essa linha de produção e comercialização, eu acho que ela deveria se sentir competente para até incorporar um outro produto. Mamão, por exemplo. O importante é que a cooperativa, não apenas a burocracia, mas também o seu quadro associativo, escolha um, ou mais produtos, e domine todo o processo desse produto. E não precisa que ela fique eternamente só produzindo leite, ou qualquer outra coisa.

Todos esses cinco pontos são inter-relacionados.

Castro: Essa debilidade econômica que você apontou no cooperativismo de Pernambuco, afeta a sua força política de representação dos produtores rurais?

Malaquias: Afeta, e bastante. As vezes é difícil você ter acesso até a um terceiro escalão de uma Secretaria do Estado porque as cooperativas representam pouquíssimo economicamente. Não obstante elas estarem vinculadas a muitas atividades produtivas, elas representam pouco economicamente.

Por outro lado, as próprias cooperativas, e aí se inclui a OCEPE, não organizam a sua base de informações. Hoje poucos sabem quanto produzem, quanto recolhem de ICMS ao Estado, para você ter isso como argumento para negociar com o poder público. Essa é uma questão que dificulta a negociação porque você não tem cacife.

Castro: No Agreste e no Sertão, os grandes produtores de leite, de carne, de algodão utilizam a cooperativa?

Malaquias: De maneira geral, não. Quanto ao algodão, ele não existe mais hoje no Estado. Quanto ao leite, a produção se limita praticamente à bacia do Agreste Meridional, principalmente Garanhuns e adjacências. E, na realidade, o leite não passa pela cooperativa. O leite era, até pouco tempo, monopólio de uma empresa estatal. Nos últimos tempos entraram aqui várias empresas mercantis, até de fora do Estado, mas não passa nada pela cooperativa. A cooperativa não tem nenhuma vinculação com a produção e a comercialização de leite no Estado. Apenas Garanhuns e aqueles municípios adjacentes têm um pequeno trabalho nessa área, como um mero intermediários entre o produtor e a CILPE e as demais empresas. As cooperativas recebem o leite do produtor, o transportam e o entregam para a CILPE.

Outro aspecto a salientar na análise econômica é a **pequena expressão dos excedentes comerciais gerados pelos associados das cooperativas**. Com efeito, 84,7% dos sócios das cooperativas de Pernambuco são pequenos agricultores e agricultores sem terra, que não geram excedentes comerciais.

Eu participei de um debate, em Fortaleza, há uns três anos atrás, sobre o Projeto Nordeste, já depois de implantado. Naquela discussão, que vale também para Pernambuco, se analisava o problema de carência alimentar, reconhecida pela própria Organização Mundial de Saúde. Você tem uma carência alimentar fantástica em Pernambuco, com um baixo consumo de calorias não só entre as crianças e em

qualidade alimentar. Na hora em que chega um programa do Governo, sob a responsabilidade da Secretaria da Agricultura, ou da própria SUDENE, se monta um programa de comercialização. Para depois dizer: “Ah, o Governo do Estado tem um programa de comercialização”, “A SUDENE, o PAPP tem um setor de incentivo à comercialização”.

Mas, o que é que se vai comercializar, se não há excedentes? **Vai-se tirar o alimento da boca das pessoas**, que poderiam se alimentar um pouco mais até para ser mão-de-obra mais qualificada e mais forte para poder produzir mais? Não estou falando nem para ter cidadania ou ter dignidade humana. Na realidade, estamos lidando com o mais profundo da miséria. E as cooperativas entram no esquema desses programas oficiais para comercializar uma parte desta miséria.

Castro: Quando se analisam as cooperativas do São Francisco esse quadro negativo que você está pintando não muda?

Malaquias: As cooperativas do São Francisco têm duas grandes fases. A primeira vem da instalação dos perímetros e sua vinculação com o poder público. Na realidade, essas cooperativas, até há dois anos atrás, e umas ainda perduram, não seriam o que a gente comumente considera como cooperativas. Elas eram muito mais um número de inscrição estadual, de CGC, de que o órgão público se utilizaria comprar e vender dentro dos perímetros. Isso se verificava nos perímetros do DNOCS e da CODEVASF. Primeiro foi feita uma péssima seleção dos colonos. Levou-se para lá tudo: sapateiro, marceneiro, etc. Não se fez um trabalho criterioso para identificar os verdadeiros agricultores: “Você gostaria de melhorar a sua produção agrícola?”. Se deveria pegar agricultores que queiram produzir. E não você levar para lá todo mundo, quem fosse apadrinhado dos deputados da região.

Castro: Mesmo nas cooperativas dos perímetros irrigados se verifica o apadrinhamento político?

Malaquias: Sim. A outra questão é que **dentro desses perímetros foram criadas cooperativas em que você era obrigado a ser sócio**. O primeiro princípio da adesão livre ia para as cucuias. Mas isso é até de menos importância. O principal é que **essa cooperativa ficava sob o domínio da CODEVASF ou do DNOCS**. Havia uma cooperativa sem nenhum poder de decisão em nada: nem do que plantar, nem do que colher, nem do que vender. Eles não sabiam nem a que preços vendiam os produtos.

Castro: Cada cooperativa tinha um patrono político?

Malaquias: Tinha. Os Coelho em Petrolina, o Inocêncio, em Serra Talhada, quer dizer, quem tinha o poder político local.

Em resumo, **primeiro se escolheram mal os colonos, segundo, se fez uma cooperativa de faz-de-conta. O gerente da cooperativa era da CODEVASF ou do DNOCS, que fazia e desfazia, além do gerente do perímetro, que era o todo poderoso do perímetro. Na realidade essa cooperativa não era uma organização econômica dos produtores (...)** O DNOCS e a CODEVASF para fazerem a sua política na região tinham que ter instrumentos ágeis. E a cooperativa era um instrumento ágil, por causa de seu CGC, que permitia a esses órgãos públicos, comprar, sem licitação, tratores, inseticidas, máquinas, etc. Como a cooperativa não tinha poder nenhum, quem gerenciava a utilização dessas comprar era o DNOCS e a CODEVASF. A cooperativa é quem vendia a produção agrícola, porque o DNOCS não podia fazer isso, mas quem mandava na cooperativa era o DNOCS.

O terceiro ponto – aí entra a questão da tecnologia – elas produziam muito mal: baixa produtividade, excesso de agrotóxicos, saliniza-e grande parte técnica. Isso tudo caracterizaria uma primeira fase.

A segunda fase começou mais recentemente quando foi montada uma política de emancipação dos perímetros. No desmonte do Estado brasileiro, de diminuição do Estado brasileiro, **o Estado estaria se afastando desses perímetros e entregando isso aí às feras.** As cooperativas estão tendo que montar todo o seu processo de auto-gestão, o que fica difícil porque historicamente, durante uns 15 ou 20 anos, eles foram sempre manipulados pelo poder público. No mínimo teria que haver um tempo de adaptação para que se passasse a essa fase de emancipação. E é também uma emancipação entre aspas. “Olhem, nós estamos nos afastando, mas o chicote vai ficar atrás da porta. Se vocês não funcionarem direito a gente volta com o chicote na mão”. É um pouco assim.

Castro: Como está se processando a emancipação dos perímetros irrigados?

Malaquias: O DNOCS e a CODEVASF estão, a seu modo, fazendo uma privatização, que eles chamam de emancipação, em relação aos seus perímetros.

A grande jogada que eles estão fazendo é a de pegar muitos desses perímetros e dividi-los em três áreas. Uma fica com a cooperativa, outra fica com

produtores independentes que não estão na cooperativa, e a terceira é destinada a empresas agroindústrias ou grandes empresas produtoras.

Castro: O DNOCS também está apoiando a instalação de empresas nas áreas dos perímetros irrigados, o que a CODEVASF fazia no São Francisco?

Malaquias: Parece que em Ibimirim está fazendo assim. A não ser nos projetos pequenos, como Cachoeira II, que tem 37 colonos que são cooperados.

Castro: Você tem informações sobre aquela empresa particular que abriu inscrições, pelos jornais, para um projeto de irrigação em Inajá?

Malaquias: É um desses projetos, como se fosse um condomínio.

Castro: E essa terra é do DNOCS e foi arrendada à empresa?

Malaquias: Eu não sei. Eu sei que grandes grupos privados estão lá, como a Construtora OAS, que tem uma área, me parece, de 2.500 hectares, que ela está explorando. É uma área que vai ser destinada a grandes grupos empresariais. Mas, por desencargo de consciência e de ficar de bem com a opinião pública, vão destinar uma área a pequenos produtores, para servir também de contrabalanço.

Os perímetros da CODEVASF são assim. O próprio Bebedouro, que é o mais antigo, o Massangano, que chamam de Nilo Coelho são assim. E há uma situação terrível. Há algumas áreas onde os colonos estão pagando um preço altíssimo pela conta de água e energia. Com o que produzem eles não conseguem pagar a conta de água. O Estado dá a independência dos perímetros mas fica como o que é vital, que é a luz e a água. E, a partir da luz e da água, cobradas caro – pelo menos – o Estado continua a manipular essas cooperativas.

E mais, nem todos esses perímetros estão funcionando. Eles montam toda uma estrutura de irrigação para, digamos, dois mil colonos, e instalam duzentos colonos. Se os custos de irrigação fossem rateados pelos dois mil o que cada um pagaria seria razoável, pelos duzentos, o que cabe a cada um fica excessivo.

Além disso, a própria administração dessa água é péssima. É uma administração de poder público, com desperdício de água.

Castro: Há conflitos de **representatividade entre OCEPE, FETAPE e FAEPE** na medida em que existe uma faixa de pequenos produtores que poderiam pertencer a qualquer uma das três estruturas?

Malaquias: Há. Eu acho que esse conflito é terrivelmente burro. Se você pega a própria FAEPE, a FETAPE e a OCEPE, verá que há uma faixa de produtores que podem ser representados por qualquer uma das três organizações. Mas, por questões sobretudo de linhas ideológicas há um conflito entre elas. Um conflito que visa sobretudo resguardar o poder de cada uma das organizações. **Seria bom se se pudesse desenvolver um processo de cooperação entre nossas três instituições**, se se delimitasse um pouco o espaço político de cada uma. Não é que as coisas sejam estanques. **Mas as cooperativas poderiam ficar mais com a área da produção, a FETAPE e FAEPE ficando mais com a área da briga política, de atividade sindical propriamente dita.**

As três entidades deveriam procurar estabelecer uma parceria, em vez de ficar se engalfinhando, puxando cada uma a brasa para a sua sardinha, muito mais numa briga de poder do que numa briga em benefício dos representados. Assim, eu acho, haveria muito mais um processo de crescimento, de fortalecimento do setor agropecuário de Pernambuco.

Castro: Que representa a FECOMIPE dentro da OCEPE?

Malaquias: Hoje não representa mais nada. A FECOMIPE foi um projeto interessante. Ela nasceu de um projeto vinculado à Igreja. Nos idos de 1963, 1964, por aí, quando havia aqui, em Pernambuco, aqueles conflitos sociais, que se convencionou chamar de “agitação social”. Havia, então, as Ligas Camponesas, lideradas por Julião e seus seguidores. Por outro lado havia a Igreja Católica, que se armou toda também para enfrentar os comunistas que poderiam estar chegando travestidos de Ligas Camponesas. E montou também o seu aparato, com os próceres mais eminentes da época, que foram, o Padre Melo, na Cooperativa de Tiriri, no Cabo e Padre Crespo, no SORPE, Serviço de Orientação Rural de Pernambuco. O Padre Melo, eu diria, muito mais à direita, e numa vinculação muito estreita com o 4º Exército, com o pessoal ligado ao poder militar mesmo, como os usineiros. E a Cooperativa de Tiriri era uma espécie de freio a esses movimentos. E o então Padre Crespo era o criador e mentor do SORPE. A partir do SORPE e dentro de um projeto cristão, católico, ele apoiou a criação da FETAPE – que nasceu ali – e a FECOMIPE, Federação das

Cooperativas Mistas dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco. A FETAPE seria, digamos, o braço político, de arregimentação e de mobilização política e a FECOMIPE seria o braço econômico do movimento. Há acusações, não sei se comprovadas ou não – o Crespo, nega isso, pelo menos nessa dimensão em que foi colocada, de que o SORPE teria vinculação direta com a CIA americana e com aquela central dos sindicatos americanos, a IADESIL. O SORPE teria vinculação direta com isso, receberia dinheiro e técnicos que vinham aqui.

A FECOMIPE nasceu, portanto, com esse objetivo econômico. Quanto ao SORPE não me pronuncio sobre se ele tinha ou não ligação com a CIA.

O primeiro grande problema da FECOMIPE, me parece, foi que ela não montou um projeto econômico, apesar de ter vindo para isso.

O segundo problema foi que ela embarcou no mesmo discurso da FETAPE. Se você entrasse numa reunião de cooperativas da FECOMIPE você não ouvia lá: “O que é que nós vamos produzir? Como é que nós vamos produzir? Quais são as dificuldades que nós estamos tendo na nossa pequena área? Será que criar suínos seria bom? Será que nós não poderíamos produzir alimentos para suínos?” Você só ouvia: “Ah, por que a reforma agrária...”. Isto é, o mesmo discurso da FETAPE. Ou sejam faltou à FECOMIPE um projeto econômico.

O terceiro problema foi que a FECOMIPE foi muito mal administrada. Terrivelmente mal administrada. Havia só interesses pessoais.

Castro: Ela teve mais de um presidente durante sua história?

Malaquias: Teve. Mas teve, praticamente, apenas um mentor. Os outros presidentes eram de araque, pro forma e teve Djalma Mello que praticamente perdura até hoje, até o fechamento da FECOMIPE.

Castro: Ela fechou?

Malaquias: Está praticamente fechada. Com débitos. Eu acho que o projeto da FECOMIPE era bom, poderia ter sido muito bom. Mas ela se equivocou.

Castro: E as cooperativas que faziam parte da FECOMIPE foram dissolvidas?

Malaquias: Não, elas continuam dando os últimos suspiros, mas se esvaíram com a própria FECOMIPE. Algumas ainda sobrevivem, mas em condições muito precárias.

Castro: Que é que você acha das Associações de produtores, que a EMATER de vez em quando está criando.

Malaquias: **As associações são terrivelmente manipuladas, mais que as cooperativas**, por interesses confessáveis e inconfessáveis. E têm uma vida mais efêmera do que as cooperativas. Se terminou o programa que motivou a sua criação, termina também a Associação. Elas dão sustentação e são sustentadas pelo programa, esse técnico do Governo, da LBA, não sei de mais o quê, estão lá. É uma coisa terrivelmente clientelista, paternalista, de uma maneira geral, salvo as honrosas exceções das quais eu não conheço nenhuma que se possa identificar.

Castro: Quem é que cria as Associações de produtores?

Malaquias: Normalmente o poder público. Os principais criadores são LBA, EMATER e Secretaria de Agricultura. Arraes criou muitas Associações. Foi o pior criador de Associações aqui no Estado. Arraes foi o cão chupando manga aqui para fazer isso.

Castro: E essas associações criadas por Arraes continuam a existir?

Malaquias: Não, essas associações praticamente acabaram. Estão criando novas. Fica uma ou outra tentando sobreviver. Outras vestem a camisa do novo Governador. A questão da **Associação é uma coisa doentia**, que já nasce contaminada. Isso é um lado da Associação.

O outro lado da Associação, e é preciso ficar muito claro, é distingui-la de uma cooperativa. A meu ver **a Associação tem um caráter muito mais social, de filantropia, no bom sentido, de conagraçamento, de lazer. E a cooperativa tem um caráter mais econômico, mais gerencial.** A própria legislação define um pouco isso. Ela não pode ter inscrição estadual, não pode comercializar. A tendência natural é que as associações que dão certo se transformem em cooperativas.

Eu acho que **as duas entidades podem conviver perfeitamente bem.** Eu conheço cooperativas em outros Estados que têm dez, doze associações como forma de organização do seu quadro social. Essas associações estão vinculadas à cooperativa, que funciona quase como uma cooperativa central dessas associações.

É preciso se encontrar uma forma de boa convivência entre as associações e as cooperativas. Hoje o que existe é uma competição. Quando um determinado Governo considera que os dirigentes de uma determinada cooperativa estão vinculados a um Partido contrário, ele cria uma Associação ligada ao seu próprio

Partido. É preciso estabelecer o papel da Associação e da Cooperativa, sem estabelecer um processo de competição entre elas.

Castro: Qual a importância da OCEPE no conjunto do cooperativismo nacional, e como têm evoluído as relações entre OCEPE e OCB?

Malaquias: A OCEPE é fruto de uma lei federal, que é a lei 5764, de 16 de dezembro de 1971. É uma lei da época de pleno regime da ditadura, que foi o Governo de Garrastazu Médici. Portanto, a OCEPE, seria uma entidade criada de cima para baixo, pelo próprio poder público, através de uma lei, não obstante ser uma organização não governamental, privada. Foi essa lei que definiu a questão de representação política do cooperativismo brasileiro. Por que isso? Porque antes você tinha duas correntes no cooperativismo nacional: A ABICOOP, que era a Associação Brasileira de Cooperativas e a UNASCO, que era a União Nacional das Cooperativas. E, num dado momento, o poder dominante criou um sistema único do cooperativismo nacional. Quando você chega, hoje, a determinados países da Europa, eles vêem o sistema único de representação do cooperativismo brasileiro como uma grande conquista, porque dá uma certa unidade nacional, sobretudo num país de dimensões tão grandes como o Brasil. Eles acham que o Brasil chegou a um estágio ao qual os outros países estão buscando ainda chegar. Não obstante foi uma conquista imposta de cima para baixo, por força dessa lei.

Durante muito tempo, **a OCEPE vem tentando se legitimar como entidade de representação política.** Ela procura tirar esse fardo das costas, de ter nascido de cima para baixo. Mas isso ela não conseguiu ainda, por uma série de fatores.

Primeiro, pela própria carência de recursos, de toda ordem. De recursos financeiros, ela não tem dinheiro para fazer um trabalho mais significativo. Historicamente os presidentes da OCEPE foram funcionários públicos. Eles fizeram, na OCEPE, muito mais uma política do setor público, do setor do Governo, do que uma política de interesse das cooperativas. Historicamente, o primeiro presidente foi Loureiro, funcionário da EMATER. O atual presidente, José Maria, é um funcionário do Ministério da Agricultura. Essas pessoas que estiveram lá, na hora de decidir entre ser cooperativa ou ser Governo, estavam, no mínimo, em cima do muro.

Castro: Enquanto Loureiro era apenas funcionário público, José Maria é primeiro produtor. Ser funcionário público, no caso dele, é uma coisa secundária.

Malaquias: Secundária, vírgula. Na hora de um conflito, de um “pega pra capar”, por exemplo, um recurso que pode sair do Ministério, da DENACOOOP, Departamento Nacional de Cooperativismo, para beneficiar as cooperativas, inclusive a OCEPE, não é José Maria que vai mostrar força e peitar o cara do Ministério.

Castro: Ele tem quantos anos de presidente?

Malaquias: Dois mandatos, isto é, seis anos.

Castro: E Loureiro foi no resto?

Malaquias: Não, teve muitos. Teve Aloísio de Freitas. São cinco ou seis até hoje. Cada um cumpriu o seu mandato, no máximo repetiu um mandato.

Castro: Aloísio não era mais independente, não?

Malaquias: Ele era funcionário da Rede Ferroviária e procurador da Polícia Militar do Estado.

Castro: Mas Aloísio era agricultor e Loureiro não.

Malaquias: É. Aloísio era agricultor e Loureiro era apenas um burocrata. O caso do Loureiro é muito interessante. Ele foi o primeiro presidente, durante muito tempo, e depois ele ficou à disposição da OCEPE, até agora. Aloísio ia uma ou duas vezes por mês, chegava no fim do expediente. Quem estava conduzindo o processo era Loureiro. Loureiro confundia a OCEPE com a EMATER. Tanto é que, material como birôs, a primeira central telefônica da OCEPE, vieram todos da EMATER. Ele pegava lá o que a EMATER não queria mais, mandava passar uma lixa e botava lá. No dia que tinha ponto facultativo na EMATER, na OCEPE também era ponto facultativo. No dia do funcionário público, na OCEPE também era, porque 80 a 90% dos funcionários da OCEPE vinham do Estado.

Castro: Em relação à OCB a OCEPE não tem um peso muito grande.

Malaquias: Não tem. Quem tem um peso muito grande, hoje, na OCB, são os Estados que têm poder econômico. Quem manda, hoje, na OCB é o Paraná. Tem o presidente, e tem um cooperativismo economicamente muito forte. Além do Paraná, mandam São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e Goiás.

Castro: O presidente da OCB, Roberto Rodrigues, era de que Estado?

Malaquias: De São Paulo. Hoje ele é o presidente de uma *trading* criada pelo cooperativismo nacional.

Castro: Qual é o peso do setor das cooperativas rurais dentro da OCEPE?

Malaquias: O peso já foi total e absoluto, hoje está caindo. Eu diria que, antes, o peso era 90%. Hoje, possivelmente está caído para uns 70, e olhe lá se não está chegando a meia/meia.

Castro: E na diretoria tem representantes de todos esses segmentos?

Malaquias: Tem. No início havia uma relutância muito grande por parte do pessoal rural, contra o pessoal urbano. José Maria é a pessoa que praticamente não aceita as cooperativas urbanas. Mas já nesta nossa diretoria, onde eu sou seu vice-presidente, nós temos representantes urbanos.

Castro: As cooperativas contribuem financeiramente para a OCEPE?

Malaquias: Contribuem, com duas taxas. A primeira é a taxa percentual sobre o resultado operacional líquido no final do exercício, definido em lei. A segunda é a taxa de contribuição social.

Castro: Que setor mais contribui para a manutenção da OCEPE: o rural ou o urbano?

Malaquias: Sempre foi o rural. Hoje, está caminhando para ser o urbano. Você pega, hoje, por exemplo, a UNIMED, ela paga onze milhões de cruzeiros por ano. Possivelmente nenhuma cooperativa rural vai pagar isso.

Castro: Então, vai ter um diretor, na próxima diretoria, que será da UNIMED?

Malaquias: Tem um diretor vindo da UNIMED, na próxima eleição, que vai ter agora.

Castro: Já está definida a chapa?

Malaquias: Está, mas ainda não registrada. Eu estou nas negociações finais. O edital só vai ser publicado segunda-feira. Eu estou segurando porque José Maria está querendo sacanear aí (risos).

A REPRESENTAÇÃO DOS PRODUTORES: ATRAVÉS DE SUAS ENTIDADES E ATRAVÉS DO SISTEMA POLÍTICO

Castro: A entidade se empenha em ajudar a eleger parlamentares comprometidos com a defesa dos interesses da categorial?

Malaquias: Na realidade a OCEPE nunca se posicionou oficialmente sobre isso. Eu acho que **eu tenho, na OCEPE, um papel bastante significativo para que a entidade não se comprometa politicamente com Partidos, sejam eles quais forem, e nem busque eleger determinados candidatos.**

A nossa proposta hoje tem sido de criar oficialmente o que chamamos de Frente Parlamentar Cooperativista na Assembleia e na Câmara de Vereadores de Recife, com parlamentares das diferentes tendências.

Por um problema interno na própria OCEPE não se fez isso ainda. Mas informalmente existe um grupo de parlamentares a nível da Assembleia e da Câmara de Vereadores do Recife. Na Câmara de Vereadores nós tínhamos de Paulo Rubens, do PT, ao pessoal do PMDB, do PSDB, etc. Não existe nenhum interesse de se vincular a uma determinada facção política, nem de eleger candidatos de uma determinada facção política. Porque eu acho o seguinte. No momento em que o cooperativismo se vincula a uma facção política, você começa a criar um monte de arestas, o que dificulta muito a atuação da OCEPE. Porque **nós temos cooperativa que está vinculada ao PSDB, ao PT, ao PC do B, ao PFL, etc. Na medida em que a OCEPE elege determinada facção e assume esta facção, complica a sua relação com os outros grupos.**

Outra coisa, eu, pessoalmente, combato que um dirigente de cooperativa tenha uma vinculação partidária, como dirigente. Eu acho que cada cidadão, cada pessoa, deve ter o seu partido político, mas não como dirigente de cooperativa. **Eu estimulo que as pessoas, individualmente, tenham a sua opção partidária.** Eu digo a você, eu, **pessoalmente sou militante do PT, brigo 24 horas, choro, canto e rezo. Mas, na hora em que eu me vinculo a um projeto de cooperativismo do Estado, eu não vinculo esse projeto ao PT.**

Castro: Vocês, então, não apoiam candidatos, como a FETAPE faz?

Malaquias: Não, nós não apoiamos candidatos. **Nós buscamos nos candidatos eleitos, os que tenham identidade com a proposta do cooperativismo do Estado,**

que queiram participar da Frente Parlamentar Cooperativista estadual. Então, nós chegamos para o deputado Humberto Costa, do PT: “Você quer participar dessa Frente Popular Cooperativista?” É uma Frente para defender isso, isso e isso. Você topa? Você fala para o deputado José Chaves, do PSDB: “Você topa?”, “Topo”. Então, é aberto. Quem quer participar da Frente Parlamentar Cooperativista do Estado de Pernambuco participa. Só eleitos. Nós não nos engajamos na campanha política para eleger candidato A, B ou C. Nem nos engajamos e nem apoiamos a cooperativa que faça isso. Ela pode fazer por conta própria.

Castro: Hoje, que deputados poderiam compor essa Frente em Pernambuco?

Malaquias: Ah, tem vários aí. Vários já se manifestaram com desejo de integrar uma Frente dessas. Por exemplo, Romário Dias Pereira, Byron Sarinho, Humberto Costa, José Mendonça Filho.

Castro: Israel Guerra, Pedro Eurico?

Malaquias: Não.

Castro: E era possível trabalhar com um grupo tão heterogêneo?

Malaquias: Eu acho que sim. Naquilo que o cooperativismo quisesse defender. “Você topa defender isso aí?”, “Topo”.

Castro: Como é que a Frente funcionaria?

Malaquias: Teria um coordenador da Frente, eleito entre eles. Dentro das propostas do cooperativismo do Estado eles se posicionariam.

Castro: Eles estariam se utilizando da OCEPE ou o contrário, a OCEPE estaria se utilizando deles?

Malaquias: Eu acho que o cooperativismo estaria se utilizando deles. Vários deputados já me procuraram para saber se eu daria apoio a eles nas próximas eleições. Pela vinculação que eu tenho com o cooperativismo, se eu dissesse a muita gente: “Vote em fulano”, ele votaria, suponho eu. “Como é, Malaquias, você me dá seu apoio?”. “Não, não dou”. Não apoio ninguém.

Castro: Essa posição é nacional ou só sua?

Malaquias: Nacional, mas eu também, pessoalmente, tenho essa opinião.

A REFORMA AGRÁRIA. O PNRA.

Castro: Por ocasião do PNRA, a OCB fechou com a Frente Ampla da Agricultura no sentido de se contrapor ao Plano. Qual foi a posição da OCEPE naquele momento?

Malaquias: A OCEPE não tomou posição oficial. A OCB tem sido até muito oficialista, isto é, o que a OCB define todos cumprem. Oficialmente ninguém se contrapõe. Então, naquele momento, foi um negócio muito complicado. Por exemplo, você pegava o nosso caso, aqui, quando nós temos 84% de pequenos agricultores, agricultores sem terra. Durante a Constituinte a gente via a OCB caminhando muito mais para o lado da UDR. Não era por aí que a gente estava querendo. A gente estava brigando por uma coisa mais progressista, mais democrática.

Se você pega também os dirigentes das OCE'S, de uma maneira geral, são pessoas com perfil muito mais conservador. Aqui, por exemplo, José Maria, apesar de um discurso pelo pequeno produtor é um cara que representa realmente a classe conservadora do Estado. Ele é vinculado à FAEPE, é do Sindicato Rural de Garanhuns.

Castro: José Maria é vinculado ao Sindicato Rural?

Malaquias: Ele é um dos dirigentes lá em Garanhuns.

Castro: O Sindicato Rural de Garanhuns está meio parado, não é?

Malaquias: É, mas ele manipula isso quando interessa a ele. Tem uma Associação deles lá, a SOCAM, que é Associação dos Criadores do Agreste Meridional. Ele é quem manipula isso, até para suprir o próprio sindicato. Ele tem um trunfo na mão, quando o sindicato não atua ele tem a SOCAM na mão dele. E é um cara vinculado à questão mais conservadora. Isso de maneira geral.

Castro: José Maria é médio produtor?

Malaquias: É de médio para diante.

Castro: Ele tem umas 30 cabeças de gado?

Malaquias: O quê? José Maria tem umas duzentas, trezentas, por aí. É também criador de cavalos de raça. Cria bodes de raça. A fazenda dele é possivelmente a melhor estruturada da região. Toda irrigada. Ele deve estar fornecendo hoje de 1.500 a 2.000 litros de leite por dia. É um cara de certo peso. Deve ter uns 30 trabalhadores permanentes, com moradores na fazenda dele. É um cara de certo porte.

Castro: Ele chegou a tomar posição em relação ao PNRA?

Malaquias: Não, se eu disser que sim estou mentindo. Naquela época eu fui à Brasília e fizemos várias reuniões, inclusive na CONTAG, em Brasília. E havia, por parte da CONTAG, uma posição, eu acho, até meio burra de afronta, sobretudo a de Aloísio. Na hora em que eu me posicionava, todos se voltavam para mim como se fosse uma figura exótica. Faltou, por parte da CONTAG, buscar aliados. Até que num determinado dia eu fiquei puto de raiva, e disse para todo mundo: “Eu acho que vou me embora, não sei o que é que eu estou fazendo aqui. Segundo, eu acho a posição de vocês estúpida. Vocês têm inúmeros dirigentes no próprio cooperativismo que são pessoas que têm um compromisso. Podem não ser tão perfeitos como vocês mas têm toda uma história, têm um projeto de luta. E vocês não respeitam nada disso. Vocês simplesmente pegaram uma tarja preta, botaram em cima...”

Aqui, na SUDENE, eu tive brigas terríveis porque todo projeto, toda proposta que vinha das cooperativas, Aloísio barrava. Assim, descaradamente.

Castro: José Francisco era presidente?

Malaquias: Era, mas quem vinha às reuniões na SUDENE era Aloísio. Eu achei que havia muito sectarismo por parte deles. Enquanto isso, a UDR foi avançando.

Castro: Essa posição da CONTAG era referendada pela FETAPE?

Malaquias: Referendada totalmente pela FETAPE. Eu tenho uma relação pessoal com a FETAPE excelente, com todo o mundo. Mas, na hora em que você fale em OCEPE, a FETAPE se arma bastante.

Castro: As relações entre OCEPE e FETAPE não evoluíram além disso?

Malaquias: Quando entrei na OCEPE, eu tentei quebrar muito isso. Nós realizamos todo o ano o Encontro Estadual de Cooperativismo. Um ano é numa cidade, noutra ano é noutra. Durante um dia inteiro é uma festa, com barraca, com o cão dos infernos,

um grande evento. E aí, num determinado momento tem um palanque. O palanque é livre, convidamos governador, deputado, de todos os Partido. Quem quiser. A FETAPE mandava, assim, o terceiro diretor ir lá para fazer um discurso. Até que num dado momento ele foi, porque eu fui conversar com ele. “Espera aí Zé, você vai ou não vai?” Mas já existe uma aproximação, eu acho bom.

Castro: O PNRA diz que é preciso que a reforma agrária seja acompanhada de uma política agrícola. Mas na prática parece que isso não é levado a sério.

Malaquias: Exato. Certa ocasião eu disse a José Rodrigues: “Desde que eu estou aqui em Pernambuco, há vinte anos, vocês fazem a cada ano o dissídio dos canaveiros. Eu leio a cada ano as “conquistas” que vocês fizeram. São conquistas fantásticas! E cada ano o pessoal está cada vez mais pobre, mais miserável. O que é que isso está se traduzindo de melhoria para os trabalhadores? Vocês dizem: “Ah, agora, dessa vez foi pra lascar! Conseguimos não sei quantas coisas aí!” Vão para São Lourenço da Mata e fazem um carnaval, aquele negócio todo: “Dessa vez foi pra valer”! Aí vem o próximo dissídio. Briga de novo. Outra *conquista*.”

Na realidade, hoje, era para os trabalhadores aí estarem vivendo num verdadeiro paraíso. Uma classe média rural. Cada um com seu carrinho, coisa desse tipo, televisão colorida em casa. Pelas conquistas de vinte anos. Mas, na realidade, se você for analisar, hoje, você tem aí o homem guabiru, continuando aí do mesmo jeito.

Eles colocam 50 pontos na pauta de reivindicação. Oxente! Eu fui para a reunião lá na FIEPE. Isso é uma grande encenação.

Nós já assinamos, a convite da FETAPE, um documento conjunto, muito bem redigido pela FETAPE, nos posicionando contra a criação de Associações que estavam sacaneando com os Sindicatos, no interior, no Governo de Roberto Magalhães. Nos telefonaram pedindo a nossa assinatura. “Assino, perfeitamente. Eu acho que está certo, vamos fortalecer o movimento sindical, vamos fortalecer as cooperativas, essas associações são clientelistas.” Assinamos o documento.

No Governo de Arraes, a FETAPE passou a apoiar a criação de associações. Eu perguntei a ele [José Rodrigues]: “Me diga uma coisa, as associações de Roberto Magalhães era feitas pelo anjo mau, o cão dos infernos, e as de Arraes não? **A FETAPE, no Governo de Arraes, foi corrente de transmissão do Governo. Quando é agora, perdeu o espaço, perdeu o Governo. Joaquim Francisco dando**

na bunda deles, e eles estão patinando, sem saber o que fazer. Então, eu acho uma certa incoerência.

Castro: Como um Plano de Reforma Agrária poderia atrair e mobilizar os pequenos e médios produtores?

Malaquias: Eu vou ver se consigo traduzir a opinião da média dos associados das cooperativas.

Primeiro, eu acho que essa questão da reforma agrária é ainda uma questão não resolvida no Brasil. Extremamente mal resolvida. Mal resolvida pelo Estado, que não quer fazer a reforma agrária, mal resolvida pelos grupos dominantes, que não querem fazer reforma agrária, mal resolvida pelos grupos que seriam beneficiários, porque são extremamente mal informados, mal organizados, manipulados.

Segundo, nós **temos as áreas onde foi feita a reforma agrária, e não funcionam.** Então, isso é um péssimo exemplo para a reforma agrária.

Há poucos dias eu estava numa reunião em Serra Talhada, por ocasião de um curso, e a discussão era reforma agrária. Eu disse: "Acho muito bonita a discussão de vocês. Vamos pegar o perímetro do DNOCS aqui, onde existem as três coisas básicas para a agricultura no semi-árido: água, terra e tecnologia. Não estou dizendo que é uma tecnologia avançada, mas é uma tecnologia melhorada. Você tem um agricultor mais capacitado, sementes selecionadas, curvas de nível, quer dizer, você tem um mínimo de tecnologia. Mas esse agricultor colono vive quase tão mal quanto o outro. Então, o que é que está havendo? Se esse cara que tem terra, água e tecnologia, não consegue dar um passo adiante. É preciso ser pensado isso aí.

Segunda coisa, você tem milhares de **pequenos produtores que têm terra - meio hectare, cinco hectares, dez hectares – mas não existe uma política para eles.** E eles não encontram apoio na própria representação sindical nem nas cooperativas também. Poxa! Como é que tu vai brigar agora pelo cara que não tem terra se você não conseguiu resolver o problema do que tem terra, água e tecnologia? Então, essa é uma questão extremamente mal resolvida.

Além disso, **entre os que não têm terra, há muitos que não têm vocação agrícola,** ou porque a televisão chegou, ou porque trabalhar na roça é complicado... Os caras estão afim de buscar outra forma de vida. Então, não é você, pregando a reforma agrária que vai atender aos interesses deles.

Agora, no cooperativismo existem os associados que concordam com o discurso de reforma agrária para todo o mundo; existem os que têm uma terrinha e estão doidos pelos créditos, pela assistência técnica etc.; e existem os grandes fazendeiros, que estão pouco se lixando, não estão nem ligando para reforma agrária.

O APARELHO DE ESTADO

Castro: O PAPP foi extinto?

Malaquias: Não. O PAPP praticamente está marcando passo. Ele foi um programa interessante, muito bem concebido, mas a execução do PAPP coincidiu com a entrada do Governo Collor. E como havia um interesse do Governo Collor de desmontar o Estado, o PAPP entrou nesse rolo de desmonte da SUDENE e desmonte do Estado. Então, hoje, o PAPP praticamente se reduziu a uma atividade muito restrita. O PAPP era um grande projeto, para 15 anos, com duas fases. Seria avaliado ao final dos primeiros 7, sendo, então, repensado para o período restante. O PAPP era uma parte do Projeto Nordeste, sendo uma parte de Saúde, uma parte de Educação etc., e uma parte de desenvolvimento rural, que é o PAPP. Erradamente se confunde PAPP com Projeto Nordeste. Uma análise feita pelo Banco Mundial constatou que de todos os recursos do PAPP apenas 4% chegavam aos destinatários, ficando o restante nas estruturas intermediárias. Isso levou a que se repensasse um novo modelo de desenvolvimento para o Nordeste.

Sentiu-se a necessidade da existência de mecanismos civis que pudessem acompanhar o PAPP. Foi criado, então, a CRDR, Comissão Regional de Desenvolvimento Rural, com representantes dos Sindicatos, das diversas categorias organizadas, e do poder público. Só que, quando o Collor entrou, nada disso funcionou. Collor acabou com tudo. Desmotivou todo o mundo da SUDENE. Todo o modelo que foi proposto foi por água abaixo. Tem ainda na SUDENE uma pequena área do PAPP que continua resistindo, com poucos recursos.

Castro: O Projeto São Vicente desapareceu?

Malaquias: Oficialmente não acabou, mas na prática acabou. O São Vicente era um outro projeto, criado com as bênçãos da Santa Madre Igreja, dos bispos do Nordeste, que era também um projeto de concepção interessante, um projeto que não passava

pela decisão burocrática da SUDENE. **A decisão política era de um Conselho, que não era o Conselho da SUDENE. Ela tinha um representante do cooperativismo, um do sindicalismo, um da própria Igreja, um representante dos Bancos – Banco do Brasil, Banco do Nordeste – repassadores dos recursos. Era um negócio interessante. Mas, também com o Governo Collor acabou.** Havia um pouco de dinheiro, pronto para ser repassado, nem esse pouco de dinheiro ele repassou.

Castro: O São Vicente só funcionou até o fim do Governo Sarney?

Malaquias: Funcionou no Governo Sarney.

Castro: E essa participação das entidades civis se dava em todos os níveis?

Malaquias: É um negócio interessante. Tinha uma Comissão Municipal, também formada por esses representantes: 1 representante dos trabalhadores na área; 1 representante do Banco local, se tivesse Banco do Nordeste e Banco do Brasil viriam os dois; 1 representante da Igreja local, o padre ou o preposto dele; do sindicato, da cooperativa etc. Digamos que um projeto fosse concebido numa determinada comunidade, suponhamos que de suinocultura. Havia um formulário, simples até, que uma pessoa com um pouquinho de orientação podia preencher, como uma professora ou outra pessoa mais esclarecida. O formulário preenchido transformava-se no projeto.

PARTE 3: ENTREVISTAS COM ORGANIZAÇÕES CATÓLICAS DO CAMPO

1. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT)

A entrevista com a CPT foi grupal, realizada em 02 de setembro de 1992, tendo dela participado o coordenador geral para a jurisdição Nordeste II da CNBB ⁽¹⁸⁾, Padre Hermínio Canova, e cinco assessores regionais, a saber, Flávio Lira, José Aldo dos Santos, Zacarias Bezerra das Chagas, Lenivaldo Marques e José Artur Tavares de Brito, responsável pela formação bíblica e teológica e pela organização de romarias e por isso conhecido como Artur Peregrino.

Antes da entrevista, o Padre Hermínio me deu um depoimento sobre a história e a organização da CPT no Nordeste.

Tópicos mais relevantes do depoimento de Padre Hermínio

- A CPT foi criada em 1975 em grande parte para apoiar os movimentos sociais que lutam pela terra. A partir de seu aniversário de 15 anos, em 1990, ela ampliou sua visão sobre a questão agrária incluindo outras necessidades do homem do campo, como a luta pela produção, pela educação e pela cultura.
- Os parceiros da CPT no início eram os sindicatos e os partidos, agora são também os grupos de mulheres, os atingidos pelas barragens, os bancos de sementes, os pescadores, etc
- Panorama geral da organização das regionais da CPT no Nordeste II : Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Tópicos mais relevantes da entrevista

- Pernambuco teve conflitos de terra não só antes do golpe militar mas também durante a Nova República, momento em que houve dezenas de áreas de conflito,

¹⁸ - Jurisdição da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que compreende os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas.

como Pitanga, e foi criada a EDUCATER, a Comissão de Educação para a Terra no assentamento da Praça da República, diante do palácio do governo estadual.

- As organizações católicas desenvolveram várias ações no meio rural em quatro períodos recentes :
 - I. Nos anos 60:
 - O SORPE, liderado pelo Padre Crespo, ajudou a organizar os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais e a formar lideranças sindicais, concorrendo com os sindicatos formados pelos comunistas;
 - O Movimento de Educação de Base (MEB) apoiou a criação dos sindicatos.
 - A JAC, Juventude Agrária Católica, e a JUC, Juventude Universitária Católica perdeu quadros para uma nova corrente política, a AP, Ação Popular.
 - II. Durante a ditadura militar :
 - Criação da organização Projetos Alternativos, liderada pelo Padre Crespo, para desenvolver e disseminar tecnologias agropecuárias baseadas na agroecologia. Para eles, a reforma agrária era inviável porque os trabalhadores não sabem trabalhar com a terra.
 - A ACR, Animação dos Cristãos no Meio Rural atuou junto a pequenos proprietários. Por sua vinculação com a hierarquia católica, ela foi prejudicada com a posse de um bispo reacionário no comando da arquidiocese de Olinda e Recife, Dom José Cardoso.
 - III. Na Nova República :
 - A ACR continua seu trabalho, inclusive em articulação com a CUT, dando apoio a ocupações de terra,
 - Quadros da ACR criam o Movimento dos Jovens Rurais Cristãos, outros quadros ingressam na CUT e outros, ainda, se incorporam ao MER
 - O MER, Movimento de Evangelização Rural, saído da Pastoral Rural busca desgastar o governo Sarney, nisso discordando da FETAPE. O MER liderou o acampamento na sede do INCRA, em abril de 1986.
 - A Pastoral Rural teve presença destacada no acampamento da Praça da República, de agosto a novembro de 1986, contribuindo para sua transformação na CPT de Pernambuco em 1988. O berço da CPT foi o acampamento da Praça da República.

IV. Após a Nova República - Governo Collor ⁽¹⁹⁾:

- A CPT, deixando com a CUT a tarefa de modernizar as direções sindicais, foca seu trabalho pastoral junto aos trabalhadores e aos movimentos sociais e começa a lutar não só pela terra mas pelo desenvolvimento da agricultura familiar dos assentados e dos produtores tradicionais e com os assalariados, discutindo os seus problemas concretos das comunidades rurais, valorizando novas experiências, como a dos Bancos de Sementes, dos produtores das beiras molhadas dos açudes, e outras experiências de organizações autônomas dos trabalhadores, inclusive associações e cooperativas, considerando toda a vida do trabalhador.
- O Movimento Sindical Independente oferece uma boa experiência de educação política nas bases do movimento sindical na Mata Norte

A FETAPE, durante a Nova República, foi assim analisada:

- Sua equipe de assessoria, que incluía militantes políticos de esquerda, acompanhou de perto alguns conflitos de terra, nem sempre com o apoio da direção da entidade;
- A presença de cutistas no movimento sindical contribuiu para o maior engajamento da FETAPE na luta pela terra;
- A FETAPE manteve uma grande articulação com Arraes em seu segundo governo iniciado em 1987 cujo Secretário de Trabalho foi o dr. Romeu da Fonte, importante assessor sindical da FETAPE.

Miguel Arraes, tanto no seu primeiro governo, antes do golpe militar de 64, quanto no seu segundo governo, na Nova República, fez alianças com setores da direita. O perfil de moderação desse político contribuiu para moderar os conflitos no campo, como no Engenho Patrimônio, durante a Nova República ;

Nos anos 60, alguns militantes de esquerda, com a ideologia maoista de que a revolução viria do campo, se envolveram na luta pela reforma agrária antes da

¹⁹ Dois fatos, ocorridos em 1989, marcaram no plano mundial e nacional. O primeiro foi a queda do Muro de Berlim, sinalizando o fim da Guerra Fria e o desenvolvimento do neo-liberalismo. O segundo foi a eleição de Fernando Collor, derrotando Luis Inácio Lula da Silva.

ditadura. Mas durante a Nova República a luta pela reforma agrária ficou a cargo de grupos muito pequenos, de apoio e de assessoria, como a CPT.

Situação da entrevista

A entrevista grupal gravada me foi concedida na sede da CPT-NE-2, em Recife. O Padre Hermínio esteve presente na primeira terça parte da entrevista. Antes de iniciar com as perguntas da entrevista, eu expus o objeto e a metodologia da pesquisa,

Depoimento de Padre Hermínio

a) A história da CPT no Nordeste – II

Nos anos de 1990 e 1991 as CPT's regionais fizeram avaliações dos 15 anos de CPT, criada em junho de 1975. A regional do NE-II é a mais nova do Brasil.

O ponto central da avaliação dos 15 anos de CPT foi repensar a reforma agrária, daí surgindo uma nova concepção de reforma agrária. O perigo era de continuar a considerar a reforma agrária como um fato economicista, isto é, apenas distribuir a terra e dar condições de trabalho.

A concepção atual da CPT sobre reforma agrária é de ela deve fazer parte de uma reforma social mais ampla no campo. Lutar pela terra é lutar pela vida na terra, lutar pela cultura, pela festa, pela religião, pela escola, pelo lazer. **Essa nova concepção nos tem levado a valorizar outras forças de sobrevivência no campo, outros movimentos sociais, que o sindicato não absorve, e que a Pastoral às vezes esquece.** Exemplos: o Movimento dos Vazanteiros ⁽²⁰⁾, os Beradeiros ⁽²¹⁾, os Atingidos pelas Barragens, os Grupos de Alfabetização, os Pescadores dos Grandes Açudes. São categorias novas no campo.

b) A luta pela terra e a luta pela produção

Antes a CPT tinha mais advogados. Agora só tem um, em Cajazeiras, além de um estagiário de Direito. A razão disso é que **hoje o grande desafio é a produção.**

²⁰ O movimento dos vazanteiros se localizou no Norte de Minas Gerais, ao longo do alto e médio Rio São Francisco, em decorrência da luta dos agricultores que plantavam nos terrenos de vazantes às margens do rio São Francisco.

²¹ Beradeiros eram chamados os que moravam às margens do rio São Francisco.

Hoje é mais importante ter agrônomos e técnicos agrícolas que advogados. Desde 1988 havia essa preocupação com a produção, ampliando-se o trabalho.

A luta pela terra foi prioridade número 1, mas ultimamente entrou a questão da pequena produção, nos assentamentos e em áreas tradicionais de pequena produção, como no Sertão de Alagoas.

Em Pernambuco a CPT apoia parceiros no Pajeú. No regime de parceria a exploração cresceu. Não é apenas lutar para ter acesso à terra, mas para conservar a que já tem. A Pastoral Rural era muito limitada ao problema da terra e ao problema sindical, este sobretudo na Zona dos Assalariados. Agora, apoiamos o sindicalismo, mas dando ênfase também a outras formas de organização, de sobrevivência.

Antes, se confiava tudo no Sindicato e no Partido. Agora, valorizamos outras forças mais informais, como os Grupos de Mulheres, os Mutirões, os Bancos de Sementes, os Grupos de Pescadores.

c) As outras entidades da Igreja no campo

A Pastoral Rural, ligada às dioceses, desapareceu quase completamente nos últimos anos. Em 1988 deu-se a instalação da CPT na região, após a demissão da equipe da Pastoral Rural pelo novo arcebispo. Os militantes da Pastoral foram se incorporando à CPT.

Os vigários não atuam isoladamente com uma pastoral rural. Como exceção, o vigário de Palmares faz um trabalho de pastoral rural. Em Petrolina havia uma equipe de Pastoral Rural, mas acabou fechando. As irmãs também não atuam isoladamente.

A ACR diminuiu muito. Os seus militantes estão se articulando com a CPT. Os jovens do ACR criaram o Movimento de Jovens Rurais Cristãos (MJRC).

O MER rachou há alguns anos. O grupo central ficou como Corrente Sindical, totalmente desvinculada da Igreja e da CUT. É a Corrente dos Trabalhadores Independentes. Os dissidentes do MER, entre os quais Carmil, então pensando em recriar “O Movimento”, retomando os contatos com a Igreja e com a CUT.

b. A organização da CPT no Nordeste- II

Existem ao todo 12 equipes de base nos quatro Estados, além da equipe central, que tem 6 assessores. São 120 pessoas, sendo 60 homens e 60 mulheres; 60 trabalhadores e 60 agentes de pastoral.

I) Rio Grande do Norte

Há uma equipe da CPT no Estado, a do Oeste, que corresponde mais ou menos à diocese de Mossoró. Esta equipe atua na área da barragem de São Rafael (Arnaldo Ribeiro Gonçalves), onde há grandes projetos de irrigação, com muitos assalariados, como o projeto da Maísa. Na nova cidade de São Rafael há uma periferia de ex-camponeses, expulsos das terras cobertas pela barragem. Há cerca de 15 núcleos habitacionais no meio do pedregulho. De terra só têm o chão da casa.

Em Areia Branca há uma grande empresa de sal, de F. Souto, dono do Banco de Mossoró. Na arquidiocese de Natal o SAR – Serviço de Assistência Rural e Urbano, continua atuando. Mantém muito contato com a CPT. Eles atuam muito na Zona Canavieira.

II) Paraíba

- 1- Equipe de João Pessoa. Há grandes conflitos de terra no litoral, com mortes. Uma das causas de conflito são os projetos de turismo, que atingem toda a costa nordestina, tomando nomes locais. Uma das áreas desses projetos fica no Conde e em Barra de Gramame.
- 2- Brejo (Guarabira). Há aí nove assentamentos.
- 3- Campina Grande. É a mais recente. Compreende todo o Curimataú e todo o Cariri, numa faixa que vai deste Pernambuco ao Rio Grande do Norte. O Projeto Cinturão Verde de Campina Grande tem gerado conflitos. A EMATER tem interferido para favorecer empresas privadas produtoras de hortaliças.
- 4- Sertão. Vai de Patos a Cajazeiras. O nosso objetivo é enfrentar a seca, ocupando terras junto aos açudes públicos. Essas terras já tinham sido desapropriadas mas os antigos proprietários continuam as utilizando.

Em junho de 1991, houve quatro ocupações na Paraíba, das quais três foram feitas no dia 06: (1) Açude Riacho dos Cavalos; (ii) Açude Carneiro (Jericó), controlado pelos fazendeiros locais; (iii) Açude Pilões (Brejo das Freiras).. Uma semana depois dessas ocupações ocorreu a quarta, em Bonito de Santa Fé (Viana). No total, foram cerca de 3 a 4 mil hectares, desapropriados há 30 anos e agora ocupados pelos trabalhadores.

III) Pernambuco

Em Pernambuco, a CPT está presente em cinco áreas:

- I- Araripe
- II- Pajeú, Com 11 assentamentos.
- III- Mata Norte
- IV- Agreste Setentrional
- V- Mata Sul, principalmente no Cabo, Matapagipe, Suape, Ipojuca, Maraiial.

IV) Alagoas

Em Alagoas, a CPT atua em duas áreas:

- I- Sertão. Há mais de 20 Bancos de Sementes. Há um Banco Central de Sementes em Delmiro Gouveia. Representa uma grande libertação em relação à EMATER. Há um trabalho junto à Barragem de Xingó, em Piranhas, em articulação com o Movimento dos Atingidos pelas Barragens.
- II- Maceió. Zona canavieira, principalmente ao Norte. Há uma equipe de Formação Sindical. A CPT participa do Fórum Permanente contra a Violência na Cidade e no Campo, com a FASE, CIMI, Igreja Batista, etc.

A CPT mantém diálogo com o MST, com alguns problemas de articulação.

Entrevista grupal

AS RELAÇÕES ENTRE FETAPE E ARRAES E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

Castro: Por que durante a Nova República não houve grandes conflitos agrários. em Pernambuco, como no primeiro Governo Arraes. Pernambuco tornou-se um Estado pacificado, onde patrões e trabalhadores aprenderam a negociar? A UDR não prosperou muito aqui nem prosperou o MST, ou seja, os extremos não tiveram aqui grande êxito no início da Nova República. Antes de 64 Pernambuco era um Estado de grande agitação rural. A que fatores vocês atribuem essa mudança?

Arthur: Eu vou abrir com a questão histórica. Nos primeiros anos da década de 60, a conjuntura nacional e regional era diferente daquela da Nova República, com Sarney, até a Constituinte. Pernambuco deve ser analisado dentro do contexto nacional.

Lenivaldo: (discordando de Castro) Nós tivemos conflitos nesse período. Tivemos Pitanga, que foi uma grande questão, tivemos outros conflitos no Agreste. Ao redor desses conflitos houve mobilizações de apoio aos trabalhadores. A diocese de Garanhuns, por exemplo, criou o CARA, Comissão de Apoio à Reforma Agrária. Tivemos o acampamento das áreas de conflito, na porta do palácio, em 86, quando nasceu mais uma organização para apoiar esses conflitos, a EDUCATER, Comissão Educação para a Terra. **Houve, portanto, durante o PNRA, uma mobilização social e conflitos na luta pela terra.**

Deve-se caracterizar, nesse percurso histórico, o que significaram esses conflitos. Eles corresponderam à correlação de forças, envolvendo os trabalhadores rurais, nessa conjuntura. Quanto à situação do MST, se se consolidou ou não, é necessário ir mais a fundo.

Castro: Não se reconstituiu um clima de conflito nesse segundo Governo Arraes. Até que ponto o governador foi responsável por isso?

Flávio: Os conflitos existiram e precederam o segundo Governo Arraes. A Nova República começou em 85, e o Governo Arraes começou em 87.

Por outro lado, a FETAPE foi uma força que estava acompanhando os conflitos, dando uma certa atenção aos conflitos. A FETAPE representa uma força política que no primeiro governo de Arraes, em alguns momentos hesitou em relação à grande greve. Quem mobilizou foram alguns sindicatos e algumas forças. A FETAPE sempre foi meio híbrida em relação à sua composição interna. Em 64 você tinha concorrentes diferentes. **Quando se deu o golpe, a FETAPE foi entregue à figura de Paulo Crespo. Deve-se considerar como é que se desdobrou aí a presença da FETAPE.**

Em 86, dentro da FETAPE quem acompanhou os conflitos foram setores da assessoria, que tinham um posicionamento diferente da direção do órgão. Era um grupo marginalizado dentro da Federação. É importante lembrar isso, naquele momento. Você também acompanhou, quando demissionário do INCRA. É

importante você analisar a correlação de forças dentro da FETAPE no tempo do EDUCATER.

O envolvimento de setores da Igreja com as áreas de conflitos não foi unânime. Deveriam ser analisadas as diferenças entre a FETAPE e os grupos da Igreja, dentro de uma correlação de forças.

No sindicalismo existiam setores da CUT que tentavam empurrar a FETAPE a assumir. Ela nunca assumiu abertamente, com toda a força, com todo o poder de mobilização, com o poder de fogo que ela tinha. Eram alguns setores da assessoria e até de sindicalistas, como José da Costa, que eram mais sensíveis à luta, embora não fossem mais comprometidos politicamente, e iam um pouco no rolo.

Lenivaldo: Em, 62 a reforma agrária era colocada, por setores amplos do capitalismo, como um elemento *sine qua non* para o desenvolvimento do capitalismo. Você vai ver como **o Estatuto da Terra incorpora a modernização do latifúndio como uma bandeira de reforma agrária, imposta pelos Estados Unidos. Uma forma de modernizar o país era fazer a reforma agrária. E os militares fizeram como o Estatuto da Terra mandou, modernizando o latifúndio** ⁽²²⁾.

Em 86, antes de ser consolidado o Projeto do PNRA houve uma discussão sobre o objetivo da reforma agrária, se seria uma política de caráter assistencialista. Ainda hoje repercute esse debate. Perderam-se até alguns aliados, aqueles que passaram a dizer que no Brasil não se aceita mais reforma agrária.

Em relação ao Governo Arraes você tem que ver o que ele representou para o camponês em 62 e em 87. E aí dentro, analisar a relação da FETAPE, enquanto organização dos trabalhadores, com o Governo Arraes.

Em 62 você está construindo o movimento sindical. O aparato do Estado vai dar impulso ao movimento sindical. **Em 87 o movimento sindical está institucionalmente consolidado e você tem uma política de atrelamento entre o Governo Arraes e a FETAPE.** Isso estava muito claro no encaminhamento dos conflitos. Eu disse isso aqui várias vezes. O movimento pecou na distinção do que é o Estado nessa relação de forças.

²² Os Estados Unidos criaram um programa, denominado de Aliança para o Progresso, que carrou recursos para o governo brasileiro usar na modernização da agricultura.

Castro: Qual foi a posição da Igreja em relação à reforma agrária?

Flávio: Com relação à Igreja, eu acho que você deve distinguir **o pessoal dos Projetos Alternativos** que, naquele momento, estava preocupado com o trabalho de tecnologia alternativa, que se pronunciou, inclusive em documento, que não se tornou oficial mas que teve uma circulação bastante ampla, duvidando da ação da Pastoral Rural e seu envolvimento com esse momento de levante em torno da reforma agrária. **Segundo eles a reforma agrária não tem futuro porque os trabalhadores não sabem trabalhar a terra e a luta pela reforma agrária se encaminhou por um processo revolucionário inspirado no sandinismo.** Você tem esse documento que poderia servir para mostrar como estava, naquele momento, a correlação de forças.

Tinha a **Pastoral Rural**, que estava mudando naquele momento. Estava passando por um processo de recomposição e de redefinição de linhas de ação. Até então ela tinha estado nas mãos do Movimento de Evangelização Rural, o MER, e naquele momento, em 86, estava se processando uma certa ruptura, uma certa clarificação de novas forças, uma nova disposição das forças internas da Pastoral Rural. **O MER passava a se assumir enquanto movimento sindical, influenciando, inclusive, no processo de queda do então superintendente do INCRA.**

O primeiro acampamento foi um acampamento tático, de desgaste político do Governo da Nova República na pessoa do superintendente, com respaldo e utilizando-se da máquina da FETAPE, naquilo que o MER tinha influência lá dentro. Acho que tem que se distinguir o primeiro do segundo acampamento. O primeiro acampamento, no INCRA, foi dominado pelo MER.

O segundo acampamento das áreas de conflito, na frente do Palácio, teve outra feição. Acho que, naquele momento, ampliou bastante o leque de engajamento de outros setores da Igreja.

Havia, então, na Igreja, naquele momento, setores da Pastoral Rural que estavam apostando numa nova perspectiva sindical de maior combatividade, de luta pela reforma agrária, definida no IV Congresso, em 85, em que a CUT apareceu com uma certa força, e os Projetos Alternativos, e o MER, que estava saindo daqui. Pelo menos essas três forças da Igreja estavam ali presentes. E a Pastoral se recompondo, criando um perfil que vai dar na CPT em 88.

Para nós, do Nordeste II, **o berço da CPT está naquele acampamento da Praça da República.** Foi ele que permitiu que se pensassem novas formas de articulação e de revitalização do apoio da Igreja à luta pela terra, à luta pela reforma agrária, um tipo de acompanhamento mais politizado que foi amadurecendo. **Fazer essa diferença me parece muito importante.**

Relacionando com o primeiro Governo Arraes, esse documento que eu citei pode situar um pouco o que havia já em 63, de atuação e de visão de setores de Igreja, inclusive com a ação da MEB, por um lado, e do SORPE, por outro.

Castro: O comportamento moderado de Arraes, em seu segundo Governo, inclusive por causa das alianças da campanha com grupos de direita do interior repercutiu sobre a FETAPE, acentuando o seu lado também de moderação?

Aldo: Em 62 ele também se candidatou apoiado em forças da direita, só que em 62 não foi tão transparente como em 86, em que teve um fato fundamental que foi a briga com um usineiro, o José Múcio Monteiro.

Você não pode esquecer a atuação das Ligas dentro do primeiro Governo Arraes. **No segundo governo Arraes houve um atrelamento da FETAPE ao governo, na prática ela foi um departamento, uma Secretaria do Governo Arraes. Você tem a articulação via PAPP, em que a FETAPE administrava essa questão, que vem do Governo, se instala na FETAPE e vai aos trabalhadores, nas comunidades. A FETAPE é quem cria toda a relação com o campo. Acho que isso está muito marcante no Governo Arraes.**

Quanto à questão política das forças de apoio, apesar de Arraes ter sido apoiado pelos sindicatos, mas, do ponto de vista de alianças formadas, em 86 isso ficou muito mais claro. Ficou transparente. **Você tem Antônio Farias, um usineiro, na chapa do Arraes, como candidato ao Senado.** Era um outro tipo de relação. Isso colocava em cheque também até como seriam as campanhas salariais. Essa é outra questão fundamental. Como a FETAPE, sendo o braço do Governo encaminharia as campanhas salariais, que eram o grande fato de mobilização que a FETAPE queria. Existia o Governo compondo com o Governo. **A Secretaria de Indústria e Comércio estava nas mãos de Sérgio Guerra e de Marcos Queiroz, com todo um grupo de usineiros dentro do Governo.**

A transparência do acordo político de 62 é diferente do de 86. Isso marcou a relação do Governo Arraes com a FETAPE. Acho que as reivindicações dos trabalhadores em 86 são diferentes das de 62. Em 62 a cana não tinha se expandido tanto como em 86. Você tinha a briga das Ligas Camponesas em torno de algumas coisas pontuais como o foro, o cambão. Do ponto de vista político-partidário você tem, em 62, o PC combatendo as Ligas, a partir de uma orientação de nível internacional. Em 86 a realidade é outra. A partir de 80 entra em cena o PT, entra a CUT. A partir de 86 a CUT passa a querer entrar no aparato da FETAPE.

Zacarias: Ainda com relação ao acampamento de 86, na Praça da República. Arraes, não eleito ainda, mas já dizia que os conflitos de terra no Estado seriam resolvidos no local dos conflitos, não sendo necessário haver acampamento na Praça da República.

O atrelamento do Estado à Federação trouxe prejuízos para os trabalhadores. Mas **não parou de ter conflitos de terra em Pernambuco. Pitanga II se gerou no Governo Arraes. Mas a ênfase mesmo vai ao Engenho Patrimônio, onde a FETAPE assume uma posição moderada, por causa do Governo Arraes, chegando mesmo a uma aliança com o usineiro, parando todo o processo de luta dos trabalhadores, de querer apagar a chama da luta pela reforma agrária.**

Assessor: O Programa Chapéu de Palha é uma ideia levada pela FETAPE para o segundo Governo Arraes e que dá, na Zona da Mata, uma sustentação muito grande ao Governo Arraes.

Flávio: No primeiro Governo de Arraes não constam grandes movimentos de ocupação de terras. A questão foi mais com o foro.

No segundo Governo Arraes, o Chapéu de Palha vai trabalhar com a questão do desemprego, não mais em torno do cumprimento de uma campanha trabalhista, como foi feito no primeiro Governo. A política de reforma social que ele vai propor muda um pouco de eixo. E pega um contra-pé. Esse programa não questiona o problema da propriedade.

A reedição do Acordo no Campo não foi bem como no primeiro acordo porque era outro contexto em que acontecia. E aí já foi dito do atrelamento existente entre Governo do Estado e o movimento sindical. Por isso é que **os conflitos no segundo Governo Arraes ocorreram mais no Agreste, fora dessa área mais de tensão da**

área canvieira. Por exemplo, em 1986, aquele conflito da Usina Santa Terezinha não deu em nada. Ele não se sensibilizou com o problema dos camponeses como se interessou por Caxangá em 62, 63, que era uma coisa similar. Se ele tivesse um compromisso explícito com uma reformulação da política na região da cana a questão da Usina Santa Terezinha poderia ter encaminhado de forma diferente a questão das indenizações trabalhistas na Usina Santa Terezinha, em Água Preta. E nada disso ocorreu. Quem deu a volta por cima foram os fornecedores, que conseguiram manter a hegemonia durante todo o processo, com algumas alianças com o Sindicato do Açúcar.

A outra coisa que eu queria acrescentar é com relação às esquerdas. Houve uma urbanização das esquerdas. **O próprio MER, que estava conduzindo a primeira ocupação do INCRA representa um certo paradigma do que eram as esquerdas, de apostar na proletarização do campesinato.** A luta pela terra era um pouco tática, utilizada como celeiro de lideranças, para atuação posterior no processo revolucionário, ligado à perspectiva de proletarização.

Até onde a esquerda estava apostando num processo amplo e massivo de reforma agrária? Isso prejudicou a continuidade e o fôlego das mobilizações que ocorreram naquele momento. Haja vista mesmo o envolvimento do movimento sindical urbano e da grande maioria dos setores da esquerda com o acontecimento do acampamento na Praça da República. **Quem levou à frente o acampamento foram grupos muito pequenos, de apoio e de assessoria, que se reuniam ali, no meio da Praça. Ali discutiram a estratégia da manutenção da luta de reforma agrária. A esquerda estava totalmente ausente, o que não ocorreu em 64.**

Em 64, a influência do maoísmo era muito forte. A revolução viria do campo. E por isso se investiu muito mais na presença de setores e grupos de esquerda no campo. Aí sim, pintaram algumas ocupações, em 64, que não se repetiram agora. Com a ditadura há um processo de desarticulação das organizações políticas de esquerda, e na relação desses grupos com a massa, entre aspas. Surgiram novas formas de se pensar a continuidade do processo dos assentamentos. Hoje, grupos diferenciados conseguem discutir com os camponeses assentados, ou com posse firmada, os problemas de produção, para além dos conflitos, como no tempo do PNRA. Há uma perspectiva de articulação, talvez ainda não constituindo uma grande força, mas tem coisas que estão latentes nas áreas que viveram esse processo naquele momento. Não está morta. Eu acho que ela está viva.

E os Sem Terra do MST, como você falou, estão ausentes do Nordeste. Eles não conseguiram encontrar no Nordeste um campo fértil para a sua maneira de enfrentar a luta pelas ocupações de terra. Vindos do Sul, no Nordeste eles não se identificaram com as formas de resistência na luta de resistência pela terra de uma forma de luta pela reforma agrária. E o Nordeste tem essa característica das lutas de resistência na posse, de rendeiros. Não ocorreram muitas ocupações. Ocorreram ocupações por influência do PNRA, essas que já foram citadas, como Pitanga I e II. Pernambuco participou das mobilizações da época do PNRA, mas de fato talvez se pudesse esperar mais. Os fatores que foram colocados interferiram.

Castro: Na FETAPE se cristalizou um grupo de dirigentes cujo hegemonia se perpetua graças às campanhas salariais da cana. Esse grupo se fecha às demais forças progressistas do movimento sindical. Vocês concordam com essa afirmação?

Assessor: Para explicar porque não se furou esse bloqueio da FETAPE volta-se para a questão da Igreja. Na região da cana se constituiu o MER, que se transformou em Corrente Sindical própria que negocia com a FETAPE e está participando do barco da Federação desde 87. Pedro, sendo então do COSTRI, entra na chapa de direção da FETAPE.

Você tem um corporativismo sindical muito forte. Desde 86 se formaram forças de oposição sindical na Mata Sul. As forças que crescem na base acabam se aliando com o grupo hegemônico. Pelo menos na região da cana isso foi muito claro.

Um grupo de sindicalistas surgiu na Mata Sul – como nos municípios de Maraial e Joaquim Nabuco - era ligado à Pastoral Rural da diocese de Palmares e não conseguiu se consolidar enquanto projeto cutista, e se dispersa, ainda hoje tendo problemas. Apesar de serem muito simpáticos à CUT. O mais consolidado como cutista é o STR de Maraial. Mas foi feito um grande trabalho no sindicato de Palmares, de Água Preta, de Joaquim Nabuco tentado quebrar aquele corporativismo.

Finalmente, no último congresso da FETAPE, na eleição para a diretoria é feita uma aliança com a CUT, a partir do Sertão, constituindo-se uma chapa única.

Castro: O enfraquecimento do grupo hegemônico da CONTAG, que apoiava o grupo hegemônico da FETAPE, contribuiu para que os dirigentes da FETAPE fizessem uma composição com a CUT, na última eleição da Federação?

Flávio: Perfeito. Em relação à ocupação do INCRA, a FETAPE não está muito de acordo com essa ocupação. O Pedro Assunção puxa a ocupação, isso representa uma quebra momentânea daquele acordo interno. O que estava em divergência naquele momento era o que garantia o avanço democrático da Nova República. **O MER radicalizava na desestabilização do Governo e a FETAPE investia na manutenção da Nova República.**

Quando isso vinha para o campo de disputa sindical, o MER se aliava a esse grupo de forças ligado à Unidade Sindical, na época. Essa é a contradição. Para a gente equacionar isso é preciso um exercício analítico mais a fundo. Quando partia para o campo sindical o MER fechava com a FETAPE para não deixar a CUT avançar.

Tem um agente mediador, que você diz que vai entrevistar, o Crespo, que é uma figura híbrida nessa história toda, que nem a FETAPE. Ele é anti-comunista e ele apoia a organização do MER, ao mesmo tempo opondo-se à CUT. A história da liderança da FETAPE passa por um período de controle do SORPE. Muitos dirigentes sindicais passaram pela formação dada pelo SORPE. O Crespo tinha essa ligação com setores da FETAPE que mantinham essa ligação com o PC apesar de Crespo ser anti-comunista declarado. Ao mesmo tempo o Crespo vê o MER como garantia de uma certa presença de Igreja que ia barrar o crescimento dos PCs e da CUT.

Até onde vai essa relação do Crespo com uma organização política como o MER, é uma interrogação. Enquanto isso, ele se opõe ao trabalho da CUT, que tem uma perspectiva de uma luta pela reforma agrária muito mais radical que a proposta do Estatuto da Terra. Apesar de Crespo ser membro editorial da ABRA ele tinha uma posição crítica em relação a amplos setores que compunham a própria ABRA.

Castro: Crespo atualmente ainda teria articulação com o MER?

Flávio: Crespo está em outro cenário. Tem agora o Movimento Nacional de Massas, continuador da Corrente Sindical Independente, e núcleo restante do MER. A nova linha deles é deixar o sindicalismo rural.

O processo de fragmentação do MER é tamanho que não existe mais uma articulação nacional coesa. Resta um núcleo do movimento original de evangelização rural. Estão num processo de cissiparidade formando outras correntes.

Zacarias: Tem outro elemento pra se considerar, o MEEI, Movimento de Evangelização Encontro de Irmãos, que está na zona urbana, enquanto o MER fica na zona rural.

Flávio: Ele segue a mesma tática do MER. Mas isso são detalhes porque não têm mais expressão, como teve no momento que a gente estava tratando.

Castro: No Sindicato de Igarassu eles me disseram que procuram se manter afastados da vida partidária. Não lançam candidatos, diferentemente da FETAPE, mas cobram e pressionam os eleitos ⁽²³⁾.

Flávio: Eles têm instituições com uma boa comunicação política com as bases dos trabalhadores. Essa é a maior contribuição que eles deram.

Zacarias: No processo educativo eles são fortes.

Flávio: Eles fazem isso em Igarassu, mas no Sindicato de Santa Rita, na região metropolitana de João Pessoa, eles fazem campanha abertamente pelo voto nulo.

Precisamos fazer justiça à ACR, a Animação dos Cristãos no Meio Rural, um autor que tem estado um tanto ausente, mas é preciso que se faça referência a eles. Eles atuam **junto a pequenos proprietários**. A gente, da CPT, se concentrou nos conflitos de terra e na região da Mata, a ACR fica um pouco ausente desse cenário, porque **sua presença se dá em regiões de atuação da CUT**, num processo interno de discussão em torno das correntes sindicais. Com isso registramos a presença de outra forma da Igreja, através de seus militantes, em algumas regiões de micro produtores. **Participaram de ocupações de terra, de ações de resistência**. Estiveram presentes em Patrimônio. Era uma outra presença de Igreja, muito marcada por um vínculo com a estrutura eclesial, o que os fez mais frágeis no processo de politização pelo qual se lançaram setores da Igreja na Nova República.

A IGREJA E AS LUTAS SOCIAIS NO CAMPO

Castro: A ACR continua com uma certa expressão?

Flávio: Estão passando por uma fase de crise de estruturação interna.

Castro: Isso tem a ver com a saída de Padre Servat da função de assistente geral?

²³ Veja entrevista de José Laurentino do Carmo, presidente do STR de Igarassu.

Flávio: Não acredito. Acredito que foi quanto à capacidade de redefinir os seus objetivos e pela crise do fechamento da hierarquia. **Como eles tinham um vínculo muito forte com a estrutura eclesial, ela se ressentiu bastante. Mesmo mantendo uma postura de movimento profético dentro da Igreja, o fechamento foi muito grande, e houve o descompasso.** Foi nesse momento de discussão que o Arnaldo assume a função de Assistente Geral. A discussão que entra em pauta, na época, é a do sindicalismo, das correntes sindicais, do avanço do movimento sindical. **Nesse momento, muitas lideranças do movimento de jovens se engajam na organização das centrais sindicais. Isso também enfraquece o movimento e dificulta sua renovação.** E, por fim, houve uma divisão interna do movimento, **os jovens criaram um outro movimento, o Movimento dos Jovens Rurais Cristãos.**

Assessor: A CPT tem um grupo de agentes pastorais e assessores que trabalham a realidade mantendo uma certa distância face aos movimentos, e, ao mesmo tempo, estando profundamente solidários, sem querer criar, no meio dos trabalhadores, quadros para si, dando assim autonomia ao movimento dos trabalhadores. A ACR começa a perder seus quadros para a CUT e o MER se assumiu enquanto corrente política, para disputar com as outras tendências. Foi isso o que aconteceu nos anos 60 com a JAC e a JUC. Aí residem as diferenças das pastorais.

Castro: A Igreja ainda tem um papel junto ao sindicalismo rural brasileiro?

Lenivaldo: Vamos pegar a avaliação que a CPT tem feito sobre isso. A pergunta é provocante. A CPT tem levantado algumas discussões quanto à relação com o movimento sindical, que está em renovação nos últimos anos. Hoje, está se colocando que a grande tarefa da pastoral não seria junto à direção do movimento sindical, onde a CUT está se consolidando, através do seu Departamento Rural. **A ação da CPT se daria mais num trabalho de base junto aos trabalhadores.** Aí se encontraria com o movimento sindical. A nova discussão são **os movimentos sociais** que surgem ao lado do movimento sindical.

Castro: A ênfase na CPT ainda é a luta pela conquista da terra? A CPT já se preocupa pela política agrícola, voltada para os pequenos produtores, inclusive proprietários, que são tão miseráveis quanto os assalariados? No aspecto político, que capacidade de transformação podem ter esses pequenos produtores?

Aldo: Eu acho que ao longo das avaliações começa a se perceber que a reforma agrária tende a se ampliar da luta pela terra, para se consolidar no pós-conflito, quando deve ocorrer a produção e a comercialização. Isso aí é fundamental para que essa luta consiga deslanchar. Nessa perspectiva **a CPT começa a ter uma grande preocupação com a questão da produção, a questão da comercialização, a questão do crédito**. Em cima disso, automaticamente é fundamental trabalhar também com a pequena produção, com o pequeno proprietário.

Começa-se a fomentar e apoiar algumas organizações para a busca de uma política agrícola consistente. Eles são colocados dentro de projetos compensatórios da política agrícola, efêmeros. É um trabalho novo e de grandes desafios.

Castro: Além dos pequenos produtores dos assentamentos, existe uma massa de **pequenos proprietários marginalizados pela política agrícola**. Há uma preocupação da CPT por esses produtores familiares?

Flávio: Há. Na discussão sobre o sindicalismo pode-se retomar a questão dos pequenos produtores mais tradicionais. Nas discussões sobre a política geral para o movimento sindical muitas vezes não é dada a devida atenção ao que está acontecendo nos municípios. Qual é o caminho para a revitalização do movimento? Só há um caminho. O caminho para a CPT não é trabalhar com as lideranças sindicais, mas discutir com a base dos sindicatos, os grupos de trabalhadores, de pequenos produtores, quer os tradicionais, quer os assentados, quer os assalariados, quais são seus problemas concretos. E tentar, a partir desse processo, renovar a prática do movimento sindical, para que seja combativa.

Na construção de uma articulação nacional é preciso se referenciar a essas iniciativas concretas que estão passando pelas coisas imediatas da vida do campesinato. Estão buscando alternativas na vida do dia a dia dessas comunidades. Falar de política agrícola é conseguir se aproximar das discussões que estão nascendo na vida cotidiana.

Tem algumas **experiências** aqui na região que poderiam ilustrar um pouco isso, como os **Bancos de Semente** no Sertão de Alagoas, na grande região circunvizinha de Mossoró, onde atua uma equipe de CPT, as **ocupações nas beiras molhadas dos açudes** do Sertão da Paraíba. São coisas que têm em vista a

alternativa de sobrevivência desse campesinato pobre e miserável. Assim como a articulação de pequenos produtores de áreas de assentamento e de áreas adquiridas pelo Estado. Passa por aí também, hoje, o trabalho da CPT. É aí que há possibilidade de o movimento sindical se renovar na sua combatividade, mesmo como CUT.

A questão não é mais uma polarização entre a Unidade Sindical/CGT e CUT, mas a capacidade de intervir concretamente na vida dos grupos das comunidades rurais. Até porque a CUT urbanizou-se muito, também, na sua estrutura.

Castro: Você quando diz Unidade Sindical/CGT está se referindo a uma central sindical à qual a CONTAG esteve ligada?

Flávio: Esteve ligada, organicamente ligada. Mas isso evoluiu. Por isso é que eu digo que o mais complicado é a capacidade de a CUT ter canais de mobilização junto às suas bases sindicais. Esse é o dilema maior hoje. A CUT se tornou uma referência do movimento sindical mais combativo, mais de luta, luta do pequeno produtor, luta pela terra, lutas de ocupações de terra, luta das barragens. Apesar de haver um Movimento da Luta das Barragens, a CUT teve um papel na organização do movimento nessas áreas. Ou com os assalariados, lá no Sul, em São Paulo. Outros desafios estão postos, hoje, de como é que a luta volta para dentro dos sindicatos, como é que o sindicato vai retomar o caminho da luta concreta nos movimentos sindicais, no diálogo com as iniciativas próprias dos trabalhadores. Eu acho que existem iniciativas autônomas de grupos de trabalhadores das quais a CUT muitas vezes não está se dando conta, não está conseguindo acompanhar, não está conseguindo referenciar.

Assessor: Pode ser até que se dê conta, mas se perde quando vai acompanhar.

Aldo: O Meneguelli disse que as manifestações sociais estão passando, naturalmente, pela sociedade. A população usar preto no sete de setembro não é uma articulação da CUT. É um passo fundamental reconhecer que nas massas, como chamam, nas **organizações autônomas dos trabalhadores estão surgindo manifestações que não passam pela estrutura sindical.**

Assessor: Entre os pequenos produtores aparecem novos interlocutores, como as associações.

Castro: Qual a importância das associações de pequenos produtores?

Assessor: No passado as associações surgiram se contrapondo ao movimento sindical mais combativo. Hoje, elas estão sendo criadas pelo Projeto PAPP e São Vicente, quando surge uma possibilidade de conseguir alguns recursos.

Assessor: Hoje a CPT está começando a trabalhar com elas. Já fizemos vários encontros de associações: em Campina Grande, em Terezina e em Pernambuco. **Não dá para se trabalhar com os pequenos produtores sem considerar as associações e, em alguns locais, as cooperativas.**

Castro: Como vocês comparam os papéis da associação, da cooperativa e do sindicato?

Flávio: Os sindicatos, hoje, têm maior compromisso com a luta. O movimento sindical está tendo que definir o diálogo com as associações. Essa questão não está resolvida, mas está posta na pauta do dia. Para muitos sindicatos o caminho da revitalização do movimento sindical está sendo o diálogo com as associações em sua base sindical.

Castro: Aqui em Pernambuco onde isso estaria ocorrendo?

Flávio: Eu conheço mais especificamente no Sertão de Alagoas.

Lenivaldo: **Em Serra Talhada, por exemplo, o sindicato coordena as associações.** Em Ouricuri tem experiências de organização de pequenos produtores que estão relacionadas com o sindicato.

Castro: E no Pajeú?

Assessor: No Pajeú as associações funcionaram mais ligadas aos assentamentos da reforma agrária, para pegar crédito do PROCERA. Hoje isso deve ter mudado.

Flávio: Partindo aqui para o Agreste Setentrional, Bom Jardim, aquela área ali. Tem toda uma discussão entre os sindicatos e as associações. Mesmo em Surubim.

Assessor: Há sobre isso algumas concepções. De um lado, tem uns que acham que a discussão não está tão definida, do outro, há sindicatos tentando enfrentar essa questão alterando sua própria estrutura, que se divide em secretarias, uma secretaria de política agrícola, secretaria de pequena produção, etc., que é o proposto pela CUT. Itapetim, por exemplo, tentou fazer isso. Não sei como é que ficou lá.

Me parece que é um pouco diferente o sindicato situado no Sertão e o sindicato situado na Zona canavieira. O Sertão é muito mais favorável a isso.

Assessor: Você tem vários tipos de experiência: associação que faz papel de cooperativa, associação que faz papel de entidade de reivindicação, associação que faz papel de extensão de Secretaria de Estado. Há 10 anos atrás, quando começou esse processo de organização de associações, pelos técnicos, não poderia prever esses desdobramentos. Mas, na verdade, em muitos lugares, os trabalhadores começam a tomar o controle do negócio. Em outros há uma dependência do técnico da EMATER. Há um processo político-social em desenvolvimento.

Flávio: **A tendência é de que as associações sejam tomadas como instrumento de luta dos trabalhadores nas comunidades, saindo do papel de meros repassadores de recursos dos projetos governamentais, para ter uma intervenção mais política, em torno de iniciativas econômicas na comunidade.**

Assessor: Algumas associações foram formadas como oposição ao sindicato, para nas eleições tomar o sindicato. Outras têm o ponto de vista da produção.

Castro: Eu estou considerando que o que vocês estão dizendo é a opinião da instituição.

Flávio: A CPT tem autonomia em relação à estrutura da Igreja. Nosso pensamento expressar a opinião de um setor da CPT.

Castro: Gostaria que vocês falassem mais sobre os novos rumos da CPT.

Flávio: Antigamente a nossa palavra de ordem, a palavra mágica era a organização. “Vamos organizar”, no Sindicato ou Partido. Isso empobreceu muito a capacidade

criativa e de iniciativa dos trabalhadores, porque institucionalizou a luta concreta que estava brotando. Hoje nosso objetivo é visar só a conquista da terra, mas a conquista de uma boa qualidade de vida, com educação, com saúde, e todas as questões imediatas da vida dos trabalhadores, que foram o ponto de partida da construção da CUT e do PT, **discutindo o imediato, em vez de projetar um socialismo deslumbrado, na época anterior à queda do muro de Berlim, um projeto genérico.** Com isso a gente se volta para a questão da produção dos pequenos agricultores. Há um texto de José de Souza Martins que sintetiza muito essas discussões que foram mantidas.

Assessor: Nos anos 50, Dom Acácio Rodrigues Alves, primeiro bispo de Palmares (24), trabalhava com a juventude. Uma parte dessa juventude engajou-se na esquerda. Nos anos 70, ele se ligou ao movimento internacional dos Focolare, isolando-se dos movimentos pastorais. Depois ficou muito ligado ao usineiro José Lopes Siqueira. A questão do Padre Vito foi um marco. Ele mudou, então, o seu comportamento em relação à classe patronal, que rompeu com ele. José Lopes chegou a dizer: “Quem deve ser expulso daqui é esse bispo comunista”.

²⁴ Dom Acácio foi nomeado para Palmares em 11 de julho de 1962. Ele nasceu em Garanhuns em 09.04.1925 e faleceu em Recife em 24.08.2010.

2. ENES PAULO CRESPO (PADRE CRESPO)

Perfil do entrevistado

Enes Paulo Crespo, conhecido como Padre Crespo, tinha 61 anos por ocasião da entrevista, em 21 de outubro de 1992. Ele era, então, diretor executivo do Centro de Formação em Agricultura Alternativa do Pequeno Produtor (CECAPAS), vinculado à CNBB-Nordeste-II e era assessor da Organização das Cooperativas do Estado de Pernambuco (OCEPE). Sua formação inclui os cursos de filosofia, pelo Seminário de Olinda (1950), teologia, pelo Instituto Católico de Paris (1955), administração de empresas, pela UFPE (1970), direito, pela faculdade de direito de Olinda (1980). Foi professor da Universidade Católica de Pernambuco.

Ele se destacou na sociedade rural pernambucana como fundador, em agosto de 1961, do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), entidade vinculada à Igreja católica e responsável pela criação de muitos sindicatos de trabalhadores e que atuou diretamente na criação da FETAPE. Foi também Secretário executivo da CNBB/Nordeste II. Faleceu em 16 de março de 2016.

Tópicos mais relevantes da entrevista

- A FETAPE se originou a partir dos STRs da zona canavieira, envolvida na luta pelos direitos trabalhistas. O canavieiro não é agricultor porque não trabalha com a terra. É um proletário da cana. Por isso, na zona canavieira, não houve muitos conflitos pela terra.
- No início a luta pela terra ficou restrita às Ligas Camponesas
- O governo de João Goulart criou três tipos de sindicato de base municipal: o dos assalariados, o dos produtores familiares, chamados de autônomos, e o sindicatos dos rendeiros e foreiros. Para cada uma dessas três categorias havia, no nível estadual, três federações e, no nível nacional, uma única confederação. No Nordeste, sob a liderança dos padres, foram criados os sindicatos dos assalariados, em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, cada um com uma Federação, o que permitiu a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CNTA). Mas o Ministério do Trabalho não reconheceu essa organização por ter ficado limitada ao Nordeste.

Para Crespo, essa organização com de três tipos de sindicato dividia muito os trabalhadores.

- No congresso de fundação da CONTAG, em dezembro de 1963, com o apoio do governo Goulart, o bloco dos cristãos se dividiu, quando a AP se uniu ao bloco dos comunistas na formação da chapa. Os comunistas ficam com a direção da CONTAG e só deixaram uma vice-presidência para a AP, que indicou Manoel Gonçalo, presidente da FETAPE e que havia sido o presidente do primeiro STR de Pernambuco, no município de Panelas.
- Padre Melo, vigário do Cabo, colaborou diretamente com a repressão militar, indicando os interventores para os STR da Zona Canavieira. Durante três anos, ele usou o SORPE, dirigido pelo padre Crespo, como um instrumento da repressão militar. Procurou mesmo enquadrar o Padre Crespo, que sofreu um processo de Inquérito Policial Militar (IPM) como agitador social. O general Golbery manifestou-se contrário a essa prisão e próprio padre Crespo se defendeu, com o uso de farta documentação.
- Padre Crespo contou como surgiram e evoluíram alguns movimentos inicialmente ligados à estrutura da Igreja: o Encontro de Irmãos, criado por Dom Helder, a Pastoral da Terra, a JAC, o MER, que atuou inicialmente com a evangelização rural e junto aos STRs e que, com o passar do tempo, tomou outras linhas de atuação e se desvinculou da estrutura da Igreja mas continuando cristão.
- As cooperativas mistas são destinadas sobretudo aos assalariados, posseiros, meiros e micro-proprietários, isto é, aqueles que têm um poder aquisitivo menor. Nelas não há grandes produtores. As cooperativas agropecuárias reúnem os pequenos, médios e grandes produtores que são, normalmente, quem as controla.
- A regional Nordeste II da CNBB, que compreende Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, apoiou a criação e o desenvolvimento do CECAPAS, Centro de Formação em Agricultura Alternativa do Pequeno Produtor, entidade que iniciou uma nova linha pastoral da Igreja na defesa dos interesses dos agricultores familiares da região. Padre Crespo foi seu coordenador em Pernambuco.

- Cid Sampaio, eleito governador com o apoio das esquerdas, inclusive de Francisco Julião, atendeu às reivindicações por terra das Ligas Camponesas, desapropriando alguns engenhos. Mas, através de seu secretário de Segurança, reprimiu com violência as ações atribuídas às Ligas, como a queima de canaviais, o que é uma prática na região para facilitar o corte da cana. Durante seu governo ele rompeu com as esquerdas, inclusive com Julião e Arraes.
- Crespo considera válida a candidatura partidária de um sindicalista sob duas condições: que ele se candidate como um representante do movimento sindical e que ele já tenha mostrado um trabalho pela comunidade. Dessa forma, a luta política vai fortalecer a luta sindical.

Situação da entrevista

A entrevista foi concedida na sede do CECAPAS, que funcionava nas dependências da OCEPE e teve duração de uma hora e meia.

Entrevista

HISTÓRIA DO SINDICALISMO RURAL DE PERNAMBUCO

Castro: Pernambuco foi berço das Ligas e dos Sindicatos e tem uma tradição de lutas agrárias. Mas, durante o PNRA, não houve, nesse Estado uma mobilização pela reforma agrária tão intensa quanto à de outras regiões brasileiras. Por que?

Crespo: Bom, eu apenas vou dar uma opinião. Eu acredito que, num dado momento, **aqui em Pernambuco, o movimento sindical foi se concentrando na Zona Canavieira.** Houve e continua havendo um esforço muito grande da FETAPE com os sindicatos da Zona Canavieira. **Esses sindicatos são sindicatos de proletários, de assalariados rurais que, em grande parte, a gente não pode dizer que são agricultores.**

O enfoque maior da Federação foi em cima de contratos coletivos de trabalho. O primeiro contrato coletivo foi realizado antes do Golpe de 64. A partir daí o movimento foi tomando maior experiência de luta, em torno de uma Convenção

Coletiva de trabalho. Depois, todos os anos, isso se repete, para aperfeiçoar essa convenção coletiva, em termos de tarefas de campo e em termos de salário.

Após o Golpe de 64, em sua primeira convenção, os trabalhadores conseguiram 80% acima do salário mínimo. A tendência desse público da Zona Canavieira não era em torno de terra, mas em torno de vantagens trabalhistas: salário, férias, repouso, dias feriados, condições melhores de trabalho, tarefas mais condizentes com o trabalho do campo. Colocou-se, também, nessas convenções coletivas da Zona Canavieira, um componente de terra, que era o Decreto 57.020, assinado no Governo Castelo Branco, e que retomava o Estatuto da Lavoura Canavieira, segundo o qual, os trabalhadores assalariados com mais de um ano nas empresas canavieiras deviam ter até dois hectares de terra para plantar gêneros de subsistência. Os sindicatos mais fortes conseguiram um pedaço de terra para plantar gêneros de subsistência. Esse decreto de Castelo Branco era uma pré-reforma agrária. Segundo o decreto os agricultores que durante um certo tempo provassem que ocuparam esses dois hectares seriam selecionadas para a reforma agrária.

Por outro lado, muitos canavieiros têm várias atividades que não são de agricultor. Por exemplo: um é cambiteiro, trazendo cana lá do alto, para baixo, para o caminhão, outro vai fazer sulco, outro vai adubar, outro vai cortar, outro vai amarrar, outro vai carregar os caminhões.

O homem da cana, o proletário da cana, é como um operário de uma fábrica. O operário da fábrica faz o que? Manejar aquela máquina, só isso, para fazer aquele parafuso, para fazer aquela solda. A mesma coisa no campo: ele é cambiteiro, ele é cortador e cana, ele é amarrador de cana, ele é transportador, ele faz sulco. Cada um tem uma tarefa específica.

Juntando essas duas coisas, eu acho que isso fez com que, na região canavieira, não houvesse aquela pressão maior sobre a terra. Houve sim, mas, como você falou, não com a intensidade que houve em outras regiões.

Um terceiro enfoque que se podia dar é que essa atenção maior da FETAPE voltada para os sindicatos da Zona Canavieira, serviu de exemplo para outros Estados, não só do Nordeste, mas do Sul.

Com as Convenções Coletivas a FETAPE, de certo modo, não deu a atenção devida aos sindicatos do Agreste e do Sertão. O que eu quero dizer é que, **se houvesse a mesma preocupação que houve com os sindicatos da Zona Canavieira, se teria encontrado um caminho melhor para os sindicatos do**

Agreste e do Sertão. O resultado é que, até hoje, não há um caminho bem definido para os sindicatos do Agreste e do Sertão.

Muitas vezes a gente encontra no Agreste e no Sertão, o pessoal tentando também salário, tentando também convenções coletivas. É aquele pessoal meio assalariado, mas bóia-fria, que recebe mais atenção do sindicato. Mas, o pequeno produtor, o sem terra, que produz na terra como rendeiro, foreiro, esses daí não tiveram a mesma caminhada de luta, que tiveram os sindicatos da Zona Canavieira. Eu atribuo a isso um certo arrefecimento da luta pela terra.

Historicamente, a luta pela terra foi iniciada pelas Ligas Camponesas. Os sindicatos de trabalhadores rurais tiveram, desde o início, como preocupação os direitos trabalhistas mais do que o direito sobre a terra.

Isso tudo eu estou dizendo é de maneira geral porque há sempre **exceções**. **Há sindicatos do Agreste e do Sertão, que foram sindicatos combativos, de muita luta pela terra. Há sindicatos da Zona Canavieira que lutaram pela terra, conseguiram desapropriações, foi muita gente que morreu por conta disso.** Mas, de um modo geral, a gente poderia dizer que a intensidade que houve para o sindicalismo na Zona Canavieira, em procurar uma via de defesa dos direitos dos trabalhadores, não se verificou com os sindicatos do Agreste e do Sertão.

Castro: Seria melhor para o movimento sindical se cada categoria de trabalhador rural tivesse seu próprio sindicato?

Crespo: Eu sou contrário a essa opinião. **Antes do Golpe** o governo fez essa tentativa. Ele dividiu em sindicatos de pequenos produtores, sindicatos de assalariados e sindicatos de arrendatários, foreiros, meeiros, etc. **Em cada município havia três sindicatos, em cada Estado, três federações: a Federação de Trabalhadores Rurais Assalariados, a Federação de Autônomos, que era como eles chamavam os pequenos produtores e a Federação de Rendeiros e Foreiros. Havia uma única confederação nacional.**

Isso, a meu ver, ia dividir muito a classe trabalhadora. Porque, até onde você é pequeno produtor autônomo? Até onde você passa a ser assalariado? Muitos deles têm a sua terra, são trabalhadores autônomos, mas numa determinada época do ano eles estão trabalhando em terra de outro. Esses mesmos, em determinada época do ano, têm dois, três, quatro, cinco companheiros recebendo salários deles para tirar a safra. Daqui a pouco você ia jogar trabalhador contra trabalhador.

Castro: Qual foi o governo que criou três tipos de sindicato de trabalhadores: dos pequenos produtores autônomos, dos assalariados e dos foreiros e rendeiros?

Crespo: Foi o Governo de João Goulart, sendo Ministro do Trabalho Amauri Silva. Isso foi feito de maneira totalmente artificial e política. Porque o Nordeste partiu na frente, criou os sindicatos de trabalhadores rurais e, seguindo a legislação, organizou três federações: Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Segundo a legislação, com essas três federações, criou-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a CNTA em 1963, sob a liderança dos militantes ligados à Igreja. Isso o pessoal de esquerda, os comunistas, não aceitaram e conseguiram que o Amauri Silva não reconhecesse a CNTA. Mas o Amauri Silva não reconheceu essa confederação. Isso deve ter sido mais ou menos no mês de julho ou agosto. Marcou uma nova data para a constituição da confederação.

E saiu com uma legislação mudando a estrutura sindical rural, permitindo a criação, em cada município de três tipos de sindicato, e em cada Estado de três tipos de federação. Com isso, eles queriam formar várias federações e ganhar a confederação nacional. Foi criada na Superintendência de Reforma Agrária, a SUPRA, uma comissão chamada CONSIR, Comissão de Sindicalização Rural, que mandava um envelope com os formulários já impressos, para constituir um sindicato. Trazia uma folha que você podia preencher com 50 pessoas, outra folha era a ata, faltava só o pessoal assinar a ata, a outra era a folha de presença na eleição. Vinha o pacote prontinho. E se você quisesse, aqui, nesse birô, eu e você, a gente preenchia tudo, devolvia com porte pago, ao CONSIR, e era mais um sindicato que surgia. Com cinco sindicatos você formava uma federação. Tudo sem sair da mesa. Mandava para lá e era reconhecido. Lá vinham as cartas sindicais. E com isso eles esperavam fazer maioria de federações para votar, em dezembro, a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a CONTAG.

Aqui em Pernambuco, como a Igreja tinha uma influência muito grande, muito forte, nós constituímos umas três federações. Fomos com três votos para lá.

Castro: Como foi a **primeira eleição para a CONTAG**, após o não reconhecimento da CNTA pelo Ministério do Trabalho.

Crespo: O presidente da FETAPE era Manoel Gonçalves. Chegamos ao Rio de Janeiro com 23 ou 25 federações. **Havia três forças: o pessoal de esquerda, comunista mesmo, havia o pessoal da Ação Popular, que eram cristãos, e havia os sindicatos do SORPE, da Igreja, dos padres, que eram orientados pelo Serviço de Orientação Rural de Pernambuco.**

Castro: o Padre Melo fazia parte também do SORPE?

Crespo: Melo, nessa época, não fazia parte de nada. Era só vigário do Cabo. Veja bem, com essas duas forças, AP e SORPE, nós tínhamos a maioria tranqüila. Dois terços dos votos continuavam nas nossas mãos, e os comunistas só tinham um terço.

Foi feito isso num congresso, no Hotel Glória, pago pelo Governo, com todas as mordomias, todo o mundo lá, o auditório cheio. Eles viram que nós íamos ganhar a eleição. Foram ao Ministro Amauri Silva, e conseguiram dele o recado para os congressistas: “Ou fazem aliança, ou não reconheço a confederação. Têm que fazer aliança e sair uma chapa única, juntando todas as forças.”

Houve uma discussão interna e a **AP analisou a conjuntura política atual e chegou à conclusão de que não devia ficar fora do poder. E compôs com os comunistas. Chamava-se Frente Única. A Frente Única com os comunistas. O SORPE disse: “Nós não fazemos Frente Única com os comunistas.** Naquela ocasião a gente analisou a conjuntura política e achamos que a gente não devia fazer essa Frente Única. Então, aconteceu o quê? O pessoal de AP se uniu aos comunistas e fizeram a maioria. Logo na formação da chapa nós mostramos a traição dos comunistas. Eles só nos deram na chapa **uma vice-presidência, para Manoel Gonçalves, de Pernambuco, que ficou com a AP.**

Castro: Ele não era de AP.

Crespo: Não, mas, na hora, ficou com a AP, passou para lá. Uma vice-presidência para Pernambuco e outra vice-presidência para o Paraná, ou São Paulo, não me lembro. E o restante foi deles, fechado com o bloco deles. E nós não aceitamos a Frente Única. E a CONTAG foi fundada, foi constituída, foi feita a eleição e o Ministro reconheceu a confederação, que passou a ser CONTAG e não mais CNTA.

Foi um casuísmo, em formar federações fantasmas, sindicatos fantasmas, unicamente para tomar conta do poder nacional dos trabalhadores. E na hora de formar a chapa houve esse racha entre os cristãos e os comunistas levaram.

Castro: Em 68, com José Francisco, o SORPE, de um certo modo, vai conseguir entrar na CONTAG.

Crespo: Um pouco antes. Quer dizer, quando houve o Golpe, houve intervenção na CONTAG. Foi nomeado para presidir a CONTAG o José Rotta, da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores de São Paulo e dirigente dos Círculos Operários. Havia uma certa confiança dos militares com os Círculos Operários.

Castro: A Federação de São Paulo, por ser ligada aos Círculos, tinha vinculações com o SORPE?

Crespo: Não tinha vinculação porque em São Paulo a Federação foi formada pelos Círculos Operários. O movimento sindical rural foi tocado lá pelos Círculos Operários. Aqui pelo SORPE.

Castro: O SORPE tinha articulação com os Círculos Operários?

Crespo: Tínhamos. Muitos recursos que a gente recebia, para tocar o trabalho, era através do Pe. Veloso, que era assistente nacional dos Círculos Operários, reitor da PUC do Rio de Janeiro, que tinha um instituto de formação operária ligado à Faculdade de Ciências Sociais. Através desse instituto ele dava ajuda para a gente tocar o trabalho aqui.

Castro: Esse instituto funcionava no bairro de Santa Tereza, na rua Almirante Alexandrino, no Rio de Janeiro.

Crespo: É. Ali havia um centro de formação operária. O **Rotta** assumiu a Confederação. Mas **levou a Confederação mais no sentido de estruturar a Confederação, cobrar o imposto sindical, construir sedes, etc.** Foi quando a gente achou que tinha condições de liderar o movimento sindical, porque a gente aqui no Nordeste manteve o movimento bastante vivo, fazendo greve, convenção coletiva etc. Foi quando o José Francisco, secretário da FETAPE assumiu a CONTAG, levando a sua assessoria.

Castro: Euclides entrou na CONTAG?

Crespo: Não. Euclides teve cargo no Conselho de Representantes.

Castro: Em que ano Euclides entrou na FETAPE?

Crespo: Ele assumiu no lugar de Manoel Gonçalves, de Panelas, que foi afastado da FETAPE, preso durante 50 dias. Castelo Branco tinha feito uma lei que, depois de 50 dias, se não fosse instaurado um processo, o preso devia ser solto. O Manoel Gonçalves passou 50 dias lá, no Quartel Geral, de férias, comendo muito bem, comendo feijão todo dia, engordou quatro quilos (risos). E foi solto, foi liberado. Mas não pôde voltar, porque o Severino Manoel Soares, que era o vice, assumiu a Federação como presidente. Não houve intervenção na FETAPE.

Castro: Por que a FETAPE, por ocasião do Golpe, foi preservada de uma intervenção? Foi por causa da sua presença, lá dentro?

Crespo: Foi um entendimento pessoal com o Coronel Ivan Rui, que tinha um prestígio muito grande – ele era um comandante do RO de Olinda – e foi quem prendeu Arraes. Ele tinha um prestígio muito grande nas Forças Armadas, e era Secretário da Segurança Pública de Paulo Guerra. De um lado você tinha um grupo de militares que era liderado por Ivan Rui. E de outro lado, você tinha um grupo de militares, que era liderado por Ibiapina e Bandeira. Era a linha dura.

Ivan Rui, de imediato, quando nós conversamos com ele, mostrando os absurdos que estavam acontecendo no campo – prisões indiscriminadas, senhor de engenho, com o jeep do sindicato, prendendo camponês, os maiores absurdos -, fez uma Portaria, com dez itens, dizendo: “Os sindicatos continuam abertos, com direitos etc., etc. Não pode haver prisão de camponês, a não ser em flagrante delito ou por decisão judicial”. Essa Portaria barrava a repressão violenta, maluca, indiscriminada, que estava acontecendo no campo. Isso ele mandou para todo o mundo: patrão, trabalhador. E nós fizemos grandes cartazes com essa determinação, com essa Portaria e espalhamos. Colocamos nas portas dos Sindicatos, nos Cartórios, nos Fóruns, nas Câmaras. Espalhamos o mais possível.

Muita gente veio dizer: “você estava aliado ao Golpe militar”. A análise de conjuntura que nós fazíamos era a seguinte: o único poder que está existindo hoje são os militares. Se nós queremos salvar o movimento sindical, nós temos que conversar com eles e trazer a simpatia de alguém lá de dentro, em face ao movimento sindical”. Encontramos Ivan Rui, ele se sensibilizou com essa situação, fez e publicou essa Portaria. Nós achamos: “por que fazer intervenção na Federação?” Ele se convenceu que não havia necessidade de intervir na Federação. Saiu o Manoel

Gonçalo, da presidência da FETAPE, e assumiu o vice-presidente, Manoel Soares. Disseram: “Não, você devia resistir: ou Manoel Gonçalo ou ninguém”. Haveria intervenção na Federação. Entrava lá um pelego, que ia passar lá dez anos, como passaram 18 anos com a intervenção no Sindicato de Palmares. Na Zona Canavieira os sindicatos passaram mais de dez anos sob intervenção.

Castro: Houve um entendimento com os militares para que os suplentes assumissem, ou isso foi uma iniciativa de vocês? Como se comportou, então, o Padre Melo?

Crespo: Estava vetado Manoel Gonçalo. Disseram: “Manoel Gonçalo não pode voltar, foi preso, estava ligado a um grupo aí, etc.” Então, como é que faz? Quem é vice, assume. O Estatuto prevê isso: na ausência do presidente, o vice assume.

Castro: Isso foi conversado com os militares?

Crespo: Foi conversado. Ivan Rui foi à FETAPE, conversou com toda a liderança de trabalhadores, que estavam aí, nos seus lugares, e se chegou a essa solução. E não houve intervenção na FETAPE.

Houve sindicatos também em que houve uma conversação, e aí se deve ao tipo de liderança, de personalidade que é Euclides. Euclides era presidente do Sindicato de Nazaré da Mata. Padre Melo, a essa altura, preparou as intervenções nos sindicatos. Por que ele era presidente do sindicato de Nazaré? Não havia problema nenhum contra Euclides. Aí Melo disse: “Tira Euclides, e bota Euclides como interventor”. Euclides disse: “Eu não aceito. Eu sou presidente eleito. Ou eu sou criminoso ou não sou. Se eu sou, vocês me tiram. Se eu não sou, comunista, criminoso, etc., então tem que permanecer aqui. Eu fico.” E esse posicionamento firme de Euclides, aliado à sua história de vida, fez com que ele permanecesse como presidente do sindicato de Nazaré da Mata. Nos outros 21 municípios da Zona Canavieira houve intervenções indiscriminadas.

Padre Melo preparou os interventores. A essa altura os militares já tinham chamado Padre Melo para entrar na jogada porque eles não confiavam mais no SORPE. Exigiam intervenção nos sindicatos rurais. Foi chamado Padre Melo, que preparou isso. Aí ele entrou no SORPE, passou a freqüentar o SORPE, ir para a sala da SORPE, como uma intervenção.

Castro: Como você se sentia com a presença de Melo no SORPE, após o Golpe?

Crespo: Eu fiquei na minha, mostrei a ele o erro que estava havendo – essas intervenções indiscriminadas nos sindicatos – era um erro histórico, ia ficar na história aquilo que ele estava fazendo. Ele disse: “Não. Você tem que analisar as circunstâncias, a conjuntura atual. Vai ser um momento de a gente organizar mais os sindicatos”.

O padre Melo criou a contribuição sindical obrigatória descontada em folha de pagamento, nos sindicatos da Zona Canavieira. O que antes não havia: cada trabalhador ia pagar a sua contribuição na sede do sindicato. Agora, não, o usineiro descontava em folha, de todo o mundo. Até hoje é assim. Só não desconta quem expressamente disser que não quer que desconte. Ora, quem é que não queria? Isso fez com que os sindicatos passassem a ter um poder econômico muito grande.

O padre Melo obrigou, com esse dinheiro, cada sindicato a comprar sua sede, com birô, com máquina, gabinete médico, gabinete dentário e um jeep. Todos os sindicatos passaram a ter sede, organização interna, maquinário, papel, gabinete médico, gabinete dentário, e um jeep para o pessoal. Foi uma organização maravilha, não é? [em tom irônico]. Os sindicatos da Zona Canavieira de Pernambuco eram uma coisa extraordinária, tudo organizado, tudo direitinho e pá, pá, pá. Mas, cadê a força do sindicato?

Castro: Isso ele fez em todos os sindicatos, ou só nos mais ligados a ele?

Crespo: Não, não tinha ligado a ele nenhum. Ele entrou no SORPE e fez em todos os sindicatos da Zona Canavieira.

Castro: Você não conseguiu se opor à nova orientação dada ao SORPE, após o Golpe?

Crespo: Não, porque isso era uma determinação deles lá. Eu fiz um documento, dizendo que discordava, que era o maior crime que se cometia contra os sindicatos da Zona Canavieira. Começou a haver essa divergência muito grande, não de pessoa para pessoa, mas de orientação. O arcebispo nos chamou, pediu que a gente não brigasse de público, que a gente procurasse conduzir as coisas da maneira mais civilizada possível, e assim aconteceu. Ele achando que era ilusão minha, que eu era um tolo, não compreendendo a situação, a realidade. Eu fiquei, de certo modo, mal visto. Tanto é assim que o Coronel Ibiapina abriu um IPM, Inquérito Policial Militar, contra mim, como agitador na Zona Canavieira. Eu tive que responder a esse

inquérito, que, afinal, foi arquivado. Mas ele fez tudo para ver se me enquadrava e me prendia. E houve muitas outras coisas nessa história toda.

Castro: O Melo ficou até quando no SORPE?

Crespo: Uns três anos.

Castro: Com a saída de Melo você retomou seu poder no SORPE?

Crespo: Depois a gente começou a tentar retomar os sindicatos, fazer eleições. Aí era difícil, porque, a essa altura, o interventor estava bem alicerçado. O cara tem uma sede boa, bonita, com tudo, com transporte, dentista. Eles têm os seus eleitores cativos, não é? Eles conseguiram sempre se reeleger.

Depois quiseram tomar a Federação, juntamente com o Padre Melo. Foi outra briga. E foi para o pau, cacete mesmo. **Mas não conseguiram tomar a Federação. Por que não conseguiram? Não conseguiram porque também a divisão entre os militares continuava.** E a gente procurava se alicerçar o mais possível no que houvesse de legal e mostrava as atitudes ilegais do outro grupo, chefiado pelo Melo.

A Federação fez um documento, por escrito, assinado por todos os sindicatos, pedindo o afastamento de padre Melo da Federação. Aí foi que ele resolveu tomar a Federação. Aí nós mostramos às autoridades, na época, o processo legal da eleição, e que portanto tinha que ser respeitada a realidade.

Castro: Em que ano foi essa eleição?

Crespo: Deve ter sido em 65, 66, um negócio assim.

Castro: Você recebeu, no SORPE, algum respaldo político do governo americano, para evitar a intervenção na FETAPE? O Consulado americano no Recife não teria falado com os militares, mostrando a inconveniência dessa intervenção, e que seria preferível que as coisas se normalizassem em Pernambuco?

Crespo: Não. A essa altura, a gente não tinha esses contatos não. De nossa parte mesmo não houve. Pode ter havido a nível mais alto, de algum bispo, do Padre Veloso, que era muito ligado, muito amigo de Golbery, ex-aluno da PUC. Em outras oportunidades houve intervenção direta de Golbery.

Castro: A intervenção do Golbery foi para evitar a intervenção nos sindicatos?

Crespo: Não, foi em outro momento, já depois, quando quiseram me prender, numa greve que houve no campo. Houve uma intervenção direta dele, de que resultou uma solução mais adequada à situação.

Castro: O arquivamento de seu IPM deveu-se a uma intervenção do Golbery?

Crespo: Não. O arquivamento deveu-se à minha defesa. Eu encaminhei 70 páginas escritas e documentos: telegramas, recortes de jornais etc. E foi arquivado.

A EVOLUÇÃO DA PRESENÇA DA IGREJA NO CAMPO

Castro: A Igreja tinha vários grupos atuando no campo. Além do SORPE você falou do pessoal de AP. Depois do Golpe que outros grupos surgiram em Pernambuco? Como surgiu o Encontro de Irmãos, e que relação ele teve com o movimento sindical? Depois, como é que surgiu o MER?

Crespo: O Encontro de Irmãos surgiu de Dom Hélder. Foi uma ação diretamente ligada à arquidiocese de Olinda e Recife. Houve uma preparação muito intensa com o pessoal que trabalhava nas bases, nas paróquias, para o lançamento desse movimento, o Encontro de Irmãos. Era a oportunidade de o pessoal ter como se movimentar, porque era muito difícil os leigos fazerem alguma coisa porque estavam sempre com suspeição. O único espaço ainda aberto, com certa dificuldade, era o espaço da Igreja. A Igreja ofereceu seus espaços para que os leigos pudessem se manifestar. Isso durante muitos anos.

Agora os leigos têm que assumir. Mas fica muito padre querendo manter o leigo debaixo do manto protetor da Igreja.

Mas, naquela época, a Igreja abriu esses espaços, e Dom Hélder criou aqui na arquidiocese de Olinda e Recife esse movimento, o Encontro de Irmãos, sob a metodologia usada pelo que hoje se chama as Comunidades Eclesiais de Base, onde cristãos se reúnem em torno da fé de Jesus Cristo, procurando analisar a realidade à luz do Evangelho. Isso vai dar a cada um deles, ao grupo, uma alimentação para uma ação concreta no temporal, no mundo, nas fábricas, na escola, na família, no bairro,

etc. Era um movimento nitidamente religioso, evangélico, mas voltado para o engajamento no temporal, no social.

A criação do Encontro de Irmãos teve uma repercussão grande, dada a figura de Dom Hélder, com uma sistemática de trabalho rigorosa: encontros, permanentes, preparação do pessoal. Esse movimento se expandiu e passou para outras dioceses.

Depois foram surgindo outros movimentos, como a Pastoral da Terra. Naturalmente, com o tempo, alguns movimentos foram se especializando. Outros militantes se filiaram à antiga JAC. Com o tempo, alguns grupos tomaram a direção de uma atuação nitidamente junto aos sindicatos. Foi, então, que surgiu o MER, Movimento de Evangelização Rural, que procurava agrupar os cristãos atuando de maneira mais forte dentro dos sindicatos. Era, portanto, uma vertente mais reivindicatória dos trabalhadores, fazendo com que os sindicatos fossem mais atuantes, e também mudar diretorias sindicais pelegas, que estavam há muito tempo no poder. Havia uma mobilização para mudar essas diretorias. O MER atuou mais nessa linha de trabalho. Naturalmente houve outras mudanças de orientação no MER.

Castro: Como se deu a politização do MER, tornando-o um grupo político, distanciado da inspiração inicial do Encontro de Irmãos?

Crespo: Num dado momento eles fizeram uma reunião nacional de avaliação, muito aberta, e chegaram à conclusão de que não havia mais necessidade de uma vinculação direta à hierarquia. E a hierarquia também não fez questão nenhuma que eles fossem desligados. Mas eles se constituíram explicitamente como um grupo de cristãos que procuravam influir no temporal.

Castro: Conservaram a sigla MER.

Crespo: Conservaram a sigla MER. Isso já há uns cinco anos. Ultimamente já tem outra evolução maior. Houve, inclusive, um racha no movimento. Tem um grupo que saiu, outro que permanece, o pessoal de São Paulo. Mas o racha, atualmente, é mais no sentido de que o MER é única e exclusivamente dos trabalhadores, dirigido pelos trabalhadores da produção. Por exemplo, um professor, ou outro tipo de profissional, já não podem mais pertencer ao MER. São só os trabalhadores que fazem parte do MER, e os dirigentes também são só eles.

Castro: Atualmente eles ainda são cristãos?

Crespo: São cristãos.

AS COOPERATIVAS DE PEQUENOS PRODUTORES

Castro: A FECOMIPE, Federação das Cooperativas Mistas de Pernambuco, nasceu ligada ao SORPE?

Crespo: A FECOMIPE era uma Federação de cooperativas de trabalhadores rurais. Eram cooperativas surgidas de dentro dos sindicatos, formadas pelos sindicatos. Elas foram formadas mistas porque a legislação, naquela época, não permitia se formar cooperativas de crédito.

A gente inicialmente queria formar cooperativas de poupança. Mas, como não permitiram, nós criamos cooperativas mistas, com seção de crédito, que nunca pôde ser implantada porque o Banco do Brasil não permitia. A legislação do Banco Central era muito dura, não permitia isso. As cooperativas ficaram mistas, entrando no consumo de gêneros alimentícios, para substituir os barracões das usinas. E se formou também uma federação, para coordenar, dar cursos, dar assessoria técnica.

Castro: O fato de a FECOMIPE não ter renovado sua direção não implica numa certa debilidade da organização?

Crespo: É, é uma debilidade. Mas, eu acredito que é mais por uma posição pessoal do Dr. Djalma, que se doou totalmente àquilo. Não teve tempo de se desvincular, de encontrar outro caminho. As lideranças poderiam assumir as Cooperativas, ele ficando como assessor. Mas ele assumiu a frente, a direção direta das cooperativas. Isso prejudicou o movimento e a ele próprio, que sacrificou uma vida inteira. Ele só fez gastar os próprios recursos na Federação.

Castro: Hoje, a situação da FECOMIPE é bastante delicada, não é?

Crespo: Muito delicada, porque se as empresas todas estão em dificuldade, imagine uma micro empresa dos trabalhadores. Se os mercados maiores estão sentindo os efeitos da recessão, quanto mais uma cooperativa!

Castro: Quando há, num município, uma Cooperativa Mista e uma Cooperativa Agropecuária, como se distribuem os pequenos produtores?

Crespo: Nas Cooperativas Agropecuárias 92% são pequenos produtores. Apenas 8% são médios e grandes. Embora, em boa parte delas, são os médios e grandes produtores que são os dirigentes. Mas os associados, em sua grande maioria são pequenos produtores.

Castro: E na Mista?

Crespo: Na Mista são assalariados e mini-produtores, com poder aquisitivo ainda menor. São parceiros, rendeiros, etc.

Castro: Um grande produtor pode ter controle sobre uma Cooperativa Mista?

Crespo: Não, porque é uma cooperativa de trabalhadores. Nela eles não entram.

A IGREJA E A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Castro: A Igreja, em alguns países, estimulou a modernização da agricultura familiar. No Brasil, ela está mais voltada para a luta pela terra. Ela não deveria ter dedicado uma maior atenção aos pequenos produtores rurais, muitas vezes tão miseráveis quanto os assalariados?

Crespo: É. Isso se aplica sobretudo ao Nordeste. No SORPE mesmo, a educação política, que era um terceiro momento, a gente só fez arranhar.

Mas, lá no Paraná, havia na mesma época do SORPE, o ASSESSOAR, uma entidade especificamente voltada para a assessoria técnica e agropecuária ao pessoal do campo. No Rio Grande do Sul e no Paraná tinha a Frente Agrária Gaúcha, que olhava não só os sindicatos mas também esse aspecto da produção.

Realmente, o trabalho do movimento sindical foi mais em torno de certos direitos mais imediatos. Com o passar do tempo, começou a se ver que muitos trabalhadores sem terra conseguiam a terra e, depois de certo tempo, acabam vendendo essa terra, por falta de condições financeiras e, às vezes, por falta de condições técnicas, pois não sabiam o que fazer com aquela terra.

Começou, ultimamente, com esse Movimento dos Sem Terra, que conseguiram muita terra por aí, e se depararam com essa situação. O que se vê em Pitanga? Uma luta enorme por terra, e depois? Algumas lideranças começaram a ver que estava faltando uma ação voltada para produção, diretamente para o econômico.

Você encontrava dirigentes sindicais, dirigentes de movimentos de Igreja, com dez, quinze anos, tão miseráveis como quando iniciaram o trabalho. O que foi que esse movimento de Igreja fez para ele? Ele continua miserável do mesmo jeito, morrendo de fome, a família pobre. O que foi que eles fizeram? Viver só de ideia, de pensamento, de “união faz a força”, de lutar pela terra, de conseguir a terra? E a melhoria deles? Isso foi notado por muitos. E não terminou ainda. Houve, inclusive, um racha muito grande, dentro da Igreja, entre aqueles que começaram a ver as coisas mais do lado econômico e da produtividade, e aqueles que continuaram na luta pelos direitos humanos, na luta pela terra, luta por isso, por aquilo, não é?

Hoje, as coisas estão começando a serenar. De uns cinco anos para cá, se está olhando esses movimentos pela produção como uma complementação a todo um trabalho de luta pela terra. O CECAPAS surgiu faz uns nove anos. Está se começando a ver essa outra vertente, que se tem que incentivar também a produção, o econômico, a administração da produção, o pequeno produtor.

Eu posso dizer que entre nós a semente de tudo isso, de maneira organizada, sistematizada, foi o Seminário sobre o Homem e a Seca do Nordeste, realizada em Caucaia, no Ceará, entre 01 e 04 de julho de 1982, por ocasião daquela grande seca. Surgiu aí o trabalho de pequenos projetos alternativos, que eram de caráter tipicamente produtivos, econômicos, de resultados. A partir daí a Igreja começou a organizar, nos vários regionais, equipes de pessoas que voltaram o seu trabalho para a produção, para ajudar as organizações de trabalhadores a cuidar da terra, a produzir, a melhorar de vida, concretamente, a ganhar dinheiro. Dinheiro, para a Igreja, sempre foi um tabu, não é? Parece que era uma coisa de Satanás. Mas, começou a se ver que ganhar dinheiro era coisa boa. Isso está em gestação, mas já há dezenas e dezenas de entidades voltadas para esse sentido.

Castro: O CECAPAS nasceu a partiu do Seminário de Caucaia?

Crespo: Exatamente. O CECAPAS nasceu a partir daí. Hoje quase todas as dioceses têm sempre um grupo voltado para isso.

Castro: O CECAPAS permanece ligado à Igreja?

Crespo: De certo modo. Hoje ele é uma fundação autônoma. A ligação formal que existe é que compete aos bispos, à Presidência do Regional Nordeste II, nomear, de cinco em cinco anos, o diretor administrativo da Fundação. Quanto ao mais ela fica

autônoma. O próprio estatuto dá plena autonomia e independência na gestão da Fundação, através desse diretor executivo, que faz tudo.

Castro: No caso, é você.

Crespo: Sou eu. Tem diretor presidente, tem diretor secretário, diretor tesoureiro.

Castro: Quem é o diretor presidente?

Crespo: Dom Costa. Circunstancialmente o presidente é um bispo, mas pode ser outra pessoa, pode ser um leigo, pode ser um trabalhador, um agricultor. No momento em que houve a transformação em Fundação, há uns dois anos, ele foi escolhido. Era o mais interessado pelo assunto, dava um certo apoio. Mas, o diretor executivo é quem tem todas as atribuições.

Castro: Que tipo de sócios compõem a Fundação?

Crespo: Não são propriamente sócios. Existe um Conselho Consultivo e um Conselho Deliberativo. O Conselho Consultivo é composto por 15 agricultores e mais sócios honorários, beneméritos. Alguém que vem ajudando muito pode ser aceito, numa Assembleia, como membro do Conselheiro Consultivo.

Castro: Como está a equipe técnica do CECAPAS?

Crespo: Atualmente só temos oito pessoas contratadas para a equipe técnica, e distribuídas por Arcoverde, Campina Grande, Surubim e Gravatá.

Castro: Onde fica a sede do CECAPAS?

Crespo: Em Arcoverde. Aqui nós temos apenas um escritório de representação.

Castro: Você têm campos de experimentação ou fazem tudo em propriedades de agricultores?

Crespo: Temos uma Fazenda Piloto e o Centro de Treinamento, em Arcoverde, no semi-árido. A gente quer mostrar a viabilidade econômica de uma pequena propriedade no Sertão.

Castro: Esse imóvel pertence ao CECAPAS ou é patrimônio da Igreja?

Crespo: Pertence ao CECAPAS.

LIGAS E SINDICATOS NOS GOVERNOS DE CID SAMPAIO E DE ARRAES

Castro: Como foi o **relacionamento do Governo Cid Sampaio com o movimento sindical e as Ligas?** Ele ajudou a criar o sindicato de Panelas?

Crespo: Na realidade, **Panelas, foi um dos primeiros Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pernambuco. Manoel Gonçalo foi o líder. Padre Otoniel era vigário de lá. Mas não teve nada com Cid Sampaio.** Só se Manoel Gonçalo teve alguma ligação política com o pessoal de Cid, lá. Quem convocou o pessoal para a organização do sindicato foi o padre, como era feito naquele tempo. Foi o padre quem identificou as lideranças e enviou para eu fazer o treinamento no SORPE, para organizar o sindicato. Fui eu que fui no dia da concentração popular em Panelas, com discurso em praça pública, palanque, etc., para fundar festivamente o Sindicato de Panelas, em 1959.

Agora, as Ligas Camponesas, nunca tiveram muita chance com Cid não. Ao contrário. Evidentemente, no início as coisas pareciam caminhar bem porque Cid Sampaio foi apoiado por Julião. Julião apoiou a eleição e o governo de Cid Sampaio. Mais ainda, Luis Carlos Prestes foi o último orador a falar no comício de encerramento da campanha de Cid Sampaio, no pátio de Casa Amarela. A eleição de Cid foi com o apoio das esquerdas. Apoio claro, ostensivo, não foi conversa só de gabinete não. Acontece que, depois que ele foi para o governo, em pouco tempo ele rompeu com esse pessoal das esquerdas, e deu uma cotovelada em Julião. E aí nomeou como Secretário de Segurança o general Costa Cavalcanti, que depois foi Ministro. Esse camarada aí não deu sopa para as Ligas não. Esse camarada era prender camponês, qualquer incêndio de canavial dizia que eram as Ligas, a gente sabe que não é. Sempre se tocou fogo em canavial, para cortar. Mas todo incêndio de canavial era debitado a Julião, às Ligas. E era prender gente, aquele horror! Eu fui várias vezes ao gabinete dele protestar contra o absurdo que estava havendo, de prisão de camponês.

Castro: Você conhece João Monteiro Filho, que era, na qualidade de Secretário Assistente e de Governo de Cid, o responsável pela relação com as Ligas?

Crespo: Isso. Depois, o que foi que ele fez? Para poder amansar as Ligas ele desapropriou Galliléia, que era a primeira Liga. “Vocês estão querendo o quê? Terra?”

Pronto, está aqui a terra". E desapropriou também Barra e Terra Preta, em Vitória de Santo Antão, Cova da Onça, em Jaboatão, e também desapropriou no Cabo. Criou a Companhia de Revenda e Colonização, a CRC.

Onde havia uma Liga mais forte e combativa ele fez alguma desapropriação, dividiu as terras e entregou ao pessoal. E botou o pessoal para dar assistência. Era técnico, agrônomo, e tinha semente, para o pessoal produzir. E esse pessoal produzia, e vendia, e melhorava de situação.

Castro: A Secretaria de Agricultura, no governo de Cid, teve uma boa atuação nessas áreas de assentamento?

Crespo: Era a CRC. Ele criou essa Companhia unicamente para isso. **E era um cacete para as Ligas.** Não tinha conversa não. Não vi ele ser mansinho com Liga Camponesa, com camponês não. Costa Cavalcanti foi um terror. Agora, aconteceu o seguinte. **Julião perdeu a liderança. As ligas passaram a ter várias lideranças, sobretudo no Governo de Arraes. Tinha lideranças trotskistas, do PCB, do PC do B, do Governo de Arraes.**

Castro: Clodomir Moraes estava em que segmento?

Crespo: PCB, com Gregório.

Castro: O Gregório sempre ficou muito próximo a Cid, não é? Mesmo depois de Cid ter rompido com as esquerdas, ou vice-versa. O Gregório não rompeu, não é isso?

Crespo: Se rompeu eu não sei bem.

Castro: Cid me disse que, na última campanha de Gregório, para deputado estadual, ele tinha sido o único empresário a ajudar financeiramente o Gregório.

Crespo: Mas essa é a tradição secular da burguesia pernambucana. Sempre comprar as esquerdas e as lideranças. De vez em quando estão todos juntos, depois dão cotoveladas, e tome pau, tome cacete.

Castro: Esse apoio não é novidade para você?

Crespo: Não é novidade não. Cid Sampaio e Arraes... Quem foi que botou Arraes no poder? Foi Cid. A esquerda botou Cid no poder e depois Cid pegou Arraes pela mão.

Arraes estava no IAA. Quem botou Arraes lá dentro? Saiu de lá e perdeu duas vezes para vereador do Recife. Depois foi prefeito de Recife, pegado pela mão de Cid, de quem era concunhado. Sua primeira esposa, que faleceu, era irmã da mulher de Cid. Sempre foi assim. Arraes sempre subiu desse jeito.

A FETAPE E A POLÍTICA PARTIDÁRIA

Castro: A FETAPE mudou, recentemente, a sua posição em relação a ter candidaturas político-partidárias próprias. Nessa eleição ela apoiou publicamente candidatos da confiança dos trabalhadores. O que o senhor acha dessa posição?

Crespo: Foi uma evolução grande, mas muito lenta. Isso vem sendo discutido há muito tempo pela liderança rural, de terem uma atuação política partidária, ou não. E a coisa ainda não está totalmente pacífica não. Ainda há muita gente que acha que o sindicato deve permanecer única e exclusivamente na sua área sindical. Outros, com o pensamento mais moderno, acham que o sindicato deve apresentar seus candidatos, que a Federação deve ter seus candidatos e entrar diretamente na luta política. E aí, a gente vê que há prós e contras, vantagens e desvantagens. Aqueles que são favoráveis acham que o poder político pode ser um aliado valioso na luta do trabalhador. A nova postura vai demorar muito a apresentar resultados porque não há experiência disso.

Eu não tenho ainda uma opinião sobre isso. Mas, já houve oportunidade, quando Euclides foi candidato, e eu fiz um apoio ostensivo e claro à candidatura dele. Também perdeu. Para chegar exatamente à conclusão de que a candidatura não era dos trabalhadores, porque, se fosse, dos trabalhadores, da FETAPE, ele tinha ganho folgadoamente. Se não ganhou era porque não era. Ao entrar na política, a coisa tinha de ser muito discutida nas bases para que o candidato fosse realmente candidato dos trabalhadores e não de um grupo de líderes. Foi uma experiência que nós tivemos.

Agora, já tem outra experiência. Em Orobó, Manoel João chega de uma caminhada como líder sindical, líder circulista, líder cooperativista, com muito trabalho na comunidade, com um hospital que é do Círculo Operário, com um mandato de vereador, presidente da Câmara. Quando foi agora, saiu como prefeito. Mas, você pegar um candidato qualquer e jogar assim, eu acho que só vai desgastar o movimento sindical.

APÊNDICE 1 – LISTA DOS ENTREVISTADOS

1ª CATEGORIA: PATRONATO RURAL (entrevistas no 2º volume desta obra)

Subcategoria 1: representantes do patronato rural em geral

- 1) Antônio Ribeiro de Godoy, primeiro presidente da Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco (FAEPE), ex-Secretário de Agricultura de Pernambuco. Ele também figura no grupo dos políticos.
- 2) Gileno de Carli, presidente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura (SAA).
- 3) Pio Guerra Júnior, presidente da Federação de Agricultura do Estado de Pernambuco (FAEPE).

Subcategoria 2: usineiros.

- 1) Armando Monteiro Filho. Ele também figura no grupo dos políticos. Sua entrevista está no grupo dos políticos.
- 2) Cid Feijó Sampaio. Ele também figura no grupo dos políticos. Sua entrevista está no grupo dos políticos.

Subcategoria 3: fornecedores de cana

- 1) Antonio Celso Cavalcanti de Andrade, presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP).
- 2) Gerson Carneiro Leão, Presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco (SINDICAPE).
- 3) Luiz Augusto Perman, vice-presidente do SINDICAPE.
- 4) Mauro Oliveira Cavalcanti, fornecedor médio em Nazaré da Mata.

Subcategoria 4 : pecuaristas

- 1) José Maria Azevedo, grande produtor de leite em Garanhuns. Ele também figura no grupo dos dirigentes de cooperativas agropecuárias.
- 2) José Queiroz Siqueira, latifundiário no Pará, residente em Recife.
- 3) Paulo Dantas, pecuarista e latifundiário em Buíque, no Agreste.
- 4) Rodolfo Moraes, presidente da Sociedade Nordestina dos Criadores (SNC).

2ª CATEGORIA: POLÍTICOS (entrevistas no 2º volume desta obra)

- 1) Antônio Ribeiro de Godoy, secretário de Agricultura de Pernambuco e primeiro presidente da Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco (FAEPE) Ele também figura no grupo do patronato agrário.
- 2) Armando Monteiro Filho, ministro da Agricultura de João Goulart e usineiro. Ele também figura no grupo do patronato agrário.
- 3) Cid Feijó Sampaio, governador de Pernambuco e usineiro. Ele também figura no grupo do patronato agrário.
- 4) Miguel Arraes de Alencar, governador de Pernambuco.
- 5) Israel Dourado Guerra Filho, deputado estadual de Pernambuco. Ele também figura no grupo do trabalhadores rurais, como seu assessor jurídico.
- 6) João Monteiro de Melo Filho, interlocutor de Cid Sampaio junto às Ligas Camponesas.
- 7) José Francisco de Moura Cavalcanti, governador de Pernambuco.
- 8) Oswaldo Lima Filho, deputado federal relator da reforma agrária na Constituinte (1987/88).

3ª CATEGORIA: LIDERANÇAS DE TRABALHADORES RURAIS (entrevistas no 3º volume desta obra)

Subcategoria 1: dirigentes da FETAPE e da CONTAG.

- 1) Antônio Marques, diretor de Política Agrícola da FETAPE.
- 2) Aristides Veras dos Santos, secretário do Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores de Pernambuco (CUT-PE), presidente da FETAPE e CONTAG.
- 3) José Francisco da Silva, juiz do Tribunal Superior do Trabalho e presidente da CONTAG.

Subcategoria 2: trabalhadores rurais e dirigentes sindicais de base

- 2) José Laurentino do Carmo, presidente do STR de Igarassu, Itapissuma e Itamaracá.
- 3) **Marcos** Luiz Oliveira Bezerra, assentado no Engenho Patrimônio, em Condado, coordenador local da CPT.
- 4) STR de Surubim. Foram entrevistados em grupo:
 - a. Antônio Eleutério de Lima, assentado e ex militante das Ligas;
 - b. Heleno Martins dos Santos, assentado.
 - c. Severino José de Oliveira, trabalhador sem terra.

Subcategoria 3 : assessores sindicais

- 1) Expedito Rufino de Araújo, assessor da CONTAG e FETAPE.
- 9) Israel Dourado Guerra Filho, assessor da FETAPE. Deputado estadual. Ele também figura no grupo dos políticos. Sua entrevista está no grupo dos políticos (2º Volume desta obra).

4ª CATEGORIA: DIRIGENTES DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS (entrevistas no 3º volume desta obra)

- 1) José Maria Azevedo, presidente da OCEPE. Ele também figura no grupo do patronato rural, na categoria de pecuarista.
- 2) Malaquias Anselmo de Oliveira, vice-presidente da OCEPE.

5ª CATEGORIA: LIDERANÇAS DE ORGANIZAÇÕES CATÓLICAS (entrevistas no 3º volume desta obra)

- 1) Comissão Pastoral da Terra (CPT). Foram entrevistados em grupo:
 - a. Padre Hermínio Canova, coordenador regional;
 - b. Artur Pelegrino (José Artur Tavares de Brito), assessor regional.
 - c. Flávio Lira, assessor regional;
 - d. José Aldo dos Santos, assessor regional;
 - e. Lenivaldo Marques, assessor regional.
 - f. Zacarias Bezerra das Chagas, assessor regional;
- 2) Padre Crespo (Enes Paulo Crespo), fundador do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE).

O terceiro volume da coleção “Reforma Agrária em Pernambuco” apresenta as entrevistas dos atores sociais mais diretamente interessados pela reforma agrária: o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), o sistema cooperativista, encabeçado em Pernambuco pela Organização das Cooperativas de Pernambuco (OCEPE) e duas organizações católicas que atuaram junto aos trabalhadores rurais: a Comissão Pastoral de Terra (CPT) e o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), liderado pelo padre Crespo.



UFRPE



Editora
Universitária
da UFRPE

ISBN: 978-85-79464-78-2



9 788579 464782